

22/04/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Pequenas crianças, grandes responsabilidades](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Educação profissional é investimento no futuro](#)

[Passar o chapéu](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Novas cores, novos sons e culturas na Unicamp](#)

[Deputados criam CPI para intervir nas universidades](#)

[MEC acelerou credenciamento de novas universidades em 70% neste ano](#)

**O GLOBO - RJ**

[O Censo e a educação](#)

Imprensa Estadual

**O ESTADO DO MARANHÃO - MA**

[Lugar de criança é na escola?](#)

Agências de notícias e sites

**PORTAL ÉPOCA**

[A rotina e os desafios da reconstrução do Museu Nacional, seis meses depois](#)

**CONGRESSO EM FOCO**

[Entre os 10 melhores professores do mundo, uma é brasileira. E da escola pública](#)

**G1**

[Cientista de Franca que superou infância pobre e preconceito terá história contada nos cinemas](#)

**PORTAL VEJA**

[Editorial do Estadão: Os jovens e as ciências](#)

**R7**

[Educação Física pode ser disciplina obrigatória em todos os sistemas do ensino básico](#)

**TERRA**

[MEC acelerou credenciamento de novas universidades em 70% neste ano](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Governo Bolsonaro: em 4 temas importantes, as profundas diferenças no pensamento de olavistas e militares](#)

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Tensão nas universidades](#)

[Fundamental para o desenvolvimento](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Vagas em direito disparam após MEC facilitar a abertura de novos cursos](#)

[Universidades públicas produzem mais de 90% da pesquisa do país; resta saber até quando](#)

[Universidades ajudam aluno a transformar ideia em negócio](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Os jovens e as ciências](#)

[Ensino privado em expansão](#)

**O GLOBO - RJ**

[De casamento a futebol, as metáforas de cada presidente](#)

[Primeira geração fala dos desafios que enfrentou](#)

[Instituto federal abrirá cursos de pós-graduação](#)

Imprensa Estadual

**A TARDE - BA**

[Ministério prepara cartilha para explicar política de alfabetização](#)

**CORREIO POPULAR – SP**

[Ciência na Escola](#)

**J. DO COMMERCIO - PE**

[O desafio de construir um novo Fundeb](#)

**O POVO - CE**

[Estamos numa grande crise de financiamento](#)

Agências de notícias e sites

**ANTENA 1**

[Com chamada de R\\$ 100 milhões, MCTIC e Ministério da Educação lançam programa](#)

[Ciência na Escola](#)

**ASDB**

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

**BLOG DO LEONARDO ALVES**

[Senadora Eliziane apoiará Programa de Pós-Graduação de História da UFMA](#)

**Blog Educação e Transformação**

[Educação é transformar, libertar e fazer pensar ciência](#)

**CARTA CAMPINAS**

[Governo federal retira da ciência brasileira mais de R\\$ 5 bilhões em apenas dois anos](#)

**CEILÂNDIA EM ALERTA**

[Como Sérgio Moro virou juiz com erros básicos de gramática e interpretação de texto?](#)

**NEXO**

[Os problemas da pós-graduação no Brasil. E a importância da ciência](#)

**POPULAR MAIS**

[Entidades acadêmicas convocam mobilização contra desmonte da ciência por Bolsonaro](#)

**PORTAL GUANDU**

[Com chamada de R\\$ 100 milhões, MCTIC e Ministério da Educação lançam programa](#)

[Ciência na Escola](#)

**VIPCEO**

[CargoNews França oferece mais de 1.500 vagas para doutorado](#)

**R7**

[MEC prepara material para explicar nova política de alfabetização](#)

Grande Imprensa

**O GLOBO - RJ**

[Fux mantém cancelamento de contratos superfaturados de TI](#)

Revistas

**ISTOÉ - SP**

[O drama dos professores brasileiros](#)

[Rápidas](#)

Imprensa Estadual

**A TARDE - BA**

[Tempo Presente](#)

**CORREIO DO POVO - RS**

[Realidade escolar indígena requer atenção](#)

**GAZETA DE ALAGOAS - AL**

[Repasses do FPM já somam R\\$ 759 milhões](#)

**O TEMPO - MG**

[Governo libera R\\$ 100 mi para “Ciência na Escola”](#)

Agências de notícias e sites

**24 HORAS NEWS**

[Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias](#)

[Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar](#) [Imprimir](#)

**BEM NOTÍCIAS**

[Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias](#)

**CLIC RBS**

[Professora da rede estadual é selecionada para bolsa de qualificação no Canadá](#)

**CLIQUEF5**

[Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias](#)

**DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO**

[Capes oferta bolsas na Irlanda para capacitar gestores](#)

**HIPERNOTÍCIAS**

[Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias](#)

**O ATUAL - MT**

[Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias](#)

**O DOCUMENTO - MT**

[Faculdade Intercultural da Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar](#)

**OLHAR DIGITAL**

[Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias](#)

[Com chamada de R\\$ 100 milhões, MCTIC e Ministério da Educação lançam programa](#)

[Ciência na Escola](#)

**PORTAL MT**

[Faculdade Intercultural da Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar](#)

**URGENTE NEWS**

[Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias](#)

**AGÊNCIA BRASIL**

[Governo federal lança programa Ciência na Escola](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[Entidades de educação superior processam conselhos que vetam EAD](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Fux mantém decisão do TCU de suspender contratos fraudulentos de R\\$ 30 milhões no](#)

[MEC e Integração](#)

**CORREIO WEB**

[Após saída de tenente-brigadeiro, Weintraub prepara volta de olavistas](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[Governo federal lança programa Ciência na Escola](#)

**R7**

[Faculdade Intercultural da Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar](#)

**TERRA**

[Governo investe R\\$ 100 milhões em programa Ciência na Escola](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Governo federal lança programa Ciência na Escola](#)

["Estamos escrevendo nossa própria história", diz indígena doutoranda do Museu](#)

[Nacional](#)

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Brigadeiro é demitido do MEC](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Dia do Índio precisa desfazer rótulos, diz professor indígena de SP](#)

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Ministro demite brigadeiro e prepara volta de 'olavistas'](#)

## **O GLOBO - RJ**

### **ZONA FRANCA**

Imprensa Estadual

## **CORREIO DA PARAÍBA - PB**

[Doutorado na UFPB](#)

## **MEIO NORTE - PI**

[Programa Ciência na Escola é destaque em Brasília](#)

## **O ESTADO DO MARANHÃO - MA**

[Eliziane apoia Pós-Graduação em História da UFMA](#)

## **A TARDE - BA**

[Ministro demite militar de secretaria do MEC](#)

## **O LIBERAL - PA**

[Brigadeiro é demitido do MEC](#)

Agências de notícias e sites

## **BOA INFORMAÇÃO**

[Ministério da Educação abre 30 bolsas de estudo na Irlanda com despesas pagas](#)

## **DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO**

[Faculdade Católica abre vagas para Mestrado e Doutorado](#)

## **GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO**

[Faculdade Intercultural da Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar](#)

## **JORNAL DA CIÊNCIA**

[SBPC convoca mobilização nacional contra cortes em CT&I](#)

## **JORNAL DA USP - SP**

[Método inovador recupera água de processo industrial poluente](#)

## **PLANTÃO NEWS**

[Artigo aponta universidade pública como maior produtora de ciência no Brasil](#)

## **DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO**

[Exame da OAB deve voltar a ter apenas uma fase após MEC criticar](#)

## **O DIA - RJ**

[Governo faz novas mudanças no Ministério da Educação](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[Ministro demite brigadeiro e prepara volta de 'olavistas'](#)

## **R7**

[Governo faz novas mudanças no Ministério da Educação](#)

[Ministro demite brigadeiro e prepara volta de olavistas](#)

## **TERRA**

[Ministro demite brigadeiro e prepara volta de olavistas](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Ministro demite brigadeiro e prepara volta de olavistas](#)

Agências de notícias e sites

## **2EM1**

[MEC e MCTIC lançam Programa Ciência na Escola com o objetivo de modernizar o ensino de Ciências](#)

## **ABIPTI**

[Universidades Públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil](#)

[Extinção de colegiados afetará representações de C&T em múltiplas áreas](#)

## **ARAGUAÍNA NOTÍCIAS**

[Bióloga cria substrato para telhado verde com bagaço de cana e fibra de coco](#)

# CLIPPING



## **EDITAL CONCURSOS**

[Capes oferta 30 bolsas especialização na Irlanda com despesas pagas](#)

## **FUNDACRED**

[Pontes tenta destravar R\\$ 1 bi para minimizar cortes na ciência](#)

## **GRUPO ORZIL**

[MEC e MCTIC lançam Programa Ciência na Escola com o objetivo de modernizar o ensino de Ciências](#)

[Capes oferta bolsas na Irlanda para capacitar gestores](#)

## **JORNAL DIA A DIA**

[UFGD sedia XII Colóquios sobre Avaliação e Qualidade de Ensino](#)

## **LEIA JÁ**

[Bolsas gratuitas de estudos na Irlanda recebem inscrições](#)

## **LITORALMANIA**

[Professora de Osório é selecionada para formação internacional](#)

## **MAXPRESSNET**

[Bióloga cria substrato para telhado verde com bagaço de cana e fibra de coco](#)

## **PORTAL SAÚDE NO AR**

[Bióloga cria substrato para telhado verde com bagaço de cana e fibra de coco](#)

## **SEGS - PORTAL NACIONAL**

[França oferece mais de 1.500 vagas para doutorado](#)

## **UFPEL**

[Apesar da redução de verbas para Pós-Graduação, UFPel amplia recursos previstos](#)

## **AGÊNCIA VALOR**

[MEC autoriza nova oferta de curso superior por 40 instituições](#)

## **G1**

[Ex-número 2 do MEC é exonerado do cargo de assessor especial do ministro](#)

## **R7**

[Meninas conquistam ouro inédito em Olimpíada de Matemática](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Militar que foi o número 2 do MEC é demitido por Weintraub](#)

Imprensa Estadual

## **CORREIO POPULAR – SP**

[Professor sozinho em escola cheia](#)

## **TRIBUNA DO NORTE - RN**

[Olavistas voltam a cargos técnicos no MEC](#)

Agências de notícias e sites

## **CONVERGÊNCIA DIGITAL**

[Ciência na Escola terá R\\$ 100 milhões para formar uma nova geração de cientistas no Brasil](#)

## **GAZETA DIGITAL**

[Uma Lava Jato para a educação?](#)

## **O ESTADO ONLINE**

[Universidade cria colírio que evita perda de visão por diabéticos](#)

## **AGÊNCIA CÂMARA**

[Educação debate ensino médio integral na terça-feira](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[Militar que foi o número 2 do MEC é demitido pelo novo ministro](#)

## **BRASIL247**

[Com Weintraub, olavistas voltam a ganhar poder e cargos no MEC](#)

## **CORREIO 24 HORAS**

[Militar que foi o número 2 do MEC é demitido pelo novo ministro](#)  
**GAZETA DO POVO – PR**

[Além do MEC: saiba como seis estados avaliam seus alunos](#)

**METRÓPOLES**

[Militar que foi o número 2 do MEC é demitido pelo novo ministro](#)

**O ANTAGONISTA**

[A retirada do MEC](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **Pequenas crianças, grandes responsabilidades**

HANNYNI MESQUITA

Pedagoga, especialista em gestão das organizações educacionais e educação bilíngue. É coordenadora da Educação Infantil do Centro de Inovação Pedagógica Positivo, do Colégio Positivo

Ao ouvirem especialistas afirmarem com propriedade que a Educação Infantil é a mais importante etapa do desenvolvimento de um indivíduo — mais até do que a universidade — muitas pessoas se mostram surpresas ou incrédulas. Quem trabalha com crianças nessa faixa etária — até os 6 anos — sabe que a afirmação não é exagerada. Essa é a fase de maior desenvolvimento humano. Durante a chamada primeiríssima infância, menos de um ano a três anos, se aprende mais do que se aprenderá ao longo de toda a vida. Para além do discurso de educadores, são os cientistas que afirmam: nos primeiros anos, o cérebro faz mais conexões do que em qualquer outro período da vida. São de 700 a 1.000 conexões por segundo. Aos três anos, ele é duas vezes mais ativo que o cérebro de um adulto.

Pesquisas americanas realizadas com milhares de crianças mostram que alunos que tiveram uma boa educação infantil precisam de menos reforço escolar e apresentam melhor desempenho no ensino fundamental. Em outro estudo, cientistas de Harvard apontaram que, quanto mais a criança se desenvolve na escola nessa fase da vida, maiores são as chances de chegar ao ensino superior e ganhar bons salários, quando adulta.

As afirmações são importantes para reforçar que o ambiente no qual a criança cresce é fundamental para garantir seu pleno desenvolvimento — e não estamos falando apenas do cenário doméstico: o ambiente escolar também é determinante. As escolas que ofertam a educação infantil têm uma enorme responsabilidade com a humanidade, por isso saber o que fazer, por que fazer e como fazer é para profissionais — e exige muita formação continuada e acompanhamento direto de pessoas capacitadas para transformar a prática em objeto de reflexão para a melhoria contínua. É necessário que os profissionais entendam que o brincar é a linguagem da criança e que consigam transformá-lo em instrumento mediador no processo didático-pedagógico. Tal recurso é ferramenta indispensável no desenvolvimento qualitativo dos aspectos cognitivo, motor, afetivo, psicológico e social, e, portanto, necessita de valorização dentro das propostas educacionais.

Apesar de a legislação brasileira considerar que a educação infantil faz parte da

educação básica, o país ainda não exige formação superior dos profissionais que atuam nessa etapa de ensino (mesmo que essa seja a 15ª meta do nosso Plano Nacional de Educação). Fora isso, há escolas com um número imenso de profissionais atuando na educação infantil sem a formação adequada porque muitos ainda acreditam que, quando se trata de criança pequena, basta apenas cuidar.

Uma pesquisa realizada em seis capitais brasileiras revela que 65% dos professores que atuam nessa fase de ensino não têm qualificação específica para trabalhar com educação de crianças. O que não é levado em conta nesse atual cenário é que o próprio cuidar deve vir acompanhado de orientações e embasamentos. Sem o conhecimento necessário, o profissional recorre ao senso comum, sem conhecer o que é esperado para cada faixa etária, como aprender, ensinar e organizar tempo e espaço na educação infantil, como, efetivamente, podemos proporcionar o aprender brincando. E só para reforçar: não basta apenas formação inicial, a formação continuada precisa fazer parte da rotina do profissional.

O professor de educação infantil deve ter um coração disposto a criar vínculos afetivos, mãos habilidosas para se dedicar ao trabalho diário e uma mente disposta a aprender, sempre. Deve apresentar também um olhar que é desenvolvido por meio de orientação e formação, calibrado para perceber situações corriqueiras, transformando-as em disparadores para novas aprendizagens. Ele precisa ser paciente — a repetição faz parte do processo —, ao mesmo tempo em que precisa ser criativo, procurando diferentes maneiras de mediar a aprendizagem. É na troca e na rica experiência que testamos, nos frustramos, conquistamos e crescemos. É com a atitude diária, cotidiana, muitas vezes vista como banal, que transformamos. A repetição, a permanência da regra, a mediação realizada “milhões de vezes”, essas, sim, consideram a complexidade do ser humano. Devemos ser capazes de transformar o pensamento em ação e repensar a ação por meio da reflexão, sem perder o entusiasmo, a coragem de tentar o diferente e inovar. Afinal, trabalhamos com a melhor fase do ser humano.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Educação profissional é investimento no futuro**

#### **30 novas ocupações devem surgir nos próximos anos**

O investimento em educação profissional é imprescindível para o aumento da competitividade do país, para a retomada do crescimento da economia num ritmo mais vigoroso e para a criação de melhores oportunidades de emprego.

A qualificação técnica adequada se torna ainda mais importante no momento em que uma série de adaptações são exigidas das empresas e dos trabalhadores, em razão da quarta revolução industrial, chamada de “Indústria 4.0”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/04/educacao-profissional-e-investimento-no-futuro.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.**

### **Passar o chapéu**

A Embrapii, que financia projetos de inovação com recursos do governo e de empresas, começou a pedir audiências com ministérios para diversificar e ampliar a captação de recursos.

## Audiência

A instituição, que já recebe repasses das pastas de Ciência e Tecnologia, Educação e Saúde, também tem conversado com os ministérios de Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente, segundo o diretor-presidente, Jorge Guimarães. Cerca de R\$ 150 milhões já estão garantidos para este ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/04/reforma-da-previdencia-nao-garante-retomada-economica-segundo-blackrock.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Novas cores, novos sons e culturas na Unicamp**

#### **Contato com múltiplos saberes torna o ambiente universitário mais rico e promissor**

A disputa para ingressar nas melhores universidades públicas do País é feroz. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por exemplo, recebeu 83.697 inscrições para as 3.396 vagas em disputa nos diversos processos seletivos de 2019. No vestibular, o principal sistema de ingresso, a concorrência geral foi de 29,5 candidatos por vaga. No curso de medicina, a concorrência chegou a 330 candidatos por vaga.

Tamanha competição faz que os processos de seleção das universidades públicas sejam altamente excludentes. Como se sabe, a maioria dos alunos que conseguem entrar nessas instituições estudou em escolas particulares e vem de famílias com boas condições socioeconômicas.

Embora tenham surgido vários programas de inclusão social e ação afirmativa nos últimos anos, a elite econômica continua a levar vantagem nos processos de seleção para cursos de alta demanda. Isso porque o número de vagas no ensino superior público brasileiro ainda é muito limitado.

A Unicamp demorou a adotar uma política de cotas – aplicada pela primeira vez em 2019 –, mas não ignorou a necessidade de aumentar a inclusão em seus cursos de graduação. Para isso a universidade criou em 2004 o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais), uma iniciativa pioneira baseada na concessão de pontos extras no vestibular aos candidatos provenientes da rede pública de ensino e aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Os efeitos do Paais foram imediatos: graças ao programa, a proporção de alunos de escolas públicas entre os aprovados no vestibular subiu para cerca de 30% e a de pretos, pardos e indígenas, para quase 20%. Com o passar dos anos, porém, chegou-se a um ponto de estagnação no crescimento desses grupos.

Na tentativa de resolver o problema, a Unicamp triplicou em 2016 a bonificação concedida pelo Paais. Verificou-se que a nova pontuação não resultou no aumento esperado do número de negros entre os

inscritos, além de causar algumas distorções em alguns cursos no que se refere à admissão de estudantes da rede pública. Posteriormente o programa passou a contemplar também estudantes que cursaram o ensino fundamental em escola pública,

elevando a média a cerca de 50% dos matriculados.

A recente adesão às cotas étnico-raciais, em 2019, veio acompanhada de mudanças arrojadas na forma como a Unicamp seleciona seus alunos de graduação. Os estudantes que ingressaram este ano na universidade puderam participar de até quatro processos seletivos diferentes: o vestibular tradicional, um edital centrado no desempenho dos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), outro edital direcionado a medalhistas em olimpíadas científicas e de conhecimento e um vestibular específico para indígenas. Em 2019, 2% dos ingressantes são indígenas de 23 etnias diferentes e a maioria dos estudantes veio do Amazonas.

A Unicamp enxergou na combinação entre cotas e vias diversificadas de acesso à graduação um meio de promover a inclusão sem comprometer a reconhecida qualidade do seu corpo discente. A meta é ter entre os alunos a mesma proporção de pretos e pardos (37,2%) que se vê na população do Estado de São Paulo.

O sistema de cotas da universidade prevê que 25% das vagas existentes em cada curso de graduação sejam reservadas a candidatos autodeclarados pretos e pardos. Destas, parte deve destinar-se a cotistas inscritos no vestibular tradicional e parte aos que concorrem com base na nota no Enem. Outra particularidade do sistema é o fato de permitir que os optantes pelas cotas passem para a ampla concorrência depois que as vagas reservadas forem todas preenchidas. Basta para isso que eles superem a nota mínima exigida pelo curso em que desejam entrar.

As mudanças no acesso à graduação da Unicamp não interferiram no Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS), lançado em 2011. Inovador, o ProFIS garante vaga num curso abrangente de nível superior a pelo menos um e no máximo dois dos melhores alunos do último ano de cada uma das 95 escolas públicas de ensino médio de Campinas. O critério de seleção para o preenchimento das vagas – são 120 no total – é a nota no Enem. Os egressos do ProFIS têm vaga garantida na Unicamp sem a necessidade de prestar vestibular.

Finalmente, vale destacar o estabelecimento na Unicamp da Cátedra Sérgio Vieira de Melo para Refugiados. A universidade abriga hoje 15 estudantes em condição de refúgio, que se somam às centenas de alunos estrangeiros participantes de programas de intercâmbio internacional. Tidas como um espaço único para a troca de ideias, o contato com múltiplos saberes e a defesa dos referenciais democráticos e republicanos, as universidades brasileiras – sobretudo as públicas – não podem ficar indiferentes aos grandes problemas que afligem o País. Ao criar mecanismos para ampliar a presença de negros, indígenas, estudantes oriundos de escolas públicas e estrangeiros em seus câmpus, as universidades não só tornam o ambiente universitário mais rico e propício a uma boa formação acadêmica, como também contribuem para a redução das desigualdades sociais determinadas pela origem socioeconômica e étnico-racial dos indivíduos.

Os resultados obtidos pela Unicamp são extremamente promissores, mostrando que é possível responder aos anseios por uma sociedade mais justa e menos desigual por meio de iniciativas focadas no mérito, na inclusão e no aumento da diversidade entre os alunos. A democratização do acesso, entretanto, deve ter continuidade com políticas

sólidas de permanência e de apoio para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. É esse o bom desafio que temos pela frente.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Deputados criam CPI para intervir nas universidades**

#### **Base do governo. Parlamentares vão instaurar comissão alegando querer "desapareilhar" a esquerda de faculdades; juristas e reitores apontam ataque à autonomia universitária**

A Assembleia Legislativa de São Paulo será palco de uma ofensiva da base do governo João Doria (PSDB) com abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito contra o que os deputados definem como "aparelhamento de esquerda" das universidades públicas paulistas e "gastos excessivos" com funcionários e professores. Entre as mudanças que eles querem discutir estão a escolha do reitor e a forma como o Estado repassa recursos às instituições, ambas garantidas hoje pela chamada autonomia universitária.

O diretor da Faculdade de Direito da USP, Floriano de Azevedo Marques, disse que intervir nas universidades é inconstitucional. "A autonomia universitária, que diz que a instituição conduz seus assuntos acadêmicos e indica seus dirigentes, é absolutamente impenetrável porque vem da Constituição." Tanto ela quanto a liberdade de cátedra foram reafirmadas em 2018 pelo Supremo Tribunal Federal, que tem entre os membros dois ex-colegas de faculdade de Marques - Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski -, no julgamento sobre a censura a manifestações acadêmicas na eleição.

Apresentada pelo deputado Wellington Moura (PRB), vice líder do governo, a CPI das Universidades Públicas será instaurada nesta semana. O objeto divulgado no Diário Oficial é vago: "investigar irregularidades na gestão das universidades públicas". Entre as justificativas apresentadas oficialmente está o fato de as universidades de São Paulo (USP), Estadual Paulista (Unesp) e Estadual de Campinas (Unicamp) receberem 9,57% da arrecadação do ICMS do Estado. O valor atual está em torno de R\$ 9 bilhões.

"Vamos analisar como as questões ideológicas estão implicando no orçamento. Eu percebo um predomínio da esquerda nas universidades. Infelizmente, muitos professores levam mais o tema ideológico do que o temático para a sala de aula", disse Moura. Líder do PSDB na Assembleia e aliada de Doria, a deputada Carla Morando afirmou que é "público, notório e amplamente divulgado pela imprensa" que as universidades públicas são "dominadas pela esquerda" em seus cargos de gestão e no ambiente educacional. Para ela, as universidades são uma "caixa-preta".

Há exatos 30 anos, em 1989, decreto do então governador Orestes Quécia vinculou recursos do ICMS para USP, Unesp e Unicamp e a total autonomia para geri-los. Além disso, a Constituição de 1988 garante a autonomia às universidades no País, o que significa ser responsável por escolher dirigentes e colegiados, currículos, programas, etc.

Desde a autonomia, a USP aumentou em mais de 1.100% o indicador de produção científica que se refere a publicações de trabalhos em revistas conceituadas mundialmente. O número de alunos de graduação cresceu 50% e o de teses defendidas, 400%. Nos últimos anos, as três universidades enfrentaram problemas financeiros e, em razão da autonomia, não puderam pedir mais dinheiro ao Estado. E chegaram a ter mais

de 100% dos orçamentos comprometidos com folha de pagamento.

Reitores. "Não temos o que temer com a CPI, mas preocupa esse tipo de discussão sobre a importância da universidade", disse o reitor da USP, Vahan Agopyan. "As universidades de pesquisa não são só para formar excelentes profissionais e fazer pesquisas. É onde se discutem e se desenvolvem políticas públicas e se trabalha para modificar e melhorar a sociedade." Para o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, dizer que a esquerda domina a universidade é "falta de conhecimento". "Temos pessoas de esquerda e de direita convivendo com relativa tranquilidade, somos um espaço para debate de ideias e respeito pelas ideias do outro." A ideia de que as instituições públicas são aparelhadas pela esquerda também reverbera em âmbito federal. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz que é preciso "vencer o marxismo cultural das universidades".

Os parlamentares querem ainda mudar o modelo de governança. Hoje, o reitor é escolhido a partir de lista tríplice enviada ao governador, que opta por um dos nomes. Quem escolhe os ocupantes da lista é a comunidade universitária, com mais peso para o voto dos professores. Para deputados da base governista, até o Conselho Universitário, órgão máximo das instituições, seria dominado pela esquerda.

"Depois da CPI, muitas ideias vão surgir. Um projeto de decreto legislativo pode alterar a forma de escolher os nomes da lista tríplice. Pode ser um nome indicado pelo governo, outro pelos deputados e um terceiro pela universidades", disse Moura.

Geisel. Para José Goldemberg, que foi reitor da USP, a ideia dos deputados é "extravagante", que nem na ditadura militar prosperou. "O (presidente Ernesto) Geisel mudou a lista tríplice para a lista sêxtupla. Quando eu era reitor (1986-1990), fui ao STF e derrubei essa medida porque a lista tríplice foi colocada no estatuto da USP quando ela foi criada (em 1934). Ela tem autonomia para decidir."

Procurado, João Doria não se manifestou. Os três reitores disseram que até hoje nenhum deles se reuniu com o governador. / COLABOROU ISABELA PALHARES

Novo quer cobrar mensalidade de estudantes; USP tem superávit

A CPI também trouxe de volta a ideia de se cobrar mensalidades em universidades públicas, que surgiu durante as eleições presidenciais, como forma de diminuir a participação do Estado no orçamento. Pesquisas internacionais, no entanto, mostram que grandes instituições de pesquisa não se sustentam apenas com pagamento de alunos.

Daniel José, líder do Novo e vice-presidente da Comissão de Educação da Casa, defende a mudança. "O conceito de universidade pública gratuita e estatal deveria deixar de existir." Segundo o reitor da USP, Vahan Agopyan, estudos já feitos na instituição mostram que o dinheiro vindo de eventuais mensalidades não chegariam a 8% do orçamento. "Uma universidade de pesquisa é cara." No Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos, as mensalidades cobrem só 10% do custo da instituição.

A CPI surge logo após o primeiro ano de recuperação da capacidade financeira das

universidades, depois de um período de déficit orçamentário. Em 2018, a USP teve superávit pela primeira vez em quatro anos. A Unicamp teve déficit orçamentário menor que o previsto e a Unesp teve déficit de R\$ 200 milhões.

A recuperação é resultado das medidas de redução de gastos -como planos de demissão voluntária e diminuição de concursos. Desde 2013, as instituições chegaram a gastar mais de 100% do que recebem com o pagamento de salário de servidores e aposentados. Mas, em 2018, o gasto caiu para 90,02% e chegou a 89,75% no primeiro trimestre de 2019 - o menor desde 2011.

Os reitores dizem não temer a CPI. "Temos órgãos de controle, tenho muita tranquilidade", afirmou o reitor da Unesp, Sandro Roberto Valentini. Segundo ele, as condições atuais são consequência da ampliação da universidade, que nos últimos 15 anos criou nove campi e mais de 50 cursos. "Houve influência do Executivo e Legislativo para levar a Unesp a algumas regiões, um projeto ambicioso." / I.P., P.V., e R.C.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**MEC acelerou credenciamento de novas universidades em 70% neste ano  
Educação. Mutirão na gestão de Vélez Rodríguez desengavetou processos parados na pasta havia anos; secretaria responsável por autorizar novas faculdades é vista como local de barganhas com o Congresso e se tornou alvo de disputa dentro do governo**

O Ministério da Educação (MEC) promoveu um “mutirão” nos primeiros meses do ano para acelerar a abertura de novas universidades no País. Pedidos de credenciamento que estavam parados havia anos na pasta foram liberados para análise do Conselho Nacional de Educação (CNE). Com a troca de ministro, a secretaria responsável pelas autorizações – que tem alto poder de barganha e prestígio político – agora é disputada entre alas do governo e ainda está sem chefe.

Desde janeiro, o MEC enviou 120 processos de credenciamento de novas Instituições de Ensino Superior (IES) ao conselho. O número é cerca 70% maior do que no mesmo período de janeiro a abril de 2018 e 2017 – quando o ministério encaminhou 71 e 72 processos, respectivamente.

A maior parte dos procedimentos recebe parecer favorável no CNE e, pouco depois, é homologada pelo ministério. Esse é o primeiro passo para que uma nova universidade ofereça cursos. Dos 120 processos encaminhados neste ano, apenas dez tiveram avaliações desfavoráveis no conselho.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), responsável por encaminhar os processos, é tida como um setor estratégico no ministério porque permite barganhas políticas. Segundo apurou o Estado, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tenta indicar o chefe da Seres desde o início do governo Bolsonaro.

O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, porém, havia nomeado para a secretaria seu ex-aluno Marcos Antônio Barroso Faria. Entre seus diretores subordinados, estavam alguns integrantes da ala militar do MEC.

“Dez entre dez deputados que vão ao MEC querem uma faculdade privada na cidade

deles”, diz uma fonte que trabalhou no ministério neste ano e prefere que seu nome não seja publicado. A gestão Vélez entendeu que os processos não andavam porque esperavam para ser usados como moeda de troca do governo com o Congresso.

Nos primeiros meses do ano, uma força-tarefa foi designada para tentar impedir essas barganhas. A meta era colocar em dia todos os processos de credenciamento até o fim do ano.

Com a demissão de Vélez, o novo ministro, Abraham Weintraub, chegou a anunciar a recondução do ex-secretário da Seres durante a governo Temer, Silvio Cecchi. O nome, no entanto, causou divergências e até hoje o cargo está vazio. Segundo o Estado apurou, Weintraub pretende levar uma funcionária da área de governança da Casa Civil para a secretaria.

Demora. No CNE, a demora no processo de credenciamento também é atribuída ao MEC, responsável pelo processo de avaliação que envolve a visita técnica nas universidades antes que o processo vá para o conselho. Dados do CNE mostram que apenas 5% dos processos de credenciamento relatados neste ano haviam sido enviados em 2018.

“O que chega ao CNE é, quase tudo, relatado muito rapidamente. Se há demora, é na Seres, e não deveria haver essa demora”, diz o presidente da Câmara de Ensino Superior do conselho, Antonio Freitas.

Na lista de processos de credenciamento avaliados, é possível encontrar demandas que estavam paradas há cinco anos ou mais. É o caso do Centro Universitário Regional do Brasil, com sede em Salvador, na Bahia.

O processo de credenciamento para oferecer cinco cursos de ensino à distância teve início em 2014, e só em fevereiro deste ano obteve o aval do CNE. O MEC estabelece que todo o trâmite deve durar apenas dois anos e, mesmo assim, a visita de técnicos para vistoriar as instalações ocorreu só em outubro de 2018. A diretoria do centro universitário percebeu a aceleração de processos neste ano.

“Desde janeiro, apesar de toda a confusão no MEC, a Seres, de certa forma, funcionou. A tramitação foi ágil”, diz o reitor Carlos Joel Pereira, para quem a demora desestimula o investimento em educação privada. “Além de causar um prejuízo enorme ao projeto pedagógico da instituição, mostra a ineficiência do MEC no credenciamento.”

Cargo em secretaria ainda está vazio

Agilidade

Desde janeiro, o Ministério enviou 120 processos de credenciamento de novas instituições de ensino superior. O número é maior que o de 2017 e de 2018.

Barganha

A Secretaria responsável por encaminhar os processos é tida como um setor estratégico no ministério porque permite barganhas políticas.

## Nomeação

O cargo de chefe dessa secretaria está vazio após o nome apontado pelo novo ministro Abraham Weintraub (foto) ter causado divergências internas.

## Visita técnica

A demora no processo de credenciamento também é atribuída ao MEC, responsável pelo processo de avaliação que envolve a visita técnica nas universidades.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### O Censo e a educação

Em cada bairro, qual o percentual da população de zero a cinco anos sem matrícula em creches ou pré-escolas? Em cada município, quantas crianças com algum tipo de deficiência estão fora da escola, e quais suas características? Em quais ocupações que exigem diploma universitário há mais pessoas trabalhando fora de sua área de formação?

Apenas uma pesquisa no Brasil traz informações detalhadas sobre essas e outras questões importantes na formulação de políticas públicas: o Censo Demográfico do IBGE.

Justamente por levantar dados com esse nível de particularidade, o trabalho é realizado apenas de dez em dez anos, demandando alto investimento. Nas próximas duas semanas, o governo federal tomará decisões cruciais sobre sua maior e mais importante pesquisa. Este é o prazo que a Comissão Consultiva do Censo tem para apresentar uma proposta para reduzir em 25% seu custo, estimado em R\$ 3,4 bilhões.

A pressão vem principalmente do ministro Paulo Guedes (Economia). Ele chegou a afirmar que, em comparação com países desenvolvidos, o levantamento brasileiro teria um número excessivo de perguntas. De fato, há países ricos que fazem um questionário mais enxuto. Mas, nessas nações, é preciso considerar que pesquisadores e formuladores de políticas públicas têm acesso a outras fontes de dados, com qualidade e abrangência suficiente para orientar suas decisões.

A comissão incumbida de propor a redução do Censo brasileiro será presidida pelo economista Ricardo Paes de Barros. Em entrevista ao GLOBO no sábado passado, ele garantiu que informações sobre a população com deficiência, por exemplo, serão mantidas. Colocou em dúvida, porém, a necessidade de perguntar quantas crianças estão em creches públicas ou privadas, afirmando que há outros levantamentos que já coletam essas informações, referindo-se provavelmente ao Censo Escolar do MEC.

Pesquisadores em educação que defendem a manutenção de todo (ou quase todo) o bloco de perguntas sobre o tema argumentam que os registros do MEC nem sempre batem com os do IBGE. Usar o número de crianças levantado pelo instituto e comparar com o de matrículas nos registros do MEC poderia levar a uma informação imprecisa sobre o percentual de crianças fora de creche. Há prefeituras com maior capacidade de obter esse tipo de informação por meios próprios, ao contrário de outras, principalmente em regiões mais pobres.

Para essas, o mapeamento preciso do déficit de vagas em cada cidade é essencial, por exemplo, para planejar uma política de transferência de recursos federais para secretarias municipais de educação. Mesmo informações que podem ser retiradas de outros temas do questionário podem prejudicar estudos sobre questões importantes para políticas públicas educacionais. Estudos feitos a partir do Censo mostram que mais da metade dos brasileiros com diploma universitário trabalha em áreas distintas das quais receberam formação.

Ter esse mapeamento para cada carreira é uma informação relevante para o planejamento da expansão do ensino superior. No entanto, se não soubermos qual a taxa de desemprego, de informalidade, ou em que área estão trabalhando essas pessoas, será difícil obter a informação com a mesma confiabilidade.

Paes de Barros, um dos mais respeitados economistas do país, termina sua entrevista ao GLOBO dizendo que cada centavo do gasto público tem que ser muito bem justificado. Tem toda a razão. Espera-se que a comissão tenha sensibilidade para identificar as informações que, caso retiradas do Censo, possam aumentar a ineficiência do gasto público.

topo ↕

## **O ESTADO DO MARANHÃO - MA - OPINIÃO**

### **Lugar de criança é na escola?**

Na próxima semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá pela procedência ou não dos embargos de declaração frente ao julgamento do Recurso Extraordinário nº 888.815, que trata a respeito da legalidade e constitucionalidade do ensino domiciliar (ou homeschooling) no Brasil. Enquanto isso, o assunto é uma das prioridades dos 100 primeiros dias de governo do Presidente Jair Bolsonaro, que assinou, no dia 11 de abril, um Projeto de Lei (PL) que visa regulamentar a modalidade. Para entrar em vigor, o PL precisa, ainda, passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Até que isso aconteça, o homeschooling não tem previsão legal no Brasil e, caso receba mais uma negativa do STF, pode se tornar inconstitucional.

No Brasil, segundo a Aned (Associação Nacional de Educação Domiciliar), há cerca de 15 mil estudantes em educação domiciliar. Os argumentos de defesa dessa modalidade de ensino são de que os filhos estariam mais seguros em casa, do ponto de vista físico e psicológico, sobretudo no que se refere ao bullying, e questionam a qualidade do ensino escolar muito respaldado em convicções ideológicas e religiosas. Mas, até quando essas crianças e jovens terão que ficar trancafiados em suas casas? Serão “protegidos” do convívio social até a vida adulta?

Como assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho – sendo um dever solidário entre o Estado e a família, presente no artigo 205 da constituição – sem preservar o espaço coletivo da escola? Ainda não foi inventado nada melhor que o ambiente escolar. Podemos e devemos exigir que a escola seja mais empática com o mundo infanto-juvenil. Que atualize as suas narrativas, integre linguagens e assegure melhores condições para a aprendizagem e o desenvolvimento humano.

Porém, por mais que os responsáveis ofereçam outras oportunidades de convivência para as crianças e jovens em homeschooling, a longo prazo é pouco provável que

consigam suprir os benefícios da convivência em grupo e da pluralidade de experiências cognitivas, sociais, culturais e afetivas que a escola proporciona. A diversidade precisa ser entendida como uma riqueza e contribui sobremaneira para o processo civilizatório. A formação integral dos estudantes em grande parte depende da socialização com os seus pares e com a pluralidade de professores - profissionais especializados.

Somado a isso, a escola é a que mais demanda denúncias de abusos ocorridos por pais, mães e responsáveis contra a criança e adolescente nos conselhos tutelares. Com a modalidade do ensino domiciliar aprovada, esses crimes podem acabar ficando velados no espaço da família, visto que o Ministério da Educação e suas Secretarias já possuem dificuldade de fiscalizar adequadamente o funcionamento das escolas, imagine tendo que assumir a fiscalização em domicílios, bem como a aprovação e avaliação de planos pedagógicos individualizados.

Quando nós pensamos que, das dez competências gerais da BNCC, temos apenas uma diretamente relacionada ao conhecimento, fica mais simples defender a preservação do espaço coletivo escolar, como condição para qualificar outras competências como a comunicação e a argumentação, por exemplo, além de ser fundamental para aprender a empatia e a cooperação, que definem a qualidade de ser gente nesse mundo. É no contraponto, convivendo com quem pensa diferente, com quem professa fé diferente, que enriqueço o meu argumento e desenho os limites na relação com o outro e a natureza, trabalhando as frustrações e aprendendo a ser humano, um ser social por natureza.

topo 

## **PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL**

### **A rotina e os desafios da reconstrução do Museu Nacional, seis meses depois Trabalho deve levar até cinco anos para ser concluído; milhares de peças foram resgatadas dos escombros, mas muitas também se perderam**

Quando entrou em um dos salões da seção ulterior do Museu Nacional, Maxuel Caetano, 29, sabia que, em meio às cinzas e escombros, podia repousar o que sobrou de Sha-amun-em-su. A múmia da cantora-sacerdotisa que integrava o seleto grupo de amas virgens de Mut, a esposa do deus egípcio Amon, era uma das peças mais raras do Museu Nacional, em fase de reconstrução após o incêndio do último 2 de setembro. Em questão de minutos, ele e o colega Jefferson encontraram um esqueleto inteiro, deitado sob restos de um armário. O sarcófago datado de 750 a.C. e os vestígios do embalsamamento haviam sido totalmente consumidos pelo fogo. Mas não cabia lamúria. Os restos mortais estavam ali, em ossos chamuscados.

“Caraca, o Jefferson fez o maior escândalo”, recorda o bem-humorado Max, antes de imitar o amigo. “Eu não vou botar a mão nisso aí, li na Internet que dá feitiçaria”. O bioarqueólogo Murilo Bastos, especialista em ossos humanos que orientava os serventes de obra, ainda tentou explicar que se tratava de uma lenda, mas não conseguiu convencer Jefferson a ajudar no resgate da múmia. Os três integram a equipe de pesquisadores e operários que trabalha nas buscas pelo acervo, e foram os primeiros, em quase 2.800 anos, a ver Sha-amun-em-su de fato — privilégio que nem Pedro II, o dono da coleção, tivera. O belo sarcófago de madeira estucada e policromada era lacrado.

A peça era o xodó do imperador. Relatos dão conta de longas conversas mantidas com a múmia cantora, que permaneceu em seu gabinete até a Proclamação da República, quando foi incluída no catálogo museal. Foi um presente do quediwa Ismail, do Egito,

na segunda viagem de Pedro de Alcântara ao país, em 1876. O interesse por egiptologia começou ainda na infância, com a chegada de uma coleção adquirida pelo pai, Pedro I, no melhor do “jeitinho brasileiro”.

O monarca arrematou as relíquias escavadas no Templo de Karnak, durante a passagem de um comerciante italiano pelo Rio de Janeiro. Seu destino original era Buenos Aires, mas notícias de instabilidade política na Argentina o desanimaram a seguir viagem. Como a lista da alfândega não contemplava a permissão para a entrada de múmias no Brasil, a solução foi enquadrar o artigo como “carne seca”. Assim começou aquele que era o mais importante acervo egípcio da América Latina até cinco meses atrás. Só na sala onde Sha-amun-em-su foi resgatada, havia outras três múmias raras. Duas delas permanecem sob os escombros.

## ESPERANÇA NOS ESCOMBROS

O resgate não é um processo trivial. Para que os operários limpem a área, a fim de permitir o início das obras de recuperação, é preciso fazer um pente fino no entulho, uma grande mistura de alvenaria e mobiliário destroçados com restos de peças milenares no meio. Nada pode ser simplesmente descartado. Uma primeira verificação é seguida de rigorosa peneiragem, necessariamente aprovada por um pesquisador. “As cerâmicas egípcias são muito parecidas com telhas. Com o tempo, passamos a identificar melhor, pelas curvas”, conta Max. “Uma telha tem várias ondulações, o vaso já é mais arredondado, com uma bordinha mais grossa e o fundo mais resistente”, detalha o operário de olhar cada vez mais acurado.

Cada setor de pesquisa tem suas prioridades, mas, em um primeiro momento, os trabalhos têm sido direcionados para viabilizar as obras emergenciais do Paço de São Cristóvão. Além do escoramento das estruturas fragilizadas, que punham em risco a equipe, é preciso construir um telhado que cubra todo o prédio para proteger das chuvas o que sobrou do acervo. Em fase final de construção, a mega estrutura ficará a 23 metros de altura e será suportada por 42 pilastras cujas bases, concretadas ao chão, exigem a abertura de espaços em toda a área do museu, inclusive no jardim interno.

O ritmo é ditado pelo avanço dos homens nos andaimes. Um deles é o baiano Eraldo Galvão, de 34 anos. O cansaço é tamanho que ele dorme sentado ao conversar com a esposa quando chega em casa. “Nossa responsabilidade é muito grande. Durmo e acordo pensando nessa obra”, conta o marceneiro. A queixa aparente contrasta com um sorriso largo. Especializado em projetos de restauração, Eraldo conhece o sentimento de sentir-se responsável pelo resultado final. “Toda vez que passo na Pinheiro Machado, olho para a cúpula do Palácio Guanabara e penso que tem dedo meu ali”, diz.

Desta vez, ele estava de férias no interior da Bahia quando soube, pela televisão, sobre o incêndio. “Fiquei muito chateado e, na hora, falei ao meu pai que torcia para pegar essa obra”, recorda. O convite para trabalhar no Museu viria dias depois, e também significou ficar mais perto da família. Antes, estava em Vassouras dedicado à recuperação de um casarão histórico.

A restauração do Museu Nacional, em imagens

Ele pede atenção à reportagem antes de entrar em casa, no bairro de Quintino, subúrbio do Rio. Ao abrir a pequena porta que revela uma sala abaixo do nível da rua, as gêmeas Ana Beatriz e Larissa, de oito anos, disputam com o agitado João Miguel, de três, o

abraço no pai. O mais novo faz questão de dedurar que, outra vez, as irmãs assistiam à série infantil “Carinha de Anjo”. Além de ouvir as últimas sobre a trama, Eraldo tem que dar notas para apresentações de dança antes de contar em detalhes o dia na obra — as filhas querem falar tudo na escola. A paraibana Paula, sua esposa, diz que a dupla chegou a conhecer o antigo museu, mas, no futuro, as visitas terão outro significado. “Essa festa compensa qualquer cansaço”, diz Eraldo, que acorda às 4h50 de segunda à sábado em uma semana que ainda comporta três idas a uma igreja evangélica de Madureira.

Com funções de contenção, Eraldo só fica sabendo do avanço nas buscas pelo acervo na hora do almoço, em um refeitório improvisado do lado de fora do museu. Lá os peões mostram fotos e links de internet sobre os itens encontrados. Os celulares foram proibidos pela direção no canteiro de obras. Por isso, Max teve dificuldades para convencer a esposa de que tinha resgatado um fêmur de dinossauro com quase dois metros. “Esse dia me impactou muito. Só tinha ouvido falar disso na escola”, conta. “Era muito pesado, precisamos de seis pessoas para pegar. Estava meio quebrado, e retiramos de maca, como se fosse uma pessoa. Muito colega achou que era de mentira”, recorda.

Como de praxe no trabalho de resgate, os pesquisadores da área explicaram todos os detalhes sobre o objeto — espécie, tamanho, época e local em que viveu. “A prova de que o Museu vive são as verdadeiras aulas que esses operários têm no dia a dia da obra”, afirma Murilo, o bioarqueólogo. Max, que não concluiu o Ensino Médio, falou minuciosamente à ÉPOCA sobre a formação e características de fósseis vegetais. Ele ficou um mês inteiro dedicado à seção de paleobotânica, supervisionado pela pesquisadora Luciana Witovisk, curadora desse acervo. Depois de múmias e dinossauros, procurar marcas de plantas antigas poderia ser um tédio. “Fiquei muito interessado pelo tempo delas. Achava muito engraçado quando ela falava que um fóssil de 3 milhões de anos era novinho”, conta, aos risos.

A missão da dupla era vasculhar 24 armários incinerados em busca do que restou de um acervo com mais de 7 mil fósseis botânicos — a maior e mais antiga coleção do gênero no país. No dia seguinte à tragédia, o cenário era desolador: o calor fizera os armários encolherem à metade do tamanho, criando uma massa disforme de pedra e metal fundido. Ainda assim, Luciana era otimista. “Havia um São Jorge na minha sala, que foi a última a incendiar. Passados dois meses, encontrei a imagem, e só o pano que o envolvia tinha pegado fogo. Foi um sinal de que iríamos recuperar todos os fósseis emblemáticos”, crê.

Dito e feito. Com o avanço das buscas, no entanto, vieram as dores na coluna, e a responsabilidade de Max aumentou: ele passou a fazer a primeira análise dos itens recuperados. “O danado aprendeu tudo. Sabia separar folha, madeira, samambaia. Até os que estavam danificados ele conseguia identificar”, elogia a professora, lembrando que, por duas vezes, a dupla descobriu novos fósseis dentro de pedras com as superfícies destruídas.

No último dos armários, a apoteose: “quando ele tirou a gaveta com esforço, vi uma coisa redonda no meio de tudo destruído”. O único fóssil que se salvou naquele arquivo foi justamente o *Psaronius brasiliensis*, o exemplar mais antigo encontrado no Brasil, com cerca de 270 milhões de anos. Ao fim das buscas na seção, cerca de 20% da

coleção foi recuperada. “A história da paleobotânica no Brasil não se perdeu. Os principais fósseis, os mais antigos, a gente achou. O resto a gente sofre, mas recoleta”, garante Luciana.

Entre os pesquisadores, o resgate mais celebrado foi o crânio de Luzia, a primeira habitante das Américas. Ciente da responsabilidade que carregava, Murilo tinha as mãos trêmulas quando se aproximou do armário incinerado que abrigava a relíquia. “Fui escolhido por ser bem magro, já que a abertura da porta era muito estreita”, explica. Fragmento por fragmento, ele salvou a peça-símbolo da instituição. “Em temperaturas mais altas, ossos tendem a quebrar, mas conseguimos identificá-la com facilidade. Havia muito papel queimado no entorno, parecia uma churrasqueira. Muitos armários derreteram, mas, para nossa sorte, aquele era resistente e a prateleira estava só um pouco envergada”, comemora.

O trabalho de resgate corre em clima de satisfação, à diferença do ambiente fúnebre que tomava a Quinta da Boa Vista no dia seguinte ao incêndio. Ante às cinzas ainda quentes, os pesquisadores relatavam, às lágrimas, a sensação de ver seus objetos de pesquisa destruídos. “Meu marido acordou sem profissão”, dizia a esposa de um deles, que preferiu não se identificar. “Hoje, quem vê de fora talvez não entenda por que brincamos tanto aqui”, diz a arqueóloga Cláudia Carvalho, coordenadora do trabalho de resgate, que envolve 60 profissionais da instituição. “Se cada um parar para pensar no que o incêndio significa para a sua vida pessoal, não conseguimos avançar”, afirma.

Em alguns casos, é possível dizer, a mudança brusca de rotina foi bem-vinda. Com funções de curadoria há anos, a arqueóloga Angela Maria Rabello voltou ao terreno. Não mais em sítios pré-históricos como fazia na juventude, mas no próprio Museu. “Não quero mais parar de escavar, isso tem sido muito importante para mim. As peças que estamos resgatando vão desde o paleolítico e neolítico europeu, africano e asiático, até as coleções ameríndias e outras mais recentes. Aqui está a história do mundo”, diz a pesquisadora, que ingressou na UFRJ ainda em 1974, como estagiária.

## TRAUMA VITALÍCIO

Mas o trauma é latente. Para o diretor da instituição, o paleontólogo Alexander Kellner, uma dor que se mistura ao sentimento de impotência. Ao encerrar o expediente na sexta-feira que antecedeu a tragédia, a sensação era de dever cumprido. Finalmente, o Museu Nacional tinha recebido a vistoria de um técnico do BNDES, condição para a implementação de um projeto de combate a incêndios financiado pelo banco de desenvolvimento.

Kellner passou aquele final de semana em Porto Alegre, para comemorar o aniversário de sua companheira. Livre de preocupações, não ligou o celular ao aterrissar de volta no Rio, no domingo. Estranhou, então, a presença do filho mais velho no saguão de desembarque. Pensou tratar-se de uma coincidência. O primogênito poderia ter ido buscar a namorada. Ao saber que não, perguntou se estava tudo bem com a mãe do rapaz, sua ex-mulher. “Fogo, pai”. “Meu apartamento pegou fogo?”, perguntou o diretor, perdido até identificar um de seus assessores aos prantos. Após a negação inicial, não tardou para que as raízes germânicas tomassem as rédeas da situação.

O diretor é um sujeito insólito. Cientista mundialmente reconhecido, vai todos os anos ao território brasileiro na Antártida em busca de fósseis de dinossauros. Mas não faz a

linha introspectiva da maioria de seus pares. Fala alto e gosta das frases de efeito, sempre marcadas pela contração das feições arianas. Amável, mas ríspido no segundo seguinte, marcha decidido pelo prédio anexo do Museu, no alto de seus quase dois metros. Ele estava há apenas seis meses no cargo quando ocorreu o desastre. Naquela noite, foi direto para a Quinta e, à revelia do comandante dos Bombeiros, adentrou o edifício em chamas. Queria ver de perto a gravidade do incêndio e salvar objetos de sua pesquisa, armazenados em sua sala. Ao constatar estágio das chamas, resignou-se.

“Enfrentei muita resistência de familiares e amigos quando decidi concorrer à direção do Museu, mas mantive o propósito. Sei que a instituição precisa de alguém com o meu perfil”, afirma, elencando longa lista de realizações. “Meu único medo era um incêndio. Um mês depois de eu assumir, o Museu teve o primeiro curso de segurança contra incêndios. Na primeira aula, eu era o único presente. Levei um instrutor na congregação seguinte e falei: ‘se eu pudesse, obrigava cada um de vocês a participar. Entre pesquisadores, alunos e técnicos, formamos mais de 90 pessoas”, exalta.

“É muito cruel, sobretudo porque o dinheiro estava chegando, cara. Sabe qual é a pior parte para mim? Eu revi todo o meu procedimento e sabe o que eu poderia ter feito de diferente? Nada. Eu preferia ter errado e saber onde foi”, desabafa. “Perdi uma das coisas que me é cara. Não sou mais o pesquisador Alex Kellner, coisa que me honra. Agora, sou o diretor do museu que pegou fogo”, diz, em tom solene. “E já que é assim, vamos reconstruí-lo. Enquanto me deixarem trabalhar, vou fazer”, promete. O primeiro passo para a recuperação foi a contratação da empreiteira Concrejato, selecionada em chamada pública 19 dias após a tragédia — um tempo recorde dentro da burocracia da universidade.

Ainda na semana do incêndio, uma primeira verba emergencial de R\$ 10 milhões foi assegurada pelo Ministério da Educação (MEC) do então presidente Michel Temer. Receosa do extravio de objetos do acervo para a venda no mercado negro, especialmente no caso dos meteoritos, a reitoria da UFRJ fez uma força tarefa para obter recursos. Também era preciso criar condições para a continuidade dos cursos de pós-graduação, reconhecidos internacionalmente. Em 50 anos de existência, o Programa de Antropologia Social, por exemplo, nunca recebeu nota diferente do conceito máximo da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do MEC).

Do montante de R\$ 102 milhões garantidos em menos de três meses para a reconstrução, a maior parte veio de emendas parlamentares da bancada fluminense em Brasília. Um encontro realizado menos de 48 horas após a tragédia, em plena campanha eleitoral, contou com a presença de mais de 30 dos 46 deputados. Ficou acertada a destinação de uma emenda de bancada no valor de R\$ 55 milhões – R\$ 30 milhões para as obras no edifício e outros R\$ 25 milhões para a construção do anexo que irá abrigar os centros de pesquisa em um terreno contíguo à Quinta, de 49 mil m<sup>2</sup>, cedido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Como as emendas são impositivas, entram automaticamente no orçamento e não podem ser sustadas. O restante dos recursos será aportado por BNDES (R\$ 20 milhões), CNPq (R\$ 10 milhões), Finep (R\$ 10 milhões), Unesco (R\$ 5 milhões) e Capes (R\$ 2 milhões).

O Egito na coleção do Museu Nacional

Apesar do sucesso, as negociações para a destinação da verba junto ao Planalto não

foram simples. Em uma das reuniões para convencer Temer sobre a importância da liberação, a universidade rivalizou com o Ministério da Cultura pela verba de R\$ 55 milhões. Deputados presentes relatam que o então ministro da pasta, Sérgio Sá Leitão interveio para demover a presidência do repasse, culpabilizando a direção da universidade e politizando o debate a todo momento. O lobby do já presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM) teria sido decisivo para manter a universidade à frente da reconstrução.

Na mesma linha, alguns presidenciáveis associaram a responsabilidade pela tragédia à vinculação partidária do reitor da UFRJ, Roberto Leher, filiado ao PSOL. “A indicação política leva a isso”, comentou, na ocasião, o ainda deputado Jair Bolsonaro (PSL), que teve endosso de Ana Amélia (PP), candidata a vice na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB). Em que pese a retórica, deputados ouvidos por ÉPOCA disseram que Bolsonaro não questionou as emendas propostas pela bancada fluminense.

Para os parlamentares, é o indicativo de que o novo governo é capaz de colaborar com o Museu. No dia 1º de fevereiro, houve a primeira visita da nova equipe do Ministério da Educação à universidade, e Leher confirma a impressão. “Creio que os dirigentes do MEC perceberam que a UFRJ tem um plano de ação sólido. Isso facilita muito o diálogo, que ficou objetivo, em torno de questões concretas”, garante.

O reitor lamenta que a tragédia não tenha despertado um debate sobre a falta de políticas públicas voltadas à manutenção do patrimônio histórico-cultural no país. “No caso dos prédios tombados, não existe sequer rubrica orçamentária. O setor privado também não investe. Tivemos nove projetos aprovados na Lei Rouanet, mas não apareceram patrocinadores. Ninguém quer apoiar a reforma da parte elétrica, porque não aparece a plaquinha da empresa. Cada vez mais, só querem financiar espetáculos da Broadway”, queixa-se.

## RENOVAÇÃO EM CURSO

Após a conclusão das obras emergenciais, em março, terá início a reforma efetiva do prédio. Como a estrutura é tombada, tem de ser recriada tal como era antes, o que será feito a partir da fachada, cuja conclusão está prevista para o início de 2020. A universidade estima que a reconstrução total do museu levará até cinco anos e custará cerca de R\$ 250 milhões, a maior parte de recursos públicos.

Com a seção frontal recuperada, a direção já espera promover exposições, para manter vivo o contato com o público. Enquanto isso, a parte de trás seguirá isolada, em reforma. Simultaneamente, um grupo de trabalho em dedicação exclusiva formulará o novo conceito museal da instituição, cujo prédio principal será utilizado somente para as exposições. As coleções e atividades de pós-graduação serão transferidas para os anexos, demanda antiga dos pesquisadores. A ideia é integrar o Museu à Quinta e outras opções de lazer complementares em São Cristóvão, melhorando o acesso a trem e metrô. Para tal, já existem conversas com a Unesco, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Prefeitura do Rio. A meta da reitoria é ousada: aumentar o número de visitantes anuais de 180 mil para 1 milhão de pessoas em até cinco anos.

O acervo do Museu Nacional

“Se pensarmos só nas escolas públicas do grande Rio, são mais de 2 milhões de

estudantes. A Quinta tem condições de receber 50 mil pessoas num fim de semana, só precisa de infraestrutura adequada. Todo turista que vier ao Rio tem que passar no Museu. Nós fazemos isso quando viajamos”, defende o reitor. “Queremos que a tragédia atraia atenção não só via espetacularização, mas pelo viés da informação. Fui guiado pelas filhas crianças de um casal amigo no Museu de Antropologia no México. Nossas crianças não conhecem seus ancestrais. Gosto do desafio de reinventar uma tradição museal”, conclui.

Para esse objetivo, a recuperação do acervo será fundamental. Com auxílio da tecnologia, é possível recriar partes ou até mesmo objetos inteiros das coleções. Ainda no ano passado, o pesquisador do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) Jorge Lopes fez impressões 3D do crânio da Luzia e do meteorito do Bendegó. “Estamos fazendo testes para verificar a possibilidade de usar a poeira dos escombros do palácio como matéria prima. Os resultados com carvão são animadores”, antecipa. A mágica só é possível graças a um trabalho de quase 20 anos, que envolveu operações cinematográficas.

No delicado contexto de segurança pública do Rio, a ambulância escoltada por viaturas da Polícia Militar poderia dar a ideia de que um ferido em confronto era transportado. Na verdade, o aparato se devia ao transporte de Sha-amun-em-su para uma clínica de radiologia na Barra da Tijuca, onde seria tomografada para o estudo do que havia no interior do sarcófago lacrado. Foi a forma que os pesquisadores do Laboratório de Processamento de Imagem (Lapid) do Museu encontraram para driblar a falta de recursos para adquirir uma máquina de escaneamento tridimensional.

Semanalmente, o médico Iugiro Kuroki informava a equipe do Lapid dos horários vagos, e a estratégia era montada. Ao analisar as imagens da múmia cantora, oito anos após a tomografia, o egiptólogo Antônio Brancaglione descobriu que sua garganta estava revestida por uma bandagem de resina. Como o mesmo foi detectado em outra múmia-sacerdotisa contemporânea na Universidade de Chicago, os estudiosos suspeitam que o artefato tenha sido colocado para permitir àquelas mulheres usar a voz no mundo dos mortos.

O método não invasivo permite que os pesquisadores analisem minuciosamente seus objetos de pesquisa sem a necessidade de tocá-los ou abrir os sarcófagos, no caso das múmias. Agora, irá possibilitar também a criação de réplicas das peças destruídas pelo fogo. O Museu conta com duas impressoras 3D, que tinham ido para manutenção e se salvaram do incêndio. Elas retornariam dias antes da tragédia, mas um elevador quebrado adiou a entrega. Na Praça Mauá, zona portuária do Rio, Jorge Lopes opera a maior máquina do gênero na América Latina, patrimônio do INT. Desde 2000, ele trabalha no Lapid em parceria com o paleontólogo Sérgio Azevedo, coordenador da iniciativa que é pioneira em nível mundial.

“Tinha uma máscara indígena linda, representada pelo Debret, e vários outros objetos preciosos que não foram escaneados a tempo. É difícil não pensar o que poderíamos ter feito”, lamenta Jorge, apesar do grande volume de material escaneado. Este, porém, não é seu maior remorso. “Incomodou muito não ter levado minha filha, de quatro anos, para conhecer o Museu antes do incêndio. Você não faz ideia”, desabafa. Ela será mais uma integrante da numerosa comitiva infantil que tem presença garantida na reabertura do Museu. A obra emergencial termina neste mês de março, para o lamento de Maxuel.

“Vou levar essa experiência para a vida toda. Fiz amizades boas, adquiri conhecimento. Antes, fóssil, dinossauro e múmia não faziam nenhum sentido. Vi a importância das pessoas que trabalham com isso”, relata o sensível Max. Ante as ruínas da sala onde fez sua especialização em fósseis botânicos, escuta da professora Luciana que leva muito jeito para a paleontologia e tem estágio garantido na casa caso siga esse caminho. “Pô, um convite desses”, diz, sem graça.

topo ↕

## CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

### **Entre os 10 melhores professores do mundo, uma é brasileira. E da escola pública**

No cenário de notícias boas e ruins para a educação brasileira, começamos pela vertente negativa da coisa. Porque o lado positivo contado a seguir vai ser de pura magia. Só que uma magia concreta, real, transformadora de vidas... Fiquemos com ela na hora de desenvolver e encerrar esta coluna.

O principal elemento de crise na área fica por conta do próprio Ministério da Educação. Depois de seus quadros baterem cabeça por mais de três meses, com repetidas trocas de nomes em cargos da prateleira de cima (incluindo aí o do nº 1 da repartição), a pasta começa só agora a buscar um rumo, enquanto estudantes já concluem a primeira etapa letiva em colégios por todo o Brasil. Paralisia que deixa em compasso de espera, por exemplo, a realização do Enem, depois que a gráfica responsável pela impressão da prova desde a edição de 2009 declarou falência no início de abril.

Por falar em “atraso”, e em seu primo de primeiro grau, o “retrocesso”, outra nota preocupante é que professores vivenciam em toda parte um clima crescente de vigilância, de patrulhamento, que em alguns casos chegam às vias de demissão, como ocorrido dias atrás no Colégio Poliedro (São José dos Campos, SP). A instituição eliminou de seus quadros um professor, após divulgação de um vídeo em que ele criticava o presidente Jair Bolsonaro e seu governo. O clima de perseguição ganha eco pelo país, como também reverbera falas contundentes em defesa da liberdade de professoras e professores.

É na contramarcha dessa conjuntura árida e pouco animadora (pelo menos no curto prazo), que a gente passa para o lado mágico prometido lá em cima.

Vem da escola pública o maior motivo de orgulho brasileiro no segmento de educação em 2019. E esse orgulho tem nome de mulher. É Debora Garofalo, que alcançou a honra de adentrar o hall dos 10 melhores professores do mundo, como finalista do Global Teacher Prize, considerado o “Nobel da Educação”. A primeira mulher sul-americana na história a conseguir esse feito.

Formada em Letras e Pedagogia, e cursando agora o mestrado em Educação, Debora viu o sonho de ser professora surgir ainda menina. Ajudava os colegas nas lições e tarefas, com o auxílio de uma lousinha. Presente da mãe, dado a ela no contexto de uma infância difícil.

Momento afetivo lembrado em entrevista concedida ao Congresso em Foco. Quem, quando criança, colaborava com coleguinhas de classe, hoje promove transformação social em larga escala na EMEF Almirante Ary Parreiras, periferia da zona sul paulistana. Debora fala sobre o projeto de robótica com material reciclável desenvolvido

com os alunos do ensino fundamental, que a credenciou à honraria internacional, do prêmio recebido no final de março em Dubai, nos Emirados Árabes, e dos desafios que visualiza no atual cenário da educação brasileira.

Debora, conte sobre o projeto que a levou à final do Global Teacher Prize.

Ele nasceu da vontade de transformar a vida de crianças e jovens, de 6 a 14 anos, que são os meus alunos, através do uso da tecnologia como uma propulsora para a aprendizagem.

Comecei a ouvir os alunos, e uma das dificuldades que eles levantavam e me traziam era a questão do lixo. Em dias de chuvas, esse lixo os “proibia” de ir à escola, e acarretava doenças, como dengue e leptospirose. Então, eu propus para uma das minha turmas que a gente fosse às ruas e fotografasse esse cenário, e que durante esse caminho nós conversássemos com os moradores, de porta em porta, sobre a questão da sustentabilidade, e também sobre o descarte desses materiais, podendo entender um pouco melhor esse contexto. E que, nesse percurso, nós recolhêssemos o lixo.

Assim nós fizemos. Nesse primeiro momento, nós achamos muito material reciclável e alguns eletrônicos. Com o material reciclável, eu propus que fizéssemos nosso primeiro protótipo utilizando lei de Newton, que foi um carrinho movido a balão de ar. Esse carrinho despertou nessas crianças, que não se sentiam capazes de construir algo com as suas mãos, um grande interesse pela escola, pela educação, e por aquilo que elas tinham acabado de produzir. E virou uma febre.

No dia seguinte, eu fui recepcionada por outros alunos, com muitos materiais recicláveis, querendo também fazer a mesma atividade que essa turma fez. Dessa forma então, eu estruturei o trabalho, que consiste em aulas públicas, sensibilização da comunidade sobre a questão da sustentabilidade, e também da reciclagem do descarte de materiais, percurso para que a gente possa recolher o lixo das ruas. Esse lixo é pesado, lavado e separado em sala de aula, para dar início então a um estudo de pesquisa e construção em grupo sobre protótipos. Desse trabalho, nós já retiramos das ruas mais de uma tonelada de materiais recicláveis, transformados em protótipos com sucata.

Que criança vê entrar nesse projeto, e que criança vê dele sair?

Bom, eu sempre falei para os alunos que não era só aprender robótica. Era aprender a intervir na sociedade. Como educadora, sempre busquei transformar temas sociais em grandes currículos, para que realmente o aprendizado pudesse ser de forma significativa.

O que em comum eu vi nessas crianças: no começo, elas não se sentiam capazes de construir algo. Elas não acreditavam que o ensino de robótica poderia ser para elas, porque havia então essa concepção, de que ensino de robótica era coisa de escola particular. E aí houve toda uma mudança cultural, de trabalhar essas crianças, resgatar esse potencial transformador de criatividade e inventividade, para que elas pudessem ser protagonistas da própria história. E fazer elas entenderem que também são agentes da transformação dentro da comunidade delas. Que elas poderiam então sensibilizar, tornarem-se multiplicadoras desse aprendizado, e sensibilizar a comunidade sobre essa questão. Foi toda uma mudança cultural, principalmente de autoestima, que resultou na

mudança dessas crianças, que hoje se sentem capazes, se sentem entusiasmadas, se sentem realizadas, e sabem que elas têm um lugar no mundo. Que não é o lugar que determina o que elas podem ser. Que são elas mesmas.

Houve também resultados positivos na redução da evasão escolar, certo?

Os resultados desse trabalho são 93% de redução da evasão escolar, 95% de ganho no combate ao trabalho infantil e a retirada das ruas de uma tonelada de material, transformada em protótipos com sucata, mas também uma reorganização do lixo na comunidade, com instalação de novas caçambas. A gente vê hoje uma maior sensibilização. A gente não vê o lixo, principalmente nos arredores da escola, onde ele era muito presente.

Penso que qualquer pessoa que leia dois parágrafos sobre o prêmio irá perceber de imediato o quão importante ele é, e o quão significativo foi ter você lá. Eu te vi em diversos veículos de imprensa, mas fico pensando se a repercussão do que alcançou é proporcional ao o tamanho do feito. É possível pensar em um tempo em que professoras e professores serão tão reverenciados publicamente quanto o são jogadores de futebol e artistas de novela, por exemplo?

Quando eu cheguei em Dubai, tinha muita expectativa da imprensa internacional para conversar comigo, pelo impacto do trabalho. Em relação aos professores, eu fui muito bem acolhida por todos. Todos tinham grande interesse. Os 50 melhores professores estavam lá também, interessados em conversar comigo, saber um pouco mais do trabalho, poder levar esse trabalho para outras pessoas, para outras nacionalidades, e foi tudo muito bonito, né, participar de todo o evento. Depois, nós ficamos muito isolados, só os 10, que foram considerados os 10 melhores do mundo, porque tivemos vários eventos, e todo evento era no sentido de valorizar essa prática dos professores. Tivemos um show. Fomos ao palco. Nós subimos, tivemos o ator Hugh Jackman, que ficou conosco dois dias, que conhecia a fundo o nosso trabalho, que conversou muito com cada um de nós. Tudo pra mostrar o quanto o trabalho do professor é importante. O prêmio tem essa premissa: de que o professor precisa ser valorizado, precisa ser respeitado.

Foi muito bonito ver e estar vivenciando toda essa repercussão do trabalho. Porque nós tivemos outras pessoas [em outras edições do prêmio], e eu não me lembro do impacto do trabalhos dos outros professores ser algo tão grandioso como foi dessa vez. Eu acho que um pouco é pela questão do trabalho - por ter esse aspecto muito do social -, mas principalmente porque as pessoas enxergaram realmente uma transformação na educação, que esse era o maior propósito realmente.

Eu não espero que sejamos referendados. Eu espero que sejamos valorizados, que sejamos respeitados, e que acima de tudo as políticas públicas valorizem as práticas de professores, porque infelizmente ainda temos no Brasil uma cultura de se ter um trabalho bom, mas esse trabalho bom ficar guardadinho. A gente precisa mudar essa cultura: pegar esses trabalhos de excelência e realmente transformá-los em políticas públicas. Muitas das soluções que já existem na educação podem estar em alguma sala de aula. Então a gente precisa valorizar o docente.

Virou lugar-comum, principalmente entre políticos em campanha, a máxima de que a

educação é o único caminho para o país crescer, e as últimas revoluções industriais pelo mundo “civilizado” de fato provam isso, mas o que vemos na vida real brasileira é um descolamento entre esse discurso e a prática de governos e de governantes, quando lá chegam. Falando com propriedade de quem vive e respira educação (e, mais do que isso, educação pública), por onde acha que gestores públicos deveriam começar a atacar verdadeiramente o problema?

Neste momento, nós temos muito o que falar de educação. Colocar o Brasil num ranking internacional é o grande desafio. A gente precisa realmente repensar a nossa educação. Trazer a tecnologia para dentro da sala de aula é essencial. Ela não pode mais ficar do lado de fora. Mas neste momento, é necessário ter planos para alfabetização, para implementar a tecnologia dentro das escolas, liberar o Fundeb, que está para vencer no ano que vem (as escolas precisam desse recurso), e fazer planos concretos no ensino médio, na educação básica. Fazer prioridades. E dar suporte para que o professor possa trabalhar de forma interdisciplinar, alocando novas tecnologias dentro da sala de aula.

A gente precisa de propostas concretas, e precisa ter investimento: que se invista realmente em formação inicial do docente, porque o professor sai extremamente despreparado para enfrentar uma sala de aula, e que se invista também em formação continuada desses professores. Professor é uma pessoa que precisa estar em constante formação. As coisas mudam. O professor precisa se atualizar. Então, pensar em políticas públicas, diminuição da quantidade de alunos por sala, repensar o ensino, fazer a proposta do ensino integral (nossas crianças precisam muito dela, o único aporte que muitas têm na vida é na escola). A gente precisa realmente atacar esses problemas com mais clareza e com mais sensatez.

Numa outra vertente dos desafios da educação brasileira, temos a questão crônica da falta de reconhecimento e de valorização de professoras e professores. O que mais ouvimos da e sobre a categoria (principalmente na educação básica) são relatos de baixos salários, sobrecarga de trabalho e falta de condições para o exercício. Numa conjuntura profissional por regra tão desfavorável assim, como atrair e motivar pessoas ao ingresso no magistério?

Não tem muito segredo. Para termos professores, é fundamental que se invista em carreira docente, em valorização. Que exista realmente um plano de carreira docente. E isso tem que ser em nível nacional. Todos os países com que eu pude ter contato em Dubai, inclusive falando com gestores públicos conhecidos, todos eles clamam por investimentos em educação. Não existe transformação da sociedade, se a gente não valorizar esse profissional.

Para terminar, Debora, sinto que professoras e professores nunca estiveram em uma posição tão delicada como hoje, no que diz respeito ao patrulhamento do que vocês dizem em sala de aula. Qual a sua percepção disso, e de iniciativas como o projeto Escola Sem Partido?

Acredito que a gente não deva mais perder tempo falando disso. Considero muito que o partido é a escola. O Escola Sem Partido prega que somos doutrinadores. E não é verdade. A escola é laica. A função do professor é formar seres críticos e reflexivos. E para isso é necessário que haja o diálogo, não colocando o nosso ponto de vista, colocando o ponto de vista de que é necessário fomentar o diálogo, e fazer rodas de

discussão sobre os diversos assuntos que permeiam a sociedade. Não tem que mandar assuntos para debaixo do tapete. E é mais um gasto que poderia ser revertido em educação.

Então, acho que isso é um sonho, e a gente tem que parar de sonhar com esse tipo de coisa, e realmente atacar o que necessita de ser atacado neste momento, que é priorizar a educação, priorizar a alfabetização, priorizar o ensino médio, priorizar que essas crianças sejam realmente formadas da melhor maneira possível, no chão de uma escola pública. A gente precisa ter uma escola pública com altas expectativas para os alunos, que seja capaz de ter qualidade e equidade para essas crianças.

\*Heitor Peixoto é jornalista. Twitter: @heitor\_peixoto

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Cientista de Franca que superou infância pobre e preconceito terá história contada nos cinemas**

**Filme sobre a vida de Joana Darc Félix de Souza será protagonizado por Taís Araújo. Professora que aprendeu a ler sozinha tornou-se PhD na Universidade Harvard e acumula 82 premiações.**

Filha de empregada doméstica e de um profissional de curtume, Joana D'arc Félix de Souza superou muitas dificuldades e preconceito até se tornar PhD em química pela Universidade Harvard, nos Estados Unidos, além de uma cientista mundialmente premiada.

Aprovada em três universidades aos 14 anos, Joana aprendeu a ler sozinha e dormiu com fome muitas noites, porque o dinheiro para estudar longe de casa era pouco. Durante o intercâmbio, ouviu comentários racistas de colegas, mas se mantinha firme aos objetivos.

Agora, a história de vida e de superação de Joana será representada nos cinemas. O papel principal será da atriz Taís Araújo. A cinebiografia ainda não começou a ser gravada e também não há previsão para lançamento, mas a produção será da Globo Filmes.

“Foi uma surpresa muito grande. Até então, parece que a gente não valoriza o que é feito. Aí, caiu a ficha: ‘nossa, estou fazendo trabalhos interessantes em prol da sociedade, do meio ambiente, da saúde humana’. É possível vencer na vida através da educação”, diz Joana.

A professora conta que recebeu a proposta de ter a vida contada em um filme depois de conquistar o título “Personalidade 2017” do Prêmio Faz Diferença, uma iniciativa do Jornal O Globo em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

“Quando subi ao palco para falar um pouco sobre a minha história, foi o que sensibilizou”, relembra. “É um filme brasileiro voltado para a educação. Somente através dela é possível alcançar uma transformação social efetiva e estou contente por isso”, diz.

Os produtores do filme já estiveram na escola técnica onde Joana leciona, em Franca (SP), para acompanhar a rotina da professora. Diretor do colégio, Cláudio Ribeiro Sandoval diz que se surpreende com a capacidade da cientista de envolver e incentivar os estudantes.

“Ela traz ao longo da história de vida um exemplo. Isso faz com que o aluno consiga se refletir naquilo que ela viveu. Ela é muito humana e simples no que faz. É uma alegria muito grande porque é uma oportunidade de mostrar ao Brasil inteiro quem é a Joana D’arc”, afirma.

## Estudo e superação

Joana nasceu em Franca no seio de uma família com poucos recursos financeiros. Sem condições manter a caçula em uma creche, a mãe optou por levá-la para o trabalho. Aos 4 anos de idade, a menina passava o dia quietinha, lendo os jornais da casa.

Sem dinheiro e sem saber como viveria longe da família, já que precisaria estudar em uma universidade pública fora da cidade, Joana ouviu os conselhos do pai e se dedicou a longas jornadas de estudo com o material emprestado do filho da professora.

O trabalho do pai no curtume, local onde o couro cru é quimicamente tratado para ser usado na produção de sapatos e bolsas, foi responsável pela escolha da graduação. Aos 14 anos, a jovem foi aprovada em três universidades: Unicamp, USP e Unesp. Optou por Campinas (SP).

“Foi uma luta enorme. Ainda estavam construindo as moradias, tivemos que pagar para morar em um pensionato. O dinheiro era contado. Meu pai começou a trabalhar à noite para pagar as despesas. O pãozinho que vinha no bandeirão era o meu jantar”, relembra.

Joana passou 10 anos na Unicamp, da graduação ao doutorado. As publicações científicas levaram ao convite para cursar o pós-doutorado nos Estados Unidos. Mas, antes de chegar à Harvard, a professora passou pela Universidade Clemson, na Carolina do Sul.

“Foi um ano muito difícil, foram muitas agressões verbais por causa da minha cor. Estava no estado mais racista dos Estados Unidos. Havia frases do tipo ‘negra, volte ao seu país porque você está tomando o espaço de um branco’. Eu tinha medo, mas aguentei firme e forte”, conta.

A professora voltou ao Brasil em 2002, após duas perdas avassaladoras. Primeiro, a irmã. Um mês e três dias depois, o pai também morreu. Como a mãe estava doente e o cunhado passou a morar com ela, Joana decidiu regressar a Franca e ajudar a cuidar dos sobrinhos.

O ponto final à vida nos Estados Unidos revelou à Joana uma nova oportunidade: a carreira de docente na Escola Técnica Estadual (Etec), onde leciona até os dias de hoje. Foi nesse colégio que a cientista desenvolveu projetos de pesquisa que lhe renderam prêmios e patentes.

“Eu vi que é possível desenvolver pesquisa de ponta sem estar dentro de uma grande universidade. É possível desenvolver patentes de projetos inovadores sem estar nesse meio. É possível fazer pesquisa na educação básica, na escola técnica, basta querer”, afirma.

Hoje, aos 55 anos, Joana já registrou 15 patentes nacionais e internacionais, junto aos alunos, a partir de pesquisas envolvendo, principalmente, reaproveitamento de couro e utilização de pele suína em transplantes realizados em seres humanos.

Esse último estudo, aliás, rendeu à Joana o mais importante entre os 82 prêmios que coleciona: o Kurt Politizer de Tecnologia, concedido em 2014 pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abquim).

“Todos nós somos capazes. Tem que querer, tem que ter objetivos, tem que traçar metas para vencer na vida”, afirma a pesquisadora. “Independente da cor da pele, temos que ser fortes, resistentes, enfrentar os problemas de cabeça erguida e sem vitimismo”, completa.

topo ↕

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

### **Editorial do Estadão: Os jovens e as ciências**

#### **É possível modernizar esses níveis de ensino com objetividade e rigor, sem perda de tempo com discussões ideológicas**

Realizada há três semanas no Inova USP, o recém-inaugurado centro de inovação da universidade, a 17.<sup>a</sup> Feira Brasileira de Ciências e Engenharia mostrou por que ela se tornou um dos principais polos de atração dos estudantes do ensino básico e técnico interessados em se desenvolver na área. Mostrou, também, como é possível modernizar esses níveis de ensino com objetividade e rigor, sem perda de tempo com discussões ideológicas.

A ideia básica é que, ao voltar para suas escolas, esses estudantes com alta capacidade de aprendizagem – a maioria oriunda da rede escolar pública – disseminem o que aprenderam entre os colegas. Esses estudantes costumam ter trajetórias acadêmicas muito rápidas, chegando inclusive a publicar artigos ao passar do ensino médio para o ensino superior.

Para prepará-los para participar da feira, os organizadores oferecem cursos online que os ensinam a desenvolver projetos em linguagem acessível. Um deles, por exemplo, mostra como produzir sensores e coletar dados com ajuda do celular. “Os projetos e protótipos estão se tornando mais robustos a cada ano graças a esse material didático e à experiência acumulada de professores orientadores que participaram das edições anteriores da feira”, afirma a engenheira Roseli de Deus Lopes, em entrevista concedida à revista Pesquisa, da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo. Além de professora da Escola Politécnica da USP, ela dirige o Laboratório de Sistemas Integráveis da instituição e foi quem teve a ideia de criar essa feira no Brasil em 2001, depois de participar da International Science and Engineering Fair, o mais importante evento pré-universitário do mundo.

Financiada por agências de fomento a pesquisa, empresas e entidades científicas, a 17.<sup>a</sup> Feira Brasileira de Ciências e Engenharia recebeu cerca de 72 mil projetos e os critérios de seleção utilizados pelos 200 professores que os avaliaram levaram em conta

potencial de inovação, relevância, rigor científico utilizado na metodologia e qualidade do relatório sobre o projeto. As 332 equipes finalistas foram compostas por 751 estudantes de todas as regiões do País. Ao todo, quase 30 projetos receberam algum prêmio, como certificados, passagens e estadia para eventos internacionais de ciência, bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e assinaturas da revista Pesquisa. Muitos prêmios foram oferecidos por empresas e entidades, como a American Psychological Association.

Alunos oriundos de regiões menos desenvolvidas conseguem trazer problemas relevantes, que conhecem de perto e enfrentam no dia a dia. Com apenas 14 anos e filha de uma empregada doméstica de Maceió, uma das vencedoras desenvolveu painéis de fibra de coco para isolamento acústico e ganhou um convite para publicar um artigo na revista Scientia Prima, voltada para estudantes pré-universitários. Foi a primeira vez que viajou para São Paulo. Com 17 anos e moradora em Imperatriz, no Maranhão, outra vencedora elaborou um estudo sobre manejo sustentável do buriti, com o objetivo de gerar renda no sudoeste do Estado. O trabalho foi premiado pela Society for Science & the Public Award for Community Innovation. Com apenas 16 anos, outra vencedora, que é aluna de um colégio estadual de Campinas, desenvolveu o projeto de um canudo biodegradável à base de inhame e gelatina que se degrada depois de 40 minutos imerso num copo de água ou refrigerante. A estudante recebeu cinco prêmios e ganhou uma vaga para participar da National Youth Science Camp, um encontro internacional voltado para alunos do ensino médio.

Iniciativas como a promoção da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia e da Olimpíada Brasileira de Matemática são decisivas para que o País possa formar o capital humano de que tanto necessita para voltar a crescer. E também deixam uma importante lição: quando o bom senso prevalece sobre modismos pedagógicos e bandeiras educacionais mais vistosas do que eficazes, a sociedade tende a ganhar.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

**Educação Física pode ser disciplina obrigatória em todos os sistemas do ensino básico**

**Projeto de lei do deputado estadual Humberto Aidar visa construir hábitos saudáveis e ajudar a combater a obesidade O post Educação Física pode ser disciplina obrigatória em todos os sistemas do ensino básico apareceu primeiro em Jornal Opção.**

Projeto de Lei que visa a tornar obrigatória a disciplina de Educação Física na educação básica no Estado de Goiás foi apresentado na Assembleia Legislativa de Goiás, nesta quarta-feira, 17. Caso aprovado, o PL nº 1904/19, de Humberto Aidar (MDB), se aplicará ao sistema público e particular do Estado.

O deputado estadual justificou sua matéria afirmando que a iniciativa tem intuito de garantir o direito dos alunos à atividade física, experimentação motora e valores dos esportes. Segundo Aidar, isso “só é possível através das aulas de Educação Física, sendo orientados dentro da escola por profissional capacitado e devidamente habilitado”.

O parlamentar ainda pondera que a prática dos exercícios orientada por profissional pode reduzir a evasão escolar e contribuir para construir hábitos saudáveis, ajudando a combater a obesidade.

O post Educação Física pode ser disciplina obrigatória em todos os sistemas do ensino básico apareceu primeiro em Jornal Opção.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

**MEC acelerou credenciamento de novas universidades em 70% neste ano**

**Mutirão na gestão de Vélez Rodríguez desengavetou processos parados na pasta havia anos; secretaria responsável por autorizar novas faculdades é vista como local de barganhas com o Congresso e se tornou alvo de disputa dentro do governo**  
SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) promoveu um "mutirão" nos primeiros meses do ano para acelerar a abertura de novas universidades no País. Pedidos de credenciamento que estavam parados havia anos na pasta foram liberados para análise do Conselho Nacional de Educação (CNE). Com a troca de ministro, a secretaria responsável pelas autorizações - que tem alto poder de barganha e prestígio político - agora é disputada entre alas do governo e ainda está sem chefe.

Desde janeiro, o MEC enviou 120 processos de credenciamento de novas Instituições de Ensino Superior (IES) ao conselho. O número é cerca 70% maior do que no mesmo período de janeiro a abril de 2018 e 2017 - quando o ministério encaminhou 71 e 72 processos, respectivamente.

A maior parte dos procedimentos recebe parecer favorável no CNE e, pouco depois, é homologada pelo ministério. Esse é o primeiro passo para que uma nova universidade ofereça cursos. Dos 120 processos encaminhados neste ano, apenas dez tiveram avaliações desfavoráveis no conselho.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), responsável por encaminhar os processos, é tida como um setor estratégico no ministério porque permite barganhas políticas. Segundo apurou o Estado, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tenta indicar o chefe da Seres desde o início do governo Bolsonaro.

O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, porém, havia nomeado para a secretaria seu ex-aluno Marcos Antônio Barroso Faria. Entre seus diretores subordinados, estavam alguns integrantes da ala militar do MEC.

"Dez entre dez deputados que vão ao MEC querem uma faculdade privada na cidade deles", diz uma fonte que trabalhou no ministério neste ano e prefere que seu nome não seja publicado. A gestão Vélez entendeu que os processos não andavam porque esperavam para ser usados como moeda de troca do governo com o Congresso.

Nos primeiros meses do ano, uma força-tarefa foi designada para tentar impedir essas barganhas. A meta era colocar em dia todos os processos de credenciamento até o fim do ano.

Com a demissão de Vélez, o novo ministro, Abraham Weintraub, chegou a anunciar a recondução do ex-secretário da Seres durante a governo Temer, Silvio Cecchi. O nome, no entanto, causou divergências e até hoje o cargo está vazio. Segundo o Estado apurou, Weintraub pretende levar uma funcionária da área de governança da Casa Civil para a secretaria.

Demora

No CNE, a demora no processo de credenciamento também é atribuída ao MEC, responsável pelo processo de avaliação que envolve a visita técnica nas universidades antes que o processo vá para o conselho. Dados do CNE mostram que apenas 5% dos processos de credenciamento relatados neste ano haviam sido enviados em 2018.

"O que chega ao CNE é, quase tudo, relatado muito rapidamente. Se há demora, é na Seres, e não deveria haver essa demora", diz o presidente da Câmara de Ensino Superior do conselho, Antonio Freitas.

Na lista de processos de credenciamento avaliados, é possível encontrar demandas que estavam paradas há cinco anos ou mais. É o caso do Centro Universitário Regional do Brasil, com sede em Salvador, na Bahia.

O processo de credenciamento para oferecer cinco cursos de ensino à distância teve início em 2014, e só em fevereiro deste ano obteve o aval do CNE. O MEC estabeleceu que todo o trâmite deve durar apenas dois anos e, mesmo assim, a visita de técnicos para vistoriar as instalações ocorreu só em outubro de 2018. A diretoria do centro universitário percebeu a aceleração de processos neste ano.

"Desde janeiro, apesar de toda a confusão no MEC, a Seres, de certa forma, funcionou. A tramitação foi ágil", diz o reitor Carlos Joel Pereira, para quem a demora desestimula o investimento em educação privada. "Além de causar um prejuízo enorme ao projeto pedagógico da instituição, mostra a ineficiência do MEC no credenciamento."

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Governo Bolsonaro: em 4 temas importantes, as profundas diferenças no pensamento de olavistas e militares**

Disputa pelo comando do Ministério da Educação foi episódio mais recente de divisão entre militares do alto escalão do governo e seguidores de Olavo de Carvalho, mas as divergências não param por aí.

Após pouco mais de 100 dias de governo Bolsonaro, as divergências entre os dois principais grupos que ocupam cargos no Executivo - a ala militar e a olavista- têm se tornado mais evidentes, principalmente na área de educação e relações exteriores.

A disputa interna por cargos e protagonismo transbordou para ataques pessoais nas redes sociais e na imprensa. No fim de semana, Carlos Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, publicou no canal do pai no YouTube um vídeo com críticas do escritor Olavo de Carvalho a militares e a deputados e senadores eleitos sob a bandeira da "nova política".

No vídeo, o "guru ideológico do atual governo" diz que o presidente é um "mártir" por aguentar os "filhos da p..." ao redor dele. Segundo ele, os militares acabaram com a direita do país após tomar o poder, abrindo caminho para "os comunistas" assumirem depois.

"Ele criaram o PT (...) Os milicos têm que começar por confessar seus erros antes de querer corrigir os erros dos outros", afirmou. Depois que o vídeo publicado no canal do presidente virou notícia, ele foi apagado.

Nas páginas de Olavo de Carvalho nas redes sociais, um dos principais alvos de críticas tem sido o vice-presidente Hamilton Mourão, a quem o escritor de direita já chamou de "idiota" e chegou a sugerir que seria um "traidor".

Os militares têm respondido aos ataques tentando minimizar a importância de Olavo de Carvalho, conhecido como "mentor da nova direita". "Não posso fazer nenhum comentário porque para mim (ele) não tem importância nenhuma", disse recentemente o general Santos Cruz, ministro-chefe da Secretaria-Geral de Governo, ao ser perguntado pela BBC News Brasil sobre a influência de Olavo de Carvalho no governo.

Atuação de militares é surpresa positiva do governo Bolsonaro, diz professor de Harvard que estuda Brasil há 30 anos  
O que os primeiros 100 dias de Bolsonaro indicam sobre os desafios de seu governo

Radicado nos Estados Unidos desde 2005, o escritor de 71 anos se popularizou ao criticar a esquerda e defender posições conservadoras em livros e nas mídias sociais nas últimas décadas. Nos últimos dois anos, ele se aproximou dos filhos de Bolsonaro, principalmente do deputado federal Eduardo Bolsonaro e, em 2018, apoiou abertamente a candidatura do militar reformado.

Desde então, conseguiu emplacar "olavetes" - como ele próprio já se referiu a seus seguidores - em postos no Palácio do Planalto e em três ministérios: Educação, Relações Exteriores e na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Já os militares comandam quatro pastas de peso: Defesa, Segurança Institucional, Secretaria de Governo e Infraestrutura, além da Vice-Presidência.

O capítulo mais recente da divisão entre esses dois grupos foi a disputa pelo comando do Ministério da Educação. Militares e seguidores de Olavo de Carvalho tentavam emplacar nomes seus para substituir o colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Vélez Rodríguez, demitido após se desgastar com uma série de medidas e declarações polêmicas, como a de que iria rever material didático das escolas sobre o golpe militar de 1964.

Bolsonaro acabou optando por Abraham Weintraub, diretor executivo do Centro de Estudos em Seguridade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), ex-aluno de Olavo de Carvalho.

A escolha de Weintraub foi vista por muitos como uma vitória da ala ideológica do governo, enquanto alguns acham que a opção por um nome não diretamente indicado pelo guru, embora ex-aluno dele, foi uma maneira que Bolsonaro encontrou para contornar a insatisfação dos militares.

Mas, se o MEC se tornou palco central do racha entre militares e olavistas, nas últimas semanas, a divergência entre os dois grupos esteve longe de se concentrar nesse ministério.

A BBC News Brasil reúne quatro pontos de controvérsia no governo Bolsonaro que evidenciam essas diferenças: educação, aliança com os Estados Unidos, aproximação

com Israel e intervenção na Venezuela.

## 1) Educação

Na área da educação, tanto os expoentes das Forças Armadas quanto o grupo de seguidores de Olavo de Carvalho compartilhem da ideia de que a escola deve estimular o civismo, o patriotismo e a valorização de símbolos nacionais, como hino e bandeira.

Mas a forma como isso deve ser feito é alvo de divergências. E, embora militares e parte dos indicados por Olavo de Carvalho acreditem que a visão predominante nos materiais didáticos das escolas sobre a ditadura militar seja, na visão deles, excessivamente negativa para as Forças Armadas, a maior parte dos militares em postos no governo não encara rever essa narrativa e trocar os livros escolares como prioridade.

Antes de ser demitido do MEC, Vélz Rodrigues disse, em entrevista ao jornal Valor Econômico, que pretendia mudar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar são retratados nos livros didáticos, "para dar uma visão mais ampla da história".

Ainda que essa decisão pudesse parecer de interesse dos militares, ela foi mal recebida pelo alto escalão das Forças Armadas, para quem este não seria o melhor momento para discutir um tema tão polêmico.

"Se o ponto é 1964 ou não é, acho que estamos perdendo tempo em discutir uma coisa de 55 anos atrás quando temos um monte de coisas mais importantes para discutir", disse à BBC News Brasil o general Santos Cruz, ao ser perguntado sobre o que achava da proposta de rever materiais didáticos.

Outra diferença entre olavistas e militares, segundo a professora de ciência política da PUC-RJ Vera Lúcia Chaia, é a visão sobre a ciência. Enquanto, Olavo de Carvalho e alguns de seus seguidores rejeitam ideias praticamente consensuais na comunidade científica - como a do papel da ação humana no aquecimento global -, os militares parecem apresentar uma visão mais "pragmática" e voltada à defesa de um ensino pautado na visão científica predominante.

"Os olavistas, de certa forma, rejeitam a ciência quando centram esforços na defesa do projeto Escola Sem Partido, nas críticas ao educador Paulo Freire, que é citado em publicações científicas do mundo todo, e quando negam as mudanças climáticas provocadas pelos homens", afirmou Chaia à BBC News Brasil.

"Já os militares pensam o Brasil como integrante de uma ordem internacional, uma ordem global. Na visão dos militares, existe sim uma ciência a ser preservada."

Para a professora de ciência política Maria do Socorro Braga, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), militares e olavistas também divergem quanto à abrangência das reformas necessárias no sistema de ensino. Os seguidores de Olavo de Carvalho defendem uma mudança ampla na metodologia de ensino das escolas brasileiras.

Eles são particularmente contrários ao método construtivista, que entende que o aluno deve ser "ensinado a aprender". Por essa metodologia, o aluno está no centro do processo de aprendizado e deve chegar ao conhecimento por si, tendo o professor como mediador. O objetivo é estimular não só o acúmulo de conteúdos, mas também uma

reflexão crítica sobre o que é aprendido.

Esse método se tornou alvo de ataques virulentos de Olavo de Carvalho e seus seguidores. Em seu blog, o guru do governo Bolsonaro escreveu que o "socioconstrutivismo" retarda a alfabetização dos alunos no Brasil e é instrumento do "marxismo" para transformar os alunos em "agentes da transformação social".

Bolsonaro, que compartilha de muitas das visões de Olavo de Carvalho, já defendeu que o ensino brasileiro deve focar na transmissão de conteúdos tradicionais, como "português e matemática".

"Nós queremos uma garotada que comece... Não a se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas que comece a aprender coisas que possam levar a conquistar espaço no futuro", disse o presidente, na cerimônia de posse do novo ministro da Educação.

Segundo a professora Maria do Socorro Braga, diferentemente dos olavistas, os militares não manifestaram o interesse de reformar o sistema de educacional para promover o método tradicional de ensino - baseado no conteúdo, na disciplina e tendo o professor como único transmissor do conhecimento.

"Os militares não compartilham dessa visão mais conservadora da educação. São favoráveis à disciplina e ao uso de símbolos nacionais, mas não estão fazendo um movimento para mudar as diretrizes da educação no país", afirmou.

O general da reserva Eduardo Schneider, que já atuou no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência em governos anteriores, avalia que o problema da educação brasileira, para os militares, não está na metodologia de ensino em si.

Segundo ele, os próprios colégios militares priorizam um formato de ensino focado em levar o aluno a aprender por si, que estimula trabalhos em grupos e uma "construção coletiva" do conhecimento - técnicas do modelo construtivista.

"Desde os 90 que mudou-se a orientação nas escolas militares para colocar o aluno no centro do processo de aprendizagem, seguindo a tese de que ele precisa aprender a aprender. Pesquisas apontam que esse método leva a um aprendizado com profundidade", disse.

"O problema é que alguns porta-vozes dessa metodologia, em algumas instituições do país, agregavam a essa construção mensagens políticas", opina o general da reserva, cujos dois filhos estudaram em colégios militares.

"Temos que voltar a um ponto de equilíbrio, mas sem rejeitar o método científico."

## 2) Relação com os EUA

Apesar do destaque na mídia, nas últimas semanas, dado à disputa entre militares e olavistas pelo controle do MEC, é na área de relações exteriores que fica mais clara a diferença de pensamento entre os dois grupos, segundo cientistas políticos ouvidos pela BBC News Brasil.

Indicado por Olavo de Carvalho, o ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, tem defendido, entre outros pontos, um alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, distanciamento da China, aliança com Israel, e maior interferência brasileira na resolução da crise da Venezuela.

Todos esses pontos são vistos com reserva pela ala militar, para quem a soberania do Brasil e os interesses comerciais e políticos do país devem preponderar nas decisões de impacto internacional.

Especificamente no caso da aliança com os Estados Unidos - Bolsonaro tem se aproximado fortemente do presidente Donald Trump e aderido a críticas do governo americano à China, que enfrenta uma guerra comercial com os EUA.

A questão é que os chineses são os principais parceiros comerciais do Brasil, comprando 30% das nossas commodities, como alimentos e matérias-primas.

Embora os militares também optem por alianças com governos de direita e centro-direita, eles defendem que o Brasil adote uma postura de neutralidade em questões controversas, que permita ao país manter boas relações com "gregos e troianos".

"A defesa dos militares é em relação à soberania nacional, sem alinhamento automático com os Estados Unidos e o governo Trump. Não é a toa que Mourão está circulando em várias partes do Brasil e visitando alguns países, como os Estados Unidos. Ele está manifestando essas posições divergentes do seu grupo em relação a Olavo de Carvalho", afirma a professora de ciência política da PUC-RJ Vera Lúcia Chaia.

"Os militares incorporaram o globalismo e defendem que as relações diplomáticas do Brasil com diferentes países devem ser preservadas."

O general da reserva Eduardo Schneider diz que é natural que o Brasil busque uma relação mais próxima com os Estados Unidos, mas critica a possibilidade de um alinhamento automático (que pressupõe um apoio irrestrito).

Segundo ele, quando um posicionamento americano não se enquadrar nos interesses brasileiros, o Brasil deve assumir uma postura de "neutralidade".

"Todos os países, mais do que amigos, eles têm interesses. O alinhamento acontece quando os interesses estão alinhados. Quando eles não se alinham, cada país tem que preservar os interesses que lhe são vitais", disse à BBC News Brasil.

"Talvez uma potência global como os Estados Unidos enxergue a China como um competidor global. Nós analisamos que é importante para o Brasil manter uma relação com a China, porque é um ator importante. Um conflito com a China não nos interessa de jeito nenhum", afirma Schneider, que já atuou em missões do Exército com Mourão e o general Santos Cruz, ministro-chefe da Secretaria de Governo.

Essa visão é divergente da manifestada por Ernesto Araújo. No mês passado, em aula magna para alunos do Instituto Rio Branco, que forma novos diplomatas, o ministro de Relações Exteriores argumentou que o Brasil "estagnou" tendo a China como principal

parceiro comercial.

"O Brasil foi o país que mais cresceu no mundo quando seu principal parceiro de desenvolvimento eram os EUA, e depois estagnou, quando desprezou essa parceria com os EUA e passou a buscar Europa, integração latino-americana, e, mais recentemente, o mundo pós-americano dos Brics", disse.

"De fato, a China passou a ser o grande parceiro comercial do Brasil e, coincidência ou não, tem sido um período de estagnação do nosso país."

### 3) Proximidade com Israel

O movimento do governo brasileiro de aproximação com Israel também foi, até certo ponto, freado pelos militares. Inicialmente, Jair Bolsonaro manifestou a intenção de transferir a embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém, seguindo os passos de Trump.

Um dos filhos dele, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, que é muito próximo de Olavo de Carvalho, chegou a publicar nas redes sociais que a transferência não era uma questão de "se", mas de "quando".

Os israelenses reivindicam Jerusalém como capital do Estado de Israel. Mas a comunidade internacional e as Nações Unidas defendem que o status desse território seja definido em negociações de paz com os palestinos, que veem a parte oriental de Jerusalém como capital de um futuro Estado Palestino.

Por isso, os países, com exceção dos EUA e da Guatemala, mantêm suas embaixadas em Tel Aviv, capital financeira de Israel. Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro prometeu transferir a embaixada brasileira e defendeu uma forte aliança com o governo israelense.

Nas redes sociais, Olavo de Carvalho disse que "a coisa mais óbvia do mundo é que os judeus, não só por herança histórica e divina, mas por tudo o que passaram na 2ª Guerra Mundial, têm o direito ao território de Israel, pequenininho mas só deles, um abrigo contra os inimigos que os cercam por todos os lados" e condenou as críticas feitas a Trump por ter transferido a embaixada americana para Jerusalém, cumprindo uma promessa que, segundo ele, teria sido feita "por todos os presidentes americanos desde Bill Clinton".

Mas os militares lançaram uma ofensiva para dissuadir Bolsonaro de transferir a embaixada. A preocupação deles era de ordem econômica e de segurança.

Por um lado, temiam uma reação dos países árabes, que importam cerca de 10% dos produtos agropecuários do Brasil. Por outro, queriam evitar eventuais problemas de segurança, já que o Brasil e tropas brasileiras em missões da ONU no exterior poderiam vir a se tornar alvos de radicais islâmicos atuando em retaliação pela aliança com Israel.

Mourão chegou a fazer reuniões com o embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben, para assegurar que o governo não pretendia, pelo menos no momento, efetivar essa transferência de embaixada.

No final, Bolsonaro acabou optando, por enquanto, por abrir um escritório diplomático em Jerusalém - decisão que ainda assim gerou reações negativas de palestinos e do mundo árabe em geral. Setores do governo dizem que a transferência da embaixada ainda vai ocorrer, mas de "maneira gradual".

#### 4) Intervenção militar na Venezuela

Outra diferença clara entre militares e olavistas diz respeito ao papel do Brasil na crise da Venezuela.

Enquanto o ministro de Relações Exteriores do Brasil defende uma postura mais enfática contra o regime de Nicolás Maduro, sem descartar eventual apoio a uma intervenção liderada pelos Estados Unidos, os militares brasileiros vêm repetido que o governo deve se fiar em pressão diplomática e não em usar a força contra o país vizinho.

Um episódio que gerou grande desconforto entre a ala militar e a olavista foi a decisão de Ernesto Araújo de cessar a cooperação militar entre Brasil e Venezuela. Para as Forças Armadas, a medida ignorou importantes ações de cooperação entre os dois países no combate ao tráfico de drogas, de mercadorias e ao desmatamento ilegal da Amazônia.

"Apesar das divergências ideológicas, a relação entre militares brasileiros e venezuelanos na fronteira era boa. E havia ações importantes em andamento que de uma hora para outra foram interrompidas", disse uma fonte do Itamaraty, que acompanhou a reação dos militares.

Durante visita aos Estados Unidos, no mês passado, Bolsonaro afirmou que o Brasil poderia "dar apoio logístico" aos americanos, caso decidam intervir militarmente na Venezuela para retirar Maduro do poder. A hipótese é vista com cautela pelos militares.

Uma semana depois da declaração de Bolsonaro, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, se reuniu com o secretário de Defesa dos EUA, Patrick Shanahan, e disse que intervenção militar "não é uma hipótese" que o Brasil "esteja considerando".

"O Brasil procura uma solução pacífica e rápida à crise na Venezuela", afirmou. Como resolver as divergências?

Segundo o professor da Universidade de Harvard Scott Mainwaring, que estuda política brasileira há mais de 30 anos, quase todos os governos apresentam divisões na própria coalizão.

No entanto, para ele, as divergências no governo Bolsonaro parecem ter se manifestado cedo e ser profundas.

"Claro que todos os governo em democracias são, em alguma medida, heterogêneos. O que é diferente no caso Bolsonaro é que existem divisões profundas em questões fundamentais, inclusive na política externa."

Segundo ele, em governos comandados por setores que discordam fortemente entre si, o que costuma acontecer é que, com o tempo, uma ala acabe "derrotando" a outra.

"O que normalmente ocorre é que, ao longo do tempo, há vencedores e derrotados. Ou seja, uma ala ganha maior controle sobre o governo que a outra", diz.

Outra possibilidade é que haja uma divisão mais clara de prerrogativas, com um setor intervindo menos ou nada na seara do outro.

O problema é que nem militares nem olavistas parecem se contentar em se ater às atribuições específicas dos respectivos ministérios.

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Tensão nas universidades**

**Com MEC ainda conflituoso, federais que vão eleger reitores neste ano temem intervenções e perda de autonomia. Novo ministro não garante respeitar escolha do mais votado da lista tríplice enviada pelas instituições**

Diante de um longo caminho de eleições para reitores de 11 universidades federais em 2019, o ambiente acadêmico vive um momento de indefinição, sem conseguir ler ou prever as iniciativas do Ministério da Educação, que ainda não se encontrou após a demissão do então ministro, Vélez Rodríguez, e a nomeação de Abraham Weintraub para o cargo. Da parte de professores e alunos, há medo de intervenções e perda de autonomia. Weintraub tomou posse com um discurso conciliador e disse que respeitaria as leis, mas, em entrevista a um jornal, afirmou que, na nomeação do reitor, escolherá, da lista tríplice, o nome mais conveniente. Isto é, não deu garantia de que respeitará o resultado da consulta pública, que tradicionalmente termina na nomeação do mais votado para o cargo.

O processo eletivo de reitores começa com a consulta nas instituições, que segue o formato de eleição, com chapas e campanha. Posteriormente, o nome dos três primeiros candidatos são submetidos a um colégio eleitoral composto por professores, funcionários e estudantes. Nessa etapa, outros nomes podem ser submetidos à avaliação. A partir daí, uma lista tríplice com os nomes dos potenciais gestores é enviada ao MEC que, tradicionalmente, nomeia o vencedor da consulta.

Professor do Departamento de Gestão Pública da Universidade de Brasília (UnB), Ricardo Correa Gomes acredita que o transtorno enfrentado por Weintraub por desrespeitar a consulta pública seria maior do que qualquer influência que o governo federal pudesse ganhar ao desrespeitar o processo democrático indicando outro nome da lista. Para ele, embora Weintraub tenha o direito de apontar o nome que quiser da lista tríplice, burlar a escolha da comunidade é o mesmo que falar que não precisa de consulta. "Ele já faria como quisesse. As universidades são locais de produção de conhecimento. E produção de conhecimento está intimamente relacionado à autonomia", alerta.

"Vamos supor que o ministro escolha o terceiro nome da lista, por considerá-lo mais adequado. Adequado como? Então é melhor chamar todo mundo pra discutir e mudar a regra do jogo. Nas vezes em que isso não foi seguido, foi um transtorno. Nesses casos, o gestor escolhido enfrenta desgastes, tem dificuldade para agir. Pode ter até invasão de reitoria. As universidades têm um compromisso muito grande. Não se pode criar mais problemas. Melhor botar o ministério para trabalhar. Nomear outra pessoa que não a eleita pode ser legal, mas não é correto", avalia o especialista.

## A tônica do medo

A incerteza no ambiente acadêmico tem motivo de ser. No Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) do Rio de Janeiro (RJ), que tem um processo de eleição semelhante ao das federais, o então ministro, Vélez Rodríguez, nomeou como diretor-geral — pela Portaria nº 106, de 16 de janeiro de 2019 — o segundo colocado na consulta com a comunidade: Paulo André Bulhões, da Chapa 4. Mais votada, Solange Rocha, da Chapa 1, teve 40% dos votos. À época, a Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Assines) divulgou uma nota afirmando que a atitude do ministro feriu os princípios democráticos que norteavam o instituto.

A bola da vez é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que elegeu, no processo de consulta, no início do mês, a biofísica Denise Pires de Carvalho, primeira mulher indicada para o cargo na instituição. Ela ganhou em primeiro turno de duas outras chapas. O segundo lugar é do professor Oscar Rosa Mattos, da Escola Politécnica, e o terceiro, do docente Roberto dos Santos Bartholo Junior. Os nomes serão submetidos ao colégio eleitoral em 30 de abril e, após isso, Weintraub terá 60 dias para indicar o novo chefe da UFRJ.

Por enquanto, a universidade segue sob a batuta de Roberto Leher, filiado ao PSol, que não se candidatou à reeleição. Pró-reitor de Planejamento e Finanças da instituição, Roberto Gambini minimiza o clima de tensão. “O processo não é novo. Em função disso, acreditamos que não há razão para qualquer questionamento. Não vejo razão para o governo não levar o primeiro nome da lista em consideração. É ruim tomar qualquer medida sem consultar universidades. Há o risco de se mudar uma estrutura em funcionamento e causar problemas posteriores. É bom conversar, saber os impactos”, defende. “Mas, se houver algum movimento para construir um nome muito diferente, saberemos na reunião do colégio”, pondera.

## Críticas e reações

Em 11 de março, o presidente Jair Bolsonaro postou em seu perfil no Twitter que as universidades têm sido massacradas “pela ideologia de esquerda que divide para conquistar e enaltece o socialismo e tripudia o capitalismo”. Disse, ainda, que pretende quebrar esse ciclo, a fim de “impedir para sempre que o mal que esteve tão perto de destruir nosso país volte com força”. À época, professores rebateram a afirmação e destacaram que as instituições são plurais e, por isso mesmo, produzem conhecimento de qualidade.

É ruim tomar qualquer medida sem consultar universidades. Há o risco de se mudar uma estrutura em funcionamento e causar problemas posteriores. É bom conversar, saber os impactos”  
Roberto Gambini,  
pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ

Eu acho...

“Acho que a eleição para reitor é importante, pois torna a universidade mais representativa. Infelizmente, a relação das universidades com o governo está complicada. Defendo a autonomia (das universidades), pois o aprendizado precisa ser livre.”

Rafael Medeiros,  
19 anos, estudante do 4º semestre de matemática

“Acho que o docente e o discente têm de escolher na unidade federativa. E também tenho receio da relação do governo federal com as universidades. O MEC ameaça conquistas de professores e a política de cotas e provoca um clima de hostilidade no ambiente acadêmico.”

Helena Peixinho,  
19 anos, estudante do 2º semestre de serviço social

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Fundamental para o desenvolvimento**

A Universidade Federal de Pernambuco também está em campanha eleitoral para reitor e vice. Um dos pré-candidatos a vice-reitor, o diretor do Laboratório de Imunologia Keizo Asami, José Luiz de Lima Filho, disse não esperar nenhuma mudança no processo, que é garantido por lei. “Surgiram algumas histórias de intervenção, mas o clima é de um processo natural”, frisou. “Espero que eles nos vejam como parceiros para o desenvolvimento do país. A universidade pública é um equipamento fundamental para esse desenvolvimento. Ele (Weintraub) disse que escolherá o mais conveniente. O mais conveniente é o nome indicado pela comunidade”, avalia.

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes SN), Antônio Gonçalves, discorda. Para ele, o ministro não tem “compromisso nenhum em nomear o primeiro da lista”. Ele reclama da postura ideológica de Véléz e Weintraub. “A intenção é limitar e dificultar a eleição de candidatos progressistas. O ministro anterior tinha um alinhamento político, mas não tinha competência gerencial para lidar com as políticas do atual governo. Agora, o presidente escolheu alguém com o mesmo alinhamento ideológico, mas com uma capacidade de gestão aparentemente melhor. Haverá uma luta política, cujo resultado dependerá da correlação de forças. As universidades, os institutos estão dispostos a preservar a democracia dentro das instituições”, afirma.

As eleições da Universidade de Brasília (UnB) ocorrerão em 2020. Procurada, a reitora da instituição, Márcia Abrahão, não quis se manifestar sobre o tema. O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), Reinaldo Centoducatte, também optou pelo silêncio. Da mesma forma agiu o Ministério da Educação.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Vagas em direito disparam após MEC facilitar a abertura de novos cursos  
A cada cem vagas criadas desde 1828, 16 foram abertas em 2018 e 2019; OAB  
questiona qualidade**

São Paulo

Um dos países com mais advogados no mundo, o Brasil vive uma expansão acelerada de cursos de direito após o Ministério da Educação facilitar a abertura de graduações na área.

A ampliação tem gerado crítica em relação à qualidade da formação e à empregabilidade dos alunos. De 2018 ao 10 de abril deste ano, em pouco mais de um ano e três meses, 52 mil novas vagas em direito foram criadas, aumentando o total em 20%, para 313 mil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/vagas-em-direito-disparam-apos-mec-facilitar-a-abertura-de-novos-cursos.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

**Universidades públicas produzem mais de 90% da pesquisa do país; resta saber até quando**

**Ou Jair Bolsonaro está tremendamente mal-informado ou está deliberadamente desinformando a população sobre o tema**

No último mês de março, cientistas brasileiros publicaram um estudo mostrando que a temperatura média do país pode aumentar 1,5 grau Celsius até a metade deste século se o desmatamento não for controlado. Origem da pesquisa: a UFRJ e a Uerj, duas universidades públicas, uma federal e a outra estadual, ambas do Rio.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldojoselopes/2019/04/universidades-publicas-produzem-mais-de-90-da-pesquisa-do-pais-resta-saber-ate-quando.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Universidades ajudam aluno a transformar ideia em negócio**

**Para ganhar vaga em incubadora, é preciso mostrar que empresa pode gerar lucro**

São Paulo

Combinar pesquisa acadêmica de ponta e chance de rápido crescimento no mercado é o principal desafio das startups que buscam um espaço nas incubadoras de universidades.

Mesmo que nesses ambientes sejam comuns aportes de instituições públicas como a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), ganha a vaga quem consegue mostrar que a empresa pode gerar lucro e despertar interesse no setor privado, diz Sérgio Risola, diretor do Cietec, incubadora da USP (Universidade de São Paulo) que abriga 107 empresas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2019/04/universidades-ajudam-aluno-a-transformar-ideia-em-negocio.shtml>

topo ↕

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - EDITORIAIS

**Os jovens e as ciências**

Realizada há três semanas no Inova USP, o recéminaugurado centro de inovação da universidade, a 17.<sup>a</sup> Feira Brasileira de Ciências e Engenharia mostrou por que ela se tornou um dos principais polos de atração dos estudantes do ensino básico e técnico interessados em se desenvolver na área. Mostrou, também, como é possível modernizar esses níveis de ensino com objetividade e rigor, sem perda de tempo com discussões ideológicas.

A ideia básica é que, ao voltar para suas escolas, esses estudantes com alta capacidade de aprendizagem – a maioria oriunda da rede escolar pública – disseminem o que aprenderam entre os colegas. Esses estudantes costumam ter trajetórias acadêmicas muito rápidas, chegando inclusive a publicar artigos ao passar do ensino médio para o ensino superior.

Para prepará-los para participar da feira, os organizadores oferecem cursos online que os ensinam a desenvolver projetos em linguagem acessível. Um deles, por exemplo, mostra como produzir sensores e coletar dados com ajuda do celular. “Os projetos e protótipos estão se tornando mais robustos a cada ano graças a esse material didático e à experiência acumulada de professores orientadores que participaram das edições anteriores da feira”, afirma a engenheira Roseli de Deus Lopes, em entrevista concedida à revista Pesquisa, da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo. Além de professora da Escola Politécnica da USP, ela dirige o Laboratório de Sistemas Integráveis da instituição e foi quem teve a ideia de criar essa feira no Brasil em 2001, depois de participar da International Science and Engineering Fair, o mais importante evento pré-universitário do mundo.

Financiada por agências de fomento a pesquisa, empresas e entidades científicas, a 17.<sup>a</sup> Feira Brasileira de Ciências e Engenharia recebeu cerca de 72 mil projetos e os critérios de seleção utilizados pelos 200 professores que os avaliaram levaram em conta potencial de inovação, relevância, rigor científico utilizado na metodologia e qualidade do relatório sobre o projeto. As 332 equipes finalistas foram compostas por 751 estudantes de todas as regiões do País. Ao todo, quase 30 projetos receberam algum prêmio, como certificados, passagens e estadia para eventos internacionais de ciência, bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e assinaturas da revista Pesquisa. Muitos prêmios foram oferecidos por empresas e entidades, como a American Psychological Association.

Alunos oriundos de regiões menos desenvolvidas conseguem trazer problemas relevantes, que conhecem de perto e enfrentam no dia a dia. Com apenas 14 anos e filha de uma empregada doméstica de Maceió, umas das vencedoras desenvolveu painéis de fibra de coco para isolamento acústico e ganhou um convite para publicar um artigo na revista Scientia Prima, voltada para estudantes pré-universitários. Foi a primeira vez que viajou para São Paulo. Com 17 anos e moradora em Imperatriz, no Maranhão, outra vencedora elaborou um estudo sobre manejo sustentável do buriti, com o objetivo de gerar renda no sudoeste do Estado. O trabalho foi premiado pela Society for Science & the Public Award for Community Innovation. Com apenas 16 anos, outra vencedora, que é aluna de um colégio estadual de Campinas, desenvolveu o projeto de um canudo biodegradável à base de inhame e gelatina que se degrada depois de 40 minutos imerso num copo de água ou refrigerante. A estudante recebeu cinco prêmios e ganhou uma vaga para participar da National Youth Science Camp, um encontro internacional voltado para alunos do ensino médio.

Iniciativas como a promoção da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia e da Olimpíada Brasileira de Matemática são decisivas para que o País possa formar o capital humano de que tanto necessita para voltar a crescer. E também deixam uma importante lição: quando o bom senso prevalece sobre modismos pedagógicos e bandeiras educacionais mais vistosas do que eficazes, a sociedade tende a ganhar.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Ensino privado em expansão**

#### **Novos mercados e formas elevam demanda por educação no mundo e o Estado, sozinho, não tem como fornecer**

Abrigada em um emaranhado de prédios antigos à sombra da Abadia de Westminster, a Westminster School tem educado meninos desde que foi fundada em 1560 pela rainha Elizabeth I para dar aulas a 40 estudantes pobres. Ela evoluiu desde então – seus 750 alunos agora incluem algumas meninas e, com taxas de 39.252 libras por ano para internos, estudantes pobres são escassos por lá. Mas, por quase meio milênio, essas premissas definiram seus limites geográficos.

Isso está prestes a mudar. Em 9 de abril teve início a construção da Westminster Chengdu, o primeiro estágio de um empreendimento com um parceiro local, o Grupo de Tecnologia de Educação Melodious, de Hong Kong. A escola deve abrir em setembro de 2020 e terá 2.500 alunos de 3 a 18 anos. Será seguida por mais cinco estabelecimentos de tamanho semelhante em outras cidades chinesas nos próximos dez anos, ao final dos quais Westminster estará educando 20 vezes mais crianças na China do que em Londres.

Uma fatia da receita da operação chinesa retornará à nave-mãe, permitindo que a Westminster aumente a proporção de alunos com bolsas de estudo na Grã-Bretanha de 5% para 20%. “Isso nos permitirá um retorno às nossas raízes”, diz Rodney Harris, vice-diretor em Londres, que se muda para Chengdu em setembro para assumir o cargo principal. Ao estender o modelo na China, a escola espera abrandar a desigualdade para a qual contribuiu na Grã-Bretanha.

Em anos recentes, o Estado dominou a educação no mundo rico, com o setor privado restrito à elite e aos filiados à religião. No mundo em desenvolvimento, países criados a partir de impérios que desmoronaram buscaram fornecer (e controlar) a educação, tanto para responder às ambições do povo como para moldar mentes.

Agora o setor privado passa por um ressurgimento. A matrícula em escolas privadas aumentou globalmente nos últimos 15 anos, de 10% para 17% no nível primário e de 19% para 27% no secundário; os aumentos estão acontecendo não só no mundo rico como nos países de renda baixa e média. E as pessoas estão investindo mais em educação.

Quatro fatores levam ao aumento.

Primeiro, as rendas estão crescendo. Com taxas de natalidade em queda, o dinheiro disponível para cada criança aumenta ainda mais rapidamente. Na China, a política do filho único significou que, em muitas famílias, seis pessoas (quatro avós e dois pais) investem na educação de uma só criança.

Em segundo lugar, as oportunidades de trabalho para os menos instruídos estão encolhendo. Mesmo bons trabalhos em fábricas exigem qualificações.

Os retornos da educação aumentaram, apesar do aumento da oferta de pessoas com boa instrução. Nos países em desenvolvimento, o retorno é mais elevado, tornando ainda mais importante que jovens frequentem a escola.

Em terceiro lugar, quanto mais crianças forem instruídas, mais professores estarão disponíveis para formar o próximo lote. Isso é especialmente verdadeiro em países onde oportunidades de trabalho para mulheres são limitadas: a existência de muitas mulheres instruídas se traduz em oferta imediata de professores com baixos salários.

E a tecnologia cria uma demanda por novas capacitações nas quais o setor privado parece ser melhor em fornecer. Também abre mercados, pois a internet permite que as pessoas sejam educadas de diferentes maneiras em diferentes momentos de suas vidas.

A linha divisória entre privado e público muitas vezes é pouco evidente – muitos países têm escolas públicas que são parcialmente financiadas pelo setor privado, por exemplo, e escolas privadas que recebem financiamento público. E o tamanho e crescimento do setor privado varia por país – quanto mais desenvolvido, menor tende a ser o papel do setor privado. No Haiti, cerca de 80% dos alunos da escola primária estão sendo educados por escolas particulares; na Alemanha, apenas 5%.

Na Europa, a qualidade da instrução fornecida pelo Estado é geralmente elevada, de modo que o setor privado tende a desempenhar papel menor. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a qualidade das escolas públicas é variável, o que explica os consideráveis setores privados de elite e um número crescente de escolas administradas privadamente com financiamento público.

Na América Latina, o papel da igreja católica no ensino, a baixa qualidade da provisão estatal e o rápido crescimento da demanda por educação terciária contribuíram para um grande papel do setor privado.

Em grande parte do sul da Ásia e da África, a pobreza, a migração e o crescimento populacional dificultam que os governos ofereçam instrução em muitas cidades, de modo que o setor privado é grande e cresce rapidamente. As elites já deixaram os sistemas públicos e muitos das classes média e pobre os estão seguindo.

O Leste Asiático também tem uma provisão estatal generosa e geralmente boa, mas, diferentemente da Europa, tem um setor privado em rápido crescimento. O Vietnã tem o melhor sistema estatal de ensino em um país de baixa renda e provavelmente o setor de escolas privadas que mais cresce no mundo.

A capitalização de mercado das empresas de educação chinesas, maior do que as de quaisquer outros países, sugere que os investidores as encarem como oportunidade de ouro.

O estado chinês está restringindo o papel do setor privado entre as idades de 6 e 16 anos, mas ainda há espaço para crescimento. Se uma criança frequenta creche privada e

universidade particular e recebe duas horas de aulas particulares em cada dia letivo e oito nos fins de semana, além de participar de acampamento de matemática no verão – rotina padrão para um filho de profissionais chineses – ela passará tanto tempo no setor privado quanto no estatal.

Tudo isso torna a educação atraente para os investidores, diz Ashwin Assomull, da L.E.K. Consulting. Existem cadeias grandes e crescentes, tais como a Education, empresa de Dubai com 47 escolas, a maioria no Oriente Médio; a Cognita, empresa britânica com 73 escolas em 8 países; e a Beaconhouse School Systems, empresa paquistanesa com 200 escolas em 7 países.

A principal desvantagem é a sensibilidade política do setor. O investimento privado na educação deixa os governos pouco à vontade porque coloca um bem privado contra um bem social. Os governos regulamentam e restringem o setor privado, controlando o que é ensinado, vetando lucros, proibindo a seleção, reduzindo taxas e geralmente tornando o negócio menos atraente. No entanto, eles também precisam dele, para trabalhar junto, canalizar suas habilidades, inventividade e capital e despejar o dinheiro dos contribuintes nele.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - O PAÍS

### De casamento a futebol, as metáforas de cada presidente

### Bolsonaro retoma hábito de Lula e Dilma de traduzir a política em analogias de fácil compreensão, ao falar para a população

Na tentativa de expressar ideias complexas de maneira simples, alguns políticos se apegam às metáforas. O uso das figuras de linguagem no Palácio do Planalto voltou à cena com a eleição de Jair Bolsonaro. Se, com o ex-presidente Lula—torcedor do Corinthians —, o governo e a política eram comparados ao futebol, com Bolsonaro a temática dos relacionamentos amorosos ganhou espaço. Dilma foi mais eclética em seu repertório. A crise econômica internacional que ainda perdurava em 2013, por exemplo, foi comparada por ela a um "espirro":

—Quando há um espirro no exterior, o Brasil não pega pneumonia. Temos R\$ 378 bilhões de reserva.

Bolsonaro recorreu a metáforas sobre relacionamento ao tratar das demissões dos ministros Gustavo Bebianno, da Secretaria-Geral da Presidência, e Ricardo Vélez Rodríguez, da Educação.

—Lamento o ocorrido (com Bebianno), mas não poderia ter tomado outra decisão. É quase um casamento que, infelizmente, prematuramente se desfez.

Com a escalada da crise no ministério da Educação, o presidente disse em uma sexta-feira que avaliaria a situação no fim de semana, e indicou que poderia demitir Vélez Rodríguez.

—Vamos tirar a aliança da mão direita. Ou vai para a esquerda ou vai para a gaveta—disse Bolsonaro que, na segunda-feira seguinte, exonerou o então ministro.

O mesmo recurso foi utilizado por ele ao ser questionado, no final de março, sobre os desentendimentos com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

—Só conversando. Você nunca teve uma namorada? E quando ela quis ir embora o que você fez para ela voltar, não conversou? Estou à disposição para conversar com o Rodrigo Maia, sem problema nenhum —disse Bolsonaro.

No caso do ex-presidente Lula, as metáforas sobre futebol eram recorrentes. Um delas foi usada, por exemplo, em discurso na cerimônia de posse de Fernando Haddad no Ministério da Educação, em 2005:

—Quero agradecer ao ministro Tarso Genro e à sua equipe, desejando ao nosso querido Fernando Haddad pleno sucesso, e que continue fazendo as coisas boas que estão fazendo, porque nós aprendemos, na prática do futebol, que em time que se ganha a gente não mexe. Deixa ele continuar ganhando.

## ECONOMÊS

Os temas econômicos frequentemente foram "traduzidos" para a população com o uso de metáforas. Para Lula, a crise econômica de 2008 era um tsunami para os EUA, mas, se chegasse no Brasil, seria uma "uma marolinha que não dá nem para esquiuar"!

Já Dilma, na primeira entrevista a um jornal brasileiro após assumir a Presidência, comparou o controle dos gastos de custeio ao hábito de cortar as unhas. "Se você liberar gastos de custeio, no dia em que você acordar, ele está imenso. Então, você tem de cortar as unhas", disse ela, ao Valor Econômico.

topo ↕

### **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

#### **Primeira geração fala dos desafios que enfrentou**

**‘Meus filhos terão pais com faculdade’ ‘A cota racial era a que mais incomodava’**

**‘Abolir a escravidão não foi suficiente’**

**15 ANOS DE COTAS**

Pioneira no uso das cotas no vestibular, há 15 anos, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) decidiu renovar sua aplicação por mais uma década. A extensão do prazo ocorre após resultados positivos — como uma evasão menor entre os cotistas do que na livre concorrência — e a percepção de que é necessário avançar mais.

Em 2003, havia 2% de negros na comunidade acadêmica; este percentual foi ampliado para 12% no ano passado. Longe ainda dos 51,7% de pretos e pardos da população do estado.

A consolidação da política afirmativa acontece após um início com dúvidas e críticas. As primeiras turmas de cotistas entraram pressionadas por acusações como a de que estariam roubando vagas de pessoas que mereceriam mais, por terem uma nota melhor no vestibular.

— Ouvia o tempo todo que os alunos eram totalmente contra as cotas. Que eu tinha de entrar pelo mérito das notas, e não por vagas reservadas para negros. O clima era péssimo — afirma Luciene Ventura, da primeira turma cotista de Matemática e que, hoje, dá aulas para o ensino médio.

O começo de Josilene de Oliveira na universidade também não foi tranquilo, mas, ao final, o saldo foi positivo.

— Entrar na faculdade abriu minha mente, proporcionou amizades que jamais teria e melhorou minha autoestima. A universidade mudou minha vida — conta ela, que hoje atua no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) e leciona na Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec).

As cotas na Uerj obedecem a uma reserva de 20% das vagas para candidatos da rede pública, 20% para negros ou indígenas e 5% para pessoas com deficiência e filhos de policiais, bombeiros ou inspetores de segurança, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Em todos os casos, deve-se comprovar renda per capita inferior a R\$ 1.431.

Danielle Cristina cursou Pedagogia e, mesmo após a formatura, identificou que era uma das poucas professoras negras em escolas de elite no Rio. Na época da faculdade, percebeu que, dentre as modalidades de cotas, a racial era a mais criticada: “Foi quando passei a querer ser uma representatividade para os outros”.

Por motivos diversos, como aprovação em outras universidades, os percentuais previstos para a Uerj (45% de cotistas por ano, somando os três tipos) não foram alcançados nesses 15 anos. Até hoje, as cotas preencheram 30% das vagas.

—O Brasil está ainda aprendendo a lidar com as cotas, que é uma política muito positiva, claro — avalia Cleuza Repulho, especialista em Educação. —O que precisa se garantir é o acesso à educação básica. Quando nos perguntamos quem são os dois milhões de crianças fora da escola, a resposta é: são as negras, da área rural ou com deficiência. Ou seja, há problemas estruturais que precisam ser resolvidos antes das cotas. Em 2018, o percentual de cotistas da Uerj teve uma das suas piores quedas, ficando em 20%. Subreitora de Graduação, Tania Carvalho Netto atribui a redução à conjuntura econômica. —É um dado fora da curva. O desemprego atingiu níveis vertiginosos, e parte da população teve que escolher entre trabalhar ou estudar — diz. — Mas o saldo é muito positivo. Temos indicadores que mostram que a evasão entre os cotistas é menor. Segundo levantamento da Coordenação de Avaliação e Inovação da Uerj (Caiac), 36,4% dos ingressantes por ampla concorrência de 2004 a 2017 saíram dos cursos. Entre os cotistas, o percentual foi 10 pontos menor.

## DIFERENÇA DE CURSOS

Um estudo com turmas de 2005 e 2006, feito pelos pesquisadores Teresa Bezerra e Claudio Gurgel, mostrou a diferença de evasão entre diferentes cursos.

O de Pedagogia foi abandonado por 4,27% dos cotistas e por 33,17% dos que entraram por ampla concorrência. A diferença cai entre cursos mais disputados. Em Medicina, o percentual de cotistas que saíram foi de 4,65%, contra 5,88% de não cotistas. Danielle Cristina, cotista da primeira turma de Pedagogia, diz ter entrado “achando que era pela janela”, mas afirma ter passado a “entender e valorizar” sua negritude durante a graduação. — Entrei pela oportunidade, fiquei por representatividade. Hoje, sou exemplo para familiares e para meus alunos —orgulha-se Danielle, graduada em 2009 e

atualmente professora da rede municipal carioca. — Quando começamos, foi muito difícil. Não tinha bolsa. A gente não tinha como pagar xerox, passagem e alimentação. Durante a história das cotas, que é um pouco da nossa luta, esses benefícios foram aparecendo. Hoje, cerca de nove mil alunos recebem benefícios que vão desde bolsas para ajudar nos custos da faculdade e passe livre para o transporte até o auxílio na compra de material, como jaleco para Medicina. A Uerj também ganhou um restaurante universitário, o que contribuiu para o barateamento na alimentação. — É por esse motivo que temos que continuar mais dez anos. É para ampliar a política estudantil de forma a garantir cada vez mais a permanência dos alunos — afirma Elielma Machado, coordenadora do Caiac.

## Do Rio para o país: a evolução da política afirmativa

A Uerj foi a primeira universidade a aderir às cotas. Atualmente, a maioria das instituições adota essa política, que teve seu marco de expansão em 2012. Com a Lei federal 12.711, as universidades federais passaram a ter que reservar parte de suas vagas no vestibular. Esse percentual foi sendo aumentado gradualmente, até chegar a 50% das vagas em 2016. A vigência das cotas vai até 2022, mas pode ser renovada por uma outra lei, como aconteceu com a Uerj. Desse percentual destinado para as cotas, metade é reservada para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a R\$ 1.431 per capita. A outra metade, para quem está acima desse valor. Dentro dessas subdivisões, existe uma outra reserva, esta racial, que varia em cada estado. Para calcular esse percentual, é utilizada a soma de pretos, pardos e indígenas em cada estado de acordo com o último censo do IBGE. Os esforços estão surtindo efeito: de acordo com o Censo do Ensino Superior, elaborado pelo Inep, em 2011, os pretos e pardos ocuparam 11% do total de 8 milhões de matrículas. Em 2016, esse percentual já havia subido para 30%.

‘Passei a me ver como negro na Uerj’, diz ex-cotista e professor (Raphael Kapa)

Thiago Alves afirma que, apesar de títulos, ainda é abordado pela cor de pele. Da periferia de Bangu, Thiago Luiz Alves diz que teve uma “história típica dos primeiros cotistas”: foi o primeiro da família a fazer faculdade, sem muito apoio financeiro e com uma mãe que acreditava que a estabilidade econômica dele estaria em outra área, longe das carteiras universitárias. Passados 15 anos, Alves caminha para o pós-doutorado em Políticas Públicas e já foi professor de Pedagogia da própria Uerj, da qual um dia foi aluno. —Para mim, é muito esquizofrênico. Não venho de uma família com nome de rua e estou chegando a um espaço novo com pessoas com origem de elite —brinca. Quando se inscreveu para prestar o vestibular, não participou do debate sobre a implantação das cotas. —Não existiam essas conversas onde eu morava —lembra ele. —Entrei pela cota de pardo e, aí, olhei para a minha pele. Eu passei a me ver como negro na Uerj. Foi algo que aconteceu no tempo em que eu estava lá. Isso é uma mudança geracional. Os que entram agora já entram com essa consciência —afirma. Formado em 2006, ele começou um mestrado dois anos depois e, no ano seguinte, estava dando aula no curso do qual havia sido aluno. O doutorado, iniciado em 2013, foi finalizado no ano passado. Questionado se as cotas mudaram a sua vida, ele diz ser grato pela política, mas também é realista.

—Sou doutor, professor universitário, mas continuo negro. O que está no meu rosto não

é o meu diploma. É a minha pele. Essa é a contradição. Na rua, nas abordagens sociais, nenhum título aparece, e sou tratado de forma inferiorizada —diz.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - NITERÓI**

### **Instituto federal abrirá cursos de pós-graduação**

**Com aulas programadas para fevereiro de 2020, IFRJ lançará em agosto edital para especializações em gestão de serviços, de projetos ambientais e em tecnologias educacionais. Instituição no Sapê tem 72 vagas para curso técnico de administração**

Inaugurado em dezembro do ano passado com o objetivo de oferecer cursos técnicos, graduações e especializações ligadas a gestão e negócios, tecnologia e meio ambiente, o campus Niterói do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no Sapê, passará, a partir do ano que vem, a oferecer cursos de pósgraduação em gestão de serviços, gestão de projetos ambientais e em tecnologias educacionais. O edital para será divulgado em agosto deste ano, e os aprovados iniciarão as aulas em fevereiro de 2020. O campus tem dois pavimentos com um total de 20 salas de aula, além de laboratórios, biblioteca, auditório e quadra esportiva. A expectativa da direção é seguir um planejamento de implementação gradual de cursos ao longo dos anos. Segundo o diretor da unidade, Eudes Pereira, as especializações serão destinadas a alunos formados nos cursos de Administração e Engenharia de Produção, graduações que também serão oferecidas na instituição a partir de 2021:

— As vagas do edital que será lançado em junho serão preenchidas por meio de concurso público. Até 2021, pretendemos atingir a plena capacidade do campus, que é de 1.600 estudantes, contemplando cursos técnicos, ensino médio, graduações e pós-graduações —conta o diretor. O campus também está com inscrições abertas para o curso técnico de administração. São 72 vagas, e os interessados podem se inscrever até o dia 7 de maio no portal do IFRJ. A seleção será feita por meio de concurso público, que ocorrerá em 19 de maio. As aulas começarão em agosto.

— Neste segundo semestre, as inscrições são para quem deseja cursar apenas o curso técnico em administração, sem ensino médio. No início de 2019, quando a unidade entrou em operação, abrimos 40 vagas para ensino médio integrado ao técnico de informática e mais 40 para o integrado ao curso de administração por meio de sorteio e avaliação curricular. E vamos repetir o mesmo processo todos os anos —diz o diretor, acrescentando que a partir de 2020 o processo seletivo passará a ser feito por meio de concurso. Segundo Pereira, nesses primeiros seis meses de funcionamento, a unidade foi muito procurada por alunos de Maricá, São Gonçalo, Itaboraí e Rio. As inscrições para o curso de administração devem ser feitas por meio do site [bit.ly/2G12QuFO](http://bit.ly/2G12QuFO).

topo ↕

## **A TARDE - BA - BRASIL**

### **Ministério prepara cartilha para explicar política de alfabetização**

O Ministério da Educação (MEC) está finalizando um caderno que explicará as diretrizes, os princípios e os objetivos da Política Nacional de Alfabetização (PNA). A intenção é que as escolas passem a alfabetizar as crianças no primeiro ano do ensino fundamental, ou seja, geralmente aos 6 anos de idade.

A orientação está em decreto publicado no último dia 11 no Diário Oficial da União. A política prevê ajuda financeira e assistência técnica da União para os municípios que

aderirem ao programa, a elaboração de materiais didático-pedagógicos para serem usados nas escolas e o aumento da participação das famílias no processo de alfabetização dos estudantes.

A ênfase da alfabetização no primeiro ano é uma das novidades. Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o mínimo que os estudantes devem aprender a cada etapa de ensino, estipulou que as crianças fossem alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental, ou seja, geralmente aos 7 anos. Pelo Plano Nacional de Educação (PNE), as crianças devem ser alfabetizadas até o 3º ano do ensino fundamental, ou seja, aos 8 anos de idade.

Elevar os índices de alfabetização é uma das prioridades do governo e a definição da política uma das metas dos 1000 dias de governo. De acordo com os últimos dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada em 2016, mais da metade dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram nível insuficiente de leitura e em matemática para a idade, ou seja dificuldade em interpretar um texto e fazer contas.

## Adultos

A política será voltada também para os mais velhos. Uma das ações previstas é o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo no país entre pessoas com 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7% em 2017.

Para União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o decreto precisa de esclarecimentos. "A implementação depende de ações e estratégias, para que seja levada adiante, elas vão falar com mais clareza", diz o presidente da Undime, Alessio Costa Lima. Segundo a assessoria de imprensa do MEC, ainda não há uma data específica para a publicação do caderno.

topo ↕

## **CORREIO POPULAR – SP - COLUNAS**

### **Ciência na Escola**

Os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram na semana passada o programa Ciência na Escola. O objetivo da iniciativa é qualificar o ensino de temas relacionados à disciplina em escolas públicas, nos ensinos Fundamental e Médio. Serão disponibilizados R\$ 100 milhões para instituições apresentarem projetos visando a estimular essa temática nos bancos escolares. O projeto envolve também uma plataforma de capacitação a professores, o "Ciência é 10".

topo ↕

## **J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES**

### **O desafio de construir um novo Fundeb**

#### **Futuro de 40 milhões de estudantes de escolas públicas está em xeque**

A atenção do Congresso Nacional e do governo federal está voltada para a reforma da Previdência. Mas outro tema, que envolve o futuro de 40 milhões de crianças e adolescentes de escolas públicas, como Bianca Vitória Silva, 12 anos, moradora de Palmares, na Zona da Mata pernambucana, precisa urgentemente da mobilização, debate e ações concretas do poder público: a continuação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

(Fundeb). Principal fonte de recursos para municípios e Estados investirem da educação infantil ao ensino médio e pagarem salário aos docentes, o fundo expira em dezembro do próximo ano.

É consenso entre governadores, prefeitos, secretários de Educação e especialistas da área que, além da continuidade, o mecanismo de financiamento necessita tornar-se permanente e ser ampliado. Declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o governo poderá propor a desvinculação dos gastos do orçamento em saúde e educação, por exemplo, acenderam o alerta entre os defensores do Fundeb. “Essa desvinculação é perigosa. Dá uma falsa liberdade aos prefeitos.

O Fundeb é hoje a principal política de financiamento da educação para os municípios. Está defasado, subfinanciado, mas precisa continuar”, observa o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e prefeito de Afogados da Ingazeira, José Patriota. “Até agora o governo federal não apresentou proposta concreta, o que nos deixa preocupados. Esperamos que a crise no Ministério da Educação tenha chegado ao fim para que a equipe mostre a política que vai defender”, complementa Patriota. A manutenção do Fundeb depende da aprovação, no Congresso Nacional, de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Uma comissão especial foi criada na Câmara de Deputados, no fim de fevereiro, para retomar o assunto, bastante discutido lá e no Senado Federal no ano passado.

Até a última terça-feira (16), a comissão tinha 26 titulares e 14 suplentes (o máximo são 34 membros de cada). A constituição do grupo, ou seja, o início dos trabalhos, depende agora, da decisão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “Há um longo caminho, no Congresso, a ser percorrido. Tem todo o passo a passo de aprovação, de idas e vindas, na Câmara e no Senado. Por isso a urgência em retomar o debate”, alerta o secretário estadual de Educação de Pernambuco, Frederico Amancio, que também é vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Rodrigo Maia prometeu constituir a comissão após o feriado da Páscoa, segundo a deputada federal Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora de uma das PECs sobre o Fundeb. “Sabemos que vamos enfrentar resistência, sobretudo da área econômica. Um governo que fala em desvincular investimentos em educação e saúde não consegue enxergar o quanto os municípios, principalmente os mais pobres, dependem de recursos como o Fundeb. Precisamos que a sociedade entenda a importância do fundo para a educação pública. E nos ajude a pressionar por mais recursos”, diz Dorinha Seabra, que preside a recém-criada Frente Parlamentar Mista da Educação, grupo que terá papel estratégico nas discussões sobre o fundo.

A estimativa é de que sejam destinados R\$ 157 bilhões para o Fundeb este ano, sendo R\$ 14 bilhões da União (orçamento do MEC é de R\$ 121,9 bilhões). “A União, que fica com o maior volume dos recursos arrecadados dos impostos, tem que contribuir mais. Minha proposta é que a complementação federal passe dos atuais 10% para 15%. E a cada ano aumente 1,5% até chegar a 30%”, explica Dorinha Seabra.

Em Palmares, onde Bianca estuda, 93% dos recursos que o município recebe do Fundeb são para custear salário dos professores e demais profissionais da educação. Ainda assim, o prefeitura não paga o piso do magistério. “São quatro anos sem reajuste. E o município só investiu 17% dos recursos na educação, pela Constituição deveriam ser

25%”, afirma a presidente do Conselho Municipal de Educação, Izabel Mota.

“Minha escola é legal, os professores são bons. Sinto falta de biblioteca, pois gosto de ler. Também não existem laboratórios”, diz Bianca, aluna do 7º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Jayme de Castro Montenegro. Nascida em janeiro de 2007, mesmo mês de implementação do Fundeb, Bianca é uma das que dependem de mais verbas para assegurar educação de qualidade.

Investimento deve ir além do salário

A antiga estação ferroviária de Tacaimbó, município a 170 quilômetros do Recife, no Agreste, foi transformada em colégio. O prédio abriga seis salas de aula da Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus. Alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e de turmas da educação de jovens e adultos (EJA) estudam num espaço improvisado. Em Moreno, na Região Metropolitana do Recife, o cenário de improvisado é realidade também na Escola Municipal Josefa Alves, onde o calor atrapalha a aprendizagem.

Secretários das duas cidades argumentam que, apesar de investirem acima dos 25% exigidos por lei em educação, faltam recursos para melhorar a estrutura das escolas. “Pagar o piso do magistério, bancar merenda e transporte escolar com valores insuficientes repassados pelo governo federal e pelo Estado e ainda assegurar manutenção da rede significam um esforço imenso para municípios pequenos como Tacaimbó. Recebemos, em 2018, R\$ 6,5 milhões do Fundeb, sendo 91% para pagar salários. Nossas despesas foram de R\$ 7,6 milhões, um investimento de 45% só em educação. E ainda assim reconhecemos que é preciso investir mais”, explica o secretário municipal de Educação, Célio Leonel.

“Ficamos impossibilitados de realizar investimentos importantes, como construir ou reformar escolas. Sabemos que a estação ferroviária não é o local adequado para as aulas, mas não temos outra opção”, diz Célio. Na Escola Josefa Alves, em Moreno, falta água nos banheiros. No recreio, crianças brincam no pátio pois não há espaço ao ar livre nem parquinho, embora os alunos sejam da educação infantil e dos anos iniciais do fundamental. Nas salas, quase nenhum ventilador funciona. Paredes têm infiltrações e, em dias de chuva, há alagamentos. Segundo a secretária de Educação, Ana Selma Santos, 84% da verba do Fundeb (R\$ 25,5 milhões) foram para pagar salários.

“Nossa gestão colocou 34% dos recursos municipais em educação. E sabemos que ainda tem muito a ser feito. Garantir a qualidade e melhorar a aprendizagem são desafios”, afirma. A cidade não paga o piso do magistério. “Com sacrifício, pagamos as contas. O recurso do Fundeb é indispensável, mas é insuficiente. Não conseguimos, infelizmente, fazer tudo que a comunidade escolar precisa”, reconhece o secretário de Educação de Palmares, Flávio Miranda.

## ESTUDO

Semana passada houve o primeiro debate, da atual gestão federal, sobre o Fundeb. Promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia que gerencia o Fundeb, o evento reuniu técnicos e a deputada Dorinha Seabra em Brasília. Pontos críticos do fundo foram apresentados pela coordenadora de Operacionalização do Fundeb, Sylvania Gouveia. Um deles é o fato de municípios com

alto rendimento receberem verba complementar da União apenas por fazerem parte de Estados que não alcançaram, com arrecadação própria, o valor mínimo nacional por aluno. “Não há dúvidas de que todos nos preocupamos muito, não apenas em tornar o Fundeb permanente, mas trabalhar na redefinição do modelo, para que se torne um fundo mais eficaz e redistributivo”, diz Sylvia.

topo ↕

## **O POVO - CE - CEARÁ**

### **Estamos numa grande crise de financiamento**

#### **Vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, Manoel Barral participou da aula inaugural da Fiocruz, no Eusébio**

Sem vislumbrar seu lugar na atenção médica, foi na pesquisa que o médico baiano Manoel Barral trilhou seu caminho na Medicina. O pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) já teve seus trabalhos em imunologia parasitária (leishmaniose e malária) reconhecidos nacional e internacionalmente por instituições como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Organização Panamericana da Saúde (Opas) e a Associação Latinoamericana de Imunologia. No último dia 8 de abril, barral esteve na unidade da Fiocruz, no Eusébio, para aula inaugural dos alunos de doutorado em Biotecnologia e de mestrado em Saúde da Família e ProfSaúde.

Barral falou sobre sua trajetória e as expectativas sobre a área na qual ele afirma enfrentar uma "grave crise de investimento". Para o médico, apesar do atual governo não dar sinais positivos de fomentar o investimento, a pesquisa e a ciência brasileiras necessitam de um solução urgente para que os avanços obtidos nos últimos anos não sejam perdidos.

**O POVO: O que ganha o Ceará com uma unidade da Fiocruz?**

Manoel Barral: A Fiocruz, já há alguns anos, estabeleceu essa política de uma presença nacional. Começou no Rio (de Janeiro) e próximo ano serão 120 anos de história. Depois, já na década de 1970, ela incorporou outras unidades na Bahia, em Minas e Pernambuco. Essa expansão continuou e aqui no Ceará houve um apoio e um trabalho em conjunto da Fiocruz e o Governo do Estado, que facilitou muito essa implantação. E ela está apenas começando. Foi inaugurada no fim do ano passado. Ainda tem muita coisa a fazer, mas claramente as instalações estão muito boas.

**OP: Sobre o que o senhor tem pesquisado?**

Manoel Barral: Eu trabalho, desde que comecei em pesquisa, na área de imunologia de parasita. A maioria do tempo em leishmaniose, que é um assunto que também interessa aqui ao Ceará, e mais recentemente em malária. Eu nunca trabalhei exatamente com o parasita. Trabalhei muito mais com a resposta imune do homem ao parasita. Então, pela necessidade toda de estudos nessa área de vírus, o nosso grupo também está trabalhando um pouco nesses vírus tipo zika e, principalmente, chikungunya.

**OP: O senhor tem uma ligação muito forte com a pesquisa. Como avalia o atual cenário no Brasil?**

Manoel Barral: Acho que a gente teve um avanço enorme. Temos hoje grupos muito sólidos pesquisando em vários aspectos. No caso da saúde, a resposta que o Brasil deu

na zika foi claramente uma demonstração de capacidade da nossa ciência. Se você pega, por exemplo, quando teve o Ebola, as publicações eram quase todas feitas entre Estados Unidos e Europa, sem nenhuma participação mesmo daquelas regiões onde existia o vírus. Quando você teve o zika, pouco tempo depois, a produção é completamente diferente. O Brasil foi um polo de produção de conhecimento. Isso é uma prova que a nossa comunidade científica evoluiu muito e está preparada para começar a ter uma atividade muito expressiva. Infelizmente, estamos numa grande crise de financiamento à ciência e tecnologia. Estamos com o Ministério cada vez com menos orçamento e contingenciado fortemente. É preocupante. Tem muito jovem já saindo do País para continuar com boas oportunidades fora.

OP: Qual é a maior barreira?

Manoel Barral: Eu acho que a grande dificuldade hoje é você ter um financiamento para fazer um trabalho. Você tem que ser financiado por um órgão, que no nosso caso é órgão público. Em alguns países, a indústria também participa disso. Mas no Brasil a indústria praticamente não financia pesquisa. É muito pouco. Então isso está falhando. Não se está conseguindo recurso para desenvolver os trabalhos. E é lógico que os mais jovens sofrem mais. Quem já está estabelecido já tem mais estrutura, mais colaborações, consegue sobreviver com menos recursos e também tem uma trajetória maior que facilita algumas aprovações e dá mais segurança a quem está empregando dinheiro. Então a nossa crise está afetando muito mais o jovem, o que é pior para o País, porque é a nossa produção do futuro.

OP: Em 2017, houve um corte de mais de R\$ 300 milhões em investimento para pesquisas na Fiocruz. Como está hoje?

Manoel Barral: A Fiocruz tem conseguido sobreviver a essa crise. Ela não está agudamente atingida, mas, claramente, não funciona como poderia funcionar. Ela poderia estar fazendo mais se o financiamento estivesse mais mantido. A nossa situação é um pouco melhor do que das universidades, mas também já começa a ter problemas. Nós ainda conseguimos desenvolver vários projetos, mas o investimento em novos equipamentos, etc., está muito comprometido. Em pouco tempo, se a situação não for modificada, a nossa produção também vai sofrer com essa crise.

OP: E quem se prejudica com isso?

Manoel Barral: Eu acho que esse é o ponto. A gente já investiu muito no País. Está chegando num ponto de começar a dar respostas como foi essa da Zika, mas também em outras situações. Se você entra numa crise maior, e muita gente sai (do Brasil), isso compromete um trabalho. A gente (o País) investiu bastante pra formar essas pessoas, e outros países vão se beneficiar do trabalho delas. Não é à toa que os países ricos trazem muitos cientistas de fora porque é uma vantagem. Você não precisou investir (na formação) e tem a pessoa para produzir para você. Essa realidade pode ser muito forte no Brasil e já está acontecendo. Já tem muita gente que se forma ou não tem emprego ou tem um emprego que não é adequado e tem uma oferta no Exterior. E aqui, além de às vezes o próprio emprego não ser adequado, você depois não vai conseguir financiamento pra fazer. Então, vai ficar aqui para quê? Não é lógico continuar.

OP: E quais são suas perspectivas

para o futuro da área?

Manoel Barral: Como a crise econômica continua, não há uma sinalização de que a gente esteja saindo dessa estagnação, até retrocesso. Eu tô meio preocupado do que é o futuro mesmo da ciência no Brasil. Se a gente não tiver medidas de proteção desse grande impacto como está ocorrendo agora, eu temo que a gente vai perder muito do investimento passado em ciência e tecnologia.

OP: Como o senhor acha que vai ficar a área de educação e pesquisa, de acordo com o que tem se mostrado pelo atual governo?

Manoel Barral: Na área de pesquisa, o aspecto orçamentário mostra que não está na prioridade de preservar isso. Se não houver uma reversão, rápida, esse ano está mais do que perdido pra ciência, e pode ser um ano de crise violenta no segundo semestre já.

OP: Falando no contexto geral de pesquisa, com os cortes, estamos atrasados em relação à comunidade internacional?

Manoel Barral: Há cerca de 20 anos, a gente tinha uma produção científica muito parecida com a da Coreia do Sul. Hoje, a gente está bem atrás dos coreanos. Se você pegar em artigos publicados em revistas de ponta, também cresceu bastante, essa diferença. Então a gente começa a perder competitividade não em relação aos grandes, que sempre foi uma situação mais complicada. A Coreia do Sul é um país pequeno. O que é que distingue os coreanos? Investimento continuado em educação, ciência e tecnologia. Mesmo durante a crise, eles continuaram investindo nisso. Eles sabem que a forma de sair de uma crise é investir em tecnologia. Porque investir só em agricultura, só na economia de bens primários não sustenta um crescimento prolongado do país. É necessário? É. O Brasil tem espaço, pode fazer isso. Mas tem que investir também em outras áreas que vão garantir o futuro.

OP: O senhor destacaria algum trabalho promissor sendo feito no Brasil?

Manoel Barral: Tem um trabalho muito importante no Brasil, que é do controle de *Aedes aegypti*, através de uma bactéria que cresce no mosquito, e que isso impede a transmissão. A *Wolbachia*. Inclusive, a Fiocruz Ceará vai ser um dos polos de teste da *Wolbachia*. Essa é uma biotecnologia que está sendo testada já, por exemplo, em Niterói, no Rio, e vai ser feito um teste aqui no Ceará.

OP: Qual descoberta o senhor gostaria ver realizada?

Manoel Barral: Qualquer descoberta que traga um benefício para a população. No caso das doenças que eu trabalho, as doenças parasitárias, que atingem populações carentes. Qualquer medida dessa que alivie a carga de doença da população é muito bem-vinda.

topo ↕

## ANTENA 1 - NOTÍCIAS

### Com chamada de R\$ 100 milhões, MCTIC e Ministério da Educação lançam programa Ciência na Escola

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Astronauta Marcos Pontes e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, participaram nesta quarta-feira (17), em Brasília, da cerimônia de lançamento do programa Ciência na Escola. O

programa é uma iniciativa dos dois ministérios para aprimorar o ensino de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Na cerimônia, os ministros do MCTIC e do MEC assinaram documento que autoriza a chamada pública para instituições, com recursos de R\$ 100 milhões providos do MEC, a ser publicada nos próximos dias. Outras três iniciativas já foram lançadas dentro do programa Ciência na Escola – uma chamada pública para pesquisadores, a Olimpíada Nacional de Ciências e a plataforma “Ciência é 10!”, para especialização de professores. Todas as etapas do programa serão acompanhadas por meio de uma plataforma desenvolvida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que inclui mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação das ações.

Durante o evento de lançamento do programa, o ministro Marcos Pontes falou da importância de encorajar alunos e professores e ajudar as crianças a realizarem seus sonhos. “Temos milhões de crianças que necessitam apenas de um empurrãozinho para se tornarem professores, empresários, cientistas e cidadãos produtivos,” disse o ministro. “Ciência e tecnologia são a ponta de lança do desenvolvimento de qualquer país e são coisas apaixonantes, que podem motivar a garotada para o estudo.”

O ministro do MCTIC também ressaltou o fato de que o programa irá ajudar a formar a nova geração de cientistas brasileiros. “Nossos pesquisadores estão envelhecendo e formar novos cientistas leva tempo,” afirmou. “O Ciência na Escola terá parte nesse processo – em 15 ou 20 anos teremos uma nova geração de profissionais, mas precisamos dar a partida agora.”

Participaram da mesa de abertura do evento, além dos ministros, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) João Luiz Filgueiras de Azevedo, o Presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Ribeiro Correia**, e o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Curi.

Após a solenidade de assinatura, foi realizada uma mesa redonda com a presença da vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, e a coordenadora-geral da Febrace, Roseli Lopes. Em seguida, foram realizadas apresentações de experiências relacionadas ao ensino de ciências da professora Débora Garofalo, uma das dez finalistas do Global Teacher Prize, considerado o ‘Nobel’ da Educação, e da professora Dávila Correa, diretora adjunta do Instituto do Desenvolvimento Social Sustentável do Instituto Mamirauá.

O secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do MCTIC, Marcelo Morales, concluiu as apresentações com uma palestra sobre o funcionamento do programa.

O Programa Ciência na Escola

O programa é uma iniciativa conjunta do MCTIC, CNPq, MEC e **Capes**, dividido em quatro ações simultâneas.

A chamada pública institucional no valor de R\$ 100 milhões, que será publicada nos próximos dias, irá selecionar propostas apresentadas por redes de instituições que envolvam escolas de educação básica, instituições de ensino superior, espaços de

ciência e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação.

As instituições serão encorajadas a apresentar propostas em consórcios, com recursos distribuídos da seguinte forma: até R\$ 4 milhões de reais para o nível estadual, com uma unidade da federação de uma mesma grande região do país envolvida, até R\$ 10 milhões de reais para o nível interestadual, em que menos duas unidades da federação de uma mesma grande região do país são envolvidas, e até R\$ 20 milhões de reais para o nível regional, com ao menos três unidades da federação de uma mesma grande região do país envolvidas.

“Esta é a principal ação do programa,” afirma o secretário Morales. “É o que irá levar os alunos e professores para dentro dos equipamentos de ciência das instituições.”

As demais ações já foram lançadas. Uma delas é a Chamada MCTIC/CNPq nº 05/2019 – Programa Ciência na Escola: o Ensino de Ciências na Educação Básica, com investimento previsto de R\$ 10 milhões. Serão apreciados projetos que versem sobre o ensino de qualquer uma das disciplinas que fazem parte do currículo escolar dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O objetivo é privilegiar o letramento científico, o uso de abordagens investigativas e de metodologias ativas de ensino, a aproximação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) com as escolas públicas, a disseminação dos métodos científicos das diferentes áreas do conhecimento, a integração entre as disciplinas e o despertar da vocação dos alunos e professores da educação básica para as carreiras científicas.

“É uma chamada para pesquisadores,” explica Morales. “Eles irão pensar em como trazer a ciência para dentro da sala de aula e as metodologias associadas.”

Também no âmbito do programa, foi lançada pela **Capes**, com investimentos de R\$ 3 milhões, a Especialização à Distância em Ensino de Ciências – “Ciência é Dez!”. Trata-se de um curso de especialização para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano.

É um curso na modalidade ensino a distância (EAD), com garantia de qualidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e certificação do Ministério da Educação (MEC).

A última das ações iniciais do programa, que também já está em operação, é a expansão da Olimpíada Nacional de Ciências, promovida pelo MCTIC em parceria com a Universidade Federal do Piauí e implementado o programa de quatro Sociedades Científicas: a Sociedade Brasileira de Física (SBF) a Associação Brasileira de Química (ABQ), o Instituto Butantan e a Sociedade Astronômica Brasileira.

Com recursos no valor de R\$ 1 milhão, o objetivo é atingir um milhão de participantes neste ano, com ampliação da capilaridade e do escopo de disciplinas.

O secretário Marcelo Morales também deu destaque à plataforma de gestão, monitoramento e avaliação do programa, desenvolvida pela RNP. Ela permitirá que o programa seja acompanhado em tempo real. “A cada três meses vamos extrair os

impactos dessas ações, por um período de dois anos,” afirma. “De posse dessas informações poderemos então renovar nossos investimentos, totalmente baseados em uma metodologia científica.”

topo ↕

## ASDB - TEMPO REAL

### **Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil País lidera ranking dos Estados Ibero-americanos com maior porcentagem de publicações assinadas por mulheres**

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

#### Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica

e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

## **BLOG DO LEONARDO ALVES - TEMPO REAL**

### **Senadora Eliziane apoiará Programa de Pós-Graduação de História da UFMA**

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) recebeu a coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão e manifestou apoio ao programa que trabalha a formação de mestres e doutores em história no Estado do Maranhão.

O coordenador do programa, professor Alírio Cardoso e os professores Lyndon de Araújo e Wagner Cabral apresentaram o projeto para a construção do prédio próprio do curso e destacaram a importância das instalações.

“A universidade tem um papel fundamental para o crescimento social, desenvolvimento da pesquisa e formação de novos pesquisadores. Eu me comprometi com os professores Alírio, Lyndon e Wagner a lutar para destinação de emenda para execução do projeto que engrandece o curso e contribuirá com a formação de muitos maranhenses”, afirmou Eliziane Gama.

O professor Alírio Cardoso informou que o Programa de Pós-Graduação em História tem uma ótima avaliação da **CAPES** e quer alcançar a nota 5 na avaliação de excelência da pós-graduação no Brasil. Ele disse ainda que atualmente os cursos tem grande demanda por vagas e ainda não dispõe de espaço físico. Para ele, o programa tem grande importância para a universidade e é fundamental para várias áreas de pesquisa, além de grande impacto social.

“Nossa pós-graduação em História tem dois cursos, o mestrado e o doutorado. É o único curso no Brasil com uma área específica que é História Conectadas e História Global, o que muito nos orgulha, além de um quadro docente muito qualificado. Nossa pontuação hoje é 4 e temos plenas condições de seguir para a nota 5 de excelência. O nosso problema é não ter um prédio próprio, por isso ficamos muito felizes com essa conversa com a senadora Eliziane e o indicativo de contribuição na luta para a construção do nosso prédio próprio”, destacou o coordenador.

topo ↕

## **Blog Educação e Transformação - TEMPO REAL**

### **Educação é transformar, libertar e fazer pensar ciência**

#### **‘Educação é transformar, libertar e fazer pensar ciência’, diz autora de tese premiada sobre letramento científico**

Andriele Ferreira Muri comparou o resultado de avaliações de ensino entre Japão e Brasil para descobrir o que torna o país asiático um destaque no exame.

Como o método de ensino de um país faz com que a população alcance o letramento científico? Por que o Japão se sai bem em provas de avaliação internacional de ensino de ciência e o Brasil apresenta resultados pífios?

Para entender as diferenças e semelhanças entre o ensino de ciências do Brasil e do Japão, a hoje doutora em educação Andriele Ferreira Muri foi atrás de dados. Ela analisou os resultados dos dois países no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) das edições voltadas a ciências (2006 e 2015), acompanhou como são dadas as aulas, e comparou políticas públicas.

O resultado foi a tese "Letramento científico no Brasil e no Japão a partir dos resultados do Pisa". O estudo foi considerado a melhor tese em educação do país e ganhou o Grande Prêmio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** de Humanas na edição de 2018.

O que motivou Muri a pesquisar o Pisa e comparar resultados foi a convicção de que a educação pode transformar a sociedade.

“Educação é transformar, libertar e fazer pensar ciência. É nisso que eu acredito: em uma educação que transforma, informa, que forma o cidadão crítico para que atue ativamente na sociedade”, disse Muri

## Letramento científico

O conceito de letramento científico é vasto. Mas, pela definição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsável pelo Pisa, letramento científico é conseguir replicar os conhecimentos básicos de ciência aprendidos na escola nas experiências cotidianas, interpretar dados e tirar uma conclusão válida.

No Brasil, o contexto não é favorável. Em um país em que 55% dos estudantes de 8 anos do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas têm conhecimento insuficiente em matemática e leitura e que 7 em cada 10 alunos do ensino médio não têm níveis suficientes de compreensão e leitura nestas mesmas disciplinas, saber e entender ciência é ainda um vasto campo a ser desenvolvido.

“Um cidadão cientificamente letrado é um cidadão crítico, capaz de participar ativamente das questões como um todo em um país. Questões não apenas científicas e tecnológicas, mas também sociais. Um país cientificamente letrado significa um povo que entende e participa das decisões do dia a dia e transforma a sua realidade”, disse Andrielle Muri.

### Conclusões da tese

- O Pisa é um bom instrumento para comparar alunos brasileiros e japoneses. Não foram identificados problemas de compreensão com traduções, por exemplo, ou questões que privilegiassem uma cultura ou outra;
- O Japão se sai melhor porque as crianças veem química e física em meio ao ensino de ciência desde as primeiras séries do ensino fundamental;
- Não reprovar estudantes tem impacto positivo na aprendizagem no Japão;
- O Japão tem um currículo nacional comum. Ele foi considerado coerente e focado em tópicos e exploração conceitual. Além disso, ele é revisado a cada dez anos, levando em conta os resultados da avaliação do Pisa;
- O uso do tempo em sala de aula é mais otimizado no país asiático: 20% do tempo de aula no Brasil é perdido com questões como orientações gerais, recados administrativos e controle de alunos em sala. No Japão, o índice é de 2%;
- Resultados de avaliações guiam a educação: “No Japão, os testes são utilizados como forma de monitoramento e de diagnóstico do desempenho do sistema educacional”, analisa Muri. Segundo ela, em 2006, quando o país repetiu uma tendência de baixa no desempenho, o Japão implementou uma reformulação do ensino. Outro ponto apontado pela doutora é que o Japão não publica resultados por escola, o que evita o ‘ranking’ das instituições.

Para chegar a esses resultados, Andrielle fez uma imersão na cultura japonesa ao longo do doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio) e com a Universidade Gakugei de Tóquio, onde passou oito meses.

Por meio do programa Ciências Sem Fronteiras, ela pode frequentar escolas e observar como os japoneses davam aulas de ciência. Foi assim que ela constatou que as crianças do Japão veem química e física desde as primeiras séries do ensino fundamental em meio ao conteúdo de ciência, enquanto no Brasil o ensino é específico e fica para as séries posteriores.

Antes, no mestrado, ela já havia analisado os resultados do Brasil no exame, o que resultou no livro "A Formação Científica no Brasil e o Pisa". Também participou do programa de formação de professores, o Teacher Training Program, entre 2007 e 2009, onde teve aulas teóricas por seis meses e depois foi atuar com desenvolvimento de material didático para alunos do ensino fundamental e médio.

Ao voltar do Japão, Andriele diz que ela mesma reviu a forma como dava aulas. "Minhas aulas eram bem tradicionais e eu reproduzia muito o que tinha tido [como aluna]. Só então eu vi que havia outras formas [de ensinar]."

Conhecimento na palma da mão: Andriele Ferreira Muri Leite e a turma de alunos japoneses durante treinamento no Japão, em 2008.

## Currículo nacional no Brasil e no Japão

Em dezembro de 2018, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio. Em 2017, foi aprovada a BNCC do ensino infantil e fundamental.

Antes, o Brasil não tinha um currículo nacional obrigatório. No ensino médio, as únicas disciplinas exigidas por lei eram português, matemática, artes, educação física, filosofia e sociologia. Agora, são matemática e português. Os demais conhecimentos deverão ser distribuídos ao longo dos três anos (seja concentrado em um ano, ou em dois, ou mesmo em três). No ensino infantil e fundamental, a BNCC não contempla, nas competências gerais, o ensino de ciência ou conteúdos que desenvolvam o letramento científico das crianças.

"Acho a nossa língua e a matemática de fato importantes, mas não dá para não reconhecer a importância das demais disciplinas. A falta de consenso [entre educadores, na formulação das BNCCs] é visível e notória. Sou a favor de uma base nacional curricular, mas que contemple coisas que são básicas, incluindo ciências", diz.

No Japão, o Pisa é usado como diagnóstico sobre o desenvolvimento da educação. Quando, em 2006, o país caiu no ranking comparado à edição anterior, foi feita uma reformulação de ensino e o resultado na edição seguinte melhorou, conta Andriele.

Já no Brasil, os números do Pisa não influenciam em decisões de políticas educacionais. "Sem avaliação, não temos diagnóstico. Mas tão importante quanto o diagnóstico é saber o que fazer com ele, e não só usar para ranking", diz. "Não é preparando o aluno para a prova que vamos resolver o problema", analisa.

O que é o Pisa

Pisa é a sigla para Programme for International Student Assessment, ou, em português, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Ele é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, no Brasil, a aplicação é responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

O Pisa é aplicado a cada três anos para estudantes a partir do 7º ano do ensino fundamental, com média de 15 anos (idade em que a maioria dos estudantes de todos os países concluem o ensino médio). Na última edição, em 2016, 70 países participaram. Cada edição tem foco em uma área de conhecimento. As edições analisadas pela Andriele (de 2006 e 2015) tiveram foco em ciência.

Em 2016, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e 66ª em matemática. O Japão ficou em 2º lugar em ciências, 8º em leitura e em 5º em matemática.

Sobre a autora

Andriele Ferreira Muri Leite concluiu o doutorado em educação pela PUC-Rio em 2017. Fez doutorado sanduíche na Universidade Gakugei de Tóquio (8 meses) onde antes já havia sido bolsista no Teacher Training Program (2007 a 2009). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). É autora do livro "A Formação Científica no Brasil e o PISA". Suas pesquisas situam-se nos campos da educação e do ensino de ciências, com ênfase em Avaliação de Sistemas e Programas Educacionais, Avaliação Internacional Comparada e Desigualdades Educacionais.

Prêmio **Capex**

Criado em 2005, o Prêmio **Capex** de Tese é oferecido anualmente às melhores teses de doutorado de cada uma das 49 áreas do conhecimento. Em 2018, 939 trabalhos foram inscritos. Os critérios de premiação consideram a originalidade do trabalho, sua relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e de inovação, além da valorização dada pelo sistema educacional ao candidato.

[topo](#)

## **CARTA CAMPINAS - TEMPO REAL**

**Governo federal retira da ciência brasileira mais de R\$ 5 bilhões em apenas dois anos**

**O estrangulamento que vem acontecendo com a ciência e tecnologia no Brasil começou como o golpe parlamentar de 2016, que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e continua a pleno vapor em 2019.**

Durante a criação do Observatório do Conhecimento, rede que pretende defender a pesquisa e a ciência brasileira, que aconteceu esta semana em Brasília, foram apresentados cálculos que mostram que, desde 2015, o orçamento da estrutura nacional de produção de conhecimento já sofreu perdas reais acumuladas que chegam a quase R\$ 39 bilhões, se considerada a inflação.

Enquanto a grande imprensa gritava que o governo Dilma Rousseff (PT) era incapaz e que o Brasil estava na “pior crise de sua história”, a realidade da ciência brasileira era outra. No ano da articulação do golpe, em 2015, o orçamento do CNPq/**Capex** cresceu.

E começou a cair no ano em que o golpe se concretizou, 2016, como pode ser visto no gráfico acima. Os cortes no orçamento da ciência também aumentaram após o golpe e não pararam mais de acontecer, conforme gráfico abaixo..

Os cálculos foram feitos com base no valor anual empenhado para cobrir gastos das universidades, de institutos e escolas federais, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Ministério de Ciência e Tecnologia.

O valor atual equivale a apenas 52% do orçamento de 2014. Somente entre 2018 e 2019, a área perderá quase R\$ 5 bilhões de reais, ou 23% – maior corte registrado nos últimos cinco anos. O valor empenhado se refere ao que realmente foi reservado pelo governo federal para ser gasto – se fosse considerado o orçamento votado no início de cada ano, os cortes seriam ainda maiores.

Deputados e pesquisadores criam ‘Observatório do Conhecimento’ para defender a ciência no Brasil

Os cortes têm afetado sobretudo as agências de fomento e suporte à pesquisa como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que correm o risco de terem seus principais programas de apoio à ciência paralisados.

Desde 2016, o orçamento empenhado da **Capes** e do CNPq tem diminuído drasticamente. Se mantidos os valores para 2019, o orçamento deste ano será 65% menor do que o orçamento de 2015, representando uma perda de R\$ 7 bilhões.

Ao contrário do que o próprio presidente Jair Bolsonaro afirmou recentemente, um estudo elaborado pela organização norte-americana Clarivate Analytics para a **Capes** mostra que são as universidades públicas que produzem 99% da ciência no Brasil. As pesquisas científicas impactam diretamente a realidade dos brasileiros em áreas como saúde pública, tecnologia industrial e agricultura. (Com informações do Observatório do Conhecimento)

topo ↕

## **CEILÂNDIA EM ALERTA - NOTÍCIAS**

**Como Sérgio Moro virou juiz com erros básicos de gramática e interpretação de texto?**

**Uma das coisas que o Brasil talvez precisaria fazer é uma auditoria nos concursos públicos para juiz.**

O concurso para juiz é talvez um dos mais difíceis, se não o mais difícil que existe. No entanto, há atualmente coisas estranhas que podem indicar indícios de fraude.

Uma das coisas estranhas é a quantidade de parentes entre os juízes aprovados em concursos. Em concursos extremamente concorridos, seria muito difícil a filha, tio, sobrinha, esposa, marido etc passarem com tanta facilidade. Até ministros do Supremo têm parentes aprovados em concurso. Isso sem contar com o nepotismo nos tribunais.

No entanto, nos últimos tempos temos visto muitos juízes expressando preconceito, arrogância, além de mau caratismo que não condiz com um sujeito preparado e de grande capacidade intelectual, muito menos com um guardião da Lei.

O caso do juiz Sérgio Moro é enigmático. Além de todas as confusões que Sérgio Moro aprontou no processo contra Lula, inclusive reconhecendo que não há ligação entre a corrupção da Petrobras e as acusações contra o ex-presidente, o que inviabiliza a sua própria competência para julgá-lo, Moro também foi contra um projeto de lei que punia juízes que interpretassem a lei à revelia do que está escrito. Moro foi contra e defendeu interpretação do juiz acima (ou além) da lei.

Recentemente, 122 juristas escreveram livros sobre os erros de Moro na condenação sobre Lula. Em outro caso, um erro de Moro destruiu a vida de um executivo. Em outro erro, pessoas ficaram presas inocentemente.

Mas na última segunda-feira, 26, ele se superou. Ele cometeu erros primários de português. Muitos brasileiros até podem cometer esses erros. Não há problema algum. Mas é difícil de acreditar que um juiz, que teria estudado anos a fio para passar em um concurso, cometesse um deslize primário sobre o verbo haver.

Não fosse isso, o professor de física, Marcos César Danhoni Neves, que tem mais de 30 anos de docência em universidade do Paraná também já levantou suspeitas sobre a agilidade com que o juiz Sérgio Moro conseguiu alguns títulos acadêmicos.

“Moro tem um currículo péssimo: uma página no sistema Lattes (do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico ligado ao extinto MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia). Lista somente 4 livros e 5 artigos publicados. Mesmo sua formação acadêmica é estranha: mestrado e doutorado obtidos em três anos. Isso precisaria ser investigado, pois a formação mínima regulada pela **CAPES-MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** – Ministério da Educação) é de 24 meses para Mestrado e 48 meses para o Doutorado. Significa que “algo” ocorreu nessa formação apressada.. Que “algo” é esse, é necessário apurar com rigor jurídico”, escreveu Danhoni Neves em artigo.

topo 

## **NEXO - TEMPO REAL**

### **Os problemas da pós-graduação no Brasil. E a importância da ciência Congelamento de verbas do governo federal pode atingir bolsas de estudo e levanta discussão sobre investimento cada vez menor em pesquisa no país**

O governo de Jair Bolsonaro determinou o contingenciamento de R\$ 29 bilhões do orçamento federal em 2019. A medida foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial de 29 de março de 2019.

O maior afetado, em termos absolutos, foi o Ministério da Educação, que teve congelados R\$ 5,8 bilhões — cerca de 25% do orçamento originalmente previsto para pasta no ano. No Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, foram retidos R\$ 2,1 bilhões, que representam 42% do total previsto para 2019.

O bloqueio de dinheiro não atinge despesas obrigatórias, como salários dos órgãos federais. E, segundo o Ministério da Economia, à medida que houver mais arrecadação ao longo do ano, os recursos podem voltar a ser liberados. Mas o contingenciamento tem um impacto imediato sobre as chamadas despesas discricionárias — que vão desde custos de emissão de passaporte até bolsas de estudo.

Nesse cenário, um setor estratégico é diretamente afetado: a pós-graduação no Brasil.

Isso inclui dois dos principais órgãos federais de fomento à produção científica nacional: o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

A retenção de recursos levantou, mais um vez, um debate recorrente sobre a importância de investimentos em educação e ciência no Brasil, diante de um quadro de retração de verbas em anos recentes. Abaixo, o Nexo recupera esse histórico e mostra os impactos de curto e longo prazo dos cortes de orçamento nas verbas para a pós-graduação nas universidades, principal responsável pela produção científica no país.

Bolsonaro e as universidades

“Poucas universidades têm pesquisa”, disse o presidente Jair Bolsonaro, em entrevista à rádio Jovem Pan, em 8 de abril de 2019.

Sem citar dados ou fontes de informação, Bolsonaro criticou o que chamou de aparelhamento ideológico de instituições de ensino superior. Mencionou, como exemplo, a “manifestação burra” de “100 garotos” que o trataram como “racista, machista e homofóbico”, o que provocou o cancelamento da visita à Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 27 de março de 2019.

Desde a campanha presidencial, em 2018, Bolsonaro fez diversas declarações nessa linha, ecoando as críticas que o escritor Olavo de Carvalho faz às universidades como centros de difusão de um suposto “marxismo cultural”.

“Uma parte considerável delas [das universidades] é dinheiro jogado fora. [...] Vamos querer aparar as universidades, [vão] me chamar de homofóbico, fascista, ditador... A gente vai tentar mudar isso aí”

Jair Bolsonaro

Presidente da República, em live no Facebook após as eleições, em 9 de novembro de 2018

Universidades públicas são responsáveis por 95% da produção científica brasileira, de acordo com o relatório “Research in Brazil”, realizado pela empresa americana de análise de dados Clarivate Analytics, a pedido da **Capes**, e divulgado em 2017. Entre 2011 e 2016, foram publicados mais de 250.000 artigos científicos, em todas as áreas do conhecimento, levando o país à 13ª posição na produção científica global.

O que é pós-graduação

É a continuação dos estudos no ensino superior depois de concluída a graduação. O primeiro pré-requisito para se candidatar a um curso de pós-graduação é o diploma universitário, que pode ser de bacharel, licenciado ou tecnólogo. A pós-graduação se divide em duas categorias principais: lato sensu (especialização, por exemplo) e stricto sensu (mestrado e doutorado). Segundo dados da **Capes** de 2017, há 4.175 programas ativos no país.

Pós stricto sensu

MESTRADO

É um curso de aprofundamento na formação científica e acadêmica, voltado à pesquisa

e inovação. O foco do mestrado acadêmico é a pesquisa — no fim do curso, o pesquisador deve defender uma dissertação diante de uma banca avaliadora. Se aprovada, o pesquisador recebe o título de mestre. O foco do mestrado profissional é o mercado de trabalho, indicado para profissionais que querem aprofundar conhecimento teórico de determinada área. Dura dois anos, em média.

## DOUTORADO

É um curso mais avançado de aprofundamento na formação científica e acadêmica, também voltado à pesquisa e inovação. No fim do curso, o pesquisador deve defender uma tese diante de uma banca avaliadora. Se aprovada, o pesquisador recebe o título de doutor. Idealmente, a tese deve ser original e oferecer contribuições reais para o conhecimento na área. Dura entre quatro e cinco anos, em média.

## PÓS-DOUTORADO

Diferentemente do mestrado e do doutorado, o pós-doutorado não é um título. É uma especialização ou um estágio para desenvolver pesquisa (vinculadas a universidades ou outras instituições) e aprimorar o nível de excelência de determinada área acadêmica e científica após o doutoramento. Dura, no máximo, dois anos.

Em geral, as pesquisas desenvolvidas por mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos são financiadas com recursos de agências estaduais e federais de fomento, via bolsas de estudos e apoio a projetos científicos.

Entre as estaduais estão as fundações de amparo à pesquisa, como Fapesp, de São Paulo, Faperj, do Rio, e Fapemig, de Minas Gerais. As principais agências federais são a **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência. Ainda no plano federal, há o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico-Tecnológico, que é a base da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), também vinculada ao Ministério da Ciência.

Individualmente, os pesquisadores registram suas produções científicas, como publicação de livros e artigos, patentes, orientações, na Plataforma Lattes, do CNPq. O desempenho dos programas de pós-graduação, por sua vez, passa pela avaliação do SNPG (Sistema Nacional de Pós-Graduação), com informações coletadas na Plataforma Sucupira, da **Capes**.

Entre os critérios de avaliação estão a produção científica e a formação de mestres e doutores. Os cursos recebem notas de 1 a 7 (notas 1 e 2 são consideradas insuficientes e provocam o descredenciamento dos cursos; notas 6 e 7 são consideradas de destaque e dentro padrões internacionais de excelência). Em geral, programas melhores atraem mais pesquisadores e mais investimentos para pesquisa.

### O caso do CNPq

Segundo a Lei Orçamentária Anual de 2019, a verba prevista para o CNPq corresponde a R\$ 912 milhões (R\$ 785 milhões para bolsas e R\$ 127 milhões para projetos científicos). Entretanto, para pagar as bolsas e os projetos já iniciados, seria necessário, no mínimo, R\$ 1,2 bilhão.

R\$ 300 milhões

é o déficit atual do CNPq

O CNPq apoia atualmente cerca de 80 mil bolsistas e 11 mil projetos. O déficit na ordem de R\$ 300 milhões pode comprometer o pagamento de bolsas e projetos a partir de setembro/outubro de 2019.

Em 15 de abril de 2019, o CNPq encaminhou e-mails a coordenadores de projetos aprovados na Chamada Universal de 2018 informando a suspensão da implementação de novas bolsas. A Chamada Universal é um dos editais mais tradicionais da agência, voltado para pesquisas científicas, de tecnologia e de inovação em todas as áreas do conhecimento.

Em 5 de dezembro de 2018, o órgão tinha publicado a aprovação de 5.572 projetos, envolvendo 2.516 bolsas de várias modalidades, em um total de R\$ 200 milhões.

FOTO: AGÊNCIA BRASIL

O ministro Marcos Pontes e o presidente do CNPq, João Azevedo  
O MINISTRO MARCOS PONTES E O PRESIDENTE DO CNPQ, JOÃO AZEVEDO

Autoridades como João Luiz Filgueiras de Azevedo, engenheiro aeronáutico e atual presidente do CNPq, e Marcos Pontes, astronauta e atual ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, manifestaram preocupação em relação aos rumos das pesquisas.

“Não existe plano B. Não temos como fechar as contas sem mais grana neste ano; isso é um fato”

João Luiz Filgueiras de Azevedo

presidente do CNPq, em 27 de março de 2019

“Ciência e tecnologia devem ser a ponta de lança do desenvolvimento de qualquer país. Já temos problemas de orçamento e agora, com bloqueio de 42% sobre um orçamento que já era pequeno, ficamos com a corda no pescoço”

Marcos Pontes

ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 10 de abril de 2019

Desde 2018, a situação crítica do CNPq vem sendo discutida publicamente. Em carta aberta, divulgada em 9 de agosto de 2018, o engenheiro elétrico e então presidente da entidade Mario Neto Borges alertou que as limitações orçamentárias impostas para 2019 poderiam limitar lançamento de editais e contratações de novos projetos.

“Cada real que se destina à pesquisa científica e cada minuto que se permite à inteligência e criatividade brasileiras exercitarem a busca por soluções, nos mais diferentes campos, vão sempre render frutos e benefícios para o país. [...] Hoje o Brasil tem investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento da ordem de 1,2% do seu Produto Interno Bruto, o que compreende os dispêndios privados e públicos — é muito pouco.

Para que possa alcançar novos potenciais e realizar diferentes objetivos, o Brasil precisa ampliar esse percentual para ao menos 2% de seu PIB”, escreveu Borges.

## O caso da **Capes**

A **Capes** apoia atualmente 93,5 mil bolsistas na pós-graduação, além de 105 mil profissionais de educação básica e 245 mil beneficiados por programas em 750 cursos de 110 instituições, em cerca de 600 cidades.

Consultada pelo Nexo, a agência informou que, de acordo com Lei Orçamentária Anual de 2019, o orçamento previsto é de R\$ 4,2 bilhões — destes, R\$ 3 bilhões se destinam ao pagamento de bolsas no país e no exterior, incluindo as modalidades de mestrado, doutorado, pós-doutorado, estágio sênior, especialização, entre outras.

“Este orçamento é suficiente para a **Capes** cumprir suas obrigações [de 2019]. Até o momento, não foi comunicado contingenciamento de recursos”, afirmou a agência ao Nexo, por e-mail, em 16 de abril de 2019. Desde 2018, entretanto, a questão ronda a agência.

Em 1º de agosto de 2018, Abilio Baeta Neves, cientista político e à época presidente da **Capes**, publicou ofício endereçado ao então ministro Rossieli Soares da Silva, relatando que os recentes cortes trariam “impactos graves” para seus programas de fomento, implicando a suspensão do pagamento de todos os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019. De acordo com o ofício, projetos de formação e programas de cooperação internacional seriam interrompidos.

A nova gestão, entretanto, não abordou a questão das restrições orçamentárias publicamente. Em conferência na Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), em 13 de março de 2019, o engenheiro civil e atual presidente da **Capes Anderson Correia** defendeu a expansão da pós-graduação no país. Correia informou que o total de programas passou de 2.265 para 4.296 em gestões anteriores, de 2006 a 2017. Sem citar cifras, afirmou que o país precisa aumentar investimentos e formar mais mestres e doutores.

“Precisamos formar mais profissionais e o Brasil precisa de mais investimento em ciência e tecnologia, para abrir mais concursos públicos e desenvolver novos projetos relevantes de pesquisa em parceria com a indústria, de forma a absorver a mão de obra qualificada”

### **Anderson Correia**

presidente da **Capes**, em 13 de março de 2019

Ricardo Vélez Rodríguez, que foi ministro da Educação nos primeiros três meses de governo Bolsonaro, e agora seu sucessor, Abraham Weintraub, ambos defensores do combate ao “marxismo cultural”, não comentaram os cortes orçamentários. Ao contrário do que defende Correia, Weintraub desconsidera destinar mais investimentos às universidades.

Questionado pelo jornal O Estado de S. Paulo sobre os projetos ministeriais para as universidades federais, em 10 de abril de 2019, dois dias após assumir a pasta, o ministro afirmou que o país “gasta muito” nas universidades.

Em nota ao Nexo, a **Capes** declarou que, enquanto fundação pública, está alinhada à política conduzida pelo Ministério da Educação. “Não nos cabe comentar a posição do ministro sobre o sistema universitário”, acrescentou.

Weintraub também afirmou que a produção científica “é baixa” — o que não é verdade. Segundo dados da Web of Science, plataforma internacional de indexação de citações científicas da Clarivate Analytics, compilados a pedido do Jornal da USP, as 50 instituições que mais publicaram pesquisas científicas nos últimos cinco anos no Brasil incluem 44 universidades (36 federais, 7 estaduais e 1 particular), 5 institutos de pesquisa e 1 instituto federal de ensino técnico. São as “fábricas de conhecimento”, segundo a expressão do jornalista Herton Escobar.

Em entrevista ao Nexo, a bioquímica Helena Nader, professora da Universidade Federal de São Paulo, argumenta que recursos para ciência e educação não são “gastos”, mas “investimentos”. “É uma fábrica de montagem: você começa com a educação, que vai gerar ciência, que vai gerar tecnologia, que vai gerar inovação. É isso que move o desenvolvimento de um país”, diz Nader.

O histórico da pós-graduação

No início da década de 2000, o Ministério da Educação passou a investir na expansão das instituições federais, aumentando o número de cursos de graduação e pós-graduação fora das capitais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste do país.

Em 2004, o orçamento das instituições federais de ensino superior envolvia cerca de R\$ 12 bilhões. Na época, 18 novas universidades foram fundadas e 173 campi de instituições federais foram instalados no interior do país. Em 2014, o orçamento superou R\$ 40 bilhões.

A expansão foi acompanhada por incentivos para ampliação do acesso ao ensino superior, mediante programas como o ProUni (Universidade Para Todos). Na época, também foram formuladas ações para inclusão de indígenas e negros nos programas de pós-graduação, como as políticas afirmativas de cotas raciais.

As iniciativas de expansão aconteceram durante a gestão de Fernando Haddad no Ministério da Educação, entre 2005 e 2012. O programa elaborado pelo adversário de Bolsonaro nas eleições de 2018 é um dos alvos da “Lava Jato da Educação”, anunciada pelo presidente em 2019.

Ao longo da última década, os investimentos destinados a bolsas do CNPq e da **Capes** tiveram altos e baixos, conforme mostram os gráficos da série histórica, a partir de dados levantados pelas agências a pedido do Nexo. Entre 2009 e 2014 os investimentos acompanharam as políticas de expansão da pós-graduação, mas, na sequência, tiveram cortes sucessivos.

A maior parte do orçamento das agências se destina ao pagamento de bolsas. Na **Capes**, por exemplo, do orçamento de R\$ 6 bilhões em 2014, R\$ 5,1 bilhões foram direcionados para bolsas (R\$ 1,8 bilhão para o programa Ciência Sem Fronteiras). No CNPq, do orçamento de R\$ 1,2 bilhão em 2017, R\$ 1 bilhão foi para bolsas.

O número de matrículas na pós-graduação saltou de 48 mil para 203 mil entre 2002 e 2014, segundo dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) citados em relatório da SESu (Secretaria de Educação Superior), unidade do Ministério da Educação responsável por coordenar processos da Política Nacional de Educação Superior.

O número de programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) triplicou no país, informa o relatório Mestres e Doutores 2015, o mais recente da série. Elaborado pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), o estudo também indica um boom na formação de mestres e doutores entre 1996 e 2014. Segundo dados da Plataforma Lattes de 2016, são 371 mil mestres e 227 mil doutores no Brasil.

379%

foi o aumento do número de mestres entre 1996 e 2014

486%

foi o aumento do número de doutores entre 1996 e 2014

Em 2014, a taxa de desemprego era de 24,5% entre doutores recém-titulados e de 34,2% entre mestres — números considerados altos em relação a outros países; nos Estados Unidos, por exemplo, é de 2,1%. Em 2014, a taxa geral de desemprego no Brasil foi de 4,8%.

Neste contexto, a expansão da pós-graduação é criticada por alguns autores, pois as universidades e os mercados não conseguem absorver esses profissionais. Em entrevista à BBC Brasil, o biólogo Marcelo Hermes-Lima, professor da Universidade de Brasília, criticou a proliferação “alucinada” de cursos de pós-graduação, que estaria priorizando quantidade, e não qualidade da formação acadêmica.

Em entrevista ao Nexo, o biólogo Fernando Reinach, ex-professor da Universidade de São Paulo, também critica o crescimento desordenado. “O primeiro ponto para pensar a pós-graduação é: qual é o tamanho desejado dela? O Brasil, um país pobre e cheio de carências, precisa desta área, mas qual o tamanho ideal desta área? Quantos mestres e doutores devemos formar? É uma discussão difícil, mas que deve ser feita”, diz Reinach.

Em 2016, durante o governo de Michel Temer, foi aprovada a Emenda Constitucional 95, a chamada PEC do Teto, que limita gastos do orçamento federal. Na esteira da emenda, em vigor desde 2017, foram feitos congelamentos e cortes sucessivos nos orçamentos da **Capes** e do CNPq, que provocaram diversas reações de cientistas e acadêmicos.

FOTO: MARCHA PELA CIÊNCIA/FACEBOOK/REPRODUÇÃO

Marcha pela Ciência, realizada com apoio da SBPC, acontece desde 2017  
MARCHA PELA CIÊNCIA, COM APOIO DA SBPC, ACONTECE DESDE 2017

Em entrevista à agência DW, o físico Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências, se referiu às recentes políticas de austeridade como um risco “ao desenvolvimento e à própria soberania nacional”.

Os impactos para pesquisadores

Atualmente, pesquisadores enfrentam um conjunto de impactos econômicos, sociais e políticos, o que compromete o desenvolvimento de estudos científicos e, como consequência, o desenvolvimento de inovação e tecnologia para o país.

Impasses

ESTRESSE, DEPRESSÃO E ANSIEDADE

Segundo um estudo feito com mais de 2.000 estudantes de 26 países, publicado na revista científica Nature Biotechnology em março de 2018, os pós-graduandos têm seis vezes mais chance de sofrer depressão e ansiedade do que o restante da população. Enquanto o artigo apontava causas como pressões da dinâmica acadêmica (por exemplo, a relação orientando-orientador), leitores da revista publicaram comentários com suas próprias ideias a respeito do problema, apontando outros fatores como o baixo valor de bolsas e a falta de perspectiva de emprego (dentro e fora da universidade) como catalisadores de estresse e ansiedade.

FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL

Doutores recém-titulados têm buscado bolsas de pós-doutorado, como alternativa diante da falta de oportunidade no mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada como nas instituições públicas de pesquisa. Entretanto, conforme reportagem da BBC, não há bolsas para todos: no primeiro calendário de 2018, dos 2.550 pedidos recebidos pelo CNPq, por exemplo, foram concedidas apenas 363 bolsas.

BOLSAS DEFASADAS

Embora disputadas, as bolsas disponíveis estão defasadas desde 2013, data do último ajuste. Nas duas agências, **Capes** e CNPq, a bolsa de pós-doutorado é de R\$ 4.100; a de doutorado, R\$ 2.200; e a de mestrado, R\$ 1.500. Em fevereiro de 2019, a ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos) lançou uma campanha pedindo atualização dos valores. Em geral, a condição de bolsista implica “dedicação exclusiva”, isto é, não é permitido exercer outras atividades remuneradas com vínculo empregatício.

DESEMPREGO E SUBEMPREGO

Pesquisadores têm migrado para outras atividades ou recorrem a subempregos. Professores têm feito bicos como Uber ou pedido emprego no farol. A crise profissional não é um fenômeno só no Brasil: em editorial de julho de 2018, a revista científica Nature usou a expressão “geração perdida” para se referir a jovens doutores nos Estados Unidos e na Europa.

FUGA DE CÉREBROS

Diante da falta de perspectiva profissional no país, também voltou à tona a discussão sobre o fenômeno da “fuga de cérebros”. Expressão datada da década de 1960, o “brain

“drain” se refere ao êxodo de profissionais de alto nível educacional, motivados pela busca de melhores condições de trabalho no exterior. “Um hiato de investimento desincentiva o pesquisador. Sem empresas e universidades que absorvam esse profissional, ele vai embora do Brasil se tiver talento”, comentou o bioquímico Hernan Chaimovitch, ex-presidente do CNPq, à rádio Jornal da USP no Ar.

Segundo Ildeu Moreira, presidente da SBPC (Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência), inicia-se uma “desarticulação geral”. “A ciência descontinuada é muito difícil recuperar. Se você desmonta grupos de pesquisa, aquela experiência vai embora. Depois, você precisa começar do zero. Gastam-se anos, gasta muito mais recursos. Na prática, significa que uma parcela muito significativa dos recursos que o Brasil investiu nos últimos anos vai se perder”, avaliou, em entrevista à BBC, em agosto de 2018.

Por que investir em ciência?

Nas universidades são desenvolvidas pesquisas em diversas áreas do conhecimento, incluindo experimentos de laboratórios (que podem produzir medicamentos novos, por exemplo), estudos de campo (que podem desenvolver técnicas para agricultura, entre outros) e trabalhos teóricos (que podem contribuir para a compreensão de questões políticas, por exemplo).

O ministro Abraham Weintraub sinalizou, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo de 10 de abril de 2019, que há áreas prioritárias para receber recursos e outras não, como a filosofia.

“Precisamos escolher melhor nossas prioridades porque nossos recursos são escassos. Não sou contra estudar filosofia, gosto de estudar filosofia. Mas imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?”

Abraham Weintraub

ministro da Educação, em 10 de abril de 2019

Instituições como a Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) criticaram a fala do ministro.

Atualmente, há diferenças na distribuição de recursos financeiros de acordo com as áreas do conhecimento — a maioria é destinada a campos das ciências biológicas e exatas. Segundo a Anpuh (Associação Nacional de História), as ciências humanas ficam com cerca de 10% dos orçamentos.

Em março de 2019, a SPBC publicou manifesto crítico aos últimos contingenciamentos orçamentários. Redigido na cidade cearense de Sobral, o manifesto foi endossado por mais de 30 associações científicas do país.

“No momento em que ganham proeminência ideias obscurantistas e correntes anticientíficas, é essencial destacar a importância decisiva do conhecimento científico para as tomadas de decisão individuais e coletivas, para a gestão pública e para o desenvolvimento social e econômico do país”

Carta de Sobral

## manifesto da Reunião Regional da SBPC

O Nexo conversou com dois especialistas para discutir os impactos das restrições orçamentárias, os modelos atuais e as alternativas possíveis para o financiamento de pesquisas da pós-graduação.

Helena Nader: bioquímica, professora da Universidade Federal de São Paulo e presidente da SBPC entre 2011 e 2017

Fernando Reinach: biólogo, ex-professor da Universidade de São Paulo e integrante do conselho do Instituto Serrapilheira (instituição privada de fomento à ciência)

Por que investir em ciência e educação?

HELENA NADER Qualquer nação desenvolvida chegou ao estágio de desenvolvimento que chegou graças a acreditar e investir em educação e ciência. Sem educação, não há mão de obra qualificada para, inclusive, aprender e usar as metodologias desenvolvidas por outros países. Sem ciência, não há desenvolvimento de metodologias próprias, tecnologias, inovações, conhecimento.

Estive recentemente na Coreia e fiquei impressionada com a história do desenvolvimento científico lá. Um antigo rei mudou um alfabeto inteiro, que era inacessível, partindo do princípio: o povo tem mãos, mas não consegue escrever; o povo tem olhos, mas não consegue ler. Enfrentando resistências, ele deu uma ordem para mudar o alfabeto, para que todos conseguissem ler e escrever. Conhecimento é uma forma poder, que deve ser compartilhada. Neste contexto, o Brasil está andando na direção oposta, na contramão da história.

As universidades públicas respondem por mais de 95% da ciência produzida no país, cujo impacto varia, como toda ciência, de acordo com as áreas. De todo modo, segundo estudo recente da Clarivate Analytics, o impacto da ciência brasileira aumentou; a internacionalização da ciência brasileira está aumentando, embora ainda esteja aquém de outros países.

Todas as universidades federais estão produzindo ciência, o que é bom. Não adianta concentrar as pesquisas no eixo Rio – São Paulo – Minas Gerais. Universidade, como dizia Anísio Teixeira, não foi feita para guardar conhecimento. Biblioteca guarda conhecimento. Universidade é para gerá-lo.

FERNANDO REINACH Antes de tudo, precisamos diferenciar ciência e educação. A educação, que é essencial e deve ser proporcionada ao país todo, é uma história. A ciência desenvolvida na pós-graduação, que formará cientistas e especialistas, é outra história. Uma minoria vai para mestrado, doutorado, pós-doutorado. Nenhum país razoável quer que ‘todo mundo’ faça doutoramento ou pode exigir que ‘todo mundo’ seja cientista.

Neste contexto, o primeiro ponto para pensar a pós-graduação é: qual é o tamanho desejado dela? O Brasil, um país pobre e cheio de carências, precisa desta área, sim, mas qual o tamanho ideal dela? Quantos mestres e doutores devemos formar? É uma discussão difícil, mas que deve ser feita. Sempre se quer níveis máximos de investimentos – e, por questões corporativas, nenhum núcleo de pesquisa vai dizer ‘tenho investimento demais, vamos repassar para outros’. Há uma tendência de não querer abrir mão de nada, de não querer fechar programa de pós-graduação que é mal-

avaliado ou laboratório que não produz. Na verdade, esta é a hora de depurar o que é bom e o que é ruim.

Antes de tudo, precisamos saber qual é o dinheiro disponível para investimento. Depois, qual é a melhor maneira de investi-lo? Se cortes forem inevitáveis, como fazê-los? Um corte horizontal, que afeta todo mundo, acaba cortando pesquisas boas e ruins. Um corte vertical, que diferencie pesquisas boas e ruins, seria melhor. Até hoje, porém, os cortes não foram feitos a partir de um critério de qualidade, mas de quantidade. Onde estão os melhores indicadores? Vamos investir onde as melhores pesquisas estão sendo desenvolvidas.

É mais fácil esbravejar diante dos cortes e pedir a volta de um número, sem discutir se esse é o número ideal. Esta é uma oportunidade para brigar por uma avaliação da produção científica.

É sustentável o modelo atual? Há alternativas?

HELENA NADER Era um modelo sustentável, mas não na visão de que educação e ciência são gastos. Educação, ciência, tecnologia, inovação e cultura não são gastos, são investimentos. A classe política precisa enxergar esses fatores como o possível “turning point” da economia do país. Reduzir investimentos nessas áreas é bloquear o futuro, uma falta de visão estratégica. É uma fábrica de montagem: você começa com a educação, que vai gerar ciência, que vai gerar tecnologia, que vai gerar inovação. É isso que move o desenvolvimento de um país.

O argumento de que os programas de pós-graduação cresceram demais também é uma visão não real. Nos levantamentos de dados do número de doutores por mil habitantes – e o Brasil está abaixo da Argentina. Como crescer? O Brasil possuía cerca de 700 pesquisadores por milhão de habitantes em 2010, enquanto Israel 8.000, por exemplo [segundo a Unesco]. Concordo que precisamos rever a pós-graduação, principalmente o modelo de avaliação. [O processo de expansão] foi muito bom e inclusive alavancou a ciência brasileira.

Antigamente, fazia-se uma tese que ia parar em uma prateleira. Atualmente, uma tese se desdobra em mais trabalhos, dependendo do assunto. Isso posicionou o Brasil na 13ª posição de publicações, como referência de algumas áreas. Dizer que temos muitos doutores é uma falácia. Estamos aquém, na realidade. Precisamos formar doutores não só para as universidades, mas para o mercado, para a indústria. O que também precisamos rever é o diálogo da universidade com a sociedade. Não conseguimos até agora, como nos Estados Unidos e na Europa, uma via para nos comunicarmos com a sociedade. É uma autocrítica.

FERNANDO REINACH O modelo básico é similar a este no mundo todo: doutores desenvolvem pesquisas e se formam nas universidades, vão se tornar pesquisadores nas instituições de excelência e vão levar o conhecimento produzido a outras instâncias. A pesquisa é financiada pelo governo federal e depois vai para o mercado.

Novamente, a questão é o tamanho da ciência e da tecnologia, o que varia de país para país. No Brasil, há investimento de instituições como o Serrapilheira [da qual o entrevistado é conselheiro], que financia um número pequeno de pesquisadores de excelência. Entre as diferentes áreas do conhecimento desenvolvidas no Brasil, como

deve ser feita a divisão de recursos? Áreas científicas (biológicas, exatas, humanas), afinal, são divisões arbitrárias e é difícil imaginá-las igualmente contempladas.

Um exemplo: fui professor da Universidade de São Paulo, onde há pesquisa de sânscrito no departamento de Letras. É importante? Sim, certamente. Mas sânscrito deve estar incluído em todos os departamentos de Letras de todas as universidades brasileiras? Não. Mas, então, qual é o número ideal? 2 ou 500? Em vez de ter essa discussão de fundo, cada departamento defende seu número de vagas e de verbas.

Num mundo ideal, tudo isso deveria ser discutido com transparência: os governantes deveriam prestar contas, consultar, informar metas embasadas em dados. Essas decisões deveriam ser norteadas por levantamentos, e não por componentes ideológicos que um ou outro julga mais importante – ou então acontece uma queda de braço entre a ciência e o Ministério da Economia, sendo que este último sempre acaba ganhando. No fundo, essas decisões dizem respeito ao projeto que o país quer para o futuro.

topo ↕

## POPULAR MAIS - TEMPO REAL

### Entidades acadêmicas convocam mobilização contra desmonte da ciência por Bolsonaro

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Andifes, e outras acadêmicas e científicas, realizam nos dias 8 e 9 de maio o movimento #cienciaocupabrasilia. Além da concentração em Brasília, as entidades organizam protestos por todo o país .

A jornada de mobilização surgiu depois que Jair Bolsonaro, assinou um decreto no dia 29 de março que cortou R\$ 36 bilhões nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimento do Orçamento da União. No caso do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o bloqueio foi de R\$ 2,158 bilhões do valor definido na Lei Orçamentária Anual (LOA) de R\$ 5,105 bilhões.

A situação da ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) e da educação no país atingiu o nível mais crítico das últimas décadas. Com o corte recente de 42%, para 2019, nos recursos de investimentos do MCTIC, e de 21% do Ministério da Educação (MEC), o funcionamento das agências de fomento à pesquisa do governo federal – CNPq, Finep e **Capes** – está ameaçado.

Os cortes atingirão em cheio os institutos de pesquisa e universidades, e de forma intensa, a pós-graduação do País.

De acordo com a entidade, “o fato é ainda mais grave se observarmos que este patamar baixíssimo de recursos para CT&I se estenderá para 2020 e anos seguintes, em função da Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto para os gastos anuais do governo

pelos próximos 20 anos com base no orçamento executado no ano corrente.

Evidentemente outras questões muito sérias, em relação à liberdade acadêmica e de pesquisa, à educação, à preservação do meio ambiente, aos direitos sociais e à própria democracia estão também em causa neste momento”.

Na avaliação da Academia Brasileira de Ciências (ABC), a situação é crítica e poderá provocar a destruição da ciência brasileira. “Nunca vi cortes da magnitude dos que foram decretados recentemente. São cortes extremamente pesados e, se não forem revertidos, destruirão a ciência brasileira. Esses cortes representam um ataque sério ao desenvolvimento e à própria soberania nacional”, afirmou Luiz Davidovich, presidente da entidade.

topo ↕

## **PORTAL GUANDU - NOTÍCIAS**

**Com chamada de R\$ 100 milhões, MCTIC e Ministério da Educação lançam programa Ciência na Escola**

**Documento assinado na última quinta-feira autoriza o lançamento da chamada pública para instituições; outras três ações do programa, que integra as Metas dos 100 Dias, já foram lançadas**

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Astronauta Marcos Pontes e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, participaram nesta quarta-feira (17), em Brasília, da cerimônia de lançamento do programa Ciência na Escola. O programa é uma iniciativa dos dois ministérios para aprimorar o ensino de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.=

Na cerimônia, os ministros do MCTIC e do MEC assinaram documento que autoriza a chamada pública para instituições, com recursos de R\$ 100 milhões providos do MEC, a ser publicada nos próximos dias. Outras três iniciativas já foram lançadas dentro do programa Ciência na Escola – uma chamada pública para pesquisadores, a Olimpíada Nacional de Ciências e a plataforma “Ciência é 10!”, para especialização de professores. Todas as etapas do programa serão acompanhadas por meio de uma plataforma desenvolvida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que inclui mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação das ações.

Durante o evento de lançamento do programa, o ministro Marcos Pontes falou da importância de encorajar alunos e professores e ajudar as crianças a realizarem seus sonhos. “Temos milhões de crianças que necessitam apenas de um empurrãozinho para se tornarem professores, empresários, cientistas e cidadãos produtivos,” disse o ministro. “Ciência e tecnologia são a ponta de lança do desenvolvimento de qualquer país e são coisas apaixonantes, que podem motivar a garotada para o estudo.”

O ministro do MCTIC também ressaltou o fato de que o programa irá ajudar a formar a nova geração de cientistas brasileiros. “Nossos pesquisadores estão envelhecendo e formar novos cientistas leva tempo,” afirmou. “O Ciência na Escola terá parte nesse processo – em 15 ou 20 anos teremos uma nova geração de profissionais, mas precisamos dar a partida agora.”

Participaram da mesa de abertura do evento, além dos ministros, o presidente do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) João Luiz Filgueiras de Azevedo, o Presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Ribeiro Correia**, e o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Curi.

Após a solenidade de assinatura, foi realizada uma mesa redonda com a presença da vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, e a coordenadora-geral da Febrace, Roseli Lopes. Em seguida, foram realizadas apresentações de experiências relacionadas ao ensino de ciências da professora Débora Garofalo, uma das dez finalistas do Global Teacher Prize, considerado o Nobel da Educação, e da professora Dávila Correa, diretora adjunta do Instituto do Desenvolvimento Social Sustentável do Instituto Mamirauá.

O secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do MCTIC, Marcelo Morales, concluiu as apresentações com uma palestra sobre o funcionamento do programa.

O Programa Ciência na Escola

O programa é uma iniciativa conjunta do MCTIC, CNPq, MEC e **Capes**, dividido em quatro ações simultâneas.

A chamada pública institucional no valor de R\$ 100 milhões, que será publicada nos próximos dias, irá selecionar propostas apresentadas por redes de instituições que envolvam escolas de educação básica, instituições de ensino superior, espaços de ciência e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação.

As instituições serão encorajadas a apresentar propostas em consórcios, com recursos distribuídos da seguinte forma: até R\$ 4 milhões de reais para o nível estadual, com uma unidade da federação de uma mesma grande região do país envolvida, até R\$ 10 milhões de reais para o nível interestadual, em que menos duas unidades da federação de uma mesma grande região do país são envolvidas, e até R\$ 20 milhões de reais para o nível regional, com ao menos três unidades da federação de uma mesma grande região do país envolvidas.

“Esta é a principal ação do programa,” afirma o secretário Morales. “É o que irá levar os alunos e professores para dentro dos equipamentos de ciência das instituições.”

As demais ações já foram lançadas. Uma delas é a Chamada MCTIC/CNPq nº 05/2019 – Programa Ciência na Escola: o Ensino de Ciências na Educação Básica, com investimento previsto de R\$ 10 milhões. Serão apreciados projetos que versem sobre o ensino de qualquer uma das disciplinas que fazem parte do currículo escolar dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O objetivo é privilegiar o letramento científico, o uso de abordagens investigativas e de metodologias ativas de ensino, a aproximação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) com as escolas públicas, a disseminação dos métodos científicos das diferentes áreas do conhecimento, a integração entre as disciplinas e o

despertar da vocação dos alunos e professores da educação básica para as carreiras científicas.

“É uma chamada para pesquisadores,” explica Morales. “Eles irão pensar em como trazer a ciência para dentro da sala de aula e as metodologias associadas.”

Também no âmbito do programa, foi lançada pela **Capes**, com investimentos de R\$ 3 milhões, a Especialização à Distância em Ensino de Ciências - "Ciência é Dez!". Trata-se de um curso de especialização para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano.

É um curso na modalidade ensino a distância (EAD), com garantia de qualidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e certificação do Ministério da Educação (MEC).

A última das ações iniciais do programa, que também já está em operação, é a expansão da Olimpíada Nacional de Ciências, promovida pelo MCTIC em parceria com a Universidade Federal do Piauí e implementado o programa de quatro Sociedades Científicas: a Sociedade Brasileira de Física (SBF) a Associação Brasileira de Química (ABQ), o Instituto Butantan e a Sociedade Astronômica Brasileira.

Com recursos no valor de R\$ 1 milhão, o objetivo é atingir um milhão de participantes neste ano, com ampliação da capilaridade e do escopo de disciplinas.

O secretário Marcelo Morales também deu destaque à plataforma de gestão, monitoramento e avaliação do programa, desenvolvida pela RNP. Ela permitirá que o programa seja acompanhado em tempo real. “A cada três meses vamos extrair os impactos dessas ações, por um período de dois anos,” afirma. “De posse dessas informações poderemos então renovar nossos investimentos, totalmente baseados em uma metodologia científica.”

topo ↕

## **VIPCEO - TEMPO REAL**

### **CargoNews França oferece mais de 1.500 vagas para doutorado MAIOR PARTE DOS EDITAIS PREVEEM FINANCIAMENTO VIA CONTRATO DOUTORAL**

Os brasileiros interessados em realizar sua pesquisa na França devem aproveitar as próximas semanas para enviar as candidaturas. No catálogo de escolas doutorais do Campus France Brasil, é possível acessar mais de 1.500 chamadas abertas para doutorado pleno, pós-doutorado e estágio de mestrado nas mais diversas áreas. A maior parte das ofertas preveem financiamento via contrato doutoral ou bolsa de estudos.

Para verificar os pré-requisitos e a data limite de inscrição, é preciso acessar o site. Os critérios de seleção, assim como documentos necessários e nível de idioma, variam conforme a proposta ou escola doutoral. Eventualmente, as escolas permitem que as teses sejam escritas em inglês e algumas ofertas impõem a nacionalidade dos candidatos como critério.

Além de acessar as vagas existentes (disponíveis na aba “ofertas”), os pesquisadores também podem conhecer as diferentes linhas de pesquisa das escolas e enviar um projeto espontaneamente para doutorado pleno, doutorado sanduíche ou cotutela. Todas as informações sobre o tema estão disponíveis no link.

## Doutorado na França

A França investe 48 bilhões de euros por ano em pesquisa, o equivalente a 2,24% de seu PIB. Existem 270 escolas doutorais ligadas a 2500 laboratórios de pesquisa públicos espalhados por todo o país. No total, 42% dos doutorandos inscritos nestas instituições são estrangeiros.

O doutorado é o mais alto diploma emitido pelas universidades francesas e pode ser concluído em três anos. A taxa de inscrição no doutorado na França é de 380 euros por ano.

## Financiamento para pesquisas

Existem inúmeros mecanismos de financiamento disponíveis para doutorandos internacionais e algumas escolas doutorais exigem um financiamento mínimo para o ingresso. Uma ferramenta útil para a busca de financiamento é o catálogo de bolsas do Campus France Brasil, onde constam 83 bolsas disponíveis para brasileiros.

Os doutorandos também podem verificar juntos às escolas a possibilidade de estabelecer um contrato doutoral, que é um contrato de trabalho assinado entre a instituição e o pesquisador. Outras instituições que utilizam o mesmo mecanismo ou oferecem bolsas de estudos são a Agência Nacional de Pesquisa, órgãos franceses de pesquisa (Cnes, CNRS, CEA, entre outros) ou órgãos de fomento à pesquisa do governo brasileiro (Capes, CNPq, agências estaduais).

Ainda é possível buscar financiamento junto a empresas ou União Europeia. Veja mais informações.

## Cursos de imersão científica e linguística

Aqueles que desejam conhecer os setores de ponta da pesquisa francesa, aprender o idioma e ainda estabelecer uma rede de contatos com laboratórios, empresas, cientistas e professores, podem participar dos programas de curta duração French + Sciences. Os programas, voltados aos mestrandos e doutorandos que desejam continuar suas pesquisas na França, são ministrados em inglês e têm duração de 4 semanas.

A programação inclui conferências, debates, visitas técnicas, apresentação sobre oportunidades de estudos, tutoria acadêmica individual, aulas de francês e atividades culturais. Em 2019, o Campus France oferece sessões sobre ciências do mar e desenvolvimento sustentável.

O cronograma completo está disponível no site.

## Assessoria de Imprensa

Fonte Oficial: Cargo News

topo ↕

## R7 - TEMPO REAL

### **MEC prepara material para explicar nova política de alfabetização**

O Ministério da Educação (MEC) está finalizando um caderno que explicará as diretrizes, os princípios e os objetivos da Política Nacional de Alfabetização (PNA). A intenção é que as escolas passem a alfabetizar as crianças no primeiro ano do ensino fundamental, ou seja, geralmente aos 6 anos de idade.

A orientação está em decreto publicado no último dia 11 no Diário Oficial da União. A política prevê ajuda financeira e assistência técnica da União para os municípios que aderirem ao programa, a elaboração de materiais didático-pedagógicos para serem usados nas escolas e o aumento da participação das famílias no processo de alfabetização dos estudantes.

A ênfase da alfabetização no primeiro ano é uma das novidades. Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o mínimo que os estudantes devem aprender a cada etapa de ensino, estipulou que as crianças fossem alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental, ou seja, geralmente aos 7 anos.

Pelo Plano Nacional de Educação (PNE), lei 13.005/2014, as crianças devem ser alfabetizadas, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental, ou seja, aos 8 anos de idade.

Elevar os índices de alfabetização é uma das prioridades do governo e a definição da política uma das metas dos 100 dias de governo. De acordo com os últimos dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada em 2016, mais da metade dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram nível insuficiente de leitura e em matemática para a idade, ou seja dificuldade em interpretar um texto e fazer contas.

A política será voltada também para os mais velhos. Uma das ações previstas é o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo no país entre pessoas com 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7% em 2017.

Para União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o decreto precisa de esclarecimentos sobre como se dará a implementação. “A implementação depende de ações e estratégias, para que seja levada adiante, elas vão falar com mais clareza”, diz o presidente da Undime, Alessio Costa Lima. Segundo a assessoria de imprensa do MEC, ainda não há uma data específica para a publicação do caderno explicativo.

O decreto não chega a especificar, mas coloca como componentes essenciais para a alfabetização conceitos do método fônico. Os componentes são: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de escrita.

“O melhor método é aquele que o professor se sente seguro para utilizar, que faz o

aluno ser alfabetizado”, defende o presidente da Undime. Além disso, segundo ele, preocupa a priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental. “As crianças têm ritmos de aprendizagem diferentes”. Os dirigentes municipais de educação defendiam que o decreto mantivesse o prazo de alfabetização da BNCC, até o 2º ano do ensino fundamental.

## Participação da família

A presidente da Associação Brasileira de Alfabetização, Isabel Frade, destaca outro ponto que precisa de esclarecimento, que é a participação das famílias. Uma das diretrizes da política é “participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escolar”, segundo o decreto.

“As famílias têm que ser chamadas a participar. Queremos toda a perspectiva da família como agente de processo de letramento e elas podem alfabetizar seus filhos. Mas, quais famílias? Com alta escolarização? Famílias que ficam fora o dia inteiro? Que famílias são essas e o que significa colocar essas famílias na política?” Ela ressalta ainda que, quanto ao método de alfabetização, falta uma pesquisa nacional para verificar quais são as práticas exitosas.

O decreto prevê que serão adotados mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Nacional de Alfabetização, tais como a avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados e o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar as ações da política.

## Ministério da Educação

Em nota, o MEC diz que o objetivo da política é atingir as metas previstas no PNE, de alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental e de erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até 2024.

“A PNA não determina nenhum método especificamente. A adesão dos entes federados aos programas e às ações da PNA será voluntária”, justifica a pasta, que destaca que a política “pretende inserir o Brasil em um rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, trazendo os avanços das ciências cognitivas para a sala de aula”.

Mariana Tokarnia

## O GLOBO - RJ - O PAÍS

### Fux mantém cancelamento de contratos superfaturados de TI

### TCU suspeita de desvio de R\$ 16,9 milhões, em caso revelado pelo GLOBO

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido da empresa YYS para suspender uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que havia cancelado compras no valor de R\$ 30 milhões realizadas pelo Ministério da Educação e pelo antigo Ministério da Integração Nacional, hoje rebatizado de Ministério do Desenvolvimento Regional. A empresa é suspeita de superfaturar em mais de 1.000% os preços de serviços de tecnologia da informação. Na decisão tomada em março deste ano, o TCU responsabilizou oito funcionários das duas pastas e ainda exigiu deles e da YYS a devolução aos cofres públicos de R\$ 16,9 milhões pagos fraudulentamente. O Tribunal estabeleceu prazo de 15 dias para que os dois ministérios anulassem os

contratos, assinados com a empresa durante o governo do ex-presidente Michel Temer. A existência de irregularidades em contratos da YYS com o governo foi revelada no ano passado pelo GLOBO, numa série de reportagens sobre

o bilionário mercado de TI da máquina federal, que envolvia pagamentos milionários a empresas de fachada ou sem capacidade de suprir as demandas para as quais haviam sido contratadas.

A YYS recorreu ao STF alegando que a decisão do TCU foi tomada de forma ilegal, sem oferecer à empresa o direito à ampla defesa. A íntegra da decisão de Fux rejeitando o pedido não foi divulgada. Mas ele citou um trecho do regimento interno do STF que permite ao relator de um processo negar uma solicitação quando “manifestamente inadmissível, improcedente ou contrária à jurisprudência dominante ou a súmula do tribunal”. Para verificar a regularidade dos preços praticados no contrato firmado pela YYS, os investigadores do TCU compararam os valores dos negócios com preços praticados por outros fornecedores em diferentes órgãos do governo. O resultado surpreendeu os integrantes da força-tarefa criada na Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) do TCU para fiscalizar as compras do governo na área de TI. Segundo o TCU, os preços praticados pela YYS nos contratos foram superfaturados em mais de 1.000%, numa comparação feita com pregões recentes, por outros órgãos públicos, para a compra dos mesmos produtos com as mesmas características. Apenas no contrato de R\$ 17,5 milhões com o MEC, os preços praticados pela YYS estavam superfaturados em R\$ 12,4 milhões. Já no negócio de R\$ 13,2 milhões, firmado com a Integração, o montante pago irregularmente foi de R\$ 4,4 milhões. Em agosto de 2018, a reportagem do GLOBO foi até a sede da YYS, em Brasília, e constatou que a empresa, apesar de ter recebido milhões do governo, não tinha sequer espaço físico para desenvolvimento de softwares, sua suposta expertise.

A YYS e os ministérios citados, até o momento desta publicação, ainda não tinham retornado os questionamentos feitos pela reportagem a respeito da decisão do TCU.

STF confirma decisão do TCU, que cancelou R\$ 30 milhões em compras após fraudes

[topo](#)

## **ISTOÉ - SP - BRASIL**

### **O drama dos professores brasileiros**

#### **Rede pública paga salários baixos, carece de condições materiais para uma boa educação e convive com um número excessivo de trabalhadores temporários**

Se existe uma profissão desprestigiada hoje no Brasil é a de professor. Não se trata exatamente de um problema atual, mas de uma situação que se arrasta e não se resolve. Passam-se os anos e nada é feito para valorizar os profissionais do ensino. Além de sofrerem frequentes humilhações e violências em sala de aula, serem acusados, em tempos recentes, de doutrinação ideológica, ainda têm de conviver com uma baixa remuneração, que não corresponde à importância de seu trabalho. A hora aula de um professor da rede pública estadual de São Paulo, que está próxima da média nacional, atualmente gira em torno de 12 reais. Se der 40 horas aula por semana, 8 horas por dia, um professor iniciante concursado vai ter rendimentos de cerca de R\$ 2,4 mil. O salário médio dos professores não é muito diferente do obtido, por exemplo, por uma empregada diarista, que, em São Paulo, cobra, em média, R\$ 100 reais por dia. E está abaixo do piso salarial de um garçom, cuja remuneração base é de R\$ 2,8 mil. Por questão de formação e conhecimento e pelo que significam para o futuro das crianças e

adolescentes, os professores deveriam ganhar muito mais. Ouvido pela ISTOÉ, um professor veterano que não quis se identificar, chorou ao falar de sua condição financeira.

## Sistema injusto

“O sistema é injusto, faz a gente pegar duas aulas de manhã e na terceira já tem que sair para outra escola”, afirma o professor Rafael Canudense, 33 anos, que dá aulas de história na Escola Estadual Renata Graziano de Oliveira Prado, no Jardim Guarujá, em São Paulo. “Às vezes, no meio da tarde, o professor já rodou quatro escolas. Tem dias que dou cinco aulas, tem dias que dou nove. Tem mês que vem R\$ 900 de salário, em outros vêm R\$ 1,5 mil e, no máximo, R\$ 2,4 mil”. Canudense é o chamado professor eventual, que realiza as mesmas funções dos concursados, mas não goza dos benefícios e nem possuem um vínculo empregatício duradouro. Esse grupo de substitutos representa cerca de 14% do total de professores da rede pública do estado, um contingente de mais de 180 mil profissionais. Para os eventuais não há nenhum direito.

Ser professor do ensino público, principalmente nas periferias, não é fácil. Um dos problemas é a precariedade dos colégios. Outra é a logística para professores que circulam entre diversas escolas. Falta verba de manutenção e recursos educacionais. Que o diga Andressa dos Santos Silva, 36 anos, que dá aulas de sociologia na escola estadual Alberto Conti, em Santo Amaro. “Recursos na escola? Que recursos? Não tem nada além do giz e lousa”, afirma Andressa. “Depois das últimas chuvas, caiu um pedaço do muro e o conserto só foi feito porque os professores e a associação de Pais e Mestres fizeram uma vaquinha para pagar”. Ela conta que em algumas escolas mais da metade dos professores são temporários. Por falta de mão-de-obra, há muitos profissionais readaptados, com restrições físicas ou mentais, prestando serviços.

A professora Valmira Coelho, 69 anos, readaptada para a função de secretária na Escola Estadual Maria Luiza de Andrade Martins Roque, no Jardim Eliana, é um desses casos “Tenho duas filhas desempregadas e consigo sobreviver porque tenho pensão do meu marido”, diz. “Sofro também com a sobrecarga de funções porque sou readaptada e, em tese, não possuo mais condições físicas ou mentais de dar aula”. A sobrecarga é um problema frequente de muitos professores, como José Augusto, 52, que dá aulas de sociologia e história nas escolas estaduais Renato Braga, no Jardim Casablanca, e Arnaldo Laurindo, no Parque Santo Antônio. “Para ter o sustento da família hoje é preciso ter dois cargos, de manhã até de noite. Pois o salário de um cargo não é suficiente, são poucos que conseguem”, diz.

O alto número de profissionais que não trabalham apenas em uma escola é apontado por Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV, como um dos principais problemas da educação brasileira. “O professor não pega uma aula em cada escola porque ele deseja, o sistema é desenhado para isso”, diz. Segundo ela, há professores concursados com cargas horárias abaixo de 10 horas semanais. Ela avalia que profissionais da educação precisam de um contrato como qualquer outro profissional, com 40 horas semanais.

## Saúde mental

As dificuldades dentro da sala de aula muitas vezes afetam a saúde mental dos professores. No caso da professora de matemática Andrea Patrícia Schianti, 50 anos, da Escola Estadual Dogival Barros Gomes, os problemas se acumularam de uma forma que

levaram à síndrome do pânico e à depressão. Convivendo com fibromialgia há 11 anos, precisou pedir afastamento por três anos por não ter condições de dar aula, algo que implica em salários mais baixos. “Hoje tomo remédio para depressão. É de tanto passar nervoso na profissão”, diz. Após um período afastada, Andrea conseguiu a readaptação para trabalhar na secretaria da escola por dois anos e optou por voltar para as salas de aula neste ano. Se a vida não está fácil para ninguém, é certo que para os professores ela está muito pior.

“Não aprendemos com nossos Erros”

O economista chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, Ricardo Paes de Barros, faz um diagnóstico dos problemas da educação no Brasil e diz que falta governança para que as escolas funcionem melhor

Por que a educação pública brasileira não funciona direito?

Há diversas razões educacionais e pedagógicas para isso. Mas a sensação que a gente tem é de que tudo decorre de uma questão de governança. O Brasil está se esforçando. Já chegamos a 6% do PIB com gastos em educação, mas nosso desempenho é fraco.

A pobreza afeta nosso desempenho?

Não. Há cidades do Ceará e do Piauí, por exemplo, que têm índices ótimos de qualidade educacional. E se tem lugares que vão muito bem é porque a gente sabe fazer. Uma das razões pelas quais não evoluímos é que não conseguimos aprender com nossos erros e acertos.

Que tipo de erros se comete?

A nossa educação média, por exemplo, é um absurdo. Hoje, a diferença entre a nota média de matemática do aluno do final do ensino fundamental e do aluno do ensino médio é de 10 pontos na escala do Saeb. Dez pontos é pouco. Isso significa que no final do ensino médio o aluno sabe a mesma coisa que sabia no final do fundamental. Algo de errado está acontecendo.

(Vicente Vilaradaga)

topo ↕

**ISTOÉ - SP - BRASIL CONFIDENCIAL**

**Rápidas**

\* Relatório feito pela ONG Todos pela Educação reforça o tamanho do desafio que terá o novo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Segundo o relatório, ele terá que partir praticamente do zero depois do desastre da gestão Ricardo Vélez Rodrigues.

\* A ONG estabeleceu sete pontos prioritários que deveriam ter avançado na agenda da educação nos primeiros cem dias de governo. Para cada ponto, fez uma avaliação usando sinais verde, amarelo e vermelho. Dos sete pontos, cinco receberam sinal vermelho.

\* Só foi dado sinal verde para o trabalho de implantação da Base Nacional Comum Curricular. Para a ONG, não se tratou, porém, de um esforço específico da nova gestão. Mas da continuidade de algo que já vinha sendo implementado.

\* Adiada a aprovação da reforma da Previdência na CCJ da Câmara, o Congresso

decretou feriado. Comunicou que na quinta-feira 18, as portas tanto da Câmara quanto do Senado estariam fechadas.

topo ↗

## **A TARDE - BA - BRASIL**

### **Tempo Presente**

#### **Pesquisadores vão protestar em Brasília**

O contingenciamento de 43% dos investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC) vai merecer uma firme resposta da comunidade acadêmica representada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A entidade e mais 140 filiadas vão promover, nos dias 8 e 9 de maio, o movimento #ciencia ocupa brasil, com a visita ao Congresso de professores e pesquisadores de todo o País, indignados com os cortes que chegam a ultrapassar o montante de R\$ 2 bilhões. A redução de investimentos é agravada pela diminuição de 21% do Ministério da Educação (MEC), resultando em ameaça ao funcionamento das agências de fomento à pesquisa do governo federal, como CNPq, Finep e **Capes**.

Os cortes atingirão em cheio os institutos de pesquisa e universidades e, de forma intensa, a pós-graduação do País. O professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Nelson Pretto, conselheiro da SBPC, explicou que desde a fundação, em 1948, a entidade está atenta a todos os governos, independentemente de partido ou liderança política. – Ao longo dos últimos anos, os orçamentos vêm sendo reduzidos de forma significativa, o que compromete de forma muito grave o futuro da juventude do País – diz.

### **CONSELHOS**

O representante da SBPC denuncia também a eliminação, pelo governo federal, da participação da sociedade civil nos debates sobre a melhor forma de condução do Estado em temas decisivos, ao suprimir mais de 70 conselhos responsáveis pelo diálogo com os governantes. – O que esperar de uma juventude sem expectativa, nem capacitação ou esperança, se não há recursos nem diálogo? – questiona Nelson Pretto.

topo ↗

## **CORREIO DO POVO - RS - ENSINO**

### **Realidade escolar indígena requer atenção**

#### **MEC reconhece dificuldades a serem enfrentadas e prevê construção de escolas, com início em maio**

Censo Escolar da Educação Básica mais recente, de 2018, aponta que, no país, existem 3.345 escolas indígenas, são 255.888 matrículas de estudantes e 22.590 professores. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a intenção é construir cerca de 50 escolas indígenas, sendo que 18 delas devem ter as obras iniciadas em maio.

"Celebrar o Dia do Índio, no 19/4, é chamar a atenção destes primeiros nativos da nossa terra", observa o secretário de Modalidades Especializadas de Educação do MEC, Bernardo Goytacazes. "São brasileiros, cidadãos e têm, no seu processo de inclusão social, dentro uma visão constitucional, legalista e democrática, o direito a um modelo diferenciado de educação, que respeite sua língua nativa e a sua cultura. Segundo o MEC, atualmente, 1.029 escolas indígenas não funcionam em prédios escolares; e 1.027 escolas indígenas não estão regularizadas por seus sistemas de ensino. Do total de escolas, 1.539 são estaduais, em 26 unidades federativas; e 1.806, municipais, em 203 cidades. Ao todo, 3.288 escolas estão em área rural; e 57, em área urbana. Além disso,

1.970 escolas não possuem água filtrada, 1.076 não contam com energia elétrica e 1.634 escolas não tem esgoto sanitário. São 3.077 escolas sem biblioteca, 3.083 sem banda larga e 1.546, que não utilizam material didático específico. E, apesar de 2.417 escolas não informarem a língua indígena, adotada, 3.345 unidades escolares utilizam linguagem indígena.

Nas regiões, o funcionamento de unidades em prédios escolares chega a 2.316 (69%). As regiões Norte (65%) e Nordeste (69%) apresentam a menor porcentagem de escolas funcionando em prédios escolares. E região Sudeste apresenta a maior taxa (94,59%) de unidades funcionando em prédios escolares. As escolas indígenas do Sul e do Sudeste possuem 100% de acesso à energia elétrica, mas a região Norte possui 54% de acesso. Quanto a esgoto sanitário, as escolas indígenas das regiões Sul e Sudeste possuem, respectivamente, 98% e 90% de acesso, enquanto a região Norte possui somente 39,61% de acesso.

As estruturas físicas de suporte ao aprendizado das ciências, informática e linguagens encontram-se, praticamente, ausentes nas escolas indígenas. São 6,84% das escolas indígenas com laboratórios de informática, 0,50% com laboratórios de ciências, 8,01% possuem bibliotecas e 14,73% tem acesso à Internet.

No Ensino Superior, apesar das atuais dificuldades para ingressar e se manter, um estudo do site Quero Bolsa, plataforma on-line para estudantes obterem descontos em instituições de ensino, mostra que, em 2010, foram 2.723 calouros que se declararam indígenas matriculados em faculdades. E, em 2017, dado mais recente disponível, foram 25.670, número 9,4 vezes maior.

## PERFIL

Das 255.888 matrículas em escolas indígenas do país, 5.365 são em Creches; e 27.053 estudantes estão matriculados na Pré-Escola. No Ensino Fundamental está concentrado o maior número de estudantes: 174.422. E no Ensino Médio são 26.878 alunos. Já a Educação de Jovens e Adultos tem 21.891 matriculados; e os cursos de Educação Profissional possuem 279 inscritos.

[topo](#)

## GAZETA DE ALAGOAS - AL - EDUCAÇÃO

### Repasses do FPM já somam R\$ 759 milhões

Os municípios alagoanos receberam do governo federal, na última semana, cerca de R\$ 19 milhões referentes à segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o mês de abril. No 2º decêndio, a base de cálculo é dos dias 1º a 10 do mês corrente, e que geralmente é o menor do mês e representa em torno de 20% do valor esperado para o mês inteiro. De acordo com dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o montante bruto repassado de janeiro a abril deste ano é de R\$ 759,7 milhões. Em valores brutos, houve um aumento de 7,08% em comparação com o mesmo período do ano anterior, que registrou o repasse de R\$ 709,4 milhões. Cada repasse sofre os descontos que são destinados para o Fundeb (20%), para a Saúde (15%) e para o Pasep (1%). Para o presidente da associação dos Municípios Alagoanos (AMA) e prefeito de Cacimbinhas, Hugo Wanderley, os gestores municipais precisam ter cautela no uso das verbas, bem como a maioria das receitas de transferências do País não apresenta uma distribuição uniforme ao longo do ano. Segundo ele, no primeiro semestre estão os maiores repasses e, mesmo nos meses de crescimento, há que se levar em conta o aumento dos custos municipais, a exemplo de implementação de pisos

salariais, combustível e demais insumos. “É importante sempre ter cautela, planejamento e reestruturação dos compromissos financeiros até porque hoje os municípios estão sobrecarregados de programas subfinanciados que exigem contrapartidas cada vez maiores”, explica. Hugo destaca que os repasses do FPM ajudam apenas a corrigir alguns déficits, mas não solucionam a crise financeira vivida pelos municípios. Para ele, uma reforma tributária e a redistribuição do Pacto Federativo já ajudaria. “O FPM desses meses ajuda a corrigir os déficits existentes, porém, não é a solução. Apenas com a reforma tributária justa e a redistribuição do Pacto Federativo, os municípios poderão exercer a função para a qual existem: oferecer serviços sociais e estruturantes e promover a eficiência na gestão”, concluiu ele. A capital alagoana recebe sempre a maior porcentagem do repasse feito para Alagoas. Neste segundo decêndio, Maceió recebeu R\$ 3,363 milhões, cujo o total, desde o início do ano, é de R\$ 143 milhões. Um aumento de 6,43% em comparação com o mesmo período em 2018.

Dos R\$ 28,6 bilhões do Fundo de Participação dos Municípios destinados aos cofres municipais no primeiro trimestre deste ano, R\$ 482,9 milhões foram retidos pela Receita Federal em razão de dívidas previdenciárias. O valor corresponde a 2% do montante total, em valor bruto nominal, ou seja, considerando os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios, 361 entes municipais tiveram pelo menos um decêndio zerado, o que representa 6,5 % das cidades brasileiras. E 989 tiveram o FPM parcialmente retido - entre 70 e 99% -, ou seja, 17,76% do total de Municípios do país. Fato relevante e preocupante para os gestores, a retenção acontece não só pelas dívidas da previdência, mas também pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), medidas provisórias, entre outros. O presente estudo, porém, se limitou a avaliar as retenções pela dívida previdenciária. Para levantar os dados, a CNM utilizou os dados do Sistema de Informações do Banco do Brasil (SISBB), que consolida o extrato do FPM e informações do primeiro decêndio de janeiro ao terceiro decêndio de março de 2019. A organização destaca que a retenção do FPM funciona semelhante ao sistema de cheque especial em um banco, pois, a partir do momento que o recurso entra na conta, ele é automaticamente debitado.

Segundo o prefeito de Maceió, Rui Palmeira (PSDB), o FPM é a maior receita do município e que é um recurso livre para ser utilizado pelos gestores, mas que na capital ele é utilizado em sua totalidade para o pagamento da folha salarial dos servidores. “O FPM é um recurso de livre manejo do município, então a gente pode utilizar para obras, mas infelizmente, ele hoje é quase que totalmente utilizado para o pagamento da folha de pessoal. O que entra de FPM, que é a maior receita do município, boa parte é gasta com a folha de pessoal ativo e inativo, já que temos um déficit na nossa previdência. Então, é basicamente usado para o custeio da máquina pública, para pagamento de folha e resta muito pouco para o investimento que a cidade tanto precisa”, declara Rui Palmeira.

Merece atenção ainda que os municípios de pequeno porte, que têm o Fundo de Participação dos Municípios como principal fonte de receita, são os mais atingidos. Nos três primeiros meses do ano, 80% (290) dos que tiveram ao menos um decêndio totalmente zerado são de pequeno porte, 11% (38) são de médio e 9% (33) de grande porte. Em relação aos que tiveram parte do Fundo retido - 17,76% (989) dos Municípios

brasileiros -, destacam-se três Estados com mais entes nessa condição: Minas Gerais (146), Paraíba (82) e São Paulo (67).

topo ↕

## **O TEMPO - MG - BRASIL**

### **Governo libera R\$ 100 mi para “Ciência na Escola”**

Os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram nesta semana o programa Ciência na Escola. O objetivo é qualificar o ensino de temas relacionados à disciplina em escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio. Serão disponibilizados R\$ 100 milhões para instituições apresentarem projetos visando estimular o tema nos bancos escolares. Poderão concorrer redes de instituições que envolvam escolas, universidades, centros de ciência e espaços de desenvolvimento científico e de inovação.

topo ↕

## **24 HORAS NEWS - TEMPO REAL**

### **Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias**

Marcio Umutina tinha 21 anos, quando terminou o segundo grau em Barra do Bugres (165 km a noroeste de Cuiabá) em 2000. No ano seguinte, tão logo começou a funcionar no município o Terceiro Grau Indígena (atual Faculdade Indígena Intercultural), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ele ingressou como um dos alunos.

Formou-se em 2005 e, desde então, é um dos professores da Escola Jula Pare, em sua aldeia localizada a poucos quilômetros de Barra do Bugres, mas cujo acesso é possível apenas atravessando o rio Paraguai de barco. Segundo ele, o nome da escola é uma homenagem a um ancião de suma importância para seu povo, por sua contribuição à revitalização cultural e linguística e na recuperação de cânticos já perdidos.

Segundo o professor Adailton Neves da Silva, diretor da atual Faculdade Indígena Intercultural, há pouco menos de duas décadas, as crianças Umutina negavam sua identidade, por vergonha. Na época, a escola era dirigida por um não indígena e ninguém sabia uma palavra de sua língua materna. O ano de 2019 foi escolhido pela Unesco como o Ano Internacional das Línguas Indígenas.

“A nossa entrada no Terceiro Grau Indígena foi um divisor de águas”, afirma Marcio Umutina, hoje mestre em educação indígena. Seu trabalho de conclusão de curso versou justamente sobre a narrativa mística do seu povo.

Márcio é um dos 14 professores graduados de sua aldeia. “Foi a partir daí que começamos a trabalhar na revitalização cultural, com cada um pesquisando dentro de sua área e contribuindo para a reconstrução da nossa história. Hoje, a gente olha pra trás e sente a importância da educação para o nosso povo”.

Não só pela recuperação da identidade, mas também pela melhoria da qualidade de vida. Hoje a aldeia tem água tratada, energia elétrica, internet e alguns dos seus membros são atendidos pelos próprios irmãos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Resultado disso, por exemplo, é que a mortalidade infantil diminuiu na aldeia.

“Temos atendimento à saúde. Não é perfeito, mas, se comparado ao atendimento que se tem na cidade... Só utilizamos medicamentos fabricados em casos graves. Normalmente, seguimos nossa própria medicina”, diz.

## Metodologia específica

A escola da aldeia, cujo prédio de alvenaria conta com quatro salas de aula, laboratório de informática, refeitório, sala de professores e administrativa, agora é totalmente dirigida pelos Umutina. Lá a matriz curricular é como em qualquer escola, exceto pelas disciplinas específicas.

Os curumins aprendem não somente língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências como a língua materna, práticas culturais, agroecológicas e tecnologia indígena, que consiste em ensinar como se fabrica um arco, uma canoa, técnicas do trançado, da plumagem. Nesta tarefa, os professores são ajudados pelos anciãos, responsáveis por ensinar estes ofícios aos mais jovens.

Um exemplo de como funciona este tipo de ensino veio do professor Adailton. Como os estudantes da Jula Pare vão participar de uma Feira de Matemática em Barra do Bugre, apresentando oito trabalhos, um deles será sobre o processo de construção de uma canoa, baseado na disciplina. No entanto, o ancião que estava explicando todo o processo aos estudantes, se lembrou de que não poderia continuar naquele momento, porque a lua não era propícia para a retirada da madeira. A pesquisa foi adiada.

Todo o esforço individual de frequentar a Faculdade é voltado para a aldeia. “Quando a gente muda a nossa história de vida, a gente muda a história da nossa família, da nossa comunidade. Por isso, assim que nos formamos, voltamos pra nossa aldeia, porque tivemos o incentivo de nossos pais, das lideranças e dos anciãos pra gente estudar e ter boa formação”, afirma Marcio Umutina.

Para o cacique Lucimar Kalomesoré, a formação acadêmica de seu povo só ajuda. “Quando saíram daqui, foram com o objetivo de estudar e retornar pra nossa comunidade. A gente sabia que iria precisar deles para mudar nossa realidade. Nossa cultura já estava quase perdida. Graças à escola, recuperamos nossa língua materna. O mesmo aconteceu na saúde. Com exceção do doutor (médico), todos são índios no posto de saúde. Hoje temos professores, enfermeiros, técnico, advogados, administradores...”.

Faculdade se prepara para o “desafio do” mestrado

A Faculdade Indígena Intercultural foi criada em 2001 e está na sexta turma de Licenciatura, na segunda de Pedagogia e realizou três edições de especialização. São 450 professores formados, 140 profissionais especializados e no próximo ano terá início um mestrado, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, portanto, aberto para todo o país.

“Este é nosso próximo desafio. Pensar um mestrado voltado à educação na aldeia, não exclusivo para pesquisa acadêmica. Em nossa visão, o participante deverá trabalhar em conjunto com o graduado. É importante ir às aldeias para entender as necessidades reais de cada escola indígena. Como contribuir para a formação do professor considerando suas necessidades, locais ou fora da aldeia”, explica o diretor Adailton.

Como exemplo, ele cita as mudanças propiciadas pela metodologia aplicada pela Unemat, de optar por um currículo aberto, seguindo as demandas dos interessados.

“No final dos anos 1990, minha esposa pesquisou o imaginário Umutina sobre a população de Barra do Bugres e vice-versa. Mostrou-se a seguinte realidade: os índios

se sentiam excluídos, enquanto o outro lado os tratava como um peso. Hoje, após a frequentar a Faculdade, o grupo é forte. De 20 anos pra cá, a escola deles avançou mil por cento. Como a escola Umutina, outras como a Ikipeng, no Xingu, a Tapirapé, no Médio Araguaia, seguem o mesmo exemplo”.

Além da Faculdade Indígena, a Unemat implantou em 2015 o sistema de cotas. Em todos os seus 63 cursos, 5% das vagas são reservadas a indígenas. “Nosso outro desafio é garantir a permanência dos alunos na escola. Se eles não se adaptarem, podem não voltar, gerando um resultado negativo. Temos que amenizar os impactos sobre eles, para evitar que isso aconteça”, conclui o professor Adailton Alves da Silva.

Superintendente de Assuntos Indígenas formou-se em programa de inclusão O atual superintendente de Assuntos Indígenas de Mato Grosso, Soilo Urupe Chue, da etnia Chiquitano, formou-se em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Programa de Inclusão Indígena (Proind), junto com outros 43 inscritos, em diferentes áreas e nos diversos câmpus da UFMT (Cuiabá, Rondonópolis, Araguaia e Sinop).

Segundo ele, além do Proind, exclusivo para as etnias de Mato Grosso, da Faculdade Indígena e das cotas abertas na Unemat, há outros indígenas que estudam em faculdades particulares. “Embora o índio ainda continue dependente, é muito gratificante ver este avanço. Hoje não é preciso sair da aldeia. O ensino é reconhecido pelo MEC. Também não temos a intenção, quando estudamos, de nos realizarmos individualmente. Temos um compromisso coletivo, de fazer alguma coisa pelo nosso povo. Está dando certo. Depois de formados, estão retornando à aldeia e dando a sequência ao seu trabalho”.

Ele ressalta que a formação acadêmica contribui ainda para fazer um intercâmbio entre o mundo do índio e o dos brancos. “Mas, também é uma luta, porque precisamos do apoio do nosso povo. Por isso, não podemos cometer erros, este erro é visto como de todo a etnia. Mas, de qualquer forma, estamos avançando”.

Veja Mais: Unidade Cohab da Desenvolve MT voltará a funcionar na próxima semana

#### Novo vestibular

Eric Kamikwa, do povo Kurâ-Bakairi, da aldeia Pakuera, está se graduando em Antropologia pela UFMT neste ano, pelo Proind. Seu projeto de vida é voltar à aldeia. “Quando saímos, já temos uma ideia planejada. Como cientista social, especializado em antropologia, minha área é pesquisa, trabalhar com população tradicional. Mas, a ideia mesmo é voltar, entrar no espaço escolar ou da saúde, e contribuir com a aldeia”.

Segundo ele, o Proind ainda se encontra ativo, mas está há cinco anos sem vestibular – o primeiro ocorreu em 2007 e o último em 2013. “Estamos reivindicando a sua volta, aguardamos ansiosamente o ingresso de mais gente do nosso povo no espaço acadêmico. Precisamos ampliar as vagas para os indígenas na universidade, para que no futuro possam atender as demandas de seu povo”.

#### Já temos voz própria, diz arquiteto

Para o arquiteto Jucimar Ipaikite, da etnia Bakairi, formado pela Unic, e autor da maquete do prédio do Centro Sebrae de Sustentabilidade, em Cuiabá – cuja concepção foi baseada em construções da cultura indígena – o índio ainda hoje é visto em duas situações: como preguiçoso ou que venha se arrastando.

“Este é um momento em que gente dá um salto evolutivo, quando já não precisamos mais do antropólogo não indígena para falar por nós. Já temos voz própria. Esta nova dinâmica, onde há universitários, estudantes e já formados, por sua natureza eleva a nossa discussão”.

Segundo ele, mesmo que às vezes esta nova realidade se choque com a autoridade do cacique, a intenção é buscar novos caminhos para melhorar a comunidade.

Sobre o preconceito contra os índios, Jucimar diz que ele permanece. “Ainda nos veem como incapazes, exigindo que provemos, em todos os momentos, sermos capazes, mesmo tendo formação de nível superior. Se errarmos, é porque somos índios”, conclui Jucimar, que além de arquiteto, continua produzindo maquetes, fazendo reformas e trabalhando no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei).

topo ↕

## 24 HORAS NEWS - TEMPO REAL

**Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar** **Imprimir**  
**Em mais de 17 anos de Educação Escolar indígena, a Unemat já graduou 450 professores indígenas pertencentes a mais de 34 etnias e especializou 140 professores.**

Na Unemat, todo dia é dia de garantir o protagonismo indígena na Educação Escolar. A Universidade do Estado de Mato Grosso é pioneira, na América Latina, na oferta de cursos de graduação e pós-graduação específicos e diferenciados para a qualificação e habilitação de professores indígenas que trabalham nas escolas das aldeias.

Em mais de 17 anos de Educação Escolar indígena, a Unemat já graduou 450 professores indígenas pertencentes a mais de 34 etnias e especializou 140 professores.

Além das ações pioneiras para a formação de professores indígenas em nível de graduação, a Universidade passa a ofertar mestrado profissional Ensino em Contexto Indígena Intercultural, para a formação de professores indígenas da Educação Básica. Aprovado nesse mês de março pela **Capes**, o programa ofertará 20 vagas em duas linhas de pesquisa: “Ensino, docência e interculturalidade” e “Ensino e linguagens em contexto intercultural”.

Respeito às características dos povos originários

Todos os cursos são desenvolvidos em articulação constante com o movimento indígena, tendo como valores centrais: discussão de território dos povos indígenas, valorização da identidade e cultura, diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, saberes, valores e princípios cosmológicos dos povos originários do Brasil.

“A Unemat fez e está fazendo um trabalho fundamental dentro das comunidades indígenas, que é levar o ensino superior de qualidade para as aldeias, um processo do qual a gente não participava”, afirmou em entrevista recente, o indígena Márcio Monzilar, do povo Umutina.

Graduado em Artes, Língua e Literatura, pela Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), e mestre em Literatura pela Unemat, Márcio Monzilar é o atual Coordenador Pedagógico da Escola Estadual Indígena Julá Paré. Para ele, a Unemat desempenha um

trabalho importante ao integrar os diferentes saberes. “E mais ainda porque faz um trabalho de uma educação diferenciada, onde reconhece os conhecimentos tradicionais de escolas indígenas, o que vem fortalecendo cada vez mais nossas escolas e nossas comunidades”, disse.

## Formação diferenciada

Atualmente estão em formação 120 professores-indígenas, de 23 etnias, nos cursos de licenciatura em Pedagogia Intercultural e licenciatura Intercultural. Os cursos são ofertados por meio da Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), ligada ao Câmpus Universitário Deputado Renê Barbour, no município de Barra do Bugres.

Além da graduação específica, a Unemat estabeleceu uma cota de 5% das vagas de todos os cursos da instituição para alunos indígenas, desde 2016. E, no ano de 2006, uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) possibilitou a oferta de cinco vagas adicionais no curso de Enfermagem do câmpus de Cáceres, para indígenas com interesse de atuar na área de saúde em suas comunidades.

## Metodologia diferenciada

Os cursos obedecem a um regime especial e são desenvolvidos de forma presencial nos períodos de férias e recessos escolares. Há também o denominado “Tempo Aldeia”, em que os cursistas desenvolvem atividades orientadas, nos períodos em que os estão ministrando aulas nas respectivas escolas indígenas. O currículo é flexível e definido com ampla participação de todos os envolvidos no processo.

topo ↕

## BEM NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias**

Marcio Umutina tinha 21 anos, quando terminou o segundo grau em Barra do Bugres (165 km a noroeste de Cuiabá) em 2000. No ano seguinte, tão logo começou a funcionar no município o Terceiro Grau Indígena (atual Faculdade Indígena Intercultural), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ele ingressou como um dos alunos.

Formou-se em 2005 e, desde então, é um dos professores da Escola Jula Pare, em sua aldeia localizada a poucos quilômetros de Barra do Bugres, mas cujo acesso é possível apenas atravessando o rio Paraguai de barco. Segundo ele, o nome da escola é uma homenagem a um ancião de suma importância para seu povo, por sua contribuição à revitalização cultural e linguística e na recuperação de cânticos já perdidos.

Segundo o professor Adailton Neves da Silva, diretor da atual Faculdade Indígena Intercultural, há pouco menos de duas décadas, as crianças Umutina negavam sua identidade, por vergonha. Na época, a escola era dirigida por um não indígena e ninguém sabia uma palavra de sua língua materna. O ano de 2019 foi escolhido pela Unesco como o Ano Internacional das Línguas Indígenas.

“A nossa entrada no Terceiro Grau Indígena foi um divisor de águas”, afirma Marcio Umutina, hoje mestre em educação indígena. Seu trabalho de conclusão de curso versou justamente sobre a narrativa mística do seu povo.

Márcio é um dos 14 professores graduados de sua aldeia. “Foi a partir daí que começamos a trabalhar na revitalização cultural, com cada um pesquisando dentro de sua área e contribuindo para a reconstrução da nossa história. Hoje, a gente olha pra

atrás e sente a importância da educação para o nosso povo”.

Não só pela recuperação da identidade, mas também pela melhoria da qualidade de vida. Hoje a aldeia tem água tratada, energia elétrica, internet e alguns dos seus membros são atendidos pelos próprios irmãos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Resultado disso, por exemplo, é que a mortalidade infantil diminuiu na aldeia.

“Temos atendimento à saúde. Não é perfeito, mas, se comparado ao atendimento que se tem na cidade... Só utilizamos medicamentos fabricados em casos graves. Normalmente, seguimos nossa própria medicina”, diz.

## Metodologia específica

A escola da aldeia, cujo prédio de alvenaria conta com quatro salas de aula, laboratório de informática, refeitório, sala de professores e administrativa, agora é totalmente dirigida pelos Umutina. Lá a matriz curricular é como em qualquer escola, exceto pelas disciplinas específicas.

Os curumins aprendem não somente língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências como a língua materna, práticas culturais, agroecológicas e tecnologia indígena, que consiste em ensinar como se fabrica um arco, uma canoa, técnicas do trançado, da plumagem. Nesta tarefa, os professores são ajudados pelos anciãos, responsáveis por ensinar estes ofícios aos mais jovens.

Um exemplo de como funciona este tipo de ensino veio do professor Adailton. Como os estudantes da Jula Pare vão participar de uma Feira de Matemática em Barra do Bugre, apresentando oito trabalhos, um deles será sobre o processo de construção de uma canoa, baseado na disciplina. No entanto, o ancião que estava explicando todo o processo aos estudantes, se lembrou de que não poderia continuar naquele momento, porque a lua não era propícia para a retirada da madeira. A pesquisa foi adiada.

Todo o esforço individual de frequentar a Faculdade é voltado para a aldeia. “Quando a gente muda a nossa história de vida, a gente muda a história da nossa família, da nossa comunidade. Por isso, assim que nos formamos, voltamos pra nossa aldeia, porque tivemos o incentivo de nossos pais, das lideranças e dos anciãos pra gente estudar e ter boa formação”, afirma Marcio Umutina.

Para o cacique Lucimar Kalomesoré, a formação acadêmica de seu povo só ajuda. “Quando saíram daqui, foram com o objetivo de estudar e retornar pra nossa comunidade. A gente sabia que iria precisar deles para mudar nossa realidade. Nossa cultura já estava quase perdida. Graças à escola, recuperamos nossa língua materna. O mesmo aconteceu na saúde. Com exceção do doutor (médico), todos são índios no posto de saúde. Hoje temos professores, enfermeiros, técnico, advogados, administradores...”.

## Faculdade se prepara para o “desafio do” mestrado

A Faculdade Indígena Intercultural foi criada em 2001 e está na sexta turma de Licenciatura, na segunda de Pedagogia e realizou três edições de especialização. São 450 professores formados, 140 profissionais especializados e no próximo ano terá início um mestrado, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, portanto, aberto para todo o país.

“Este é nosso próximo desafio. Pensar um mestrado voltado à educação na aldeia, não exclusivo para pesquisa acadêmica. Em nossa visão, o participante deverá trabalhar em conjunto com o graduado. É importante ir às aldeias para entender as necessidades reais de cada escola indígena. Como contribuir para a formação do professor considerando suas necessidades, locais ou fora da aldeia”, explica o diretor Adailton.

Como exemplo, ele cita as mudanças propiciadas pela metodologia aplicada pela Unemat, de optar por um currículo aberto, seguindo as demandas dos interessados.

“No final dos anos 1990, minha esposa pesquisou o imaginário Umutina sobre a população de Barra do Bugres e vice-versa. Mostrou-se a seguinte realidade: os índios se sentiam excluídos, enquanto o outro lado os tratava como um peso. Hoje, após a frequentar a Faculdade, o grupo é forte. De 20 anos pra cá, a escola deles avançou mil por cento. Como a escola Umutina, outras como a Ikipeng, no Xingu, a Tapirapé, no Médio Araguaia, seguem o mesmo exemplo”.

Além da Faculdade Indígena, a Unemat implantou em 2015 o sistema de cotas. Em todos os seus 63 cursos, 5% das vagas são reservadas a indígenas. “Nosso outro desafio é garantir a permanência dos alunos na escola. Se eles não se adaptarem, podem não voltar, gerando um resultado negativo. Temos que amenizar os impactos sobre eles, para evitar que isso aconteça”, conclui o professor Adailton Alves da Silva.

Superintendente de Assuntos Indígenas formou-se em programa de inclusão O atual superintendente de Assuntos Indígenas de Mato Grosso, Soilo Urupe Chue, da etnia Chiquitano, formou-se em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Programa de Inclusão Indígena (Proind), junto com outros 43 inscritos, em diferentes áreas e nos diversos câmpus da UFMT (Cuiabá, Rondonópolis, Araguaia e Sinop).

Segundo ele, além do Proind, exclusivo para as etnias de Mato Grosso, da Faculdade Indígena e das cotas abertas na Unemat, há outros indígenas que estudam em faculdades particulares. “Embora o índio ainda continue dependente, é muito gratificante ver este avanço. Hoje não é preciso sair da aldeia. O ensino é reconhecido pelo MEC. Também não temos a intenção, quando estudamos, de nos realizarmos individualmente. Temos um compromisso coletivo, de fazer alguma coisa pelo nosso povo. Está dando certo. Depois de formados, estão retornando à aldeia e dando a sequência ao seu trabalho”.

Ele ressalta que a formação acadêmica contribui ainda para fazer um intercâmbio entre o mundo do índio e o dos brancos. “Mas, também é uma luta, porque precisamos do apoio do nosso povo. Por isso, não podemos cometer erros, este erro é visto como de todo a etnia. Mas, de qualquer forma, estamos avançando”.

Veja Mais: Unidade Cohab da Desenvolve MT voltará a funcionar na próxima semana

## Novo vestibular

Eric Kamikwa, do povo Kurâ-Bakairi, da aldeia Pakuera, está se graduando em Antropologia pela UFMT neste ano, pelo Proind. Seu projeto de vida é voltar à aldeia. “Quando saímos, já temos uma ideia planejada. Como cientista social, especializado em antropologia, minha área é pesquisa, trabalhar com população tradicional. Mas, a ideia mesmo é voltar, entrar no espaço escolar ou da saúde, e contribuir com a aldeia”.

Segundo ele, o Proind ainda se encontra ativo, mas está há cinco anos sem vestibular – o primeiro ocorreu em 2007 e o último em 2013. “Estamos reivindicando a sua volta, aguardamos ansiosamente o ingresso de mais gente do nosso povo no espaço acadêmico. Precisamos ampliar as vagas para os indígenas na universidade, para que no futuro possam atender as demandas de seu povo”.

Já temos voz própria, diz arquiteto

Para o arquiteto Jucimar Ipaikite, da etnia Bakairi, formado pela Unic, e autor da maquete do prédio do Centro Sebrae de Sustentabilidade, em Cuiabá – cuja concepção foi baseada em construções da cultura indígena – o índio ainda hoje é visto em duas situações: como preguiçoso ou que venha se arrastando.

“Este é um momento em que gente dá um salto evolutivo, quando já não precisamos mais do antropólogo não indígena para falar por nós. Já temos voz própria. Esta nova dinâmica, onde há universitários, estudantes e já formados, por sua natureza eleva a nossa discussão”.

Segundo ele, mesmo que às vezes esta nova realidade se choque com a autoridade do cacique, a intenção é buscar novos caminhos para melhorar a comunidade.

Sobre o preconceito contra os índios, Jucimar diz que ele permanece. “Ainda nos veem como incapazes, exigindo que provemos, em todos os momentos, sermos capazes, mesmo tendo formação de nível superior. Se errarmos, é porque somos índios”, conclui Jucimar, que além de arquiteto, continua produzindo maquetes, fazendo reformas e trabalhando no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei).

topo ↕

## CLIC RBS - TEMPO REAL

**Professora da rede estadual é selecionada para bolsa de qualificação no Canadá**  
**Tânia de Oliveira Maineri desenvolveu projeto focado no uso do idioma para o desenvolvimento profissional, o que a levou a ser selecionada para o curso internacional**

A inquietação de uma educadora da rede estadual, alarmada ao observar a falta de perspectiva dos alunos quanto à aplicação dos ensinamentos de língua inglesa na vida além da escola, levou Tânia de Oliveira Maineri, 52 anos, a ser selecionada como bolsista de um curso de formação internacional em Ottawa, no Canadá.

A capacitação, promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, terá duração de oito semanas, entre julho e agosto, com foco no aperfeiçoamento do idioma inglês, na gestão educacional, no modelo canadense, no ensino voltado ao aluno e nas formas de abordagem.

Tânia é professora da rede estadual há 30 anos. Atualmente, leciona na Escola Estadual Maria Teresa Vilanova Castilhos, também conhecida como Escola Polivalente, em Osório, no litoral norte gaúcho. O contato diário com alunos do Ensino Médio começou a lhe preocupar quando percebeu que, na concepção dos jovens, o conhecimento do inglês serviria apenas para compreender melhor as letras das músicas de estrelas internacionais e sacar os jogos virtuais.

— A bolsa surgiu no momento em que eu vinha questionando o meu trabalho de língua inglesa. Eu sentia que os alunos não davam mais sentido, não tinham perspectiva de

como desenvolver isso para o futuro. Isso me incomodava — conta Tânia.

A docente resolveu pesquisar meios de mostrar o quão ampla pode se tornar a prática dos ensinamentos adquiridos em sala de aula. Em buscas pela internet, descobriu a hipótese de serem feitos intercâmbios virtuais entre alunos brasileiros e ingleses por meio de uma plataforma da organização British Council. A ideia inicial não prosperou, mas Tânia foi avisada por uma colega sobre a abertura de edital de seleção para as bolsas no Canadá, visando à qualificação de professores pela **Capes**. Decidida a concorrer com docentes de todo o Brasil, desenvolveu o projeto intitulado "O ensino de inglês conectando a realidade do aluno ao mundo do trabalho". A proposta é promover conversas virtuais entre alunos brasileiros e estrangeiros, de uma cidade a ser escolhida, tendo o inglês como idioma, para discutir "angústias, realidades e usos da língua como ferramenta".

— O eixo temático do projeto é o mundo do trabalho, criar novas perspectivas do aluno em relação a isso. Vou procurar uma turma no Canadá que possa fazer o intercâmbio — conta Tânia.

Ela detalha que alçou o desenvolvimento profissional como uma das diretrizes do programa porque considera "angustiante" ouvir alunos do 3º ano do Ensino Médio responderem constantemente que não sabem o que pretendem fazer no futuro da vida, com demonstração de baixa perspectiva.

Na avaliação, o projeto de Tânia alcançou 88 pontos em 100 possíveis. Acabou classificada em terceiro lugar dentre as seis vagas disponíveis para professores de Ensino Médio da região Sul do Brasil. No total, a formação internacional receberá 102 docentes brasileiros, com as despesas pagas pela organização. Será o maior voo da carreira de Tânia, que já cursou uma pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A contrapartida dela, registrada em contrato, é aplicar o programa educacional quando retornar do Canadá, remetendo relatórios sobre o desenvolvimento prático da proposta. Adepta das ferramentas virtuais, usará, desde a América do Norte, a plataforma do Google chamada "classroom" para enviar conteúdos e tarefas aos alunos que estarão em Osório durante os dois meses da viagem de qualificação.

topo ↕

## **CLIQUEF5 - NOTÍCIAS**

### **Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias**

Marcio Umutina tinha 21 anos, quando terminou o segundo grau em Barra do Bugres (165 km a noroeste de Cuiabá) em 2000. No ano seguinte, tão logo começou a funcionar no município o Terceiro Grau Indígena (atual Faculdade Indígena Intercultural), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ele ingressou como um dos alunos.

Formou-se em 2005 e, desde então, é um dos professores da Escola Jula Pare, em sua aldeia localizada a poucos quilômetros de Barra do Bugres, mas cujo acesso é possível apenas atravessando o rio Paraguai de barco. Segundo ele, o nome da escola é uma homenagem a um ancião de suma importância para seu povo, por sua contribuição à revitalização cultural e linguística e na recuperação de cânticos já perdidos.

Segundo o professor Adailton Neves da Silva, diretor da atual Faculdade Indígena Intercultural, há pouco menos de duas décadas, as crianças Umutina negavam sua

identidade, por vergonha. Na época, a escola era dirigida por um não indígena e ninguém sabia uma palavra de sua língua materna. O ano de 2019 foi escolhido pela Unesco como o Ano Internacional das Línguas Indígenas.

“A nossa entrada no Terceiro Grau Indígena foi um divisor de águas”, afirma Marcio Umutina, hoje mestre em educação indígena. Seu trabalho de conclusão de curso versou justamente sobre a narrativa mística do seu povo.

Márcio é um dos 14 professores graduados de sua aldeia. “Foi a partir daí que começamos a trabalhar na revitalização cultural, com cada um pesquisando dentro de sua área e contribuindo para a reconstrução da nossa história. Hoje, a gente olha pra atrás e sente a importância da educação para o nosso povo”.

Não só pela recuperação da identidade, mas também pela melhoria da qualidade de vida. Hoje a aldeia tem água tratada, energia elétrica, internet e alguns dos seus membros são atendidos pelos próprios irmãos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Resultado disso, por exemplo, é que a mortalidade infantil diminuiu na aldeia.

“Temos atendimento à saúde. Não é perfeito, mas, se comparado ao atendimento que se tem na cidade... Só utilizamos medicamentos fabricados em casos graves. Normalmente, seguimos nossa própria medicina”, diz.

#### Metodologia específica

A escola da aldeia, cujo prédio de alvenaria conta com quatro salas de aula, laboratório de informática, refeitório, sala de professores e administrativa, agora é totalmente dirigida pelos Umutina. Lá a matriz curricular é como em qualquer escola, exceto pelas disciplinas específicas.

Os curumins aprendem não somente língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências como a língua materna, práticas culturais, agroecológicas e tecnologia indígena, que consiste em ensinar como se fabrica um arco, uma canoa, técnicas do trançado, da plumagem. Nesta tarefa, os professores são ajudados pelos anciãos, responsáveis por ensinar estes ofícios aos mais jovens.

Um exemplo de como funciona este tipo de ensino veio do professor Adailton. Como os estudantes da Jula Pare vão participar de uma Feira de Matemática em Barra do Bugre, apresentando oito trabalhos, um deles será sobre o processo de construção de uma canoa, baseado na disciplina. No entanto, o ancião que estava explicando todo o processo aos estudantes, se lembrou de que não poderia continuar naquele momento, porque a lua não era propícia para a retirada da madeira. A pesquisa foi adiada.

Todo o esforço individual de frequentar a Faculdade é voltado para a aldeia. “Quando a gente muda a nossa história de vida, a gente muda a história da nossa família, da nossa comunidade. Por isso, assim que nos formamos, voltamos pra nossa aldeia, porque tivemos o incentivo de nossos pais, das lideranças e dos anciãos pra gente estudar e ter boa formação”, afirma Marcio Umutina.

Para o cacique Lucimar Kalomesoré, a formação acadêmica de seu povo só ajuda. “Quando saíram daqui, foram com o objetivo de estudar e retornar pra nossa comunidade. A gente sabia que iria precisar deles para mudar nossa realidade. Nossa

cultura já estava quase perdida. Graças à escola, recuperamos nossa língua materna. O mesmo aconteceu na saúde. Com exceção do doutor (médico), todos são índios no posto de saúde. Hoje temos professores, enfermeiros, técnico, advogados, administradores...”.

Faculdade se prepara para o “desafio do” mestrado

A Faculdade Indígena Intercultural foi criada em 2001 e está na sexta turma de Licenciatura, na segunda de Pedagogia e realizou três edições de especialização. São 450 professores formados, 140 profissionais especializados e no próximo ano terá início um mestrado, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, portanto, aberto para todo o país.

“Este é nosso próximo desafio. Pensar um mestrado voltado à educação na aldeia, não exclusivo para pesquisa acadêmica. Em nossa visão, o participante deverá trabalhar em conjunto com o graduado. É importante ir às aldeias para entender as necessidades reais de cada escola indígena. Como contribuir para a formação do professor considerando suas necessidades, locais ou fora da aldeia”, explica o diretor Adailton.

Como exemplo, ele cita as mudanças propiciadas pela metodologia aplicada pela Unemat, de optar por um currículo aberto, seguindo as demandas dos interessados.

“No final dos anos 1990, minha esposa pesquisou o imaginário Umutina sobre a população de Barra do Bugres e vice-versa. Mostrou-se a seguinte realidade: os índios se sentiam excluídos, enquanto o outro lado os tratava como um peso. Hoje, após a frequentar a Faculdade, o grupo é forte. De 20 anos pra cá, a escola deles avançou mil por cento. Como a escola Umutina, outras como a Ikipeng, no Xingu, a Tapirapé, no Médio Araguaia, seguem o mesmo exemplo”.

Além da Faculdade Indígena, a Unemat implantou em 2015 o sistema de cotas. Em todos os seus 63 cursos, 5% das vagas são reservadas a indígenas. “Nosso outro desafio é garantir a permanência dos alunos na escola. Se eles não se adaptarem, podem não voltar, gerando um resultado negativo. Temos que amenizar os impactos sobre eles, para evitar que isso aconteça”, conclui o professor Adailton Alves da Silva.

Superintendente de Assuntos Indígenas formou-se em programa de inclusão

O atual superintendente de Assuntos Indígenas de Mato Grosso, Soilo Urupe Chue, da etnia Chiquitano, formou-se em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Programa de Inclusão Indígena (Proind), junto com outros 43 inscritos, em diferentes áreas e nos diversos câmpus da UFMT (Cuiabá, Rondonópolis, Araguaia e Sinop).

Segundo ele, além do Proind, exclusivo para as etnias de Mato Grosso, da Faculdade Indígena e das cotas abertas na Unemat, há outros indígenas que estudam em faculdades particulares. “Embora o índio ainda continue dependente, é muito gratificante ver este avanço. Hoje não é preciso sair da aldeia. O ensino é reconhecido pelo MEC. Também não temos a intenção, quando estudamos, de nos realizarmos individualmente. Temos um compromisso coletivo, de fazer alguma coisa pelo nosso povo. Está dando certo. Depois de formados, estão retornando à aldeia e dando a sequência ao seu trabalho”.

Ele ressalta que a formação acadêmica contribui ainda para fazer um intercâmbio entre o mundo do índio e o dos brancos. “Mas, também é uma luta, porque precisamos do

apoio do nosso povo. Por isso, não podemos cometer erros, este erro é visto como de todo a etnia. Mas, de qualquer forma, estamos avançando”.

Veja Mais: Unidade Cohab da Desenvolve MT voltará a funcionar na próxima semana

Novo vestibular

Eric Kamikwa, do povo Kurâ-Bakairi, da aldeia Pakuera, está se graduando em Antropologia pela UFMT neste ano, pelo Proind. Seu projeto de vida é voltar à aldeia. “Quando saímos, já temos uma ideia planejada. Como cientista social, especializado em antropologia, minha área é pesquisa, trabalhar com população tradicional. Mas, a ideia mesmo é voltar, entrar no espaço escolar ou da saúde, e contribuir com a aldeia”.

Segundo ele, o Proind ainda se encontra ativo, mas está há cinco anos sem vestibular – o primeiro ocorreu em 2007 e o último em 2013. “Estamos reivindicando a sua volta, aguardamos ansiosamente o ingresso de mais gente do nosso povo no espaço acadêmico. Precisamos ampliar as vagas para os indígenas na universidade, para que no futuro possam atender as demandas de seu povo”.

Já temos voz própria, diz arquiteto

Para o arquiteto Jucimar Ipaikite, da etnia Bakairi, formado pela Unic, e autor da maquete do prédio do Centro Sebrae de Sustentabilidade, em Cuiabá – cuja concepção foi baseada em construções da cultura indígena – o índio ainda hoje é visto em duas situações: como preguiçoso ou que venha se arrastando.

“Este é um momento em que gente dá um salto evolutivo, quando já não precisamos mais do antropólogo não indígena para falar por nós. Já temos voz própria. Esta nova dinâmica, onde há universitários, estudantes e já formados, por sua natureza eleva a nossa discussão”.

Segundo ele, mesmo que às vezes esta nova realidade se choque com a autoridade do cacique, a intenção é buscar novos caminhos para melhorar a comunidade.

Sobre o preconceito contra os índios, Jucimar diz que ele permanece. “Ainda nos veem como incapazes, exigindo que provemos, em todos os momentos, sermos capazes, mesmo tendo formação de nível superior. Se errarmos, é porque somos índios”, conclui Jucimar, que além de arquiteto, continua produzindo maquetes, fazendo reformas e trabalhando no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei).

topo 

## DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

### Capex oferta bolsas na Irlanda para capacitar gestores

**As inscrições estão abertas desde 16 de abril e seguem até às 18h do dia 30 de maio, pelo horário de Brasília**

Diretores, coordenadores e supervisores pedagógicos que atuam nas escolas de educação básica das redes públicas ou privadas sem fins lucrativos e nos colégios militares que ofertam educação básica já podem se inscrever para concorrer a bolsas de especialização em educação, que será realizada no Mary Immaculate College, em Limerick, na Irlanda.

O curso acontece no período de junho de 2019 a maio de 2020, e tem o objetivo de promover a capacitação dos profissionais que atuam na gestão pedagógica das escolas. As inscrições estão abertas desde 16 de abril e seguem até às 18h do dia 30 de maio,

pelo horário de Brasília. Serão disponibilizadas até 30 vagas, sendo destinadas seis para cada região brasileira.

topo ↕

## **HIPERNOTÍCIAS - TEMPO REAL**

**Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias Por meio da Faculdade Indígena Intercultural, mais de quatro centenas de professores, dos quais 140 profissionais especializados, já trabalham em suas aldeias, mudando a realidade de seu povo, como os Umutina**

Marcio Umutina tinha 21 anos, quando terminou o segundo grau em Barra do Bugres (165 km a noroeste de Cuiabá) em 2000. No ano seguinte, tão logo começou a funcionar no município o Terceiro Grau Indígena (atual Faculdade Indígena Intercultural), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ele ingressou como um dos alunos.

Formou-se em 2005 e, desde então, é um dos professores da Escola Jula Pare, em sua aldeia localizada a poucos quilômetros de Barra do Bugres, mas cujo acesso é possível apenas atravessando o rio Paraguai de barco. Segundo ele, o nome da escola é uma homenagem a um ancião de suma importância para seu povo, por sua contribuição à revitalização cultural e linguística e na recuperação de cânticos já perdidos.

Segundo o professor Adailton Neves da Silva, diretor da atual Faculdade Indígena Intercultural, há pouco menos de duas décadas, as crianças Umutina negavam sua identidade, por vergonha. Na época, a escola era dirigida por um não indígena e ninguém sabia uma palavra de sua língua materna. O ano de 2019 foi escolhido pela Unesco como o Ano Internacional das Línguas Indígenas.

“A nossa entrada no Terceiro Grau Indígena foi um divisor de águas”, afirma Marcio Umutina, hoje mestre em educação indígena. Seu trabalho de conclusão de curso versou justamente sobre a narrativa mística do seu povo.

Márcio é um dos 14 professores graduados de sua aldeia. “Foi a partir daí que começamos a trabalhar na revitalização cultural, com cada um pesquisando dentro de sua área e contribuindo para a reconstrução da nossa história. Hoje, a gente olha pra atrás e sente a importância da educação para o nosso povo”.

Não só pela recuperação da identidade, mas também pela melhoria da qualidade de vida. Hoje a aldeia tem água tratada, energia elétrica, internet e alguns dos seus membros são atendidos pelos próprios irmãos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Resultado disso, por exemplo, é que a mortalidade infantil diminuiu na aldeia.

“Temos atendimento à saúde. Não é perfeito, mas, se comparado ao atendimento que se tem na cidade... Só utilizamos medicamentos fabricados em casos graves. Normalmente, seguimos nossa própria medicina”, diz.

### Metodologia específica

A escola da aldeia, cujo prédio de alvenaria conta com quatro salas de aula, laboratório de informática, refeitório, sala de professores e administrativa, agora é totalmente dirigida pelos Umutina. Lá a matriz curricular é como em qualquer escola, exceto pelas disciplinas específicas.

Os curumins aprendem não somente língua portuguesa, matemática, geografia, história,

ciências como a língua materna, práticas culturais, agroecológicas e tecnologia indígena, que consiste em ensinar como se fabrica um arco, uma canoa, técnicas do trançado, da plumagem. Nesta tarefa, os professores são ajudados pelos anciãos, responsáveis por ensinar estes ofícios aos mais jovens.

Um exemplo de como funciona este tipo de ensino veio do professor Adailton. Como os estudantes da Jula Pare vão participar de uma Feira de Matemática em Barra do Bugre, apresentando oito trabalhos, um deles será sobre o processo de construção de uma canoa, baseado na disciplina. No entanto, o ancião que estava explicando todo o processo aos estudantes, se lembrou de que não poderia continuar naquele momento, porque a lua não era propícia para a retirada da madeira. A pesquisa foi adiada.

Todo o esforço individual de frequentar a Faculdade é voltado para a aldeia. “Quando a gente muda a nossa história de vida, a gente muda a história da nossa família, da nossa comunidade. Por isso, assim que nos formamos, voltamos pra nossa aldeia, porque tivemos o incentivo de nossos pais, das lideranças e dos anciãos pra gente estudar e ter boa formação”, afirma Marcio Umutina.

Para o cacique Lucimar Kalomesoré, a formação acadêmica de seu povo só ajuda. “Quando saíram daqui, foram com o objetivo de estudar e retornar pra nossa comunidade. A gente sabia que iria precisar deles para mudar nossa realidade. Nossa cultura já estava quase perdida. Graças à escola, recuperamos nossa língua materna. O mesmo aconteceu na saúde. Com exceção do doutor (médico), todos são índios no posto de saúde. Hoje temos professores, enfermeiros, técnico, advogados, administradores...”.

Faculdade se prepara para o “desafio do” mestrado  
A Faculdade Indígena Intercultural foi criada em 2001 e está na sexta turma de Licenciatura, na segunda de Pedagogia e realizou três edições de especialização. São 450 professores formados, 140 profissionais especializados e no próximo ano terá início um mestrado, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, portanto, aberto para todo o país.

“Este é nosso próximo desafio. Pensar um mestrado voltado à educação na aldeia, não exclusivo para pesquisa acadêmica. Em nossa visão, o participante deverá trabalhar em conjunto com o graduado. É importante ir às aldeias para entender as necessidades reais de cada escola indígena. Como contribuir para a formação do professor considerando suas necessidades, locais ou fora da aldeia”, explica o diretor Adailton.

Como exemplo, ele cita as mudanças propiciadas pela metodologia aplicada pela Unemat, de optar por um currículo aberto, seguindo as demandas dos interessados.

“No final dos anos 1990, minha esposa pesquisou o imaginário Umutina sobre a população de Barra do Bugres e vice-versa. Mostrou-se a seguinte realidade: os índios se sentiam excluídos, enquanto o outro lado os tratava como um peso. Hoje, após a frequentar a Faculdade, o grupo é forte. De 20 anos pra cá, a escola deles avançou mil por cento. Como a escola Umutina, outras como a Ikipeng, no Xingu, a Tapirapé, no Médio Araguaia, seguem o mesmo exemplo”.

Além da Faculdade Indígena, a Unemat implantou em 2015 o sistema de cotas. Em todos os seus 63 cursos, 5% das vagas são reservadas a indígenas. “Nosso outro desafio

é garantir a permanência dos alunos na escola. Se eles não se adaptarem, podem não voltar, gerando um resultado negativo. Temos que amenizar os impactos sobre eles, para evitar que isso aconteça”, conclui o professor Adailton Alves da Silva.

O atual superintendente de Assuntos Indígenas de Mato Grosso, Soilo Urupe Chue, da etnia Chiquitano, formou-se em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Programa de Inclusão Indígena (Proind), junto com outros 43 inscritos, em diferentes áreas e nos diversos câmpus da UFMT (Cuiabá, Rondonópolis, Araguaia e Sinop).

Segundo ele, além do Proind, exclusivo para as etnias de Mato Grosso, da Faculdade Indígena e das cotas abertas na Unemat, há outros indígenas que estudam em faculdades particulares. “Embora o índio ainda continue dependente, é muito gratificante ver este avanço. Hoje não é preciso sair da aldeia. O ensino é reconhecido pelo MEC. Também não temos a intenção, quando estudamos, de nos realizarmos individualmente. Temos um compromisso coletivo, de fazer alguma coisa pelo nosso povo. Está dando certo. Depois de formados, estão retornando à aldeia e dando a sequência ao seu trabalho”.

Ele ressalta que a formação acadêmica contribui ainda para fazer um intercâmbio entre o mundo do índio e o dos brancos. “Mas, também é uma luta, porque precisamos do apoio do nosso povo. Por isso, não podemos cometer erros, este erro é visto como de todo a etnia. Mas, de qualquer forma, estamos avançando”.

#### Novo vestibular

Eric Kamikwa, do povo Kurâ-Bakairi, da aldeia Pakuera, está se graduando em Antropologia pela UFMT neste ano, pelo Proind. Seu projeto de vida é voltar à aldeia. “Quando saímos, já temos uma ideia planejada. Como cientista social, especializado em antropologia, minha área é pesquisa, trabalhar com população tradicional. Mas, a ideia mesmo é voltar, entrar no espaço escolar ou da saúde, e contribuir com a aldeia”.

Segundo ele, o Proind ainda se encontra ativo, mas está há cinco anos sem vestibular – o primeiro ocorreu em 2007 e o último em 2013. “Estamos reivindicando a sua volta, aguardamos ansiosamente o ingresso de mais gente do nosso povo no espaço acadêmico. Precisamos ampliar as vagas para os indígenas na universidade, para que no futuro possam atender as demandas de seu povo”.

#### Já temos voz própria, diz arquiteto

Para o arquiteto Jucimar Ipaikite, da etnia Bakairi, formado pela Unic, e autor da maquete do prédio do Centro Sebrae de Sustentabilidade, em Cuiabá – cuja concepção foi baseada em construções da cultura indígena – o índio ainda hoje é visto em duas situações: como preguiçoso ou que venha se arrastando.

#### Superint de Ass. Indíg. formou-se em prog. de inclusão

“Este é um momento em que gente dá um salto evolutivo, quando já não precisamos mais do antropólogo não indígena para falar por nós. Já temos voz própria. Esta nova dinâmica, onde há universitários, estudantes e já formados, por sua natureza eleva a nossa discussão”.

Segundo ele, mesmo que às vezes esta nova realidade se choque com a autoridade do cacique, a intenção é buscar novos caminhos para melhorar a comunidade.

Sobre o preconceito contra os índios, Jucimar diz que ele permanece. “Ainda nos veem como incapazes, exigindo que provemos, em todos os momentos, sermos capazes, mesmo tendo formação de nível superior. Se errarmos, é porque somos índios”, conclui Jucimar, que além de arquiteto, continua produzindo maquetes, fazendo reformas e trabalhando no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei).

topo ↕

## O ATUAL - MT - TEMPO REAL

### Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias

Marcio Umutina tinha 21 anos, quando terminou o segundo grau em Barra do Bugres (165 km a noroeste de Cuiabá) em 2000. No ano seguinte, tão logo começou a funcionar no município o Terceiro Grau Indígena (atual Faculdade Indígena Intercultural), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ele ingressou como um dos alunos.

Formou-se em 2005 e, desde então, é um dos professores da Escola Jula Pare, em sua aldeia localizada a poucos quilômetros de Barra do Bugres, mas cujo acesso é possível apenas atravessando o rio Paraguai de barco. Segundo ele, o nome da escola é uma homenagem a um ancião de suma importância para seu povo, por sua contribuição à revitalização cultural e linguística e na recuperação de cânticos já perdidos.

Segundo o professor Adailton Neves da Silva, diretor da atual Faculdade Indígena Intercultural, há pouco menos de duas décadas, as crianças Umutina negavam sua identidade, por vergonha. Na época, a escola era dirigida por um não indígena e ninguém sabia uma palavra de sua língua materna. O ano de 2019 foi escolhido pela Unesco como o Ano Internacional das Línguas Indígenas.

“A nossa entrada no Terceiro Grau Indígena foi um divisor de águas”, afirma Marcio Umutina, hoje mestre em educação indígena. Seu trabalho de conclusão de curso versou justamente sobre a narrativa mística do seu povo.

Márcio é um dos 14 professores graduados de sua aldeia. “Foi a partir daí que começamos a trabalhar na revitalização cultural, com cada um pesquisando dentro de sua área e contribuindo para a reconstrução da nossa história. Hoje, a gente olha pra atrás e sente a importância da educação para o nosso povo”.

Não só pela recuperação da identidade, mas também pela melhoria da qualidade de vida. Hoje a aldeia tem água tratada, energia elétrica, internet e alguns dos seus membros são atendidos pelos próprios irmãos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Resultado disso, por exemplo, é que a mortalidade infantil diminuiu na aldeia.

“Temos atendimento à saúde. Não é perfeito, mas, se comparado ao atendimento que se tem na cidade... Só utilizamos medicamentos fabricados em casos graves. Normalmente, seguimos nossa própria medicina”, diz.

### Metodologia específica

A escola da aldeia, cujo prédio de alvenaria conta com quatro salas de aula, laboratório de informática, refeitório, sala de professores e administrativa, agora é totalmente dirigida pelos Umutina. Lá a matriz curricular é como em qualquer escola, exceto pelas disciplinas específicas.

Os curumins aprendem não somente língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências como a língua materna, práticas culturais, agroecológicas e tecnologia indígena, que consiste em ensinar como se fabrica um arco, uma canoa, técnicas do trançado, da plumagem. Nesta tarefa, os professores são ajudados pelos anciãos, responsáveis por ensinar estes ofícios aos mais jovens.

Um exemplo de como funciona este tipo de ensino veio do professor Adailton. Como os estudantes da Jula Pare vão participar de uma Feira de Matemática em Barra do Bugre, apresentando oito trabalhos, um deles será sobre o processo de construção de uma canoa, baseado na disciplina. No entanto, o ancião que estava explicando todo o processo aos estudantes, se lembrou de que não poderia continuar naquele momento, porque a lua não era propícia para a retirada da madeira. A pesquisa foi adiada.

Todo o esforço individual de frequentar a Faculdade é voltado para a aldeia. “Quando a gente muda a nossa história de vida, a gente muda a história da nossa família, da nossa comunidade. Por isso, assim que nos formamos, voltamos pra nossa aldeia, porque tivemos o incentivo de nossos pais, das lideranças e dos anciãos pra gente estudar e ter boa formação”, afirma Marcio Umutina.

Para o cacique Lucimar Kalomesoré, a formação acadêmica de seu povo só ajuda. “Quando saíram daqui, foram com o objetivo de estudar e retornar pra nossa comunidade. A gente sabia que iria precisar deles para mudar nossa realidade. Nossa cultura já estava quase perdida. Graças à escola, recuperamos nossa língua materna. O mesmo aconteceu na saúde. Com exceção do doutor (médico), todos são índios no posto de saúde. Hoje temos professores, enfermeiros, técnico, advogados, administradores...”.

Faculdade se prepara para o “desafio do” mestrado

A Faculdade Indígena Intercultural foi criada em 2001 e está na sexta turma de Licenciatura, na segunda de Pedagogia e realizou três edições de especialização. São 450 professores formados, 140 profissionais especializados e no próximo ano terá início um mestrado, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, portanto, aberto para todo o país.

“Este é nosso próximo desafio. Pensar um mestrado voltado à educação na aldeia, não exclusivo para pesquisa acadêmica. Em nossa visão, o participante deverá trabalhar em conjunto com o graduado. É importante ir às aldeias para entender as necessidades reais de cada escola indígena. Como contribuir para a formação do professor considerando suas necessidades, locais ou fora da aldeia”, explica o diretor Adailton.

Como exemplo, ele cita as mudanças propiciadas pela metodologia aplicada pela Unemat, de optar por um currículo aberto, seguindo as demandas dos interessados.

“No final dos anos 1990, minha esposa pesquisou o imaginário Umutina sobre a população de Barra do Bugres e vice-versa. Mostrou-se a seguinte realidade: os índios se sentiam excluídos, enquanto o outro lado os tratava como um peso. Hoje, após a frequentar a Faculdade, o grupo é forte. De 20 anos pra cá, a escola deles avançou mil por cento. Como a escola Umutina, outras como a Ikipeng, no Xingu, a Tapirapé, no Médio Araguaia, seguem o mesmo exemplo”.

Além da Faculdade Indígena, a Unemat implantou em 2015 o sistema de cotas. Em

todos os seus 63 cursos, 5% das vagas são reservadas a indígenas. “Nosso outro desafio é garantir a permanência dos alunos na escola. Se eles não se adaptarem, podem não voltar, gerando um resultado negativo. Temos que amenizar os impactos sobre eles, para evitar que isso aconteça”, conclui o professor Adailton Alves da Silva.

Superintendente de Assuntos Indígenas formou-se em programa de inclusão O atual superintendente de Assuntos Indígenas de Mato Grosso, Soilo Urupe Chue, da etnia Chiquitano, formou-se em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Programa de Inclusão Indígena (Proind), junto com outros 43 inscritos, em diferentes áreas e nos diversos câmpus da UFMT (Cuiabá, Rondonópolis, Araguaia e Sinop).

Segundo ele, além do Proind, exclusivo para as etnias de Mato Grosso, da Faculdade Indígena e das cotas abertas na Unemat, há outros indígenas que estudam em faculdades particulares. “Embora o índio ainda continue dependente, é muito gratificante ver este avanço. Hoje não é preciso sair da aldeia. O ensino é reconhecido pelo MEC. Também não temos a intenção, quando estudamos, de nos realizarmos individualmente. Temos um compromisso coletivo, de fazer alguma coisa pelo nosso povo. Está dando certo. Depois de formados, estão retornando à aldeia e dando a sequência ao seu trabalho”.

Ele ressalta que a formação acadêmica contribui ainda para fazer um intercâmbio entre o mundo do índio e o dos brancos. “Mas, também é uma luta, porque precisamos do apoio do nosso povo. Por isso, não podemos cometer erros, este erro é visto como de todo a etnia. Mas, de qualquer forma, estamos avançando”.

Veja Mais: Unidade Cohab da Desenvolve MT voltará a funcionar na próxima semana

## Novo vestibular

Eric Kamikwa, do povo Kurâ-Bakairi, da aldeia Pakuera, está se graduando em Antropologia pela UFMT neste ano, pelo Proind. Seu projeto de vida é voltar à aldeia. “Quando saímos, já temos uma ideia planejada. Como cientista social, especializado em antropologia, minha área é pesquisa, trabalhar com população tradicional. Mas, a ideia mesmo é voltar, entrar no espaço escolar ou da saúde, e contribuir com a aldeia”.

Segundo ele, o Proind ainda se encontra ativo, mas está há cinco anos sem vestibular – o primeiro ocorreu em 2007 e o último em 2013. “Estamos reivindicando a sua volta, aguardamos ansiosamente o ingresso de mais gente do nosso povo no espaço acadêmico. Precisamos ampliar as vagas para os indígenas na universidade, para que no futuro possam atender as demandas de seu povo”.

## Já temos voz própria, diz arquiteto

Para o arquiteto Jucimar Ipaikite, da etnia Bakairi, formado pela Unic, e autor da maquete do prédio do Centro Sebrae de Sustentabilidade, em Cuiabá – cuja concepção foi baseada em construções da cultura indígena – o índio ainda hoje é visto em duas situações: como preguiçoso ou que venha se arrastando.

“Este é um momento em que gente dá um salto evolutivo, quando já não precisamos mais do antropólogo não indígena para falar por nós. Já temos voz própria. Esta nova dinâmica, onde há universitários, estudantes e já formados, por sua natureza eleva a nossa discussão”.

Segundo ele, mesmo que às vezes esta nova realidade se choque com a autoridade do cacique, a intenção é buscar novos caminhos para melhorar a comunidade.

Sobre o preconceito contra os índios, Jucimar diz que ele permanece. “Ainda nos veem como incapazes, exigindo que provemos, em todos os momentos, sermos capazes, mesmo tendo formação de nível superior. Se errarmos, é porque somos índios”, conclui Jucimar, que além de arquiteto, continua produzindo maquetes, fazendo reformas e trabalhando no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei).

topo ↕

## O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

### Faculdade Intercultural da Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar

Na Unemat, todo dia é dia de garantir o protagonismo indígena na Educação Escolar. A Universidade do Estado de Mato Grosso é pioneira, na América Latina, na oferta de cursos de graduação e pós-graduação específicos e diferenciados para a qualificação e habilitação de professores indígenas que trabalham nas escolas das aldeias.

Em mais de 17 anos de Educação Escolar indígena, a Unemat já graduou 450 professores indígenas pertencentes a mais de 34 etnias e especializou 140 professores.

Além das ações pioneiras para a formação de professores indígenas em nível de graduação, a Universidade passa a ofertar mestrado profissional Ensino em Contexto Indígena Intercultural, para a formação de professores indígenas da Educação Básica. Aprovado nesse mês de março pela **Capes**, o programa ofertará 20 vagas em duas linhas de pesquisa: “Ensino, docência e interculturalidade” e “Ensino e linguagens em contexto intercultural”.

Respeito às características dos povos originários

Todos os cursos são desenvolvidos em articulação constante com o movimento indígena, tendo como valores centrais: discussão de território dos povos indígenas, valorização da identidade e cultura, diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, saberes, valores e princípios cosmológicos dos povos originários do Brasil.

Leia Também: Policiais fazem surpresa em aniversários de crianças que sonham ingressar na PM

“A Unemat fez e está fazendo um trabalho fundamental dentro das comunidades indígenas, que é levar o ensino superior de qualidade para as aldeias, um processo do qual a gente não participava”, afirmou em entrevista recente, o indígena Márcio Monzilar, do povo Umutina.

Graduado em Artes, Língua e Literatura, pela Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), e mestre em Literatura pela Unemat, Márcio Monzilar é o atual Coordenador Pedagógico da Escola Estadual Indígena Julá Pará. Para ele, a Unemat desempenha um trabalho importante ao integrar os diferentes saberes. “E mais ainda porque faz um trabalho de uma educação diferenciada, onde reconhece os conhecimentos tradicionais de escolas indígenas, o que vem fortalecendo cada vez mais nossas escolas e nossas comunidades”, disse.

Formação diferenciada

Atualmente estão em formação 120 professores-indígenas, de 23 etnias, nos cursos de licenciatura em Pedagogia Intercultural e licenciatura Intercultural. Os cursos são ofertados por meio da Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), ligada ao Câmpus Universitário Deputado Renê Barbour, no município de Barra do Bugres.

Além da graduação específica, a Unemat estabeleceu uma cota de 5% das vagas de todos os cursos da instituição para alunos indígenas, desde 2016. E, no ano de 2006, uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) possibilitou a oferta de cinco vagas adicionais no curso de Enfermagem do câmpus de Cáceres, para indígenas com interesse de atuar na área de saúde em suas comunidades.

## Metodologia diferenciada

Os cursos obedecem a um regime especial e são desenvolvidos de forma presencial nos períodos de férias e recessos escolares. Há também o denominado “Tempo Aldeia”, em que os cursistas desenvolvem atividades orientadas, nos períodos em que os estão ministrando aulas nas respectivas escolas indígenas. O currículo é flexível e definido com ampla participação de todos os envolvidos no processo.

topo ↕

## **OLHAR DIGITAL - TEMPO REAL**

### **Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias**

Marcio Umutina tinha 21 anos, quando terminou o segundo grau em Barra do Bugres (165 km a noroeste de Cuiabá) em 2000. No ano seguinte, tão logo começou a funcionar no município o Terceiro Grau Indígena (atual Faculdade Indígena Intercultural), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ele ingressou como um dos alunos.

Formou-se em 2005 e, desde então, é um dos professores da Escola Jula Pare, em sua aldeia localizada a poucos quilômetros de Barra do Bugres, mas cujo acesso é possível apenas atravessando o rio Paraguai de barco. Segundo ele, o nome da escola é uma homenagem a um ancião de suma importância para seu povo, por sua contribuição à revitalização cultural e linguística e na recuperação de cânticos já perdidos.

Segundo o professor Adailton Neves da Silva, diretor da atual Faculdade Indígena Intercultural, há pouco menos de duas décadas, as crianças Umutina negavam sua identidade, por vergonha. Na época, a escola era dirigida por um não indígena e ninguém sabia uma palavra de sua língua materna. O ano de 2019 foi escolhido pela Unesco como o Ano Internacional das Línguas Indígenas.

“A nossa entrada no Terceiro Grau Indígena foi um divisor de águas”, afirma Marcio Umutina, hoje mestre em educação indígena. Seu trabalho de conclusão de curso versou justamente sobre a narrativa mística do seu povo.

Márcio é um dos 14 professores graduados de sua aldeia. “Foi a partir daí que começamos a trabalhar na revitalização cultural, com cada um pesquisando dentro de sua área e contribuindo para a reconstrução da nossa história. Hoje, a gente olha pra atrás e sente a importância da educação para o nosso povo”.

Não só pela recuperação da identidade, mas também pela melhoria da qualidade de vida. Hoje a aldeia tem água tratada, energia elétrica, internet e alguns dos seus membros são atendidos pelos próprios irmãos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Resultado disso, por exemplo, é que a mortalidade infantil diminuiu na aldeia.

“Temos atendimento à saúde. Não é perfeito, mas, se comparado ao atendimento que se tem na cidade... Só utilizamos medicamentos fabricados em casos graves. Normalmente, seguimos nossa própria medicina”, diz.

## Metodologia específica

A escola da aldeia, cujo prédio de alvenaria conta com quatro salas de aula, laboratório de informática, refeitório, sala de professores e administrativa, agora é totalmente dirigida pelos Umutina. Lá a matriz curricular é como em qualquer escola, exceto pelas disciplinas específicas.

Os curumins aprendem não somente língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências como a língua materna, práticas culturais, agroecológicas e tecnologia indígena, que consiste em ensinar como se fabrica um arco, uma canoa, técnicas do trançado, da plumagem. Nesta tarefa, os professores são ajudados pelos anciãos, responsáveis por ensinar estes ofícios aos mais jovens.

Um exemplo de como funciona este tipo de ensino veio do professor Adailton. Como os estudantes da Jula Pare vão participar de uma Feira de Matemática em Barra do Bugre, apresentando oito trabalhos, um deles será sobre o processo de construção de uma canoa, baseado na disciplina. No entanto, o ancião que estava explicando todo o processo aos estudantes, se lembrou de que não poderia continuar naquele momento, porque a lua não era propícia para a retirada da madeira. A pesquisa foi adiada.

Todo o esforço individual de frequentar a Faculdade é voltado para a aldeia. “Quando a gente muda a nossa história de vida, a gente muda a história da nossa família, da nossa comunidade. Por isso, assim que nos formamos, voltamos pra nossa aldeia, porque tivemos o incentivo de nossos pais, das lideranças e dos anciãos pra gente estudar e ter boa formação”, afirma Marcio Umutina.

Para o cacique Lucimar Kalomesoré, a formação acadêmica de seu povo só ajuda. “Quando saíram daqui, foram com o objetivo de estudar e retornar pra nossa comunidade. A gente sabia que iria precisar deles para mudar nossa realidade. Nossa cultura já estava quase perdida. Graças à escola, recuperamos nossa língua materna. O mesmo aconteceu na saúde. Com exceção do doutor (médico), todos são índios no posto de saúde. Hoje temos professores, enfermeiros, técnico, advogados, administradores...”.

## Faculdade se prepara para o “desafio do” mestrado

A Faculdade Indígena Intercultural foi criada em 2001 e está na sexta turma de Licenciatura, na segunda de Pedagogia e realizou três edições de especialização. São 450 professores formados, 140 profissionais especializados e no próximo ano terá início um mestrado, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, portanto, aberto para todo o país.

“Este é nosso próximo desafio. Pensar um mestrado voltado à educação na aldeia, não exclusivo para pesquisa acadêmica. Em nossa visão, o participante deverá trabalhar em conjunto com o graduado. É importante ir às aldeias para entender as necessidades reais de cada escola indígena. Como contribuir para a formação do professor considerando suas necessidades, locais ou fora da aldeia”, explica o diretor Adailton.

Como exemplo, ele cita as mudanças propiciadas pela metodologia aplicada pela Unemat, de optar por um currículo aberto, seguindo as demandas dos interessados.

“No final dos anos 1990, minha esposa pesquisou o imaginário Umutina sobre a população de Barra do Bugres e vice-versa. Mostrou-se a seguinte realidade: os índios se sentiam excluídos, enquanto o outro lado os tratava como um peso. Hoje, após a frequentar a Faculdade, o grupo é forte. De 20 anos pra cá, a escola deles avançou mil por cento. Como a escola Umutina, outras como a Ikipeng, no Xingu, a Tapirapé, no Médio Araguaia, seguem o mesmo exemplo”.

Além da Faculdade Indígena, a Unemat implantou em 2015 o sistema de cotas. Em todos os seus 63 cursos, 5% das vagas são reservadas a indígenas. “Nosso outro desafio é garantir a permanência dos alunos na escola. Se eles não se adaptarem, podem não voltar, gerando um resultado negativo. Temos que amenizar os impactos sobre eles, para evitar que isso aconteça”, conclui o professor Adailton Alves da Silva.

Superintendente de Assuntos Indígenas formou-se em programa de inclusão O atual superintendente de Assuntos Indígenas de Mato Grosso, Soilo Urupe Chue, da etnia Chiquitano, formou-se em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Programa de Inclusão Indígena (Proind), junto com outros 43 inscritos, em diferentes áreas e nos diversos câmpus da UFMT (Cuiabá, Rondonópolis, Araguaia e Sinop).

Segundo ele, além do Proind, exclusivo para as etnias de Mato Grosso, da Faculdade Indígena e das cotas abertas na Unemat, há outros indígenas que estudam em faculdades particulares. “Embora o índio ainda continue dependente, é muito gratificante ver este avanço. Hoje não é preciso sair da aldeia. O ensino é reconhecido pelo MEC. Também não temos a intenção, quando estudamos, de nos realizarmos individualmente. Temos um compromisso coletivo, de fazer alguma coisa pelo nosso povo. Está dando certo. Depois de formados, estão retornando à aldeia e dando a sequência ao seu trabalho”.

Ele ressalta que a formação acadêmica contribui ainda para fazer um intercâmbio entre o mundo do índio e o dos brancos. “Mas, também é uma luta, porque precisamos do apoio do nosso povo. Por isso, não podemos cometer erros, este erro é visto como de todo a etnia. Mas, de qualquer forma, estamos avançando”.

Veja Mais: Unidade Cohab da Desenvolve MT voltará a funcionar na próxima semana

Novo vestibular

Eric Kamikwa, do povo Kurâ-Bakairi, da aldeia Pakuera, está se graduando em Antropologia pela UFMT neste ano, pelo Proind. Seu projeto de vida é voltar à aldeia. “Quando saímos, já temos uma ideia planejada. Como cientista social, especializado em antropologia, minha área é pesquisa, trabalhar com população tradicional. Mas, a ideia mesmo é voltar, entrar no espaço escolar ou da saúde, e contribuir com a aldeia”.

Segundo ele, o Proind ainda se encontra ativo, mas está há cinco anos sem vestibular – o primeiro ocorreu em 2007 e o último em 2013. “Estamos reivindicando a sua volta, aguardamos ansiosamente o ingresso de mais gente do nosso povo no espaço acadêmico. Precisamos ampliar as vagas para os indígenas na universidade, para que no futuro possam atender as demandas de seu povo”.

## Já temos voz própria, diz arquiteto

Para o arquiteto Jucimar Ipaikite, da etnia Bakairi, formado pela Unic, e autor da maquete do prédio do Centro Sebrae de Sustentabilidade, em Cuiabá – cuja concepção foi baseada em construções da cultura indígena – o índio ainda hoje é visto em duas situações: como preguiçoso ou que venha se arrastando.

“Este é um momento em que gente dá um salto evolutivo, quando já não precisamos mais do antropólogo não indígena para falar por nós. Já temos voz própria. Esta nova dinâmica, onde há universitários, estudantes e já formados, por sua natureza eleva a nossa discussão”.

Segundo ele, mesmo que às vezes esta nova realidade se choque com a autoridade do cacique, a intenção é buscar novos caminhos para melhorar a comunidade.

Sobre o preconceito contra os índios, Jucimar diz que ele permanece. “Ainda nos veem como incapazes, exigindo que provemos, em todos os momentos, sermos capazes, mesmo tendo formação de nível superior. Se errarmos, é porque somos índios”, conclui Jucimar, que além de arquiteto, continua produzindo maquetes, fazendo reformas e trabalhando no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei).

topo ↕

## OLHAR DIGITAL - TEMPO REAL

### Com chamada de R\$ 100 milhões, MCTIC e Ministério da Educação lançam programa Ciência na Escola

Documento assinado na última quinta-feira autoriza o lançamento da chamada pública para instituições; outras três ações do programa, que integra as Metas dos 100 Dias, já foram lançadas

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Astronauta Marcos Pontes e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, participaram nesta quarta-feira (17), em Brasília, da cerimônia de lançamento do programa Ciência na Escola. O programa é uma iniciativa dos dois ministérios para aprimorar o ensino de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Na cerimônia, os ministros do MCTIC e do MEC assinaram documento que autoriza a chamada pública para instituições, com recursos de R\$ 100 milhões providos do MEC, a ser publicada nos próximos dias. Outras três iniciativas já foram lançadas dentro do programa Ciência na Escola – uma chamada pública para pesquisadores, a Olimpíada Nacional de Ciências e a plataforma “Ciência é 10!”, para especialização de professores. Todas as etapas do programa serão acompanhadas por meio de uma plataforma desenvolvida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que inclui mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação das ações.

Durante o evento de lançamento do programa, o ministro Marcos Pontes falou da importância de encorajar alunos e professores e ajudar as crianças a realizarem seus sonhos. “Temos milhões de crianças que necessitam apenas de um empurrãozinho para se tornarem professores, empresários, cientistas e cidadãos produtivos,” disse o ministro. “Ciência e tecnologia são a ponta de lança do desenvolvimento de qualquer país e são coisas apaixonantes, que podem motivar a garotada para o estudo.”

O ministro do MCTIC também ressaltou o fato de que o programa irá ajudar a formar a

nova geração de cientistas brasileiros. “Nossos pesquisadores estão envelhecendo e formar novos cientistas leva tempo,” afirmou. “O Ciência na Escola terá parte nesse processo – em 15 ou 20 anos teremos uma nova geração de profissionais, mas precisamos dar a partida agora.”

Participaram da mesa de abertura do evento, além dos ministros, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) João Luiz Filgueiras de Azevedo, o Presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Ribeiro Correia**, e o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Curi.

Após a solenidade de assinatura, foi realizada uma mesa redonda com a presença da vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, e a coordenadora-geral da Febrace, Roseli Lopes. Em seguida, foram realizadas apresentações de experiências relacionadas ao ensino de ciências da professora Débora Garofalo, uma das dez finalistas do Global Teacher Prize, considerado o Nobel da Educação, e da professora Dávila Correa, diretora adjunta do Instituto do Desenvolvimento Social Sustentável do Instituto Mamirauá.

O secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do MCTIC, Marcelo Morales, concluiu as apresentações com uma palestra sobre o funcionamento do programa.

## O Programa Ciência na Escola

O programa é uma iniciativa conjunta do MCTIC, CNPq, MEC e **Capes**, dividido em quatro ações simultâneas.

A chamada pública institucional no valor de R\$ 100 milhões, que será publicada nos próximos dias, irá selecionar propostas apresentadas por redes de instituições que envolvam escolas de educação básica, instituições de ensino superior, espaços de ciência e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação.

As instituições serão encorajadas a apresentar propostas em consórcios, com recursos distribuídos da seguinte forma: até R\$ 4 milhões de reais para o nível estadual, com uma unidade da federação de uma mesma grande região do país envolvida, até R\$ 10 milhões de reais para o nível interestadual, em que menos duas unidades da federação de uma mesma grande região do país são envolvidas, e até R\$ 20 milhões de reais para o nível regional, com ao menos três unidades da federação de uma mesma grande região do país envolvidas.

“Esta é a principal ação do programa,” afirma o secretário Morales. “É o que irá levar os alunos e professores para dentro dos equipamentos de ciência das instituições.”

As demais ações já foram lançadas. Uma delas é a Chamada MCTIC/CNPq nº 05/2019 – Programa Ciência na Escola: o Ensino de Ciências na Educação Básica, com investimento previsto de R\$ 10 milhões. Serão apreciados projetos que versem sobre o ensino de qualquer uma das disciplinas que fazem parte do currículo escolar dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O objetivo é privilegiar o letramento

científico, o uso de abordagens investigativas e de metodologias ativas de ensino, a aproximação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) com as escolas públicas, a disseminação dos métodos científicos das diferentes áreas do conhecimento, a integração entre as disciplinas e o despertar da vocação dos alunos e professores da educação básica para as carreiras científicas.

“É uma chamada para pesquisadores,” explica Morales. “Eles irão pensar em como trazer a ciência para dentro da sala de aula e as metodologias associadas.”

Também no âmbito do programa, foi lançada pela **Capes**, com investimentos de R\$ 3 milhões, a Especialização à Distância em Ensino de Ciências - "Ciência é Dez!". Trata-se de um curso de especialização para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano.

É um curso na modalidade ensino a distância (EAD), com garantia de qualidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e certificação do Ministério da Educação (MEC).

A última das ações iniciais do programa, que também já está em operação, é a expansão da Olimpíada Nacional de Ciências, promovida pelo MCTIC em parceria com a Universidade Federal do Piauí e implementado o programa de quatro Sociedades Científicas: a Sociedade Brasileira de Física (SBF) a Associação Brasileira de Química (ABQ), o Instituto Butantan e a Sociedade Astronômica Brasileira.

Com recursos no valor de R\$ 1 milhão, o objetivo é atingir um milhão de participantes neste ano, com ampliação da capilaridade e do escopo de disciplinas.

O secretário Marcelo Morales também deu destaque à plataforma de gestão, monitoramento e avaliação do programa, desenvolvida pela RNP. Ela permitirá que o programa seja acompanhado em tempo real. “A cada três meses vamos extrair os impactos dessas ações, por um período de dois anos,” afirma. “De posse dessas informações poderemos então renovar nossos investimentos, totalmente baseados em uma metodologia científica.”

topo ↕

## **PORTAL MT - TEMPO REAL**

### **Faculdade Intercultural da Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar**

Na Unemat, todo dia é dia de garantir o protagonismo indígena na Educação Escolar. A Universidade do Estado de Mato Grosso é pioneira, na América Latina, na oferta de cursos de graduação e pós-graduação específicos e diferenciados para a qualificação e habilitação de professores indígenas que trabalham nas escolas das aldeias.

Em mais de 17 anos de Educação Escolar indígena, a Unemat já graduou 450 professores indígenas pertencentes a mais de 34 etnias e especializou 140 professores.

Além das ações pioneiras para a formação de professores indígenas em nível de graduação, a Universidade passa a ofertar mestrado profissional Ensino em Contexto Indígena Intercultural, para a formação de professores indígenas da Educação Básica.

Aprovado nesse mês de março pela **Capes**, o programa ofertará 20 vagas em duas linhas de pesquisa: “Ensino, docência e interculturalidade” e “Ensino e linguagens em contexto intercultural”.

Respeito às características dos povos originários

Todos os cursos são desenvolvidos em articulação constante com o movimento indígena, tendo como valores centrais: discussão de território dos povos indígenas, valorização da identidade e cultura, diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, saberes, valores e princípios cosmológicos dos povos originários do Brasil.

“A Unemat fez e está fazendo um trabalho fundamental dentro das comunidades indígenas, que é levar o ensino superior de qualidade para as aldeias, um processo do qual a gente não participava”, afirmou em entrevista recente, o indígena Márcio Monzilar, do povo Umutina.

Veja Mais: Campanha vai arrecadar livros para unidades prisionais

Graduado em Artes, Língua e Literatura, pela Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), e mestre em Literatura pela Unemat, Márcio Monzilar é o atual Coordenador Pedagógico da Escola Estadual Indígena Julá Paré. Para ele, a Unemat desempenha um trabalho importante ao integrar os diferentes saberes. “E mais ainda porque faz um trabalho de uma educação diferenciada, onde reconhece os conhecimentos tradicionais de escolas indígenas, o que vem fortalecendo cada vez mais nossas escolas e nossas comunidades”, disse.

Formação diferenciada

Atualmente estão em formação 120 professores-indígenas, de 23 etnias, nos cursos de licenciatura em Pedagogia Intercultural e licenciatura Intercultural. Os cursos são ofertados por meio da Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), ligada ao Câmpus Universitário Deputado Renê Barbour, no município de Barra do Bugres.

Além da graduação específica, a Unemat estabeleceu uma cota de 5% das vagas de todos os cursos da instituição para alunos indígenas, desde 2016. E, no ano de 2006, uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) possibilitou a oferta de cinco vagas adicionais no curso de Enfermagem do câmpus de Cáceres, para indígenas com interesse de atuar na área de saúde em suas comunidades.

Metodologia diferenciada

Os cursos obedecem a um regime especial e são desenvolvidos de forma presencial nos períodos de férias e recessos escolares. Há também o denominado “Tempo Aldeia”, em que os cursistas desenvolvem atividades orientadas, nos períodos em que os estão ministrando aulas nas respectivas escolas indígenas. O currículo é flexível e definido com ampla participação de todos os envolvidos no processo.

topo ↕

## **URGENTE NEWS - TEMPO REAL**

**Ensino Superior é oportunidade para indígenas mudarem história de suas aldeias**

Marcio Umutina tinha 21 anos, quando terminou o segundo grau em Barra do Bugres (165 km a noroeste de Cuiabá) em 2000. No ano seguinte, tão logo começou a funcionar no município o Terceiro Grau Indígena (atual Faculdade Indígena Intercultural), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ele ingressou como um dos alunos.

Formou-se em 2005 e, desde então, é um dos professores da Escola Jula Pare, em sua aldeia localizada a poucos quilômetros de Barra do Bugres, mas cujo acesso é possível apenas atravessando o rio Paraguai de barco. Segundo ele, o nome da escola é uma homenagem a um ancião de suma importância para seu povo, por sua contribuição à revitalização cultural e linguística e na recuperação de cânticos já perdidos.

Segundo o professor Adailton Neves da Silva, diretor da atual Faculdade Indígena Intercultural, há pouco menos de duas décadas, as crianças Umutina negavam sua identidade, por vergonha. Na época, a escola era dirigida por um não indígena e ninguém sabia uma palavra de sua língua materna. O ano de 2019 foi escolhido pela Unesco como o Ano Internacional das Línguas Indígenas.

“A nossa entrada no Terceiro Grau Indígena foi um divisor de águas”, afirma Marcio Umutina, hoje mestre em educação indígena. Seu trabalho de conclusão de curso versou justamente sobre a narrativa mística do seu povo.

Márcio é um dos 14 professores graduados de sua aldeia. “Foi a partir daí que começamos a trabalhar na revitalização cultural, com cada um pesquisando dentro de sua área e contribuindo para a reconstrução da nossa história. Hoje, a gente olha pra trás e sente a importância da educação para o nosso povo”.

Não só pela recuperação da identidade, mas também pela melhoria da qualidade de vida. Hoje a aldeia tem água tratada, energia elétrica, internet e alguns dos seus membros são atendidos pelos próprios irmãos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Resultado disso, por exemplo, é que a mortalidade infantil diminuiu na aldeia.

“Temos atendimento à saúde. Não é perfeito, mas, se comparado ao atendimento que se tem na cidade... Só utilizamos medicamentos fabricados em casos graves. Normalmente, seguimos nossa própria medicina”, diz.

#### Metodologia específica

A escola da aldeia, cujo prédio de alvenaria conta com quatro salas de aula, laboratório de informática, refeitório, sala de professores e administrativa, agora é totalmente dirigida pelos Umutina. Lá a matriz curricular é como em qualquer escola, exceto pelas disciplinas específicas.

Os curumins aprendem não somente língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências como a língua materna, práticas culturais, agroecológicas e tecnologia indígena, que consiste em ensinar como se fabrica um arco, uma canoa, técnicas do trançado, da plumagem. Nesta tarefa, os professores são ajudados pelos anciãos, responsáveis por ensinar estes ofícios aos mais jovens.

Um exemplo de como funciona este tipo de ensino veio do professor Adailton. Como os estudantes da Jula Pare vão participar de uma Feira de Matemática em Barra do Bugre, apresentando oito trabalhos, um deles será sobre o processo de construção de uma canoa, baseado na disciplina. No entanto, o ancião que estava explicando todo o processo aos estudantes, se lembrou de que não poderia continuar naquele momento, porque a lua não era propícia para a retirada da madeira. A pesquisa foi adiada.

Todo o esforço individual de frequentar a Faculdade é voltado para a aldeia. “Quando a gente muda a nossa história de vida, a gente muda a história da nossa família, da nossa comunidade. Por isso, assim que nos formamos, voltamos pra nossa aldeia, porque tivemos o incentivo de nossos pais, das lideranças e dos anciãos pra gente estudar e ter boa formação”, afirma Marcio Umutina.

Para o cacique Lucimar Kalomesoré, a formação acadêmica de seu povo só ajuda. “Quando saíram daqui, foram com o objetivo de estudar e retornar pra nossa comunidade. A gente sabia que iria precisar deles para mudar nossa realidade. Nossa cultura já estava quase perdida. Graças à escola, recuperamos nossa língua materna. O mesmo aconteceu na saúde. Com exceção do doutor (médico), todos são índios no posto de saúde. Hoje temos professores, enfermeiros, técnico, advogados, administradores...”.

Faculdade se prepara para o “desafio do” mestrado

A Faculdade Indígena Intercultural foi criada em 2001 e está na sexta turma de Licenciatura, na segunda de Pedagogia e realizou três edições de especialização. São 450 professores formados, 140 profissionais especializados e no próximo ano terá início um mestrado, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, portanto, aberto para todo o país.

“Este é nosso próximo desafio. Pensar um mestrado voltado à educação na aldeia, não exclusivo para pesquisa acadêmica. Em nossa visão, o participante deverá trabalhar em conjunto com o graduado. É importante ir às aldeias para entender as necessidades reais de cada escola indígena. Como contribuir para a formação do professor considerando suas necessidades, locais ou fora da aldeia”, explica o diretor Adailton.

Como exemplo, ele cita as mudanças propiciadas pela metodologia aplicada pela Unemat, de optar por um currículo aberto, seguindo as demandas dos interessados.

“No final dos anos 1990, minha esposa pesquisou o imaginário Umutina sobre a população de Barra do Bugres e vice-versa. Mostrou-se a seguinte realidade: os índios se sentiam excluídos, enquanto o outro lado os tratava como um peso. Hoje, após a frequentar a Faculdade, o grupo é forte. De 20 anos pra cá, a escola deles avançou mil por cento. Como a escola Umutina, outras como a Ikipeng, no Xingu, a Tapirapé, no Médio Araguaia, seguem o mesmo exemplo”.

Além da Faculdade Indígena, a Unemat implantou em 2015 o sistema de cotas. Em todos os seus 63 cursos, 5% das vagas são reservadas a indígenas. “Nosso outro desafio é garantir a permanência dos alunos na escola. Se eles não se adaptarem, podem não voltar, gerando um resultado negativo. Temos que amenizar os impactos sobre eles, para evitar que isso aconteça”, conclui o professor Adailton Alves da Silva.

Superintendente de Assuntos Indígenas formou-se em programa de inclusão O atual superintendente de Assuntos Indígenas de Mato Grosso, Soilo Urupe Chue, da etnia Chiquitano, formou-se em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Programa de Inclusão Indígena (Proind), junto com outros 43 inscritos, em diferentes áreas e nos diversos câmpus da UFMT (Cuiabá, Rondonópolis, Araguaia e Sinop).

Segundo ele, além do Proind, exclusivo para as etnias de Mato Grosso, da Faculdade

**Indígena e das cotas abertas na Unemat, há outros indígenas que estudam em faculdades particulares.** “Embora o índio ainda continue dependente, é muito gratificante ver este avanço. Hoje não é preciso sair da aldeia. O ensino é reconhecido pelo MEC. Também não temos a intenção, quando estudamos, de nos realizarmos individualmente. Temos um compromisso coletivo, de fazer alguma coisa pelo nosso povo. Está dando certo. Depois de formados, estão retornando à aldeia e dando a sequência ao seu trabalho”.

Ele ressalta que a formação acadêmica contribui ainda para fazer um intercâmbio entre o mundo do índio e o dos brancos. “Mas, também é uma luta, porque precisamos do apoio do nosso povo. Por isso, não podemos cometer erros, este erro é visto como de todo a etnia. Mas, de qualquer forma, estamos avançando”.

Veja Mais: Unidade Cohab da Desenvolve MT voltará a funcionar na próxima semana

Novo vestibular

Eric Kamikwa, do povo Kurâ-Bakairi, da aldeia Pakuera, está se graduando em Antropologia pela UFMT neste ano, pelo Proind. Seu projeto de vida é voltar à aldeia. “Quando saímos, já temos uma ideia planejada. Como cientista social, especializado em antropologia, minha área é pesquisa, trabalhar com população tradicional. Mas, a ideia mesmo é voltar, entrar no espaço escolar ou da saúde, e contribuir com a aldeia”.

Segundo ele, o Proind ainda se encontra ativo, mas está há cinco anos sem vestibular – o primeiro ocorreu em 2007 e o último em 2013. “Estamos reivindicando a sua volta, aguardamos ansiosamente o ingresso de mais gente do nosso povo no espaço acadêmico. Precisamos ampliar as vagas para os indígenas na universidade, para que no futuro possam atender as demandas de seu povo”.

Já temos voz própria, diz arquiteto

Para o arquiteto Jucimar Ipaikite, da etnia Bakairi, formado pela Unic, e autor da maquete do prédio do Centro Sebrae de Sustentabilidade, em Cuiabá – cuja concepção foi baseada em construções da cultura indígena – o índio ainda hoje é visto em duas situações: como preguiçoso ou que venha se arrastando.

“Este é um momento em que gente dá um salto evolutivo, quando já não precisamos mais do antropólogo não indígena para falar por nós. Já temos voz própria. Esta nova dinâmica, onde há universitários, estudantes e já formados, por sua natureza eleva a nossa discussão”.

Segundo ele, mesmo que às vezes esta nova realidade se choque com a autoridade do cacique, a intenção é buscar novos caminhos para melhorar a comunidade.

Sobre o preconceito contra os índios, Jucimar diz que ele permanece. “Ainda nos veem como incapazes, exigindo que provemos, em todos os momentos, sermos capazes, mesmo tendo formação de nível superior. Se errarmos, é porque somos índios”, conclui Jucimar, que além de arquiteto, continua produzindo maquetes, fazendo reformas e trabalhando no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei).

topo ↕

**AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

**Governo federal lança programa Ciência na Escola**

Os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram nesta semana o programa Ciência na Escola. O

objetivo da iniciativa é qualificar o ensino de temas relacionados à disciplina em escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio. Serão disponibilizados R\$ 100 milhões para instituições apresentarem projetos visando a estimular essa temática nos bancos escolares.

Poderão concorrer a esses recursos redes de instituições que envolvam escolas, universidades, centros de ciência e espaços de desenvolvimento científico e inovação. As verbas serão distribuídas em diferentes escalas de projetos, como estadual (R\$ 4 milhões), interestadual (R\$ 10 milhões) e regional (R\$ 20 milhões).

Os ministérios anunciaram outros projetos dentro do programa. As pastas vão ampliar a Olimpíada Nacional de Ciências, atualmente uma iniciativa do MCTIC em parceria com a Universidade Federal do Piauí. O investimento previsto é de R\$ 1 milhão. A meta é ampliar o escopo da competição e chegar a 1 milhão de alunos de diferentes estados.

Entre as medidas está prevista também uma chamada pública para destinar recursos a pesquisadores com estudos relacionados ao tema, com foco no ensino de matérias dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O Objetivo é disseminar a prática científica e aproximar universidades, instituições científicas e tecnológicas e escolas públicas.

Os ministérios vão implementar uma plataforma que ganhou o nome de “Ciência é 10”, voltada à qualificação de professores em assuntos vinculados à área. Professores poderão fazer especialização a distância em ensino de ciências. Além disso, outra plataforma foi desenvolvida pela Rede Nacional de Pesquisa para facilitar o acompanhamento das ações do conjunto do programa.

Em sua conta no Twitter, o presidente Jair Bolsonaro postou uma mensagem hoje (19) sobre o programa.

Segundo ele, um dos objetivos é estimular a formação de jovens em "áreas esquecidas".

topo 

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

### **Entidades de educação superior processam conselhos que vetam EAD**

### **Para associações, barrar registro profissional a cursos autorizados pelo MEC é ilegal**

São Paulo

O Semesp (entidade das instituições de ensino superior de São Paulo) e a Abed (de ensino a distância) acionaram na Justiça três dos conselhos profissionais que aprovaram, em março, resoluções que impediam que egressos de graduações feitas a distância pudessem conseguir o registro.

Os processos foram movidos contra o CAU-BR (de arquitetura e urbanismo), o CFO (de odontologia) e o CFMV (de medicina veterinária) e somam-se às ações judiciais da Abmes (associação das mantenedoras), já em andamento.

Estúdio de faculdade durante gravação de aula para cursos a distância - Silva Junior - 20.mar.12/Folhapress

Os conselhos argumentam que não é possível ter cursos de qualidade com aulas online e que atividades práticas e laboratoriais são essenciais para garantir padrões mínimos de

formação.

O Semesp diz ter notificado todos os conselhos, solicitando a revogação imediata das resoluções, e que só recorreu à Justiça "contra os que mantiveram a publicação que impede o acesso ao registro profissional de profissionais devidamente formados".

"O ensino superior é regulado, avaliado e supervisionado pelo MEC. O conselho, ao receber o diploma de um curso autorizado pelo ministério, só tem a função de fazer o registro, e não pode se negar a isso", diz José Roberto Covac, diretor jurídico do Semesp.

"As resoluções também estão equivocadas ao interpretar que cursos a distância não têm atividade presencial, o que não é verdade. Pela lei, disciplinas práticas precisam ter uma carga de atividades presenciais e em laboratórios", afirma.

"A decisão dos conselhos é arbitrária e ilegal. Todos esses cursos de graduação a distância estão autorizados pelo MEC, não têm nada de irregular. O aluno que se sentir prejudicado pode judicializar para obter seu registro", afirma o diretor-executivo da Abmes, Sólton Caldas.

Segundo o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Luciano Guimarães, "pretendemos sensibilizar o MEC, a sociedade e a Justiça [com a proibição]. Queremos garantir segurança para todos."

"O ministério só autoriza que cursos presenciais tenham 20% da carga horária a distância. Porque, então, permitir cursos totalmente EAD?"

"Foi uma posição unânime. Temos uma comissão de ensino que faz a acreditação dos cursos. Nosso sistema de avaliação busca excelência e a modalidade a distância não oferece condições para isso", afirma Helio Blume, secretário do CFMV.

Já o CFO diz, em nota, que busca "prevenir e alertar a sociedade sobre os prejuízos e riscos que podem ser irreversíveis à saúde da população no caso de uma formação de odontologia que não esteja adequada" e que defende uma restrição da carga horária a distância em até 20% das disciplinas.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Fux mantém decisão do TCU de suspender contratos fraudulentos de R\$ 30 milhões no MEC e Integração**

**Após O GLOBO revelar irregularidades no ano passado, TCU atestou superfaturamento de R\$ 16 milhões em compras de informática dos dois ministérios**

BRASÍLIA – O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido da empresa YYS para suspender uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que havia cancelado compras no valor de R\$ 30 milhões realizadas pelo Ministério da Educação e pelo antigo Ministério da Integração Nacional, hoje rebatizado de Ministério do Desenvolvimento Regional. A empresa é suspeita de superfaturar em mais de 1.000% os preços de serviços de tecnologia da informação.

Na decisão tomada em março deste ano, o TCU também responsabilizou oito funcionários das duas pastas e ainda exigiu deles e da YYS a devolução aos cofres públicos de R\$ 16,9 milhões pagos fraudulentamente. Os negócios foram firmados durante o governo do ex-presidente Michel Temer. A existência de irregularidades em contratos da YYS com o governo foi revelada no ano passado pelo GLOBO, no curso de uma série de reportagens sobre o bilionário mercado de TI da máquina federal, que envolvia pagamentos milionários a empresas de fachada ou sem capacidade técnica e física de suprir as demandas para as quais haviam sido contratadas.

Investigadores do TCU descobriram que a Linkcon Internacional, empresa com contratos milionários no governo, está registrada no endereço de um salão de beleza na pequena Jupi (PE) Foto: Reprodução

A YYS recorreu ao STF alegando que a decisão do TCU foi tomada de forma ilegal, sem oferecer à empresa o direito à ampla defesa. A íntegra da decisão de Fux rejeitando o pedido não foi divulgada. Mas ele citou um trecho do regimento interno do STF que permite ao relator de um processo negar uma solicitação quando "manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante ou a súmula do tribunal".

"O plenário do TCU formulou gravíssimas imputações, tendo determinado a anulação de contratos firmados entre a Impetrante e Administração Pública, além de ter ordenado a instauração de tomada de contas especial para a constituição de título executivo extrajudicial em favor da União. Contudo, tais determinações foram feitas de maneira absolutamente ilegal, sem que a Impetrante tivesse o direito sequer de exercer o contraditório e a ampla defesa", diz trecho do pedido da YYS.

Em março, o TCU tinha dado um prazo de 15 dias para que os dois ministérios anulassem os contratos assinados com a YYS. Também responsabilizou quatro funcionários da área de TI do MEC e três colaboradores da Integração, assim como a empresa de informática, a devolverem aos cofres públicos quantia estimada em R\$ 16 milhões, corrigida em valores atuais. A YYS e os ministérios citados, até o momento desta publicação, ainda não tinham retornado os questionamentos feitos pela reportagem a respeito da decisão do TCU.

Para verificar a regularidade dos preços praticados no contrato firmado pela YYS tanto com o Ministério da Educação quanto com a pasta da Integração, os investigadores do TCU compararam os valores dos negócios com preços praticados por outros fornecedores em diferentes órgãos do governo. O resultado surpreendeu os integrantes da força-tarefa criada na Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) do TCU para fiscalizar as compras do governo na área de TI.

Segundo o TCU, os preços praticados pela YYS nos contratos foram superfaturados em mais de 1.000%, numa comparação feita com pregões recentes, por outros órgãos públicos, para a compra dos mesmos produtos com as mesmas características. Apenas no contrato de R\$ 17,5 milhões com o MEC, os preços praticados pela YYS estavam superfaturados em R\$ 12,4 milhões. Já no negócio de R\$ 13,2 milhões, firmado com a Integração, o montante pago irregularmente foi de R\$ 4,4 milhões.

Em agosto de 2018, a reportagem do GLOBO foi até a sede da YYS, em Brasília, e constatou que a empresa, apesar de ter recebido milhões do governo, não tinha sequer espaço físico para desenvolvimento de softwares, sua suposta expertise. A empresa funcionava numa espécie de escritório inteligente.

As irregularidades constatadas pela equipe técnica do TCU envolvem ainda deficiências nas pesquisas de preço dos ministérios, sobrepreço no valor das licenças dos softwares, além de atestação e recebimento irregular de serviços.

No ano passado, O GLOBO entrevistou o então secretário-executivo do Ministério da Integração, Mário Ramos Ribeiro, que havia decidido pedir demissão e denunciar uma série de irregularidades na contratação da YYS pela pasta. Ex-número dois do Ministério da Integração Nacional, o economista Mário Ramos Ribeiro acusou o superior, o então ministro Antônio de Pádua, de supostamente acobertar um esquema milionário de fraudes em contratos de TI no ministério.

Encarregado de avaliar as contratações na área, o ex-secretário-executivo descobriu que os seus subordinados estavam fechando negócios suspeitos com empresas de TI sem o seu conhecimento. Ao tentar exonerar os auxiliares e suspender os negócios, ele esbarrou no ministro que, em suas palavras, teria “acobertado as irregularidades”.

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

**Após saída de tenente-brigadeiro, Weintraub prepara volta de olavistas  
Os militares sempre rivalizaram com esse grupo porque defendem uma gestão mais técnica**

O tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, que havia sido colocado pelo governo no Ministério da Educação (MEC) para organizar a pasta durante o ápice da crise na gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, foi demitido, nessa quinta-feira (18/4). Machado Vieira foi nomeado secretário executivo, cargo tido como número dois dos ministérios, no dia 29 de março.

Com a substituição de Vélez por Abraham Weintraub, foi dito ao militar que ele ficaria como assessor especial. Hoje, no entanto, ele foi avisado que não mais teria função no MEC. Sua exoneração já foi publicada no Diário Oficial.

Segundo o Estado apurou, Weintraub está trazendo de volta para cargos importantes os chamados "olavistas", ligados ao guru do bolsonarismo Olavo de Carvalho. Os militares sempre rivalizaram com esse grupo porque defendem uma gestão mais técnica.

Enquanto ainda era secretário executivo, o brigadeiro, inclusive, tentou mudar o decreto sobre alfabetização elaborado no MEC. Ele ouviu sugestões de especialistas de entidades como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e tirou do documento a preferência por um método de ensinar a ler e escrever, o fônico. Educadores haviam criticado o foco em uma modalidade. O secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, no entanto, ligado a Olavo e defensor do método fônico, mudou o decreto novamente.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

**Governo federal lança programa Ciência na Escola**

Os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram nesta semana o programa Ciência na Escola. O

objetivo da iniciativa é qualificar o ensino de temas relacionados à disciplina em escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio. Serão disponibilizados R\$ 100 milhões para instituições apresentarem projetos visando a estimular essa temática nos bancos escolares.

Poderão concorrer a esses recursos redes de instituições que envolvam escolas, universidades, centros de ciência e espaços de desenvolvimento científico e inovação. As verbas serão distribuídas em diferentes escalas de projetos, como estadual (R\$ 4 milhões), interestadual (R\$ 10 milhões) e regional (R\$ 20 milhões).

Os ministérios anunciaram outros projetos dentro do programa. As pastas vão ampliar a Olimpíada Nacional de Ciências, atualmente uma iniciativa do MCTIC em parceria com a Universidade Federal do Piauí. O investimento previsto é de R\$ 1 milhão. A meta é ampliar o escopo da competição e chegar a 1 milhão de alunos de diferentes estados.

Entre as medidas está prevista também uma chamada pública para destinar recursos a pesquisadores com estudos relacionados ao tema, com foco no ensino de matérias dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O Objetivo é disseminar a prática científica e aproximar universidades, instituições científicas e tecnológicas e escolas públicas.

Os ministérios vão implementar uma plataforma que ganhou o nome de “Ciência é 10”, voltada à qualificação de professores em assuntos vinculados à área. Professores poderão fazer especialização a distância em ensino de ciências. Além disso, outra plataforma foi desenvolvida pela Rede Nacional de Pesquisa para facilitar o acompanhamento das ações do conjunto do programa.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **Faculdade Intercultural da Unemat garante a autonomia indígena na educação escolar**

Na Unemat, todo dia é dia de garantir o protagonismo indígena na Educação Escolar. A Universidade do Estado de Mato Grosso é pioneira, na América Latina, na oferta de cursos de graduação e pós-graduação específicos e diferenciados para a qualificação e habilitação de professores indígenas que trabalham nas escolas das aldeias.

Em mais de 17 anos de Educação Escolar indígena, a Unemat já graduou 450 professores indígenas pertencentes a mais de 34 etnias e especializou 140 professores.

Além das ações pioneiras para a formação de professores indígenas em nível de graduação, a Universidade passa a ofertar mestrado profissional Ensino em Contexto Indígena Intercultural, para a formação de professores indígenas da Educação Básica. Aprovado nesse mês de março pela **Capes**, o programa ofertará 20 vagas em duas linhas de pesquisa: “Ensino, docência e interculturalidade” e “Ensino e linguagens em contexto intercultural”.

Respeito às características dos povos originários

Todos os cursos são desenvolvidos em articulação constante com o movimento indígena, tendo como valores centrais: discussão de território dos povos indígenas, valorização da identidade e cultura, diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, saberes, valores e princípios cosmológicos dos povos originários do

Brasil.

“A Unemat fez e está fazendo um trabalho fundamental dentro das comunidades indígenas, que é levar o ensino superior de qualidade para as aldeias, um processo do qual a gente não participava”, afirmou em entrevista recente, o indígena Márcio Monzilar, do povo Umutina.

Graduado em Artes, Língua e Literatura, pela Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), e mestre em Literatura pela Unemat, Márcio Monzilar é o atual Coordenador Pedagógico da Escola Estadual Indígena Julá Pará. Para ele, a Unemat desempenha um trabalho importante ao integrar os diferentes saberes. “E mais ainda porque faz um trabalho de uma educação diferenciada, onde reconhece os conhecimentos tradicionais de escolas indígenas, o que vem fortalecendo cada vez mais nossas escolas e nossas comunidades”, disse.

#### Formação diferenciada

Atualmente estão em formação 120 professores-indígenas, de 23 etnias, nos cursos de licenciatura em Pedagogia Intercultural e licenciatura Intercultural. Os cursos são ofertados por meio da Faculdade Indígena Intercultural (Faindi), ligada ao Câmpus Universitário Deputado Renê Barbour, no município de Barra do Bugres.

Além da graduação específica, a Unemat estabeleceu uma cota de 5% das vagas de todos os cursos da instituição para alunos indígenas, desde 2016. E, no ano de 2006, uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) possibilitou a oferta de cinco vagas adicionais no curso de Enfermagem do câmpus de Cáceres, para indígenas com interesse de atuar na área de saúde em suas comunidades.

#### Metodologia diferenciada

Os cursos obedecem a um regime especial e são desenvolvidos de forma presencial nos períodos de férias e recessos escolares. Há também o denominado “Tempo Aldeia”, em que os cursistas desenvolvem atividades orientadas, nos períodos em que os estão ministrando aulas nas respectivas escolas indígenas. O currículo é flexível e definido com ampla participação de todos os envolvidos no processo.

[topo](#)

#### **TERRA - TEMPO REAL**

#### **Governo investe R\$ 100 milhões em programa Ciência na Escola Projeto foi criado pelos ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)**

Os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram nesta semana o programa Ciência na Escola. O objetivo da iniciativa é qualificar o ensino de temas relacionados à disciplina em escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio. Serão disponibilizados R\$ 100 milhões para instituições apresentarem projetos visando a estimular essa temática nos bancos escolares.

Poderão concorrer a esses recursos redes de instituições que envolvam escolas, universidades, centros de ciência e espaços de desenvolvimento científico e inovação. As verbas serão distribuídas em diferentes escalas de projetos, como estadual (R\$ 4 milhões), interestadual (R\$ 10 milhões) e regional (R\$ 20 milhões).

Os ministérios anunciaram outros projetos dentro do programa. As pastas vão ampliar a Olimpíada Nacional de Ciências, atualmente uma iniciativa do MCTIC em parceria com a Universidade Federal do Piauí. O investimento previsto é de R\$ 1 milhão. A meta é ampliar o escopo da competição e chegar a 1 milhão de alunos de diferentes estados.

Entre as medidas está prevista também uma chamada pública para destinar recursos a pesquisadores com estudos relacionados ao tema, com foco no ensino de matérias dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O Objetivo é disseminar a prática científica e aproximar universidades, instituições científicas e tecnológicas e escolas públicas.

Os ministérios vão implementar uma plataforma que ganhou o nome de "Ciência é 10", voltada à qualificação de professores em assuntos vinculados à área. Professores poderão fazer especialização a distância em ensino de ciências. Além disso, outra plataforma foi desenvolvida pela Rede Nacional de Pesquisa para facilitar o acompanhamento das ações do conjunto do programa.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Governo federal lança programa Ciência na Escola

Os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram nesta semana o programa Ciência na Escola. O objetivo da iniciativa é qualificar o ensino de temas relacionados à disciplina em escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio. Serão disponibilizados R\$ 100 milhões para instituições apresentarem projetos visando a estimular essa temática nos bancos escolares.

Poderão concorrer a esses recursos redes de instituições que envolvam escolas, universidades, centros de ciência e espaços de desenvolvimento científico e inovação. As verbas serão distribuídas em diferentes escalas de projetos, como estadual (R\$ 4 milhões), interestadual (R\$ 10 milhões) e regional (R\$ 20 milhões).

Os ministérios anunciaram outros projetos dentro do programa. As pastas vão ampliar a Olimpíada Nacional de Ciências, atualmente uma iniciativa do MCTIC em parceria com a Universidade Federal do Piauí. O investimento previsto é de R\$ 1 milhão. A meta é ampliar o escopo da competição e chegar a 1 milhão de alunos de diferentes estados.

Entre as medidas está prevista também uma chamada pública para destinar recursos a pesquisadores com estudos relacionados ao tema, com foco no ensino de matérias dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O Objetivo é disseminar a prática científica e aproximar universidades, instituições científicas e tecnológicas e escolas públicas.

Os ministérios vão implementar uma plataforma que ganhou o nome de "Ciência é 10", voltada à qualificação de professores em assuntos vinculados à área. Professores poderão fazer especialização a distância em ensino de ciências. Além disso, outra plataforma foi desenvolvida pela Rede Nacional de Pesquisa para facilitar o acompanhamento das ações do conjunto do programa.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

## **"Estamos escrevendo nossa própria história", diz indígena doutoranda do Museu Nacional**

Política de cotas possibilitou entrada de milhares de indígenas no ensino superior, muitos já estão na pós-graduação. Porém conquistas estão ameaçadas por novas diretrizes do MEC sobre bolsas de permanência. Até 2017, Francineia Fontes nunca tinha ouvido falar do Museu Nacional do Rio de Janeiro, uma das instituições de pesquisa mais conceituadas do mundo. "Não fazia a mínima ideia. Só conhecia São Gabriel da Cachoeira (AM) e Manaus, porque tive que ir uma vez", conta. Hoje, a indígena da etnia baniwa é mestre em antropologia social pelo Museu, e acaba de começar o doutorado.

Francy, como prefere ser chamada, simboliza um fenômeno em curso no Brasil: a participação cada vez maior de representantes dos povos originários nas cadeiras das graduações e pós-graduações. Marcado por uma série de dificuldades de adaptação e permanência nas universidades, contudo, o processo está ameaçado por novas diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

O primeiro desembarque no Rio de Janeiro foi um choque para Francy. "Ver só concreto e poucas árvores me assustou. Para piorar, não tinha nem uma cara indígena de São Gabriel", recorda, divertindo-se. "Se eu tivesse dinheiro, teria comprado a passagem para voltar". Ela atribui a permanência na cidade ao pai, que a incentivou desde o princípio. Além do suporte emocional, a família teve um papel decisivo para sua permanência no Rio.

Aos 30 anos, ela precisou deixar na aldeia os dois filhos, de 11 e 13 anos. O desafio de ser mãe estudante a acompanha desde a graduação em Sociologia na Universidade Federal de Manaus (Ufam), mas a distância dói. Com a bolsa de mestrado de 1.500 reais por mês, numa das cidades mais caras do país, ela se desdobra para visitar a família ao menos uma vez por ano.

"Além da saudade, preciso estar na roça, pescar, tomar banho de rio. Não vivo bem na cidade", confessa, admitindo que faria o mestrado à distância se pudesse. Após voar para Manaus, leva dois dias em viagem de canoa para chegar à comunidade de Assunção do Içana, localizada no Baixo Rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro. Fran se orgulha de dizer que estudou do ensino fundamental ao médio ali, numa escola indígena, com professores da comunidade. As cicatrizes no corpo, acentuadas nas mãos, revelam que a dedicação ao estudo dividia espaço com o trabalho.

"Acordávamos às quatro da manhã para ralar quatro aturás [cestos grandes] de mandioca. Nesse horário, o sono é gostoso, mas tínhamos que fazer isso para ajudar a nossa mãe, pois íamos para a escola pela manhã", explica. "Eu e minha irmã ralávamos sem parar e disputávamos para ver quem ralava mais rápido. Quando machucava as mãos, por descuido, saía muito sangue, mas passávamos no cabelo e melhorava. Assim fizemos durante estes anos todos."

Francy fala com muito carinho das origens. Não à toa, escolheu as tradições de seu povo como objeto de sua dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 2019: Hiipana, eeno hiepolekoa: construindo um pensamento antropológico a partir das mitologias baniwa e de suas transformações. Como ela faz questão de frisar, é um olhar "de dentro para fora", contrariando o caminho habitual da antropologia. "Tem muita coisa que o

pesquisador não indígena não vê, porque não vivenciou a cultura. Nós nos criamos no território, entendemos os costumes, as crenças. Estamos escrevendo nossa própria história", orgulha-se.

A crítica ao modo de atuação de pesquisadores que não pertencem às comunidades é bem assimilada pela linguista Bruna Franchetto, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional. "Muitos têm passado pelas aldeias e não dão o retorno que os povos indígenas, hoje, esperam e exigem", constata. "Os resultados de pesquisa dos pós-graduandos indígenas, e mesmo os trabalhos de conclusão de curso das licenciaturas sempre contêm dados novos, aos quais o pesquisador não indígena tem pouco ou nenhum acesso. É comum eles trazerem críticas procedentes e interessantes aos trabalhos feitos por brancos."

O PPGAS do Museu foi o primeiro programa de pós-graduação a oferecer cotas para indígenas e negros no país, em 2013. Desde então, Franchetto orientou representantes de diversos povos. O primeiro foi um professor do povo kuikuru, do Alto Xingu, que a linguista viu nascer em sua aldeia – ela desenvolve pesquisas com esse grupo étnico há mais de 40 anos.

Ela conta como o trabalho dos orientadores extrapola a convivência acadêmica, no caso dos estudantes indígenas: "A orientação começa com acolhimento concreto: procurar um lugar para morar, abrir conta no banco." Ela assume o papel de fiadora de alguns estudantes, condição fundamental para alugar imóveis na cidade. "Não há estrutura de acolhimento, e as bolsas não permitem a ninguém viver no Rio. Mas é impressionante a capacidade que eles têm de se virar em um contexto urbano tão difícil como o do Rio. Às vezes, moram cinco em apartamentos de três quartos."

A habitação é apenas um dos problemas enfrentados pelos indígenas que ingressam na universidade. No caso dos estudantes de graduação, as dificuldades são ainda maiores, com bolsas de 900 reais. O Programa Bolsa Permanência (PBP) foi criado em 2013 para reduzir a evasão dos alunos de baixa renda, e deu especial atenção a indígenas e quilombolas, que recebem bem mais do que os 400 reais pagos aos demais estudantes. A diferença se justifica pela origem de suas famílias, que, no geral, não mantêm atividades remuneradas em suas comunidades.

Até 2018, o PBP atendeu 7.370 indígenas, 2.666 quilombolas e 9.563 estudantes de baixa renda – os quais deixaram de receber o auxílio em 2016. Com a expansão das ações afirmativas (cotas) nas universidades brasileiras, a demanda pelas bolsas aumentou progressivamente. Na região amazônica, especificamente, o número de indígenas bolsistas cresceu 190% por ano, em média. Para a maioria desses estudantes, é o único recurso de que dispõem para moradia, transporte, alimentação, compra de livros acadêmicos e outros gastos. Em 2018, o valor destinado à assistência estudantil correspondia a 137 milhões de reais.

O programa convive com atrasos nos pagamentos que, muitas vezes, são suficientes para quebrar o sonho da graduação. "Temos colegas que são despejados dos apartamentos que alugam depois de três meses de atraso", conta Jhenifer Tupinikim, presidente da Associação Acadêmica Indígena da Universidade de Brasília (UnB). Neste ano, porém, o problema ganhou outra dimensão: novas diretrizes do Ministério da Educação (MEC) condicionaram a concessão da bolsa a critérios de desempenho e à

conclusão do curso em até dois semestres além do tempo regulamentar.

Na visão do movimento indígena, as mudanças impostas pelo MEC não levam em consideração particularidades desses estudantes, que mudam radicalmente de vida ao entrar na universidade. "Nossa tradição é toda baseada na oralidade. O volume de leitura é muito grande na graduação, e não faz parte da nossa cultura ficar horas à frente do computador escrevendo. A adaptação não é fácil", afirma Pierlangela Nascimento, mestre pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Ufam.

Com a entrada dos estudantes indígenas, as universidades tiveram que se adaptar de várias formas. Na Universidade de Brasília, as mudanças aconteceram na ordem de infraestrutura, com a construção de malocas a pedido dos estudantes, e no processo seletivo, pelo vestibular exclusivo para indígenas. O PPGAS do Museu Nacional também flexibilizou os critérios de seleção, que tradicionalmente incluem até prova de língua estrangeira.

"Acolher alunos indígenas não significa apenas incluir no nosso universo acadêmico. Tem que ser, ao mesmo tempo, uma abertura radical desse universo para novas experiências, novas visões e maneiras de construir texto", afirma a professora do Museu Bruna Franchetto. "Para mim, é uma experiência fantástica, de novas escrituras. É extremamente enriquecedor para a academia, caso ela resolva se abrir e repensar toda uma série de normas estabelecidas."

No Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, vinculado à Universidade Federal de Roraima (UFRR), optou-se por abolir a exigência dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), levando-se em consideração a tradição oral dos indígenas. O Insikiran foi pioneiro ao criar um núcleo para discutir as políticas educacionais indigenistas dentro da universidade, a partir da demanda de uma formação superior para professores de escolas indígenas. Pierlangela integrou a primeira turma, em 2004, e tem bem vivas as memórias do período.

"Nossa presença na universidade não foi bem recebida no início. Certa vez, sem saber que estávamos no banheiro, uma funcionária de limpeza comentou que tudo ficava fedendo a índio", relembra. Hoje, ela é diretora de ensino num instituto federal de educação do município de Amajari, em Roraima. Num campus multiétnico, com 60% dos alunos indígenas, ela coordena mais de 40 professores do Brasil inteiro com doutorado em diversas áreas. Pertencente ao povo wapichana, ela começou sua trajetória dando aulas na escola indígena na comunidade onde nasceu.

O escopo de atuação do Insikiran se expandiu nos últimos anos, e hoje também são oferecidos bacharelados em Gestão Territorial e Saúde Coletiva Indígena. Seu diretor, Marcos Braga, lembra que as bolsas de permanência não estão garantidas pelo MEC para os alunos que entraram neste semestre: "A situação está complicada e preocupante. A iniciativa precisa se tornar uma política pública na dotação orçamentária do MEC. Sendo projeto, qualquer um pode tirar. Antes das bolsas, nossa taxa de evasão era muito alta", critica.

Ele lembra, porém, que os desafios dos estudantes indígenas que conseguem o acesso ao Ensino Superior são também pedagógicos. Para muitos, o português é a segunda língua, o que leva a uma alta retenção. "Mas vale destacar que a taxa de conclusão dos que

entram chega a 60%, o que considero um sucesso, nas condições que temos", avalia, ressaltando: "Há um grupo de sete estudantes yanomami que tiveram contato recente com o português. Ainda não encontramos o caminho de inclusão para eles."

Buscando apresentar soluções para esta e outras dificuldades do acesso de indígenas do estado à universidade, o senador Telmário Mota (Pros-RR) idealizou o projeto da Universidade Federal Indígena de Roraima, estado que tem 46% do território composto por terras indígenas. Pelo projeto de Telmário, a universidade seria construída na comunidade de Placa, que fica num ponto equidistante entre três terras indígenas – Normandia, Uiramutã e Pacaraima.

"Temos cerca de 100 mil indígenas no estado, sendo que mais de metade vivendo nas áreas urbanas. Por não constituírem mão de obra especializada, vão para serviços subalternos e são facilmente recrutáveis para o crime. Essas pessoas precisam ter qualidade de vida nas suas comunidades", argumenta o senador.

Para isso, a universidade projetada teria cursos ligados a áreas como agricultura e turismo, a fim de rentabilizar projetos dessas áreas de forma sustentável nas comunidades. Haveria também cursos de biologia, geologia, entre outros, nos quais seria incentivado um intercâmbio entre o conhecimento dos cânones e o dos povos tradicionais. Em todos os casos, haveria acessibilidade para os estudantes que não tenham o português como primeira língua.

O projeto já foi apresentado à ministra da Mulher, Saúde e Direitos Humanos, Damare Alves, e ao vice-presidente Hamilton Mourão. Segundo Telmário, a receptividade foi positiva em ambos os casos. O senador estima em cerca de 300 milhões o custo da nova universidade.

A DW Brasil procurou o MEC para obter explicações sobre as mudanças em relação ao Programa de Bolsa Permanência, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

## **2EM1 - TEMPO REAL**

### **MEC e MCTIC lançam Programa Ciência na Escola com o objetivo de modernizar o ensino de Ciências**

O Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), lançou nesta quarta-feira, 17, o Programa Ciência na Escola (PCE). O programa visa aprimorar a qualidade do ensino de ciências nos cursos fundamental e médio das escolas públicas brasileiras. O objetivo é estimular alunos para as carreiras científicas, qualificar professores para o ensino por investigação científica e fortalecer a interação entre instituições de educação superior e escolas de ensino fundamental e médio.

“A ciência é a melhor vacina contra o obscurantismo. A matemática e a razão são nossas aliadas na discussão contra ideologias totalitárias”, afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, no auditório Renato Archer, do MCTIC, onde o programa foi lançado. “Todos nós brasileiros, como nação, temos que fazer escolhas, e esse tipo de escolha, de alocar nossos recursos escassos numa iniciativa dessa, de valorizar a ciência, é justamente o que a gente quer fazer: manter investimento em educação, em pesquisa, em conhecimento.”

O PCE tem como meta modificar a forma como são transmitidos, assimilados e aplicados os conhecimentos científicos, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como incentivar a abordagem científica nas escolas de educação básica brasileira. O objetivo do programa é buscar inovações e soluções para os problemas concretos das diversas realidades regionais do país.

Os ministérios contam também com a parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Temos milhões de crianças neste país que têm potencial e só precisam de um empurrãozinho para se tornarem um cientista, um empresário de sucesso, uma pessoa feliz, um cidadão produtivo para o país. Como é que se faz isso? Bom, usamos o que temos para ajudar essa garotada a ter um futuro promissor. É colocar nas mãos deles a possibilidade de estudar, possibilidade de conhecer”, reforçou o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes.

Ações – O PCE é composto por quatro ações, que acontecem simultaneamente, voltadas para o objetivo fundamental que é aprimorar o ensino de ciências: Chamada Pública para Instituições – Seleção de redes para o aprimoramento do ensino de ciências na educação básica; Chamada Pública para Pesquisadores – Seleção de projetos para o aprimoramento do ensino de ciências na educação básica (Chamada MCTIC/CNPq nº 05/2019 – Programa Ciência na Escola – Ensino de Ciências na Educação Básica); Olimpíada Nacional e Ciências – 2019, e Especialização a distância em ensino de ciências – Ciência é Dez!.

De acordo com os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2015 (os resultados da edição de 2018 ainda não foram divulgados), entre setenta países participantes, o Brasil está nas seguintes posições: 63º em ciências; 65º em matemática e 59º em leitura. Outro dado preocupante é que o desempenho médio dos 10% de estudantes brasileiros melhor classificados é inferior ao desempenho médio dos alunos dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, os brasileiros apresentam resultado inferior ao dos 10% piores classificados entre estudantes de países como Canadá e Vietnã.

Solução – A Chamada Pública MEC-MCTIC tem por objetivo selecionar propostas técnicas, submetidas por redes de instituições, para a implementação de experiências relativas ao Programa Ciência na Escola – de abrangência regional, interestadual ou estadual – que buscam o aprimoramento do ensino de ciências na educação básica com foco nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

As propostas técnicas deverão ser submetidas por consórcios institucionais regionais envolvendo instituições de ensino superior, institutos de ciência e tecnologia, escolas públicas de ensino fundamental e médio. Será executada com recursos do MEC, sendo previsto o valor de R\$ 100 milhões, para apoio ao desenvolvimento da educação básica.

Resultados – Os resultados esperados do Programa Ciência na Escola são o aprimoramento do ensino de ciências nas escolas de educação básica; a promoção do ensino por investigação voltado à solução de problemas; a qualificação de professores da educação básica pública para o ensino de ciências; o estímulo do interesse dos alunos

da educação básica pelas carreiras científicas; a identificação de jovens talentos para as ciências; a promoção da implementação de soluções inovadoras que contribuam para o aprimoramento do ensino e do aprendizado de ciências; o uso de novas tecnologias educacionais e novos métodos de ensino de ciências; o fortalecimento da interação entre escolas de educação básica, instituições de ensino superior, espaços de ciência e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação; e a democratização do conhecimento e popularização da ciência.

topo ↕

## **ABIPTI - TEMPO REAL**

### **Universidades Públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil**

Quem minimamente acompanha a questão da produção científica no Brasil e do financiamento da pesquisa em ciência, tecnologia e inovação sabe que, ao lado da meta tão longamente sonhada da aplicação de 2% do PIB no setor, um bom equilíbrio entre investimentos públicos e privados nessas atividades constitui o segundo grande objeto de desejo de boa parte dos estrategistas e gestores da área – além, é claro, da parcela da comunidade científica nacional bem atenta às políticas de CT&I.

Isso se apresentou desde a redemocratização do país, na segunda metade dos anos 1980. O espelho em que todos miravam era obviamente o das nações mais desenvolvidas. O pensamento que então se espraiava, muito distante de recentíssimas tentações obscurantistas, era o de que o desenvolvimento científico e tecnológico constituía condição sine qua para um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico e para a implantação de uma sociedade mais justa.

Na época, o Brasil andava ali pela casa de pouco mais de 0,7% do PIB em investimentos totais em ciência e tecnologia e a participação do setor privado, quer dizer, de empresas, ressalte-se, nesse bolo, mal ultrapassava a marca de 20%. De lá para cá, o país fez uma reviravolta nesses números, avançou muito, e pode-se mesmo dizer que cresceu espetacularmente, quando a métrica é o volume de artigos científicos indexados em bases de dados internacionais, um indicador mundialmente consagrado. Essa produção científica praticamente dobrou do começo para o fim da primeira década do século XXI. E continuou sua ascensão consistente (dados disponíveis até 2016).

A expansão notável, fruto de algumas políticas muito bem estruturadas que estão a merecer outros comentários no *Ciência na rua*, foi baseada na capacidade de produzir ciência das universidades públicas brasileiras, com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ou seja, duas grandes universidades estaduais paulistas, mais algumas grandes universidades federais, como a do Rio de Janeiro (UFRJ), a de Minas Gerais (UFMG) e a do Rio Grande do Sul (UFRGS), na liderança desse processo. Mais de 95% dessa produção científica do Brasil nas bases internacionais deve-se, assim, à capacidade de pesquisa de suas universidades públicas.

Daí o espanto que causou a seguinte afirmação do presidente da República durante entrevista à rádio Jovem Pan, na noite da segunda-feira, 8 de abril:

“(…) e nas universidades, você vai na questão da pesquisa, você não tem, poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte tá na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo, quando trata do grafeno”.

A resposta da Academia Brasileira de Ciências

A primeira e tranquila reação do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, físico, professor da UFRJ, pesquisador dos mais respeitados por seus brilhantes trabalhos em emaranhamento quântico, foi observar que “é importante fornecer ao Presidente da República a informação correta sobre as universidades brasileiras, coletadas por órgãos internacionais”

Relata em seguida que, “de acordo com recente publicação feita por Clarivate Analytics a pedido da **CAPES**, o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países)”. As áreas de maior impacto, prossegue, “correspondem a agricultura, medicina e saúde, física e ciência espacial, psiquiatria, e odontologia, entre outras”.

Davidovich ressalta que “todos os estados brasileiros estão representados” nessa produção, “o que mostra uma evolução em relação a períodos anteriores e o papel preponderante desempenhado pelas universidades públicas que estão presentes em todos os estados”.

Outro ponto fundamental de sua fala: “Mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais. O artigo lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 na Centro-Oeste”.

Essas publicações, destaca o presidente da ABC, “estão associadas a pesquisas que beneficiam a população brasileira e contribuem para a riqueza nacional. Graças a essas pesquisas, o petróleo do pré-sal representa atualmente mais de 50% do petróleo produzido no país, a agricultura brasileira sofisticou-se e aumentou sua produtividade, epidemias, como a do vírus da zika, são enfrentadas por grupos científicos de grande qualidade, novos fármacos são produzidos, alternativas energéticas são propostas, novos materiais são desenvolvidos e empresas brasileiras obtêm protagonismo internacional em diversas áreas de alto conteúdo tecnológico, como cosméticos, compressores e equipamentos elétricos”.

A realidade que os dados mostram

Coordenador do projeto Métricas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o professor Jacques Marcovitch, ex-reitor da USP (1997-2001), enviou a pedido do Ciência na rua duas tabelas também muito reveladoras da produção científica das universidades brasileiras. A primeira, baseada no Leiden Ranking, “mostra que das 20 universidades que mais publicam no Brasil, não há nenhuma privada”, ele comentou.

A segunda, modificada do capítulo de autoria de Solange Santos na obra coletiva Repensar a Universidade (Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais, organizado por Jacques Marcovitch, 256 pp, São Paulo, ComArte, 2018, disponível para download), mostra resultados de todas as universidades

no Brasil em rankings internacionais e, ele observa, “aparecem apenas as PUCs em termos de privadas, e em posições relativamente baixas”.

Uma terceira tabela, mais extensa e bastante atualizada, foi obtida pelo diretor científico da Fapesp, professor Carlos Henrique de Brito Cruz, a partir da base de dados Incites. O que ele observa é que, “das 100 universidades brasileiras que mais publicaram artigos científicos no quinquênio 2014-2018, há 17 privadas. A melhor colocada é a PUC Paraná, em 37º lugar”

topo ↕

## **ABIPTI - TEMPO REAL**

### **Extinção de colegiados afetará representações de C&T em múltiplas áreas**

Desde a publicação, em edição extra do Diário Oficial da União do último dia 11, do Decreto nº 9.759/2019, entidades civis procuram informações se os órgãos colegiados dos quais participam democraticamente serão mantidos ou extintos pelo governo de Jair Bolsonaro. Listas com nomes de dezenas de conselhos, comitês e outras instâncias com previsão de participação da sociedade civil circulam pela Internet, revelando um preocupante cenário de redução da participação social na construção de políticas públicas.

Ainda pairam muitas dúvidas sobre quais colegiados sobreviverão à nova política de redução de instâncias de debate com a sociedade. Isso porque o Decreto não extingue imediatamente esses órgãos, mas aponta de forma ampla a intenção de extermínio dos conselhos, estabelecendo poucas exceções. O que concretamente o Decreto revoga é a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), estabelecidos em 2014 como um plano de fomento da participação de entidades civis nas deliberações governamentais.

Com relação aos colegiados, marca para 1º de agosto de 2019 a publicação da extinção de todas as instâncias com representação social – conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e outras denominações – presentes na administração pública. A decisão final sobre quais instâncias serão fechadas ocorrerá três dias antes, em 28 de julho de 2019. Caberá aos ministérios listar todos os órgãos colegiados sob sua alçada e fazer eventuais pedidos de manutenção das atividades até o dia 28 de maio, dentro das novas regras estabelecidas pelo Decreto.

As novas regras, por sua vez, são bastante restritivas, limitando a sete os assentos em cada colegiado, vedando, em regra geral, a criação de subcolegiados e impedindo reuniões presenciais quando os representantes estiverem em diferentes unidades da federação – as reuniões, neste caso, devem ser feitas por videoconferência. Define, inclusive, o tempo de duração das reuniões: duas horas de deliberação e mais duas horas para votações.

### **“Revogação”**

Um outro Decreto editado pelo governo no mesmo dia 11 de abril causou confusão sobre a extinção dos conselhos. Trata-se do Decreto nº 9.757/2019, que já ganhou o apelido de “revogação” por ter revogado 250 decretos. Essa lista não traz a extinção das normas dos colegiados que só serão revogadas em 1º de agosto. Portanto, a ausência dos decretos de criação das diversas instâncias de participação social não significa que determinado órgão colegiado foi poupado do fechamento. Portanto, o governo na

verdade já anunciou um novo “revogaço” dessas esferas em quatro meses.

## Exceções

Os colegiados classificados como entidades vinculadas, como autarquias e fundações, não são afetados pelo Decreto de extinção. Sendo assim, diretorias colegiadas, como ocorre com agências reguladoras e fundações, permanecem em funcionamento. Comissões de sindicância e de processo disciplinar, bem como as de licitações também estão fora do escopo do Decreto. Os colegiados criados por instituições federais de ensino seguem em funcionamento sem risco.

Além das exceções explícitas, o Decreto estabelece duas hipóteses interpretativas de manutenção dos colegiados. A primeira é a de que as instâncias criadas por Lei em que haja detalhamento de suas atribuições ou composição estão poupadas da extinção. Esse é um detalhe importante, porque alguns colegiados são citados em Lei, mas são organizados posteriormente por Decreto. Outros, em sua Lei de criação, possuíam a descrição de suas atividades, revogadas depois por novas Leis. Nestes casos, o colegiado, em princípio, pode ser eliminado.

A segunda exceção que depende da interpretação encontra-se no Art. 5º do Decreto, onde define-se que colegiados criados ou alterados a partir de 1º de janeiro de 2019 estão poupados da extinção. A dúvida paira sobre o que a Casa Civil considerará como “alterado”. Um exemplo crítico é o do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Por ter sido criado por Decreto, o CGI.br poderia ser extinto. Ocorre que houve nomeação de novos representantes em 2019 por Portaria Conjunta do governo. Assim, pode-se entender que ele foi “alterado” dentro da regra do Art. 5º, o que garantiria a manutenção do Comitê. Mas o destino do CGI.br ainda não está claro mesmo para os componentes do grupo.

Vários outros colegiados são citados na Medida Provisória nº 870/2019, que trata do ordenamento básico dos órgãos da administração pública editada tradicionalmente no início de cada governo. É possível que a previsão de tais órgãos na MP editada pelo próprio governo seja interpretada como salvaguarda para alguns colegiados dentro da exceção do Art. 5º, ainda que o ordenamento do governo não seja uma “alteração” propriamente dita.

## Desmonte da representação civil

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC analisou o arcabouço de criação de 76 órgãos colegiados em funcionamento. O levantamento considerou também algumas entidades vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e ao Ministério da Educação de caráter crítico para C&T ainda que estes não corressem risco inicial de serem fechados para evitar que a ausência dos mesmos na lista causasse preocupações com relação a sua continuidade.

Neste grupo de 76 órgãos, foi identificado o risco crítico de fechamento de 40 colegiados e 16 dúvidas em relação à exceção criada pelo Art. 5º. Ou seja, mais da metade (53%) das instâncias analisadas devem ser extintas. Se a exceção do Art. 5º não for aplicada considerando nomeações e a MP nº 870/2019, o índice sobe para 74% dos colegiados da lista.

Confira abaixo:

Risco crítico de extinção

CPCT – Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia

CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua

CNPD – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente

CONAFLOR – Comissão Nacional de Florestas

CFCA – Câmara Federal de Compensação Ambiental

CONABIO – Comissão Nacional da Biodiversidade

CCZEE – Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico

FBMC – Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

CIM – Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima

Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima

Rede Clima – Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais

CONAREDD+ – Comissão Nacional para REDD+

COFA – Comitê Orientador do Fundo Amazônia

CONACER – Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável

CA-PNEA – Comitê Assessor da Política Nacional de Educação Ambiental

CNZU – Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CIPEA – Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental

CNEEI – Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena

CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

CNEDH – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos

CONATRAE – Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo

Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças

CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública / CNSP – Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

CRT – Conselho de Relações do Trabalho

CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

CNATRE – Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados

CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

CADARA – Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros

CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista

CONCIDADES – Conselho das Cidades

CDAC – Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau

CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CIAPO – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica

CONIT – Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte

Possível aplicação da exceção do Art. 5º

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil

CMCH – Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia

CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

CTPCC – Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção

CNCP – Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

CDPC – Conselho Deliberativo da Política do Café

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CER – Comissão Especial de Recursos

CONAPE – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca

Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

CNE – Conselho Nacional do Esporte

CSC – Conselho Superior do Cinema

CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CRBE – Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior

Mantidos

CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

CCT – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

CONCEA – Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal

CONIN – Conselho Nacional de Informática e Automação

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

CGFLOP – Comissão de Gestão de Florestas Públicas

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

**CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

CONPDEC – Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil

CRPS – Conselho de Recursos da Previdência Social

CNPA – Conselho Nacional de Política Agrícola

CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura

Comissão do Fundo Nacional da Cultura

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família

Conselho de Articulação de Programas Sociais

topo ↕

## **ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **Bióloga cria substrato para telhado verde com bagaço de cana e fibra de coco**

Um projeto de mestrado desenvolvido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP criou dois substratos para telhados verdes: o primeiro à base de bagaço de cana-de-açúcar, e o segundo com fibras de coco verde. A pesquisa apresentou resultados sempre iguais ou superiores aos do substrato controle utilizado e gerou uma patente para a Agência USP de Inovação (Auspin) da USP.

Telhados verdes são modelos de plantação em telhados, em que podem ser cultivadas desde gramíneas até hortaliças. Os Jardins Suspensos da Babilônia costumam ser apontados como um exemplo primitivo dessa técnica, mas os tetos verdes como os conhecemos hoje só passaram a ser desenvolvidos durante o século 20, com o crescimento dos grandes centros urbanos. A principal vantagem das coberturas verdes é que elas mitigam diversos problemas ambientais das cidades, como o impacto da chuva ácida e o aparecimento de ilhas de calor. Na cidade de São Paulo, lugares como a Fundação Cásper Líbero e o Shopping Eldorado já possuem telhados verdes visando minimizar esses problemas.

#### Protótipos

O estudo da EACH, desenvolvido pela bióloga Milla Araújo de Almeida sob orientação da professora Renata Colombo, utilizou a cana-de-açúcar e o coco verde como bases de novos substratos para telhados verdes. “Para além da questão do custo, não é possível mensurar economicamente a importância de reaproveitar esses resíduos e de minimizar os danos ambientais. Queremos criar um ciclo de sustentabilidade”, explica a professora.

O coco e a cana foram escolhidos por serem comuns no Brasil e não possuem destino definido depois do uso primário. A casca do coco é um resíduo comum depois de aproveitadas suas propriedades alimentícias e o bagaço de cana-de-açúcar é um subproduto do uso energético dessa matéria-prima.

A partir disso, esses materiais passaram por processos de desfibramento e desinfecção e tiveram que se tornar substâncias inertes, ou seja, foram tratados para não reagir quimicamente. Depois, foram testadas três composições diferentes para o substrato de cana e três para o de coco. Foi escolhida para cada um a opção de menor peso e que absorvesse melhor a água da chuva, características que tornam os substratos mais adequados para o uso em telhados verdes.

Os protótipos com os substratos escolhidos foram dispostos por seis meses, inicialmente em uma área externa e depois em uma sala disponibilizada pela Habits, uma incubadora de projetos de empreendedorismo na EACH. Então, foram comparados com um modelo controle, que utilizava um substrato já disponível no mercado, que não especifica uma matéria-prima base. Uns ao lado dos outros, os modelos montados cobriam uma área total de quase 80 m<sup>2</sup>.

A intenção era produzir alternativas mais baratas e eficientes do que as já disponíveis. Ao serem testados para o uso em telhados, todos os três substratos foram tratados com húmus de minhoca produzido pelas pesquisadoras e tiveram grama esmeralda plantada em seu solo.

O projeto foi desenvolvido entre 2015 e 2018 e durante os primeiros 18 meses não recebeu nenhum tipo de auxílio financeiro. Depois, a **Capes** forneceu uma bolsa de mestrado para os 18 meses finais do projeto. “O que me motivou, mesmo quando não recebia auxílio, foi acreditar que meu trabalho poderia dar uma contribuição socioambiental para mudar a forma como lidamos com o meio urbano e com a sustentabilidade”, conta Milla Almeida.

Os resultados valeram o esforço da pesquisadora: todas as análises demonstraram que os substratos de bagaço de cana-de-açúcar e fibra de coco verde eram tão adequados, ou mais, quanto o substrato controle. Os testes avaliavam a faixa nutricional e o PH dos materiais e o desenvolvimento da grama, além do peso da estrutura. O substrato da fibra de coco, em especial, teve um desenvolvimento acima da média de todos os outros analisados.

A patente da técnica está sob responsabilidade da Auspin, que está promovendo o produto. (Jornal da USP)

topo ↕

## **EDITAL CONCURSOS - TEMPO REAL**

**Capex oferta 30 bolsas especialização na Irlanda com despesas pagas**

**A Capex abriu inscrições para concorrer a bolsas de especialização em educação. O curso terá todas as despesas pagas e será realizado no Mary Immaculate College.**

A **Capex** abriu inscrições para concorrer a bolsas de especialização em educação. O curso será realizado no Mary Immaculate College, em Limerick, na Irlanda. Diretores, coordenadores e supervisores pedagógicos que atuam nas escolas de educação básica podem participar.

Eles podem atuar na rede pública, privadas sem fins lucrativos e nos colégios militares. O curso acontece no período de junho de 2019 a maio de 2020. Ele tem como objetivo promover a capacitação dos profissionais que atuam na gestão pedagógica das escolas.

As inscrições estão abertas desde 16 de abril e seguem até às 18h do dia 30 de maio. Serão disponibilizadas até 30 vagas. São seis vagas para cada região brasileira.

## Requisitos

Para concorrer a uma das vagas, o candidato deverá atender a todos os requisitos do edital. Entre eles, ter obtido nota mínima estabelecida para o teste de proficiência em língua inglesa. Também deve possuir graduação em Licenciatura e estar exercendo o cargo de diretor, coordenador ou de supervisor pedagógico.

O candidato deve ser brasileiro, ou estrangeiro com visto permanente no Brasil.

O interessado deve elaborar um projeto de trabalho para aperfeiçoamento da gestão pedagógica. Ele deve ser a partir da sua própria experiência profissional e da realidade socioeducacional da unidade escolar em que atua. Também é preciso possuir passaporte válido até setembro de 2020, no mínimo.

Para realizar a inscrição, o candidato deverá atualizar previamente seu currículo na plataforma eletrônica da **Capes**. Lá, o interessado deve fornecer todas as informações referentes a sua formação acadêmica e sua atuação profissional na educação básica.

Em seguida, deverá acessar a página de inscrição, preencher o formulário e anexar os documentos exigidos.

A seleção será realizada em três etapas. A primeira, de caráter eliminatório, compreende a verificação dos requisitos de participação e dos documentos obrigatórios. A segunda etapa, de caráter classificatório, consiste na classificação dos candidatos de acordo com a pontuação obtida pelo currículo e apresentação do projeto.

A terceira e última etapa refere-se à verificação de que o candidato classificado apresentou, dentro do prazo estabelecido, a cópia do passaporte válido e o comprovante de proficiência com a nota mínima exigida.

## Benefícios

Os candidatos selecionados receberão apoio para a participação no curso de especialização em educação, que terá duração de 12 (doze) meses. Entre os benefícios concedidos estão:

Passagem aérea internacional de ida e volta em classe econômica promocional.

Auxílio-instalação no valor € 1.300,00 (mil e trezentos euros).

Ajuda de custo no valor de € 400,00 (quatrocentos euros) mensais.

Deslocamento na Irlanda: aeroporto/universidade/aeroporto.

Alojamento em instalações do Mary Immaculate College.

Taxas escolares e materiais didáticos do curso.

O prazo para o início da implementação do projeto é de até seis meses após o retorno do bolsista ao Brasil. Para mais informações, clique aqui e acesse o edital.

topo ↕

## FUNDACRED - TEMPO REAL

### **Pontes tenta destravar R\$ 1 bi para minimizar cortes na ciência**

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, afirmou anteontem que negocia com a equipe econômica a liberação de R\$ 1 bilhão dos R\$ 2,1 bilhões contingenciados pelo governo, a fim de minimizar os cortes em projetos e ações da pasta.

Ele disse, no entanto, que a redução do orçamento nos últimos anos trará impactos, mesmo que haja recomposição dos recursos que foram contingenciados.

Nesse cenário, Pontes já elencou as áreas que serão tratadas como prioridade: pagamentos de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), manutenção de unidades de pesquisas e o Sirius, um projeto de laboratório para pesquisas de última geração.

Questionado se tais áreas estão em risco, Pontes afirmou que haverá impacto, mas de menor proporção:

– Vai ter corte. Mesmo tendo uma parte de recomposição (do orçamento), a gente vai ter que cortar um pouco. Mas, como falei, quanto maior a prioridade (das áreas), menor o corte -disse o ministro.

As declarações foram dadas na saída do lançamento do programa Ciência na Escola, uma parceria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com o Ministério da Educação. O programa tem como objetivo incentivar o ensino da ciência nas escolas de educação básica.

O governo anunciou que vai lançar nos próximos dias um edital para instituições que queiram, inclusive em forma de consórcio, receber recursos para desenvolver projetos que envolvam as escolas. Serão R\$ 100 milhões, aportados pelo Ministério da Educação.

Em outra frente, haverá também uma chamada para pesquisadores, no valor total de R\$ 10 milhões, e uma plataforma de ensino a distância para capacitar professores da educação básica, sob responsabilidade da **Capes**.

O MCTIC informou ainda que pretende ampliar, em 2019, a participação de alunos na Olimpíada Nacional de Ciências, investindo R\$ 1,5 milhão para atrair um milhão de alunos – o número médio de participantes é de 200 mil, segundo Marcelo Marcos Morales, secretário de Formação e Áreas Estratégicas do ministério.

Fonte: O Globo

[topo](#)

## GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

### **MEC e MCTIC lançam Programa Ciência na Escola com o objetivo de modernizar o ensino de Ciências**

O Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), lançou nesta quarta-feira, 17, o Programa Ciência na Escola (PCE). O programa visa aprimorar a qualidade do ensino de ciências nos cursos fundamental e médio das escolas públicas brasileiras. O objetivo é estimular alunos para as carreiras científicas, qualificar professores para o ensino por investigação

científica e fortalecer a interação entre instituições de educação superior e escolas de ensino fundamental e médio.

“A ciência é a melhor vacina contra o obscurantismo. A matemática e a razão são nossas aliadas na discussão contra ideologias totalitárias”, afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, no auditório Renato Archer, do MCTIC, onde o programa foi lançado. “Todos nós brasileiros, como nação, temos que fazer escolhas, e esse tipo de escolha, de alocar nossos recursos escassos numa iniciativa dessa, de valorizar a ciência, é justamente o que a gente quer fazer: manter investimento em educação, em pesquisa, em conhecimento.”

O PCE tem como meta modificar a forma como são transmitidos, assimilados e aplicados os conhecimentos científicos, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como incentivar a abordagem científica nas escolas de educação básica brasileira. O objetivo do programa é buscar inovações e soluções para os problemas concretos das diversas realidades regionais do país.

Os ministérios contam também com a parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Temos milhões de crianças neste país que têm potencial e só precisam de um empurrãozinho para se tornarem um cientista, um empresário de sucesso, uma pessoa feliz, um cidadão produtivo para o país. Como é que se faz isso? Bom, usamos o que temos para ajudar essa garotada a ter um futuro promissor. É colocar nas mãos deles a possibilidade de estudar, possibilidade de conhecer”, reforçou o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes.

Ações – O PCE é composto por quatro ações, que acontecem simultaneamente, voltadas para o objetivo fundamental que é aprimorar o ensino de ciências: Chamada Pública para Instituições – Seleção de redes para o aprimoramento do ensino de ciências na educação básica; Chamada Pública para Pesquisadores – Seleção de projetos para o aprimoramento do ensino de ciências na educação básica (Chamada MCTIC/CNPq nº 05/2019 – Programa Ciência na Escola – Ensino de Ciências na Educação Básica); Olimpíada Nacional e Ciências – 2019, e Especialização a distância em ensino de ciências – Ciência é Dez!.

De acordo com os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2015 (os resultados da edição de 2018 ainda não foram divulgados), entre setenta países participantes, o Brasil está nas seguintes posições: 63º em ciências; 65º em matemática e 59º em leitura. Outro dado preocupante é que o desempenho médio dos 10% de estudantes brasileiros melhor classificados é inferior ao desempenho médio dos alunos dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, os brasileiros apresentam resultado inferior ao dos 10% piores classificados entre estudantes de países como Canadá e Vietnã.

Solução – A Chamada Pública MEC-MCTIC tem por objetivo selecionar propostas técnicas, submetidas por redes de instituições, para a implementação de experiências relativas ao Programa Ciência na Escola – de abrangência regional, interestadual ou estadual – que buscam o aprimoramento do ensino de ciências na educação básica com

foco nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

As propostas técnicas deverão ser submetidas por consórcios institucionais regionais envolvendo instituições de ensino superior, institutos de ciência e tecnologia, escolas públicas de ensino fundamental e médio. Será executada com recursos do MEC, sendo previsto o valor de R\$ 100 milhões, para apoio ao desenvolvimento da educação básica.

Resultados – Os resultados esperados do Programa Ciência na Escola são o aprimoramento do ensino de ciências nas escolas de educação básica; a promoção do ensino por investigação voltado à solução de problemas; a qualificação de professores da educação básica pública para o ensino de ciências; o estímulo do interesse dos alunos da educação básica pelas carreiras científicas; a identificação de jovens talentos para as ciências; a promoção da implementação de soluções inovadoras que contribuam para o aprimoramento do ensino e do aprendizado de ciências; o uso de novas tecnologias educacionais e novos métodos de ensino de ciências; o fortalecimento da interação entre escolas de educação básica, instituições de ensino superior, espaços de ciência e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação; e a democratização do conhecimento e popularização da ciência.

Assessoria de Comunicação Social

topo ↕

## **GRUPO ORZIL - TEMPO REAL**

### **Capes oferta bolsas na Irlanda para capacitar gestores**

Diretores, coordenadores e supervisores pedagógicos que atuam nas escolas de educação básica das redes públicas ou privadas sem fins lucrativos e nos colégios militares que ofertam educação básica já podem se inscrever para concorrer a bolsas de especialização em educação, que será realizada no Mary Immaculate College, em Limerick, na Irlanda.

O curso acontece no período de junho de 2019 a maio de 2020, e tem o objetivo de promover a capacitação dos profissionais que atuam na gestão pedagógica das escolas. As inscrições estão abertas desde 16 de abril e seguem até às 18h do dia 30 de maio, pelo horário de Brasília. Serão disponibilizadas até 30 vagas, sendo destinadas seis para cada região brasileira.

Requisitos – Para concorrer a uma das vagas, o candidato deverá atender a todos os requisitos do edital, entre eles, ter obtido nota mínima estabelecida para o teste de proficiência em língua inglesa, possuir graduação em Licenciatura, estar exercendo o cargo de diretor, de coordenador ou de supervisor pedagógico, ser brasileiro, ou estrangeiro com visto permanente no Brasil.

O interessado deve elaborar um projeto de trabalho para aperfeiçoamento da gestão pedagógica a partir da sua própria experiência profissional e da realidade socioeducacional da unidade escolar em que atua. Também é preciso possuir passaporte válido até setembro de 2020, no mínimo.

Para realizar a inscrição, o candidato deverá atualizar previamente seu currículo na plataforma eletrônica da **Capes**. Lá, o interessado deve fornecer todas as informações referentes a sua formação acadêmica e sua atuação profissional na educação básica. Em seguida, deverá acessar a página de inscrição, preencher o formulário e anexar os

documentos exigidos.

A seleção será realizada em três etapas. A primeira, de caráter eliminatório, compreende a verificação dos requisitos de participação e dos documentos obrigatórios. A segunda etapa, de caráter classificatório, consiste na classificação dos candidatos de acordo com a pontuação obtida pelo currículo e apresentação do projeto. A terceira e última etapa refere-se à verificação de que o candidato classificado apresentou, dentro do prazo estabelecido, a cópia do passaporte válido e o comprovante de proficiência com a nota mínima exigida.

**Benefícios** – Os candidatos selecionados receberão apoio para a participação no curso de especialização em educação, que terá duração de 12 (doze) meses. Entre os benefícios concedidos, passagem aérea internacional de ida e volta em classe econômica promocional; auxílio-instalação no valor € 1.300,00 (mil e trezentos euros); ajuda de custo no valor de € 400,00 (quatrocentos euros) mensais; deslocamento na Irlanda: aeroporto/universidade/aeroporto; alojamento em instalações do Mary Immaculate College; taxas escolares e materiais didáticos do curso.

O prazo para o início da implementação do projeto é de até seis meses após o retorno do bolsista ao Brasil.

topo ↕

## **JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL**

### **UFGD sedia XII Colóquios sobre Avaliação e Qualidade de Ensino**

A UFGD vai sediar, de 7 a 9 de maio, o XII Colóquios sobre Avaliação e Qualidade de Ensino – Cenários de Gestão Escolar no Mato Grosso do Sul e no Brasil, evento aberto à comunidade acadêmica e externa, em especial professores, gestores escolares e profissionais que atuam em órgãos dos sistemas de ensino.

Os Colóquios são uma realização Grupo de Pesquisa em Gestão e Política Educacional (GEPGE), e conta com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFGD) e da Faculdade de Educação (FAED/UFGD), com coordenação da professora Giselle Real.

A ideia é propiciar interações entre pesquisadores, gestores públicos, docentes e discentes envolvidos no estudo, investigação e ou atuação no campo da avaliação educacional. Também fomentar o interesse pelo estudo dos temas “avaliação educacional” e “qualidade de ensino” no contexto da UFGD e de Secretarias de Educação da região, discutindo práticas de avaliação do/no ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e na escola pública refletindo sobre as relações entre política, gestão e práticas profissionais no campo da avaliação educacional.

A conferência de abertura do evento será às 19h, no Cineauditório da Unidade 1 da UFGD, e terá como tema: ‘Cenários de gestão de escolas municipais no Brasil’, ministrada pelas doutoras Ângela Maria Martins (FCC/UNICID) e Sandra Zákia Sousa (USP). Os Colóquios acontecerão nos períodos da tarde e noite, no mesmo local.

As inscrições para o evento vão até o dia 30 de abril, no valor de R\$ 20,00. O formulário para inscrições, a programação e outras informações constam no site do evento: <https://coloquiosavaliacao.blogspot.com/>

**SOBRE OS COLÓQUIOS**

Os Colóquios sobre avaliação e qualidade do ensino tiveram início no ano de 2008, por iniciativa do Grupo de Pesquisa em Gestão e Política Educacional (GEPGE), do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD. Desde 2011, o evento agrega o Seminário de Gestão e Monitoramento da Educação, atualmente na terceira edição, evento organizado a partir do projeto de pesquisa “Política, gestão e monitoramento do processo de alfabetização em contextos escolares adversos”, financiado pelo Observatório da Educação da **CAPES**.

topo ↕

## LEIA JÁ - NOTÍCIAS

### **Bolsas gratuitas de estudos na Irlanda recebem inscrições Candidatos podem se inscrever até 30 de maio**

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** divulgou detalhes de uma oportunidade de intercâmbio para a Irlanda. Diretores, coordenadores e supervisores pedagógicos de escolas de educação básica, públicas ou privadas sem fins lucrativos, podem fazer especialização gratuita em educação, no Mary Immaculate College, em Limerick. Integrantes de colégios militares também podem ser beneficiados.

A qualificação será realizada de junho deste ano a maio de 2020. A intenção é promover a capacitação de profissionais que trabalham com gestão pedagógica. “As inscrições seguem até as 18h do dia 30 de maio, pelo horário de Brasília. Serão disponibilizadas até 30 vagas, sendo destinadas seis para cada região brasileira”, informou o Ministério da Educação (MEC).

Os candidatos devem ter obtido nota mínima estabelecida para o teste de proficiência em língua inglesa, além de possuírem graduação em licenciatura, serem brasileiros ou estrangeiros com visto permanente no Brasil, entre outras exigências. “O interessado deve elaborar um projeto de trabalho para aperfeiçoamento da gestão pedagógica a partir da sua própria experiência profissional e da realidade socioeducacional da unidade escolar em que atua. Também é preciso possuir passaporte válido até setembro de 2020, no mínimo”, explicou o MEC.

Os concorrentes precisam atualizar o currículo na plataforma eletrônica da **Capes**. Nessa ferramenta, é necessário inserir informações sobre formação acadêmica e atuação profissional na educação básica, devendo em seguida acessar a página de inscrição, preencher o formulário e anexar a documentação solicitada.

Algumas das etapas do processo seletivo são verificação dos requisitos de participação, classificação dos candidatos conforme pontuação por meio de currículo e apresentação de projeto. De acordo com a **Capes**, os selecionados receberão passagem aérea de ida e volta, auxílio instalação no valor de 1.300 euros mensais, ajuda de custo de 400 euros, deslocamento na Irlanda, entre outros benefícios.

O curso terá duração de um ano. Já o prazo para realização do projeto é de até seis meses após o retorno do bolsista ao Brasil. Outros detalhes informativos podem ser vistos no edital do intercâmbio.

topo ↕

## LITORALMANIA - TEMPO REAL

### **Professora de Osório é selecionada para formação internacional**

A professora de Língua Inglesa da Escola Estadual Maria Teresa Vilanova Castilhos, em Osório, Tânia de Oliveira Maineri, foi selecionada para participar do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá.

A capacitação, destinada a educadores de todo País, é promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e ocorre em Ottawa, no Canadá, entre os meses de julho e agosto.

Para participar do programa, a educadora desenvolveu um projeto pedagógico para despertar nos estudantes o interesse pela Língua Inglesa.

A proposta, conforme ela, é promover um intercâmbio virtual com uma instituição de ensino do exterior. “Temos que dar um sentido maior do aprendizado aos jovens. Que não fique atrelado somente às músicas e aos jogos, mas que se aproxime do mundo do trabalho, e das suas experiências”, destaca.

Em Ottawa, Tânia participará de um curso básico de inglês e de formações voltadas para a gestão em sala de aula e aprendizagem centrada no aluno.

Ao todo, foram selecionados 102 docentes para participar do evento. Eles receberão, entre outros benefícios, passagens aéreas nacionais e internacionais, alojamento, materiais didáticos e a ajuda de custo no valor de \$ 600 canadenses para as despesas.

Lista dos selecionados

Confira no edital nº 3/2019 a lista completa dos professores selecionados para participar do Programa.

topo ↕

## MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

### **Bióloga cria substrato para telhado verde com bagaço de cana e fibra de coco**

Um projeto de mestrado desenvolvido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP criou dois substratos para telhados verdes: o primeiro à base de bagaço de cana-de-açúcar, e o segundo com fibras de coco verde. A pesquisa apresentou resultados sempre iguais ou superiores aos do substrato controle utilizado e gerou uma patente para a Agência USP de Inovação (Auspin) da USP.

Telhados verdes são modelos de plantação em telhados, em que podem ser cultivadas desde gramíneas até hortaliças. Os Jardins Suspensos da Babilônia costumam ser apontados como um exemplo primitivo dessa técnica, mas os tetos verdes como os conhecemos hoje só passaram a ser desenvolvidos durante o século 20, com o crescimento dos grandes centros urbanos. A principal vantagem das coberturas verdes é que elas mitigam diversos problemas ambientais das cidades, como o impacto da chuva ácida e o aparecimento de ilhas de calor. Na cidade de São Paulo, lugares como a Fundação Cásper Líbero e o Shopping Eldorado já possuem telhados verdes visando minimizar esses problemas.

Protótipos

O estudo da EACH, desenvolvido pela bióloga Milla Araújo de Almeida sob orientação da professora Renata Colombo, utilizou a cana-de-açúcar e o coco verde como bases de novos substratos para telhados verdes. “Para além da questão do custo, não é possível

mensurar economicamente a importância de reaproveitar esses resíduos e de minimizar os danos ambientais. Queremos criar um ciclo de sustentabilidade”, explica a professora.

O coco e a cana foram escolhidos por serem comuns no Brasil e não possuírem destino definido depois do uso primário. A casca do coco é um resíduo comum depois de aproveitadas suas propriedades alimentícias e o bagaço de cana-de-açúcar é um subproduto do uso energético dessa matéria-prima.

A partir disso, esses materiais passaram por processos de desfibramento e desinfecção e tiveram que se tornar substâncias inertes, ou seja, foram tratados para não reagir quimicamente. Depois, foram testadas três composições diferentes para o substrato de cana e três para o de coco. Foi escolhida para cada um a opção de menor peso e que absorvesse melhor a água da chuva, características que tornam os substratos mais adequados para o uso em telhados verdes.

Os protótipos com os substratos escolhidos foram dispostos por seis meses, inicialmente em uma área externa e depois em uma sala disponibilizada pela Habits, uma incubadora de projetos de empreendedorismo na EACH. Então, foram comparados com um modelo controle, que utilizava um substrato já disponível no mercado, que não especifica uma matéria-prima base. Uns ao lado dos outros, os modelos montados cobriam uma área total de quase 80 m<sup>2</sup>.

A intenção era produzir alternativas mais baratas e eficientes do que as já disponíveis. Ao serem testados para o uso em telhados, todos os três substratos foram tratados com húmus de minhoca produzido pelas pesquisadoras e tiveram grama esmeralda plantada em seu solo.

O projeto foi desenvolvido entre 2015 e 2018 e durante os primeiros 18 meses não recebeu nenhum tipo de auxílio financeiro. Depois, a **Capes** forneceu uma bolsa de mestrado para os 18 meses finais do projeto. “O que me motivou, mesmo quando não recebia auxílio, foi acreditar que meu trabalho poderia dar uma contribuição socioambiental para mudar a forma como lidamos com o meio urbano e com a sustentabilidade”, conta Milla Almeida.

Os resultados valeram o esforço da pesquisadora: todas as análises demonstraram que os substratos de bagaço de cana-de-açúcar e fibra de coco verde eram tão adequados, ou mais, quanto o substrato controle. Os testes avaliavam a faixa nutricional e o PH dos materiais e o desenvolvimento da grama, além do peso da estrutura. O substrato da fibra de coco, em especial, teve um desenvolvimento acima da média de todos os outros analisados.

A patente da técnica está sob responsabilidade da Auspin, que está promovendo o produto.

Reportagem e texto: Rebecca Gompertz

topo ↕

**PORTAL SAÚDE NO AR - TEMPO REAL**

**Bióloga cria substrato para telhado verde com bagaço de cana e fibra de coco**

Um projeto de mestrado desenvolvido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP criou dois substratos para telhados verdes: o primeiro à base de bagaço de cana-de-açúcar, e o segundo com fibras de coco verde

O estudo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH, desenvolvido pela bióloga Milla Araújo de Almeida sob orientação da professora Renata Colombo, utilizou a cana-de-açúcar e o coco verde como bases de novos substratos para telhados verdes. “Para além da questão do custo, não é possível mensurar economicamente a importância de reaproveitar esses resíduos e de minimizar os danos ambientais. Queremos criar um ciclo de sustentabilidade”, explica a professora.

O projeto foi desenvolvido entre 2015 e 2018 e durante os primeiros 18 meses não recebeu nenhum tipo de auxílio financeiro. Depois, a **Capes** forneceu uma bolsa de mestrado para os 18 meses finais do projeto. “O que me motivou, mesmo quando não recebia auxílio, foi acreditar que meu trabalho poderia dar uma contribuição socioambiental para mudar a forma como lidamos com o meio urbano e com a sustentabilidade”, conta Milla Almeida.

O coco e a cana foram escolhidos por serem comuns no Brasil e não possuírem destino definido depois do uso primário. A casca do coco é um resíduo comum depois de aproveitadas suas propriedades alimentícias e o bagaço de cana-de-açúcar é um subproduto do uso energético dessa matéria-prima.

Telhados verdes são modelos de plantação em telhados, em que podem ser cultivadas desde gramíneas até hortaliças. Os Jardins Suspensos da Babilônia costumam ser apontados como um exemplo primitivo dessa técnica, mas os tetos verdes como os conhecemos hoje só passaram a ser desenvolvidos durante o século 20, com o crescimento dos grandes centros urbanos. A principal vantagem das coberturas verdes é que elas mitigam diversos problemas ambientais das cidades, como o impacto da chuva ácida e o aparecimento de ilhas de calor.

topo 

## **SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL**

### **França oferece mais de 1.500 vagas para doutorado**

Os brasileiros interessados em realizar sua pesquisa na França devem aproveitar as próximas semanas para enviar as candidaturas. No catálogo de escolas doutorais do Campus France Brasil, é possível acessar mais de 1.500 chamadas abertas para doutorado pleno, pós-doutorado e estágio de mestrado nas mais diversas áreas. A maior parte das ofertas prevêem financiamento via contrato doutoral ou bolsa de estudos.

Para verificar os pré-requisitos e a data limite de inscrição, é preciso acessar o site. Os critérios de seleção, assim como documentos necessários e nível de idioma, variam conforme a proposta ou escola doutoral. Eventualmente, as escolas permitem que as teses sejam escritas em inglês e algumas ofertas impõem a nacionalidade dos candidatos como critério.

Além de acessar as vagas existentes (disponíveis na aba “ofertas”), os pesquisadores também podem conhecer as diferentes linhas de pesquisa das escolas e enviar um projeto espontaneamente para doutorado pleno, doutorado sanduíche ou cotutela. Todas as informações sobre o tema estão disponíveis no link.

## Doutorado na França

A França investe 48 bilhões de euros por ano em pesquisa, o equivalente a 2,24% de seu PIB. Existem 270 escolas doutorais ligadas a 2500 laboratórios de pesquisa públicos espalhados por todo o país. No total, 42% dos doutorandos inscritos nestas instituições são estrangeiros.

O doutorado é o mais alto diploma emitido pelas universidades francesas e pode ser concluído em três anos. A taxa de inscrição no doutorado na França é de 380 euros por ano.

### Financiamento para pesquisas

Existem inúmeros mecanismos de financiamento disponíveis para doutorandos internacionais e algumas escolas doutorais exigem um financiamento mínimo para o ingresso. Uma ferramenta útil para a busca de financiamento é o catálogo de bolsas do Campus France Brasil, onde constam 83 bolsas disponíveis para brasileiros.

Os doutorandos também podem verificar juntos às escolas a possibilidade de estabelecer um contrato doutoral, que é um contrato de trabalho assinado entre a instituição e o pesquisador. Outras instituições que utilizam o mesmo mecanismo ou oferecem bolsas de estudos são a Agência Nacional de Pesquisa, órgãos franceses de pesquisa (Cnes, CNRS, CEA, entre outros) ou órgãos de fomento à pesquisa do governo brasileiro (Capes, CNPq, agências estaduais).

Ainda é possível buscar financiamento junto a empresas ou União Europeia. Veja mais informações.

### Cursos de imersão científica e linguística

Aqueles que desejam conhecer os setores de ponta da pesquisa francesa, aprender o idioma e ainda estabelecer uma rede de contatos com laboratórios, empresas, cientistas e professores, podem participar dos programas de curta duração French + Sciences. Os programas, voltados aos mestrandos e doutorandos que desejam continuar suas pesquisas na França, são ministrados em inglês e têm duração de 4 semanas.

A programação inclui conferências, debates, visitas técnicas, apresentação sobre oportunidades de estudos, tutoria acadêmica individual, aulas de francês e atividades culturais. Em 2019, o Campus France oferece sessões sobre ciências do mar e desenvolvimento sustentável.

O cronograma completo está disponível no site.

### Sobre o Campus France Brasil

Presente em mais de 110 países, Campus France é a agência governamental francesa responsável pela promoção do ensino superior, o acolhimento e a mobilidade internacional. A agência é ligada aos ministérios franceses da Educação e das Relações Exteriores. No Brasil, está vinculada ao Serviço de Cooperação e de Ação Cultural da Embaixada da França.

A agência Campus France Brasil oferece orientação personalizada e gratuita aos interessados em estudar na França e também centraliza o procedimento de candidatura para grande parte das universidades do país europeu. Atualmente, conta com escritórios em São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

topo ↕

## UFPEL - TEMPO REAL

### Apesar da redução de verbas para Pós-Graduação, UFPel amplia recursos previstos

O cenário não é animador. Porém, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) tem um alento. Num contexto em que os recursos destinados à pós-graduação no país vêm caindo, Instituição conquistou um acréscimo nas verbas anunciadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** nos últimos dias. O valor total atribuído ao Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) em 2019 para a Instituição é de R\$ 1,244 milhão, quase R\$ 92 mil a mais do que no ano passado.

Essa ampliação, explica o coordenador de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPGI), Rafael Vetromille-Castro, se deve ao avanço acadêmico e administrativo refletido especialmente em quatro novos doutorados – três deles criados e um incorporado à UFPel.

A cada início de ano, a **CAPES** informa o valor total que a Universidade deverá receber para pós-graduação. O Núcleo de Execução Orçamentária (NEOR) da PRPPGI é o responsável por encaminhar a cada Programa de Pós-Graduação (PPGs) da UFPel a parcela que lhe cabe, conforme o regulamento do Proap. São levados em conta para o cálculo itens como número de alunos, conceito e área do curso, por exemplo. Dos 47 PPGs da UFPel, 38 recebem a verba do Proap – os demais são mestrados profissionais ou recebem verba de outro programa da **CAPES**.

Ao longo dos anos, o valor do Proap tem variado. De 2011 a 2014 (ver gráfico acima), houve um aumento progressivo, relacionado à ampliação do número de cursos e alunos, mas, ao mesmo tempo, havia política governamental de maior aporte de recursos. Já de 2014 para 2015, a UFPel possuía os mesmos Programas e condições e recebeu praticamente a metade do valor. De lá para cá seguiu em baixa, com pequenas variações. E agora, com a incorporação dos novos doutorados em Organizações e Mercados, Sociologia, História e Letras – que refletiram nos itens levados em consideração para o cálculo do Proap -, apesar do panorama de restrição orçamentária a UFPel conseguiu ampliar sua parcela. Por exemplo, em 2018 o PPG Letras – que anteriormente tinha apenas o Mestrado – recebeu R\$ 15,8 mil. Para 2019, com a incorporação do Doutorado, a previsão é de R\$ 49,8 mil. “Num contexto em que os recursos têm caído drasticamente – e ainda assim são baixos -, com esse desenvolvimento acadêmico e administrativo a UFPel conseguiu a ampliação de seu montante”, comemorou.

Os valores de 2019 foram anunciados pela **CAPES** no final de março. Entretanto, os recursos ainda não estão disponíveis e a PRPPGI ainda não foi comunicada sobre quando chegarão e se chegarão integralmente ou de forma parcelada.

Uso otimizado de recursos

Uma das ações que o NEOR deve apresentar em breve é oferecer suporte para a elaboração, por parte dos PPGs, de seus Planos de Execução Orçamentária. Nesse Plano, os Programas irão apontar o quanto de sua verba Proap será destinado a cada tipo de gasto. “Janelas” de ajuste estão previstas em períodos pré-determinados para acomodar eventuais mudanças. “Vamos otimizar não só o uso do recurso como o tempo operacional para isso. Será uma medida para transparência e bom uso do dinheiro público”, explicou a chefe do NEOR, Fabiane Bergmann Xavier.

topo ↕

## **AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL**

### **MEC autoriza nova oferta de curso superior por 40 instituições**

BRASÍLIA - O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, autorizou nesta quinta-feira (18) a oferta de curso superior de graduação por 40 instituições de educação superior (IES).

Ao todo, 6.950 novas vagas poderão ser oferecidas nos endereços citados no anexo da Portaria 190/19, publicada na edição de hoje do "Diário Oficial da União". Entre as instituições beneficiadas estão faculdades do grupo Anhanguera.

Com a autorização do MEC e início da oferta de vagas, as instituições de ensino superior deverão protocolar o pedido de reconhecimento dos respectivos cursos.

Os cursos de graduação serão oferecidos nas áreas de Odontologia, Psicologia, Engenharia Mecânica, Enfermagem, Nutrição, Agronomia, Biomedicina, Direito, Engenharia Mecânica, Estética e Cosmética, Ciências Contábeis, Medicina Veterinária, Fisioterapia, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Farmácia e Educação Física.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Ex-número 2 do MEC é exonerado do cargo de assessor especial do ministro Ricardo Machado Vieira era secretário-executivo do MEC e saiu da posição quando Antonio Paulo Vogel de Medeiros assumiu o posto, em 10 de abril. Agora, ele foi exonerado de mais um cargo.**

O tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira foi cortado do Ministério da Educação (MEC) nesta quinta-feira (18) após um vai e vem de cargos. A exoneração está no Diário Oficial da União.

Em 29 de março, ele deixou o posto de assessor especial da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para assumir a Secretaria Executiva do MEC, cargo considerado o número 2 da pasta.

Dez dias depois, em 8 de abril, o então ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez foi demitido por Bolsonaro após uma gestão marcada por controvérsias e recuos. No mesmo dia, o economista Abraham Weintraub foi indicado para comandar o MEC.

Dois dias após a troca do ministro, em 10 de abril, foi a vez de Vieira deixar a secretaria-executiva para dar lugar a Antonio Paulo Vogel de Medeiros. Nesta quinta, uma semana após a mudança da gestão do MEC, o Diário Oficial da União traz a sua exoneração do cargo de assessor especial do ministro.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

## **Meninas conquistam ouro inédito em Olimpíada de Matemática**

### **Delegação também trouxe duas medalhas de bronze. Competição mostra o potencial das garotas e incentiva participação feminina na área de exatas**

O Brasil conquistou uma medalha de ouro inédita na Olimpíada Européia Feminina de Matemática (EGMO, sigla em inglês) realizada em Kiev, na Ucrânia, no início deste mês de abril.

As jovens Ana Beatriz Studart, 17 anos, do Ceará; Bruna Nakamura, 16 anos, de São Paulo; Maria Clara Werneck, 17 anos, do Rio de Janeiro e Mariana Groff, 17 anos, do Rio Grande do Sul sob a liderança de Deborah Alves e Luize Vianna conquistaram um feito: Mariana trouxe uma medalha de ouro e ficou na 14ª posição de 196 competidoras e Maria Clara e Ana Beatriz trouxeram duas medalhas de bronze.

No ranking geral, o Brasil ficou em 20º entre 49 países. A classificação é muito boa principalmente quando se toma como referência os números do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) – 7 em cada 10 alunos brasileiros têm nível insuficiente em matemática, de acordo com o MEC (Ministério da Educação).

Mas tem um impacto ainda maior quando o assunto é o número de meninas nas ciências exatas. “A baixa presença feminina das exatas está associada a uma questão cultural, como se matemática não fosse para as mulheres”, explica Marcelo Viana, do Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada). “Vivemos um ciclo vicioso que desencoraja e não incentiva as meninas nas exatas, mas quando uma garota conquista uma medalha, ela passa a ser uma referência, uma fonte de inspiração para as demais”. Daí a importância das medalhas conquistadas.

Deborah Alves, uma das líderes da delegação feminina, é um exemplo para as novas gerações. Veterana nas olimpíadas de matemática de 2009 e 2010, concluiu o curso de Ciências da Computação em Harvard, uma das principais universidades dos Estados Unidos. “Legal ver uma competição que incentiva as meninas a gostarem de matemática, essa é a nossa terceira participação e trazer uma medalha de ouro é muito gratificante, no entanto, o mais importante é que incentiva as meninas a confiarem mais nelas mesmas”, diz.

“Quando participei, não tinha uma competição focada só em meninas, eu era a única do time e muitas vezes duvidei muito de mim enquanto os meninos eram mais confiantes, mas percebi o meu potencial”. O Brasil participa da EGMO desde 2017, por iniciativa do Impa e da Sociedade Brasileira de Matemática e até o momento, foram conquistadas 9 medalhas e uma menção honrosa.

Para Deborah, competições como a EGMO servem como um incentivo às meninas. “Ajuda a perceber o potencial, por exemplo, a Mariana, que conquistou o ouro, entendeu que tem total competência para participar das Olimpíadas internacionais que são abertas para todos”.

“Nossa intenção não é separar as meninas, ao contrário, é uma oportunidade de quebrar esse ciclo vicioso e incentivar a participação das garotas em matemática”, avalia Viana. “As competições mudam a realidade não só daqueles que participam como de toda a escola, o sucesso incentiva todos os alunos, quando um colega traz uma medalha, todos entendem que podem participar”.

topo 

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Militar que foi o número 2 do MEC é demitido por Weintraub

O tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, que havia sido colocado pelo governo no Ministério da Educação (MEC) para organizar a pasta durante o ápice da crise na gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, foi demitido nesta quinta-feira, 18. Machado Vieira foi nomeado secretário executivo, cargo tido como número dois dos ministérios, no dia 29 de março.

Com a substituição de Vélez por Abraham Weintraub, foi dito ao militar que ele ficaria como assessor especial. Hoje, no entanto, ele foi avisado que não mais teria função no MEC. Sua exoneração já foi publicada no Diário Oficial.

Segundo o Estado apurou, Weintraub está trazendo de volta para cargos importantes os chamados "olavistas", ligados ao guru do bolsonarismo Olavo de Carvalho. Os militares sempre rivalizaram com esse grupo porque defendem uma gestão mais técnica. (...)

## CORREIO POPULAR – SP - OPINIÃO

### Professor sozinho em escola cheia

#### EDUCAÇÃO

O debate em torno da Educação no Brasil continua trazendo os mesmos diagnósticos: muitos alunos saem das escolas sem saber ler e escrever adequadamente, tornam-se jovens sem perspectivas e se transformam em adultos despreparados para a sociedade. Diversas avaliações mostram resultados decepcionantes dos estudantes.

No entanto, pouco se preocupou em ouvir um dos lados mais importantes nesta história: o professor. A rede brasileira de educação básica conta com 2 milhões de professores que escolheram enfrentar esse ofício tão essencial quanto difícil. Para entender melhor o dia a dia deles, o Instituto Península — organização social que busca contribuir para a qualidade da Educação — acompanhou professores de todo País em uma pesquisa de comportamento e cultura que reuniu mais de 3 mil horas de entrevistas e encontros.

O “Observatório do Professor”, feito em parceria com a PS2P — Observatório de comportamento e cultura, esteve com docentes vivendo de perto as alegrias e dores dentro e fora das salas de aula. Dos vários questionamentos e reflexões que os encontros trouxeram, um dos que mais chamou atenção foi que muitos professores se sentem tão sozinhos quanto impotentes para exercer o grande propósito da sua profissão: ser um agente de transformação.

Seu olhar sobre a Educação navega entre o prazer de ensinar seus alunos e a frustração de não conseguir fazê-los aprender. Muitos sentem o peso de serem vistos como os únicos responsáveis por transformar a realidade das comunidades em que atuam, sentindo-se expostos e até vulneráveis com o desafio.

Assim, a solidão também surge da falta de um ambiente que facilite o diálogo e a colaboração entre os colegas, para troca de experiências e construção de um projeto comum de educação ou para simplesmente desabafar com quem conhece de perto o dia a dia da escola. Viu-se também que, muitas vezes, a dura realidade dos alunos pode gerar um choque cultural tão grande que, às vezes, dificulta a construção de uma relação de confiança entre professor aluno, prejudicando ainda mais o ensino e a criação de movimentos em prol da aprendizagem dos estudantes. Para acabar com esse

descompasso é preciso, entre outras soluções, fortalecer o papel do professor. Isso acontece a partir da autorreflexão e autoconhecimento do docente, aliado ao conhecimento teórico adequado.

Quando eles compreendem suas qualidades e fraquezas são capazes de olhar os problemas que afetam suas relações e buscar soluções. Eis a importância em desenvolver integralmente o docente, para que conheça suas emoções, corpo, mente e propósito. Assim, eles se tornam mais preparados para lidar com os desafios de seus alunos, se conectam a eles e constroem a ponte que liga ao conhecimento, influenciando positivamente todo o sistema educacional.

Se a Educação nas salas de aula brasileiras está paralisada, é urgente apoiar o movimento dos educadores. É hora de agir. Cada conquista do professor no ensino de um aluno é uma vitória de toda a sociedade.

Heloisa Morel é diretora executiva do Instituto Península

topo ↕

## **TRIBUNA DO NORTE - RN - BRASIL**

### **Olavistas voltam a cargos técnicos no MEC**

O novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a fortalecer os chamados "olavistas" da pasta, seguidores do escritor Olavo de Carvalho. O grupo havia perdido poder durante um período da gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, em uma tentativa de tirar o viés ideológico do MEC. Profissionais, no entanto, que haviam sido realocados para cargos menos importantes estão sendo chamados de volta, especialmente para cuidar da educação básica.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou, o ex-professor de História do Instituto Federal de Brasília e crítico de Paulo Freire, Eduardo Sallenavi, deve ser o novo Diretor de Acompanhamento das Políticas da Educação Básica, um cargo estratégico. Ele havia sido direcionado para função menos relevante quando Vélez realizou o chamado expurgo dos "olavistas". A disputa entre grupos de perfis diferentes foi uma das razões da crise que se instalou no MEC durante meses e que levou à queda de Vélez.

Quem ocupava a diretoria era Tânia Mara de Moraes, que foi demitida recentemente. Ela tem perfil técnico e fazia parte do grupo que trabalhava anteriormente no Centro Paula Souza, autarquia do governo paulistas que administra as escolas técnicas e faculdades de tecnologia. Tânia era diretora da Escola Técnica (Etec) de Jacareí, no interior de São Paulo.

Outros diretores e assessores não atrelados a Olavo de Carvalho e que fazem parte do mesmo grupo técnico estão em compasso de espera. Aguardam apenas o momento que serão chamados para serem dispensados.

A intenção, segundo fontes, é a de que a alta gestão seja ocupada pelos economistas e administradores alinhados ideologicamente com Jair Bolsonaro, enquanto os cargos mais técnicos, que precisam tocar as políticas de educação, estão indo para "olavistas".

O secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, também do grupo "olavista", tem sido uma espécie de conselheiro do ministro e principalmente do novo secretário de Educação Básica, Janio Endo Macedo, que não tem experiência na área de educação.

Macedo é formado em Direito e tem especializações em Administração. Ele atuou por mais de dez anos em bancos e, em 2016, durante a gestão Michel Temer, foi nomeado secretário executivo do então Ministério do Trabalho. Nadalim foi o responsável por pedir que o MEC não mais avaliasse a alfabetização dos alunos no País. O então ministro Vélz disse que não foi consultado e voltou atrás. Ele também redigiu um decreto sobre alfabetização, que foi criticado por especialistas por dar preferência para o método fônico de aprendizagem.

Ele era dono de uma pequena escola em Londrina e fazia vídeos na internet, antes de ir para o MEC, sempre com a defesa do método fônico. Outro Olavista que ganhou poder foi Daniel Emer. Ele foi nomeado como assessor especial do ministro. Fábio de Barros Gomes Filho, diretor de Administração do FNDE estaria sendo chamado para integrar a área da educação básica. Gomes Filho é ligado a Nadalim.

topo ↕

## CONVERGÊNCIA DIGITAL - TEMPO REAL

### Ciência na Escola terá R\$ 100 milhões para formar uma nova geração de cientistas no Brasil

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Astronauta Marcos Pontes e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, assinaram nesta quarta-feira, 17/04, um documento que autoriza a chamada pública para instituições, com recursos de R\$ 100 milhões providos do MEC, a ser publicada nos próximos dias.

Outras três iniciativas já foram lançadas dentro do programa Ciência na Escola – uma chamada pública para pesquisadores, a Olimpíada Nacional de Ciências e a plataforma “Ciência é 10!”, para especialização de professores. Todas as etapas do programa serão acompanhadas por meio de uma plataforma desenvolvida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que inclui mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação das ações.

“Temos milhões de crianças que necessitam apenas de um empurrãozinho para se tornarem professores, empresários, cientistas e cidadãos produtivos,” disse o ministro Marcos Pontes. “Ciência e tecnologia são a ponta de lança do desenvolvimento de qualquer país e são coisas apaixonantes, que podem motivar a garotada para o estudo”, observou ainda o ministro.

O ministro do MCTIC também ressaltou o fato de que o programa irá ajudar a formar a nova geração de cientistas brasileiros. “Nossos pesquisadores estão envelhecendo e formar novos cientistas leva tempo,” afirmou. “O Ciência na Escola terá parte nesse processo – em 15 ou 20 anos teremos uma nova geração de profissionais, mas precisamos dar a partida agora.”

O Programa Ciência na Escola é uma iniciativa conjunta do MCTIC, CNPq, MEC e Capes, dividido em quatro ações simultâneas. A chamada pública institucional no valor de R\$ 100 milhões, que será publicada nos próximos dias, irá selecionar propostas apresentadas por redes de instituições que envolvam escolas de educação básica, instituições de ensino superior, espaços de ciência e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação.

As instituições serão encorajadas a apresentar propostas em consórcios, com recursos distribuídos da seguinte forma: até R\$ 4 milhões de reais para o nível estadual, com

uma unidade da federação de uma mesma grande região do país envolvida, até R\$ 10 milhões de reais para o nível interestadual, em que menos duas unidades da federação de uma mesma grande região do país são envolvidas, e até R\$ 20 milhões de reais para o nível regional, com ao menos três unidades da federação de uma mesma grande região do país envolvidas.

As demais ações já foram lançadas. Uma delas é a Chamada MCTIC/CNPq nº 05/2019 – Programa Ciência na Escola: o Ensino de Ciências na Educação Básica, com investimento previsto de R\$ 10 milhões. Serão apreciados projetos que versem sobre o ensino de qualquer uma das disciplinas que fazem parte do currículo escolar dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O objetivo é privilegiar o letramento científico, o uso de abordagens investigativas e de metodologias ativas de ensino, a aproximação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) com as escolas públicas, a disseminação dos métodos científicos das diferentes áreas do conhecimento, a integração entre as disciplinas e o despertar da vocação dos alunos e professores da educação básica para as carreiras científicas.

Também no âmbito do programa, foi lançada pela **Capes**, com investimentos de R\$ 3 milhões, a Especialização à Distância em Ensino de Ciências - "Ciência é Dez!". Trata-se de um curso de especialização para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano. É um curso na modalidade ensino a distância (EAD), com garantia de qualidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e certificação do Ministério da Educação (MEC).

A última das ações iniciais do programa, que também já está em operação, é a expansão da Olimpíada Nacional de Ciências, promovida pelo MCTIC em parceria com a Universidade Federal do Piauí e implementado o programa de quatro Sociedades Científicas: a Sociedade Brasileira de Física (SBF) a Associação Brasileira de Química (ABQ), o Instituto Butantan e a Sociedade Astronômica Brasileira. Com recursos no valor de R\$ 1 milhão, o objetivo é atingir um milhão de participantes neste ano, com ampliação da capilaridade e do escopo de disciplinas. Mais informações sobre o programa estão disponíveis no site.

[topo](#)

## GAZETA DIGITAL - TEMPO REAL

### Uma Lava Jato para a educação?

Uma das mais surpreendentes propostas de membros do novo governo da República é a de começar a enfrentar os notórios problemas da educação no País por meio de uma investigação do tipo da Lava Jato. Essa investigação, graças à coragem e firmeza do então juiz Sergio Moro, teve sucesso em identificar a corrupção na administração pública e em estatais – principalmente na Petrobrás –, que teve sérias consequências no desempenho dessas empresas.

Contudo atribuir à corrupção todos os males da República e a profunda recessão econômica que o País atravessou é um exagero. O que provocou a crise foi a adoção de políticas equivocadas e demagógicas, que causaram danos às empresas públicas e ao País muito maiores do que as comissões cobradas por corruptos para enriquecimento pessoal ou para alimentar campanhas políticas.

Um exemplo na área de educação é o programa Ciência Sem Fronteiras, do governo Dilma, em que foram gastos mais de R\$ 10 bilhões enviando ao exterior milhares de estudantes despreparados e pagando às universidades estrangeiras elevadas taxas de inscrição. Esse programa ignorou o profícuo trabalho que o CNPq e a **Capes** fazem há muitos anos no envio de estudantes de pós-graduação e pesquisadores ao exterior. Não houve corrupção no programa, ao que se saiba, mas ele provocou sérios prejuízos desvirtuando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que afetou todas as atividades de pesquisa no País.

É por essa razão que tentar melhorar a educação brasileira procurando “culpados” pelos problemas que enfrenta tem um caráter policialesco primário que pode produzir manchetes nos jornais, mas não vai resolvê-los.

Não há grandes obras que interessem aos empreiteiros no Ministério da Educação, que gasta mais de 90% dos seus recursos com salários, a maior parte nas universidades federais. O Ministério da Educação é, na prática, um “ministério das universidades”, tendo abandonado, na prática, o ensino fundamental e o médio, que são de responsabilidade dos municípios e dos Estados, mas que não conseguem fazê-lo de maneira adequada.

Atualmente, mais de 25% dos recursos da União, dos Estados e municípios são, por dispositivo constitucional, destinados à educação em todos os níveis (pré-escola, ensino fundamental, médio e superior). Esses recursos são vultosos, cerca de R\$ 500 bilhões por ano, e aumentaram substancialmente desde o ano 2000. Representam cerca de 5% do produto bruto nacional, o que é igual ou até mais do que a fração que os outros países colocam em educação, mas, evidentemente, não resolveram os problemas: apenas cerca de metade dos jovens que ingressam no ensino fundamental aos 7 anos chega ao ensino médio aos 15 anos; destes apenas 60% chegam ao fim do ciclo aos 18 anos.

A baixa renda das famílias brasileiras obriga muitos jovens a abandonarem a escola para trabalhar. Este é um verdadeiro genocídio aplicado aos jovens do nosso país. Os problemas do ensino fundamental refletem-se no acesso às universidades públicas. A maioria tem de ir para universidades privadas, que cobram altas mensalidades. É isso que dá origem aos problemas com cotas e toda uma falsa discussão sobre equidade social no País.

A quase totalidade dos recursos é gasta com pessoal, mas o salário médio mensal dos professores do ensino fundamental e do médio é cerca da metade do que ganham profissionais em funções comparáveis em outras atividades. Não é de surpreender, portanto, que a carreira docente nesses níveis não seja atrativa do ponto de vista salarial. Isso tem consequências sérias, porque levou ao desprestígio da profissão de professor, que foi elevada no passado, quando o sistema educacional era muito menor.

O que fazer, então, em curto prazo para melhorar a educação fundamental com os orçamentos limitados dos Estados e municípios, já que dificilmente eles poderão aumentar a não ser retirando recursos de outras áreas também carentes, como saúde e segurança?

Só a racionalização no uso dos recursos e a melhoria das condições da economia poderiam fazê-lo.

Apenas para dar um exemplo, no Estado de São Paulo a evolução demográfica mostra que seria possível aumentar o número de alunos por sala de aula. O número de jovens que frequenta a escola fundamental no Estado caiu à metade, de 3,8 milhões para 1,9 milhões, do ano 2000 para 2017, mas o número de professores manteve-se praticamente o mesmo. Além disso, muitos se encontram em licença médica ou fora das salas de aula, nas áreas administrativas da secretaria, que é uma forma de melhorar sua situação salarial o que não beneficia o aprendizado dos alunos.

Aumento salarial geral para os professores, que é a reivindicação permanente dos sindicatos, só pode dar resultados positivos na melhoria do ensino se for associado ao desempenho dos professores. Experiências em outros países onde apenas os salários dos professores foram aumentados significativamente não melhoraram o aprendizado.

Medir esse desempenho é tarefa complexa, como experiências prévias em outros países indicam. Existe, porém, uma variedade de instrumentos para fazê-lo, como a observação da qualidade das aulas, entrevistas pessoais, relatórios do diretor da escola, pesquisas com os alunos e as famílias e até autoavaliação. Isso foi feito no Chile, no Equador, no México e no Peru com excelentes resultados. Nesses países o aumento salarial foi feito associando aumentos ao desempenho dos alunos e professores.

Não é a busca por corrupção ou uma mudança cosmética dos currículos que vai resolver os problemas educacionais no País. É na gestão do sistema que está o problema, e não na procura de culpados ou em discussões filosóficas sobre teorias educacionais.”

topo ↗

## **O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL**

### **Universidade cria colírio que evita perda de visão por diabéticos**

Um grupo de pesquisadores das faculdades de Ciências Médicas (FCM) e de Engenharia Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) desenvolveu um colírio para a prevenção e combate da degeneração gradativa que ocorre com frequência nos olhos das pessoas com diabetes, a chamada retinopatia diabética.

"A grande vantagem desse achado é o fato de não ser invasivo. Por ser tópico não implica em riscos e cria uma barreira contra as alterações neurodegenerativas que afeta os diabéticos", explicou a pesquisadora da FCM Jacqueline Mendonça Lopes de Faria. A cientista disse que a descoberta foi feita a partir de uma pesquisa que já dura cerca de duas décadas. "É consequência de um estudo de 20 anos para entender o mecanismo de ataque das células nervosas e de irrigação sanguínea no tecido ocular."

De acordo com a pesquisadora, por causa da hiperglicemia - excesso de açúcar no sangue no organismo dos diabéticos - vários órgãos podem ser comprometidos. Em cerca de 40% dos casos, a doença leva a complicações na retina provocadas pelo efeito tóxico da glicose. O sistema nervoso e vascular da retina passam a ter alterações progressivas que podem levar a cegueira. "Isso ocorre, muitas vezes, justamente no momento em que a pessoa está em idade ativa."

Atualmente, o tratamento da retinopatia diabética é feito com opções invasivas, como a fotocoagulação com laser, injeções intravítrea ou mesmo cirurgia. A expectativa dos pesquisadores da Unicamp é que, além de servir para a cura da retinopatia diabética, a descoberta dessa tecnologia possa ser benéfica também no tratamento de outras

anomalias da visão, como o glaucoma.

Eficácia

Testes em laboratórios da Unicamp comprovaram a eficácia da fórmula. No entanto, antes de ser transformado em medicamento para a distribuição e comercialização, o colírio tem de ser submetido à fase clínica de testes, com os ensaios em seres humanos. Ainda não há previsão de quando isso vai ocorrer porque os testes dependem do interesse de empresas em fazer o licenciamento da tecnologia junto com a agência de inovação da universidade, a Inova Unicamp.

No teste com os roedores, não foram observados efeitos adversos e o colírio mostrou-se eficaz na proteção do sistema nervoso da retina.

Também participam da pesquisa a professora Maria Helena Andrade Santana; a pesquisadora Mariana Aparecida Brunini Rosales e a aluna de mestrado Aline Borelli Alonso. Os estudos receberam financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério de Educação.

topo ↕

## **AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL**

**Educação debate ensino médio integral na terça-feira**

**Seminário reúne professores, ativistas da área, secretários estaduais e representantes do Ministério da Educação**

A Comissão de Educação promove nesta terça-feira (23) seminário para debater o ensino médio em tempo integral. Participam do evento parlamentares, professores, representantes do Ministério da Educação, ativistas da educação e secretários estaduais da área. Confira a programação completa.

O autor do requerimento para realização do encontro, deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), quer chamar a atenção de educadores, jovens e famílias para a importância da educação em tempo integral.

“O aumento da quantidade de escolas em tempo integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Nós temos boas experiências no Brasil, então, o grande objetivo é dizer que essa política é assertiva e adequada para o ensino médio e ensino fundamental”, defendeu.

A meta número 6 do PNE estabelece a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica. A reformulação do ensino médio aprovada em 2017 (Lei 13.415/17) também sinaliza que, progressivamente, as matrículas em tempo integral sejam ampliadas.

O seminário ocorre às 10 horas desta terça-feira (23) no plenário 10. O evento terá transmissão interativa pelo e-Democracia.

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

**Militar que foi o número 2 do MEC é demitido pelo novo ministro**

O tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, que havia sido colocado pelo governo no Ministério da Educação (MEC) para organizar a pasta durante o ápice da crise na gestão

de Ricardo Vélez Rodríguez, foi demitido hoje. Machado Vieira foi nomeado secretário executivo, cargo tido como número dois dos ministérios, no dia 29 de março.

Com a substituição de Vélez por Abraham Weintraub, foi dito ao militar que ele ficaria como assessor especial. Hoje, no entanto, ele foi avisado que não mais teria função no MEC. Sua exoneração já foi publicada no Diário Oficial.

Segundo o Estado apurou, Weintraub está trazendo de volta para cargos importantes os chamados “olavistas”, ligados ao guru do bolsonarismo Olavo de Carvalho. Os militares sempre rivalizaram com esse grupo porque defendem uma gestão mais técnica.

Enquanto ainda era secretário executivo, o brigadeiro, inclusive, tentou mudar o decreto sobre alfabetização elaborado no MEC. Ele ouviu sugestões de especialistas de entidades como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e tirou do documento a preferência por um método de ensinar a ler e escrever, o fônico. Educadores haviam criticado o foco em uma modalidade.

O secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, no entanto, ligado a Olavo e defensor do método fônico, mudou o decreto novamente.

topo ↕

## **BRASIL247 - NOTÍCIAS**

**Com Weintraub, olavistas voltam a ganhar poder e cargos no MEC**

**O novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a fortalecer o grupo dos seguidores do astrólogo Olavo de Carvalho, guru do presidente Jair Bolsonaro, que havia sido enfraquecido durante a gestão de apenas três meses do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez; retorno dos "olavistas" se dá, especialmente, para cargos de caráter técnico**

O novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a fortalecer o grupo dos seguidores do astrólogo Olavo de Carvalho, guru do presidente Jair Bolsonaro, que havia sido enfraquecido durante a gestão de apenas três meses do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez. O retorno dos "olavistas" se dá, especialmente, para cargos de caráter técnico.

De acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, o ex-professor de História do Instituto Federal de Brasília e crítico de Paulo Freire – considerado um dos principais educadores da atualidade, Eduardo Sallenavi, deve assumir a Diretoria de Acompanhamento das Políticas da Educação Básica. Até agora, Sallenavi ocupava um cargo sem importância no MEC após Vélez ter realizado um expurgo dos olavistas para tentar reduzir o viés ideológico na pasta.

Até então, quem ocupava o cargo era Tânia Mara de Moraes, que possuía um perfil técnico. Tânia, que foi demitida nesta terça-feira (16), Tânia era diretora da Escola Técnica (Etec) de Jacareí, no interior de São Paulo, integrava a equipe do Centro Paula Souza, que administra as escolas técnicas e faculdades de tecnologia em São Paulo.

Ainda segundo a reportagem, a ideia é que os cargos de primeiro escalão do MEC sejam preenchidos por economistas e administradores alinhados com a ideologia do governo Jair Bolsonaro. Os cargos mais técnicos, porém, seriam direcionados para o grupo de Olavo de Carvalho.

topo ↕

## **CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL**

### **Militar que foi o número 2 do MEC é demitido pelo novo ministro A exoneração já foi publicada no Diário Oficial**

O tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, que havia sido colocado pelo governo no Ministério da Educação (MEC) para organizar a pasta durante o ápice da crise na gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, foi demitido hoje. Machado Vieira foi nomeado secretário executivo, cargo tido como número dois dos ministérios, no dia 29 de março.

Com a substituição de Vélez por Abraham Weintraup, foi dito ao militar que ele ficaria como assessor especial. Hoje, no entanto, ele foi avisado que não mais teria função no MEC. Sua exoneração já foi publicada no Diário Oficial.

Segundo o Estado apurou, Weintraup está trazendo de volta para cargos importantes os chamados “olavistas”, ligados ao guru do bolsonarismo Olavo de Carvalho. Os militares sempre rivalizaram com esse grupo porque defendem uma gestão mais técnica.

Enquanto ainda era secretário executivo, o brigadeiro, inclusive, tentou mudar o decreto sobre alfabetização elaborado no MEC. Ele ouviu sugestões de especialistas de entidades como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e tirou do documento a preferência por um método de ensinar a ler e escrever, o fônico. Educadores haviam criticado o foco em uma modalidade.

O secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, no entanto, ligado a Olavo e defensor do método fônico, mudou o decreto novamente.

[topo](#)

## **GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL**

### **Além do MEC: saiba como seis estados avaliam seus alunos**

### **A primeira edição da Prova Paraná foi aplicada em março. Em outros lugares, há anos as secretarias estaduais de educação realizam provas para os ensinos fundamental e médio**

No último dia 13 de março, 600 mil alunos das escolas da rede pública do Paraná participaram de uma avaliação. Aplicada no decorrer do horário letivo, com duração de duas horas, em 390 municípios, a prova consistiu em 20 questões objetivas de Língua Portuguesa e outras 20 de Matemática. Foi aplicada para alunos do sexto e do nono anos da rede estadual e do primeiro e terceiro anos do Ensino Médio.

“A nossa avaliação é diagnóstica, com o objetivo de ajudar o professor a acompanhar o aprendizado dos alunos individualmente”, explicou o secretário de Educação do Paraná, Renato Feder. “Com os dados, o professor pode avaliar o que a turma dele menos aprendeu e corrigir essa defasagem ao longo do ano”, afirmou, na época, o secretário. “É possível também ver o resultado aluno a aluno, questão por questão, dando um tratamento mais individualizado à avaliação”.

De fato, muitos estados realizam suas próprias avaliações, com objetivos diferentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), vinculado ao Ministério da Educação. Saiba como essas provas funcionam em seis estados.

#### **Pernambuco**

Desde 2008 o estado mantém o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (Saepe), que aplica provas para os alunos de escolas municipais e estaduais

de três anos do ensino fundamental, o terceiro, o sexto e o nono, e também aos estudantes do terceiro ano do ensino médio. O objetivo é diagnosticar o nível de aprendizado nesses quatro estágios da formação escolar e, assim, traçar estratégias para melhorar a absorção de conteúdo.

Mais recentemente, em março deste ano, o estado realizou um novo exame, agora aplicado a 500 mil alunos em início do ano letivo, no sexto ano do ensino fundamental e no terceiro ano do ensino médio de escolas estaduais. O objetivo é traçar um perfil dos estudantes a tempo de corrigir os pontos em que a formação deles se mostrou insuficiente.

## Ceará

O estado desenvolveu o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) há 27 anos, em 1992. Fazem as provas os alunos das redes municipal e estadual, da educação básica e do ensino médio. “De posse desses dados, os gestores das secretarias de educação podem tecer reflexões, elaborar e monitorar suas políticas, programas e projetos educacionais”, explica a secretaria estadual de educação em seu site oficial.

“Muitos investimentos em estrutura física das escolas, em infraestrutura, na realização de concursos públicos têm partido dos resultados das provas do SPAECE, bem como dos relatórios dos questionários contextuais que são respondidos pelos alunos, professores e gestores”, afirma um estudo do programa, realizado por pesquisadores da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O Ceará desenvolve uma política educacional de qualidade reconhecida – apesar de denúncias de fraude, tanto para as provas estaduais quanto nacionais, em alguns municípios do estado.

## Santa Catarina

A secretaria de educação está realizando uma avaliação própria dos estudantes do ensino médio, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino da rede de escolas estaduais. Para o período entre 2018 e 2020, o estado trabalha em quatro etapas. A primeira é uma avaliação diagnóstica, em março de 2018, voltada aos estudantes do primeiro ano do ensino médio. “Esta é uma avaliação de entrada, ou seja, não está avaliando o Ensino Médio e sim como esses estudantes estão chegando nesta etapa de ensino”, explica a secretaria.

Num segundo momento, em novembro de 2018, os mesmos alunos foram avaliados, a fim de identificar como terminaram o primeiro ano do ensino médio. “As terceira e quarta etapas, também chamadas de Avaliação Somativa, contarão com a participação desse mesmo grupo de estudantes, ao final da segunda série e da terceira série do Ensino Médio, em 2019 e em 2020”, informa a secretaria. Dessa forma, a qualidade da formação será avaliada a partir do monitoramento constante de uma amostragem de 12 mil alunos que entrou no ensino médio no ano passado.

## Rio Grande do Sul

Em maio do ano passado, a secretaria estadual de educação apresentou o balanço da primeira avaliação realizada com os 1.733 estudantes que entraram, em março, nas 12 escolas estaduais ligadas ao Programa de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino

Médio em Tempo Integral (EMTI), do governo federal. O objetivo é realizar diagnósticos trimestrais, com o objetivo de reduzir os índices de reprovação e abandono dessas escolas.

O estado também mantém, desde 1995, um Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul, que é mais amplo e atualmente avalia os conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática do segundo e do sexto anos do ensino fundamental e do primeiro ano do ensino médio.

#### Distrito Federal

Os estudantes da rede pública de ensino, do segundo, quarto, sexto e oitavo anos do ensino fundamental e do primeiro e segundo anos do ensino médio fazem a Prova Diagnóstica. O objetivo, assim como nos outros estados que fazem suas próprias avaliações, é identificar as deficiências de aprendizado, caso a caso, escola a escola, e assim preparar alterações tanto nas políticas para todo o estado, quando na estratégia de cada uma das instituições de ensino.

Na edição mais recente da avaliação, 235 mil estudantes participaram. Os resultados são compartilhados primeiro com os professores, depois com a direção da escola, e por fim com as coordenações regionais de ensino, que encaminham as informações individuais para os pais dos alunos.

#### Goiás

Em 2017, 93,7% dos alunos de escolas estaduais participaram da prova que, desde 2011, compõe o Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego), que observa “o desempenho de estudantes por meio de testes padronizados, cujo objetivo é aferir o que eles sabem e são capazes de fazer, a partir da identificação do desenvolvimento de habilidades e competências consideradas essenciais para que consigam avançar no processo de escolarização”.

O estado também aplica uma Avaliação Dirigida Amostral (ADA), que se utiliza de uma parcela selecionada dos alunos para medir a proficiência nas disciplinas de Matemática, Português e Ciências da Natureza. As mesmas crianças participam em diferentes anos, de forma a avaliar a evolução positiva ou negativa do desempenho.

[topo](#)

#### **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

##### **Militar que foi o número 2 do MEC é demitido pelo novo ministro**

##### **Ricardo Machado Vieira, colocado no MEC para organizar a pasta durante a crise na gestão Vélez, foi demitido nesta quinta-feira (18/04/19)**

O tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, que havia sido colocado pelo governo no Ministério da Educação (MEC) para organizar a pasta durante o ápice da crise na gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, foi demitido nesta quinta-feira (18/04/19). Machado Vieira foi nomeado secretário executivo, cargo tido como número dois dos ministérios, no dia 29 de março.

Com a substituição de Vélez por Abraham Weintraub, foi dito ao militar que ele ficaria como assessor especial. Hoje (18/04/19), no entanto, ele foi avisado que não mais teria função no MEC. Sua exoneração já foi publicada no Diário Oficial.

Segundo o Estado apurou, Weintraub está trazendo de volta para cargos importantes os

# CLIPPING



chamados “olavistas”, ligados ao guru do bolsonarismo Olavo de Carvalho. Os militares sempre rivalizaram com esse grupo porque defendem uma gestão mais técnica.

Enquanto ainda era secretário executivo, o brigadeiro, inclusive, tentou mudar o decreto sobre alfabetização elaborado no MEC. Ele ouviu sugestões de especialistas de entidades como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e tirou do documento a preferência por um método de ensinar a ler e escrever, o fônico. Educadores haviam criticado o foco em uma modalidade.

O secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, no entanto, ligado a Olavo e defensor do método fônico, mudou o decreto novamente.

